

MARÇO de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA 8

1.1	Conselho de Ministros dá Luz Verde a Regulamento da Comissão para a Prevenção de Mortes Maternas	8
1.2	Ban Ki-Moon Veio Avaliar as Metas do Milénio	9
1.3	Depois da Formação... O Desemprego	10
1.4	Executivo Reafirma Compromisso do País de Aumentar a Auto-suficiência Alimentar	11
1.5	Receita Petrolífera Aumentou USD 13,12 Mil Milhões em 2011	12
1.6	Angola Reconhece Insuficiências no Alcance dos ODMs	12
1.7	Clima económico desfavorável no último trimestre de 2011	13
1.8	Estatística actualiza cartas através de fotos por satélite	14
1.9	As empresas e a Economia	15
1.10	Executivo Ganha Parceiro no Combate Pobreza	16
1.11	Mpme's Ganham Suporte Legal Para Estimular Sector Privado.	17
1.12	Taxa de Cobertura Fica Acima de 300 Porcento	17
1.13	Força Mulher	17
1.14	Pacavira faz avaliação positiva dos programas de combate à pobreza	18
1.15	Dinheiro Para os Pobres ou Instrumentos Contra Apobreza ?	19
1.16	Fundo Monetário Internacional dá Nota Positiva	20
1.17	Alerta Economista: "Há Risco de Fissuras Sociais"	22

2. MICROFINANÇAS 23

2.1	Empreendedores Recebem Crédito para Relançamento da Actividade	23
2.2	O Credito Está a Transformar a Vida dos Jovens	24
2.3	Jovens Ganham a Vida a Lavar Carros e Motos	26
2.4	Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas	26
2.5	Reportagem: Senhor Maruvo	27
2.6	Fiscais Não Dão Trégua aos Populares do Tchico	28
2.7	Depender do marido é dar um " tiro nos próprios pés"	28
2.8	Governador Bento Bento «Descobre» Mercado Abandonado no «Km 12»	29
2.9	Zungueira: A nódoa que embeleza a nossa Luanda	31
2.10	Crédito agrícola é reembolsado pelos camponeses	32
2.11	Consumidores são alertados a evitarem o comércio de rua	32
2.12	Condomínio para jovens em fase de revestimento	33
2.13	Micro, Pequenas e Médias Empresas Incitadas a Sair da «candonga» e Empreender	33
2.14	Empreendedores debatem hoje incentivos fiscais	34
2.15	Regularização da economia informal passa por fortes incentivos do Estado	34
2.16	"Banquita" Foi Lançado	35
2.17	Passéio Vadio 8 (1)	35
2.18	Seca compromete prazos de reembolso do crédito agrícola	36
2.19	Banco Ético: Uma Alternativa às Finanças Predatórias	37
2.20	Pesca artesanal com aumento de capturas	39
2.21	BDA financia 30 milhões de USD aos criadores de gado	40
2.22	Pequenas empresa vão reber 809 milhões de dollares	40
2.23	Titulo Executivo Pretende Regularizar Economia Informal Artigo	41
2.24	Crédito dá Vida à Agricultura	42
2.25	Governo cria balcões para microempresas	43
2.26	Roboteiros satisfeitos com desempenho das suas actividades	43
2.27	Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas Artigo	43
2.28	Milhares defuncionários foram formados no país	44

2.29	Bancos Disponíveis a Empréstimo a Pequenos e Médios Empresários	44
2.30	USD 800 Milhões Para Micro, Pequenas e Médias Empresas	45
2.31	Comércio e Particulares Absorvem 33,8% do Crédito	46
2.32	Finibanco disponível para apoiar a economia	46
2.33	Taxistas acusam polícia de:ofensa e extorsão	47

3. MERCADO INFORMAL 48

3.1	Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas	48
3.2	Milhares de funcionários foram formados no país	48
3.3	USD 800 Milhões Para Micro, Pequenas e Médias Empresas	49
3.4	Comércio e Particulares Absorvem 33,8% do Crédito	49
3.5	Finibanco disponível para apoiar a economia Artigo	49
3.6	Consumidores são alertados a evitarem o comércio de rua	50
3.7	Condomínio para jovens em fase de revestimento	50
3.8	Micro, Pequenas e Médias Empresas Incentivadas a Sair da «candonga» e Empreender	51
3.9	Empreendedores debatem hoje incentivos fiscais Artigo	51
3.10	Regularização da economia informal passa por fortes incentivos do Estado	52
3.11	“Banquita” Foi Lançado	53
3.12	Passéio Vadio 8 (1)	53
3.13	Seca Compromete prazos DE Reembolso do Crédito Agrícola	54
3.14	Banco Ético: Uma Alternativa às Finanças Predatórias Artigo	55
3.15	Pesca artesanal com aumento de capturas	56
3.16	BDA financia 30 milhões de USD aos criadores de gado	57
3.17	Pequenas Empresa vão Receber 809 Milhões de Dolares	58
3.18	Executivo Pretende Regularizar Economia Informal	59
3.19	Crédito dá vida à agricultura	60
3.20	Governo cria balcões para microempresas	60
3.21	Roboteiros satisfeitos com desempenho das suas actividades	61
3.22	Milhares de funcionários foram formados no país	61
3.23	Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas	62
3.24	Milhares de funcionários foram formados no país	62
3.25	Taxistas acusam polícia de:ofensa e extorsão	63

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 64

4.1	Modelos de tributação directa e indirecta dos serviços	64
4.2	Os Factores Determinantes do Rendimento Nacional	65
4.3	A Partir de 2014 a Meta é Produzir 2 Milhões de Barris/Dia	66
4.4	Angola: A Verdade Será Reposta?	67
4.5	Petróleo nos Olhos dos Outros (?)	67
4.6	Seminário actualiza gestores públicos sobre as regras de execução orçamental	68
4.7	Abastecimento de água com melhoria á vista	69
4.8	Secretário de Estado do Orçamento alerta para despesas sem cabimentação	69
4.9	Conferência sobre reforma tributária discute a questão dos incentivos fiscais	70
4.10	Desenvolvimento de Angola acompanha os investimentos	71
4.11	Transparência De Faz De Conta	71
4.12	Panzo investe em consultoria	73
4.13	Administradores comunais informados à cerca do OGE	73
4.14	Medidas do PERT aumentam receitas do OGE em 2011	73
4.15	Imposto de consumo aumenta receita tributária	74
4.16	Redução de impostos insuficiente	75
4.17	Transparência nas receitas petrolíferas em Angola	76

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 77

5.1	Sociedade Civil Impedida de Entrar com Papel e Esferográficas	77
5.2	Luanda, Ontem, Hoje e Amanhã	78
5.3	Ban Ki-Moon Encontrou-se Com a Sociedade Civil Angolana	80
5.4	Poder Tradicional	81
5.5	Administradora do Rangel	82
5.6	Apelo à Promoção da Cultura de Paz e Tolerância Política	82
5.7	Consulado Para Esquecer...	83
5.8	Bento deixa recomendações	84
5.9	Ralhetes a José Moreno	85
5.10	Nomeação de Director dos Registos e do Notariado Envolve em polémica	85
5.11	Bento Bento Chama Homens de Confiança ao Governo de Luanda	86
5.12	Escola Superação Politécnica de Ndalatando introz o curso de Administração Pública	87
5.13	Privatizar Para Livrar-se do Fardo	87
5.14	Administradores comunais actualizam conhecimentos	88
5.15	Administradores municipais levaram um susto	88
5.16	GPL Refuta dívidas milionárias	89
5.17	Administração próxima do cidadão	90
5.18	Bento Bembe não quer autonomia para Cabinda	90
5.19	Demora na entrega de B.I preocupa populares	91

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

92

6.1	Efectivos de Luanda e Benguela Recebem Casas	92
6.2	Milhares de Habitações são Erguidas no Namibe	93
6.3	36 Anos da Polícia Nacional Garantida Habitação	93
6.4	Construção Civil na Política Social dos Estados (2)	94
6.5	Entrega de Casas Entre os Destaques do 36º Aniversário	95
6.6	Construção de habitações sociais decorre de acordo com o previsto	96
6.7	Jogo de Inocência Para Com os Irmãos Gorita	96
6.8	Comissão Estuda Acesso às Novas Centralidades	99
6.9	Comissão avalia as obras	100
6.10	Presidente Visita Lunda Norte	100
6.11	Lesados do «Bem Morar» Indignados Com Comunicado da Build Angola	101
6.12	Falcone e Jes de Costas Viradas	102
6.13	Primeiros Apartamentos São Entregues em Maio	104
6.14	Regime Demolidor Desaloja Mais 54 Famílias	105
6.15	Família ao Relento por Culpa da Requalificação no Cazenga	106
6.16	PR determina regras para venda de casas	106
6.17	Governo provincial satisfeito com projecto de urbanização Artigo	106
6.18	Titulo Moradores de Homobe têm casas em Setembro Artigo	107
6.19	Condomínio para jovens em fase de revestimento	107
6.20	Casas feitas de contentores conquistaram o mercado nacional	108
6.21	Financiamento com elevada taxa de juro	109
6.22	Directora do programa acusada de burlar casa	110
6.23	Edificação de centenas de casas no Moxico	111
6.24	Autoridades manifestam empenho na construção de casas sociais	111
6.25	Governador visitou bairro de casas económicas	112
6.26	Empresário angolano diz que residências podem baixar de preços	113
6.27	Pelé envolvido em escândalo imobiliário	114
6.28	Milhares de casas sociais nos municípios cobrem a falta de alojamento dos técnicos	114
6.29	Quatro novas centralidades para o Litoral Benguelense	115
6.30	Moradores do rio seco com melhores condições	115
6.31	Construção de casas arranca na Chibia	117
6.32	Quadros já possuem residência	117
6.33	Mais 10 mil casas até 2014	118
6.34	Ex-moradores do prédio Cuca vivem inseguros	118

7. TERRA 120

7.1	O Logro do Fim do Calvário nas Tendras	120
7.2	Jogo de Inocência Para Com os Irmãos Gorita	122
7.3	A Velha Maka dos Terrenos	124
7.4	Regime Demolidor Desaloja Mais 54 Famílias	125
7.5	Família ao Relento por Culpa da Requalificação no Cazenga	126
7.6	Ravinas Terão Solução	126
7.7	Projecto de Urbanização dos Bairros Garante Condições de Vida Condigna	127
7.8	Querem a Minha Casa	127
7.9	Bento Bento em suposta negociata de terreno	129
7.10	Venda Ilegal de Terrenos Soma e Segue no Kífica	130
7.11	Executivo deve reagir	131
7.12	Famílias residentes em zonas de risco beneficiam de terreno para construção	132
7.13	General apodera-se de espaço público	132
7.14	Administração do Kilamba Kiaxi embarga obra que Licenciou por suposta pressão	133
7.15	Luiana recebe moradores	133
7.16	Hospedeira da TAAG vende casa a duas pessoas	134
7.17	África Deve Investir Em Reformas No Domínio De Fundiário E Do Crédito	135

8. SERVIÇOS BÁSICOS 137

8.1	Luz Eléctrica Chega à Rádio K. Sul	137
8.2	Tuberculose Alarma Malanje	137
8.3	Bairros de Luanda Registam Cortes de Energia Amanhã	138
8.4	Segunda Central de Electricidade Supera a Capacidade de Capanda	138
8.5	Níveis de Cobertura do Programa Registam Números Consideráveis	139
8.6	Gestão do Lixo de Luanda	140
8.7	Fornecimento Melhora no Município do Cazenga	141
8.8	Capacidade de Produção de Electricidade Aumenta com Investimentos do Executivo	141
8.9	Governador exige melhor saneamento	142
8.10	GPL explica... mas não complica	142
8.11	Novos serviços sociais melhoram nível de vida	143
8.12	Administração de Malange melhora saneamento básico	143
8.13	Governador de Luanda toma medidas para melhorar o fornecimento de luz	144
8.14	Governo expande serviços básicos em Quiculungo no Kwanza-Norte	144
8.15	Bairro do Candombe já tem energia e água	145
8.16	As Escuras ENE e EDEL	146
8.17	Falta De Infra-Estrutura Preocupa Moradores	147
8.18	População com carência básicas	148
8.19	Indicadores são insatisfatórios	149
8.20	Lixo Porta-a-porta em Experiência Piloto	149
8.21	Obras sem Manutenção São Perda de Dinheiro	150
8.22	A Recolha De Resíduos Sólidos Urbanos E A Fiscalização (1)	150
8.23	Plano do Saneamento Básico Foi Apresentado em Malanje	152
8.24	Valas de drenagem na cidade de Luanda estão a receber um tratamento de limpeza	152
8.25	Novas latrinas municipais melhoram higiene pública	153
8.26	Viana às escuras	154
8.27	Grandes temas angolanos	154
8.28	Sarjetas transformam-se em contentores	155

9. GÉNERO E VIOLENCIA 156

9.1	Luzia Inglês e o Aniversário da OMA	156
9.2	Ministra Apresenta Programas	158

9.3	ONU Preocupada Com a Situação das Mulheres Rurais	158
9.4	Mulheres jornalistas mobilizadas contra violência	160
9.5	Executivo toma medidas legislativas para erradicar a violência doméstica	160
9.6	Violência é combatida	161
9.7	O Risco dos “Tribunais de Rua”	161
9.8	Angolanos maos na consciencia	162
9.9	Polícia Reprimiu Britalmente Os Manifestantes	163
9.10	Vítimas de violência preferem o silêncio para preservarem o ambiente familiar	164
9.11	Regedores do Mussende denunciam intimidações	164
9.12	Cadeia Central De Luanda: Um Campo Minado	165
9.13	Homicídios e outros terrores	165
9.14	Batalha Campal Na Ccl	166

10. AMBIENTE

167

10.1	Titulo Taiwan Compra Petróleo de Angola	167
10.2	Núcleo dos engenheiros do Huambo esta preocupado com a desmatção	167
10.3	Pressão humana põe em risco a floresta do Mayombe	167
10.4	Agricultura itinerante pode ameaçar florestas	169
10.5	Titulo Juventude Ecológica Preocupada Com a Siatuação	169
10.6	Zonas Verdes Abandonadas	170
10.7	Universidade Kimpa Vita Constroi Jardim Botânico	171
10.8	Industria Salineira É Abandonada	172
10.9	Titulo Populares que viviam próximo de valas receberam novas habitações no Zango	172
10.10	Ministros da CPLP reunidos em Luanda	173
10.11	Titulo Ministros Traçam Estratégia Comum Para A Conferência Sobre O Ambiente	174
10.12	Sector florestal do país é mal explorado	174
10.13	Falta de chuva na província condiciona aulas no Instituto	174
10.14	Famílias sem tecto devido ao mau tempo	175
10.15	Chuvas Fortes Destrõem Casa No Caxito	176
10.16	Programa de Cabinda Prevê Boa Colheita	176
10.17	Acesso à Baixa da Cidade Mais Díficil	177
10.18	Angola no top 5 do Ambiente mundial	177
10.19	Chuva intensa arrasa aldeia de Kifukussa	178
10.20	Zonas verdes de Luanda votadas ao abandono	178
10.21	Arborização em Luanda: A inércia que se faz Sentir	179
10.22	A Inércia Que Se Faz Sentir...	180
10.23	Milhares de árvores plantadas na província	182
10.24	Chuva cria embaraço em Luanda	182
10.25	Adivinha-se boa colheita agrícola	183
10.26	População deve reflectir na preservação da floresta	184
10.27	Angola nos cinco melhores desempenhos num novo índice económico e ambiental	185
10.28	Chuva devolve a alegria aos campos de Paranhos	185
10.29	Comuna Do Cumbilavive Falta De Chuva	186

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Conselho de Ministros dá Luz Verde a Regulamento da Comissão para a Prevenção de Mortes Maternas

Jornal de Angola
01 de Março de 2012

O Conselho de Ministros aprovou ontem, em Luanda, o regulamento da Comissão Nacional de Prevenção e Auditoria de Mortes Maternas e Neonatais, órgão que tem por finalidade reforçar as medidas Institucionais para a redução da mortalidade materna e infantil.

A aprovação do referido regulamento insere-se na aposta do Executivo angolano em aproximar o máximo possível as estatísticas nacionais sobre mortalidade materna e infantil aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos pela ONU.

Reunido em sessão ordinária, orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros aprovou um diploma que altera o Decreto Presidencial sobre o Regime Jurídico da Carreira de Enfermagem.

Em comunicado divulgado no final da sessão, o órgão de consulta do Presidente da República afirma que o novo diploma vem “adequar ao contexto actual a estrutura indiciária da carreira de enfermagem das antigas categorias para as novas, e garantir os princípios da justiça e da equidade salarial”, para os auxiliares de enfermagem.

Balcão do Empreendedor

O Conselho de Ministros deu luz verde ao Decreto Presidencial que cria o Balcão Único do Empreendedor (BUE). Um serviço público personalizado, em cada administração municipal, no qual o cidadão vai poder encontrar um conjunto de serviços administrativos públicos que intervêm no processo para constituição e licenciamento de micro e pequenas empresas, num curto espaço de tempo.

O Balcão Único do Empreendedor insere-se no conjunto de medidas do Executivo com vista à concretização do Programa sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Plano Integrado de Desen-

volvimento do Comércio Rural e Empreendedorismo. Estes dois mecanismos são tidos como instrumentos de trabalho do Executivo que incorporam um conjunto de medidas cujo objectivo é conceder instrumentos de trabalho ou apoio financeiro a pequenos empreendedores, para que desenvolvam os seus ofícios e obtenham o rendimento necessário para fazer crescer ou iniciar uma actividade comercial.

Gestão financeira

Areunião de ontem avaliou o balanço da Programação Financeira do Tesouro do quarto trimestre de 2011 e a Programação Financeira Anual para 2012. Em relação ao balanço, o Conselho de Ministros considera ter havido “melhoria no desempenho dos gestores orçamentais, na execução das despesas de capital, bens e serviços e das transferências correntes”.

No que se refere à Programação Financeira Anual para 2012, o comunicado do Conselho de Ministros realça que “foram actualizadas as projecções dos fluxos trimestrais das receitas orçamentadas, e a ocorrência dos desembolsos dos recursos decorrentes de operações de crédito autorizadas no OGE 2012, em função das necessidades reveladas como resultado do desempenho da execução física dos projectos de investimento público”.

O Conselho de Ministros apreciou os despachos presidenciais que aprovam os contratos de execução e de fiscalização das obras de protecção e estabilização, arranjos exteriores e equipamentos sociais das encostas da Boavista e do Sambizanga. Na mesma senda, foi dada luz verde ao contrato de fiscalização das obras de construção de infra-estruturas para algumas zonas do projecto de requalificação do Sambizanga, e outro para a construção de três mil casas económicas no loteamento do Zango, a fim de viabilizar a realização das obras na Boavista e do Sambizanga.

No domínio da Energia e Aguas, o Conselho de Ministros apreciou um diploma que aprova o contrato para fiscalização da construção da Central 2 do Aproveitamento Hidroeléctrico de Cambambe, e os contratos de reabilitação, modernização e ampliação das subestações de Viana - de 220, 60, 30 e 15 KVe do Cazenga de 220, 60 e 15 KV.

Na mesma sessão, foi analisado um diploma que aprova o contrato de empreitada para o planeamento e dragagem de canais para o projecto de desenvolvimento de Shangombo-Rivungo, no Kuando-Kubango, cuja finalidade é assegurar o incremento de um sistema de transporte fluvial sobre

o rio Kuando, para facilitar a deslocação e a mobilidade da população local.

Luanda

O Conselho de Ministros deu luz verde aos Decretos Presidenciais que definem o Regime Jurídico de Transição sobre a Delimitação de Competências e Atribuições entre o governo provincial de Luanda e a Comissão Administrativa da cidade de Luanda, o Regime Remuneratório e Protocolar dos membros da Comissão Administração da cidade de Luanda, e a organização dos distritos urbanos.

Ainda no que toca à capital, analisou os diplomas que aprovam os contratos de construção e fornecimento de quatro embarcações rápidas, com capacidade para 800 passageiros. As referidas embarcações vão ligar diversos pontos nos quais se prevê construir terminais marítimos de passageiros, designadamente, o Museu da Escravatura, Mussulo, Benfica, Chicala, Porto de Luanda, Cacuaco e Panguila.

O órgão analisou uma proposta de lei sobre a marinha mercante, portos e actividades conexas. Denominado Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas, o diploma, a ser remetido à Assembleia Nacional, estabelece o regime jurídico e fixa o quadro institucional referente à intervenção pública e à actuação dos particulares no sector marítimo-portuário.

Foi aprovado um contrato para construção e exploração de três terminais rodoviários de passageiros na província de Luanda e arredores, abrangendo a cidade do Kilamba, Viana e Cacuaco, com capacidade estimada para 1.200 passageiros por hora, para cada um dos terminais.

Supressão de vistos

O órgão aprovou ontem dois acordos sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. O órgão de consulta do Presidente da República deu “luz verde” aos instrumentos jurídicos que isentam de vistos os utentes de passaportes diplomáticos e de serviço em viagem para a Coreia e para o Vietname.

Também no quadro da política externa, o Conselho de Ministros apreciou um acordo de cooperação com a China no domínio laboral. O referido acordo foi assinado aquando da visita oficial do presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, Wu Bangguo, em Maio de 2011.

1.2 Ban Ki-Moon Veio Avaliar as Metas do Milénio

Angolense

02 de Março de 2012

A especialista acredita que a vinda de Ban Ki-Moon está relacionada com o alto crescimento da nossa economia e também da influência de Angola nos vários conflitos em África, “porque o nosso está a crescer, quer a nível de infra-estruturas e quer económico. Ele veio constatar o que a paz trouxe para os angolanos, nós também queremos desenvolver a democracia nascente, e isto vai estreitar-nos cada vez mas”.

Herondina Van-Dúnem acha que o desempenho de Angola a nível da Região dos Grandes Lagos, SADC e da CPLP tem conhecido caminhos altos, “Para além daquilo que frisei, isto influenciou muito a vinda do Secretário-geral da ONU ao nosso país. Nós estamos a tentar traçar as nossas linhas internacionais, ou seja, estamos a criar a nossa imagem, porque há sempre as questões de que Angola vai se tornar numa potência regional. E agora temos a presidência da CPLP e da SADC, isto todo repercute com a nossa imagem”.

A nossa interlocutora espera que a introdução do português como língua de trabalho nas Nações Unidas tenha também dominado o encontro do Presidente da República com aquele responsável mundial. “É muito importante que se tenha tocado no aspecto da língua, nós sabemos que esta é uma das ferramentas internacionais para reafirmar a imagem de um país, quanto mais se falar português melhor, é nesta luta que o Brasil tem insistido no acordo ortográfico da língua portuguesa, que infelizmente, ainda não ratificamos, mas talvez, seria um pouco contraditório a esta altura se o Presidente da República abordasse este assunto com o Secretário-geral da ONU”.

Explicou ainda que para se solicitar a ONU que os documentos de trabalho sejam escritos em português, “é necessário que a língua se unifique, que vamos de encontro ao acordo ortográfico”.

Refira-se que na criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, cinco línguas (inglês, francês, russo, chinês e espanhol) foram aceites como línguas oficiais da ONU. As três primeiras parecem ter sido eleitas como reconhecimento do poderio dos seus países (Estados Unidos, Reino Unido, França e a ex - URSS).

O chinês parece ter sido eleito pelo factor demográfico e o espanhol pelo factor europeu e

porque é a língua predominante na América Latina, Centro e do Sul. Em 1970, após os choques petrolífero, o árabe foi acrescentado como língua de trabalho da organização intergovernamental, em virtude da preponderância alcançada pelos países do mundo árabe produtores de petróleo.

Mais de 200 milhões de pessoas falam o português, que é a língua oficial de oito Estados espalhados por todos os continentes

1.3 Depois da Formação... O Desemprego

A Capital

03 de Março de 2012

Os empresários que recorrem habitualmente ao mercado de trabalho têm uma certeza: um país não se faz apenas com doutores. A mesma opinião parece ter o Executivo que iniciou, desde 2007, um programa de investimentos na formação profissional. Tal originou uma explosão de centros de formação, entre públicos e privados, que aumentam no mercado a oferta de mão de obra qualificada.

E a tendência é crescer. Os dados referentes ao ano passado, ainda não foram divulgados. Mas, estatísticas disponibilizadas pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (Mapess) apontam para um crescimento de 7 por cento, do número de centros de formação profissional existentes no país, entre os anos de 2009 e 2010.

Esses dados revelam a existência, em todo o país, de um total de 450 unidades formativas, entre centros fixos, centros móveis e pavilhões de artes e ofícios. Todas concentram-se no objectivo comum, que é, no fundo, o de facilitar a que jovens de famílias de baixa renda acedam ao mercado de trabalho, como mão de obra qualificada por conta das formações técnicas e profissionais a que se submetem.

O grande problema é que, aqui também, a oferta tende a ser maior que a procura. Uma explosão de unidades formativas teria, necessariamente, de redundar num aumento de pessoal qualificado no mercado. E é o que aconteceu. Só em 2010, por exemplo, o conjunto destas unidades lançou para o mercado de trabalho perto de 50 mil novos técnicos, formados nos mais diversos cursos profissionais. O problema, porém, é que nem todos foram absorvidos como se esperava.

Em Luanda, onde, de resto, se concentra a maioria das unidades formativas, os respectivos responsáveis

reconhecem a existência de dificuldades, em garantir o primeiro emprego para os jovens recém-formados. Enquanto uns queixam-se de problemas “burocráticos”, outros apontam o dedo acusador a uma “discriminação” que privilegia as unidades públicas, em detrimento das privadas.

Em muitos casos, segundo se queixa Luís Rúben, gestor do Centro de Formação profissional Santos, a prioridade é concedida a quem tenha feito formação em escolas públicas, sobretudo nos centros de emprego, segundo revelou, onde os formandos lamentam sempre da mesma constatação: “a prioridade vai para os centros de formação estatais”, revelou.

E, como solução, muitos centros empenham-se na busca de oportunidades para os seus jovens especialistas, estas que vão escasseando, seja em instituições públicas, sejam em privadas. Em muitos casos, os melhores alunos passam, então, de formandos a formadores nos centros que frequentaram, enquanto que, para os demais, estimula-se o auto-emprego. “Há muitos finalistas hoje a trabalhar nos centros”, notou o director do centro Santos.

“É preciso que, as portas se abram para as pessoas qualificadas”, segundo Lucas Rúben, salientando que apenas assim o país chegará ao desenvolvimento. “O Estado e o sector privado devem caminhar juntos”, acrescentou.

Mas há, no meio dessa nebulosidade, alguns bons exemplos. Cândido Miranda fez um curso profissional de mecânica num centro privado, em Luanda. Com “alguma sorte”, para usar as suas próprias palavras, conseguiu um estágio numa empresa na qual trabalha, hoje, como assistente de manutenção industrial. Mas não só. De tão bom aluno que foi, actua, também, como formador na mesma escola. “A formação profissional de que beneficiei teve uma grande influência sobre os empregos que mantenho hoje”, notou.

São histórias como essas que, apesar do ambiente nebuloso, fazem com que a juventude adira cada vez mais aos cursos profissionais. Euclides Sabino, de 23 anos, está matriculado num centro profissional, onde cursa mecânica, consciente de que, mais do que a concretização de uma paixão, esse curso pode mudar-lhe a vida. “E também quero ser mecânico”, sustentou, afirmando estar em condições de fazê-lo.

Mas a história de Euclides é só mais uma. Na hora de colocar em prática o que se aprendeu em teoria, as dificuldades são, de facto, substanciais. E o que resta é a esperança, esta que, entretanto, tende a morrer

toda a vez que os já finalistas são convocados para auxiliar nas aulas, como professores, e falam das suas experiências na busca do emprego.

No bairro Nelito Soares, localiza-se o Centro de Formação Profissional São Xavier. Aqui, as formações estão viradas para os cursos de decoração, línguas, sapataria e corte e costura. Segundo o seu director, Emílio Afonso, a aderência aos cursos têm variado em função das tendências. Com tendências ele se referia às formações com mais facilidade de se iniciar a actividade sem muitas barreiras. E para tal, a decoração de festas, sobretudo, conheceu um crescimento impressionante. “Explodiu”, notou.

O director disse ainda que, apesar da explosão que se verifica no curso de decoração, a instituição procura incentivar a aderência para as demais áreas de formação, pois, o país cresce em função da diversificação dos sectores. “Precisamos de decoradoras, assim como de engenheiros, estilistas e tradutores”. Aqui, no centro São Xavier, as condições não diferem muito do anterior citado, no que diz respeito ao ingresso dos finalistas. “Serve como um impulso para o primeiro emprego”, disse o director, ao reconhecer que as dificuldades da instituição são inúmeras.

50 Mil técnicos todos os anos

O conjunto de unidades formativas espalhadas pelo país disponibiliza, todos os anos, para o mercado perto de 50 mil técnicos formados, segundo cálculos do Mapess, baseados em dados de 2010.

Tratam-se de jovens treinados em vários cursos profissionais, desenhados conforme as necessidades mais prementes de um mercado que, entretanto, é manifestamente incapaz de absorvê-los a todos, sobretudo os formandos dos centros profissionais privados.

Luanda, como não poderia deixar de ser diferente, reúne a grande maioria das unidades formativas do país. Na verdade, em Luanda estão baseadas pelo menos metade das escolas profissionais de que Angola dispõe, de um total de 450, 220 estão localizadas na capital angolana.

Dentre as unidades disponíveis, 135 estão sob tutela do Instituto Nacional de Formação Profissional (Inefop), distribuídos em centros de formação de âmbito municipal e provincial (28), centros integrados de formação profissional (13), centros móveis (35) e pavilhões de artes e ofícios (59).

Ao nível de centros estão, entretanto, legalizados apenas 315, sendo a sua maioria (280) detida por entidades privadas.

1.4 Executivo Reafirma Compromisso do País de Aumentar a Auto-suficiência Alimentar

Jornal de Angola
06 de Março de 2012

O ministro das Relações Exteriores reafirmou ontem, em Luanda, o compromisso do país de aumentar a auto-suficiência alimentar e promover o desenvolvimento.

Georges Chikoti, que falava à imprensa no final da assinatura, entre Angola e a Argentina, de um acordo de supressão de vistos em passaportes de serviço e diplomáticos, disse que há um grande volume de comércio com aquele país sul-americano.

A Argentina, declarou, está disposta a ajudar Angola a aumentar a produção interna e a reduzir as importações e essa política faz parte da estratégia de Angola. O ministro garantiu que os dois países vão cooperar em várias áreas e salientou as da agropecuária e das novas tecnologias.

Ambos os países consideram importante acelerar o processo de ajudas às pequenas e médias empresas no sector agrícola, referiu para acrescentar que “a Argentina é um país que detém tecnologia neste domínio e Angola precisa de crescer neste sector”. Georges Chikoti anunciou que os dois países prevêem assinar, em breve, um acordo nos sectores farmacêutico, de desenvolvimento industrial e de educação.

“Argentina é um dos maiores produtores de medicamentos no mundo e para Angola interessa não só beneficiar dessa cooperação, mas dos bons medicamentos”, concluiu. Os Institutos angolano e argentino das Relações Exteriores assinaram um memorando de entendimento, que prevê a cooperação no domínio da formação diplomática. Este documento e o da supressão de vistos foram assinados pelos ministros das Relações Exteriores de Angola e dos Negócios Estrangeiros da Argentina.

Georges Chikoti recordou que a supressão de vistos facilita a circulação de pessoas entre os dois países e que a intenção é evoluir para um acordo geral que possa vir a contemplar o sector empresarial.

O encontro entre as delegações de Angola e Argentina, disse, revela a vontade dos dois países em fortalecer a cooperação.

O ministro recordou também que os dois Governos têm uma longa experiência de cooperação e que já

foram assinados vários acordos que entram agora em fase de consolidação das relações, mas que é importante intensificá-la.

Kirchner visita Angola

A Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visita Angola entre Maio e Agosto, anunciou Héctor Timerman, que referiu que os canais diplomáticos dos dois países trabalham já nesse sentido. A vinda de Cristina Kirchner a Angola, afirmou, enquadra-se no reforço das relações bilaterais. Timerman disse que o seu país pretende aprofundar relações com vários países africanos e que Angola pode ser um interlocutor.

Angola e Argentina por pertencerem ao Atlântico, sugeriu, devem estar envolvidos na construção de uma região de paz e na protecção de recursos naturais que sirvam para o desenvolvimento dos povos.

O ministro argentino deve ser recebido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e ter um encontro com a titular da pasta do Comércio, Idalina Valente.

1.5 Receita Petrolífera Aumentou USD 13,12 Mil Milhões em 2011

O País

09 de Março de 2012

A receita decorrente da exportação de petróleo aumentou em mais de USD 13,12 mil milhões no último ano em relação a 2010, tendo a receita da concessionária, a Sonangol, registado um incremento que se acerca de USD 9,39 mil milhões e o Estado arrecadado mais de USD 3,73 mil milhões em impostos que incidem sobre a actividade petrolífera. Os dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças já permitem aferir que Angola exportou, em termos médios, cerca de 1,63 milhões de barris de petróleo diariamente (mbd) no último ano, menos que em 2010, quando exportou, em média, 1,74 milhões de barris diariamente, mas a fê-lo a um preço médio claramente mais elevado: USD 108,8 por barril contra USD 77,84 em 2010.

No último ano, a receita total da exportação de petróleo superou os USD 38,493 mil milhões, valor que se situa bem acima dos USD 25,373 mil milhões atingidos em 2010, traduzindo um acréscimo da ordem dos 52%. A receita da concessionária passou de USD 16,349 mil milhões em 2010 para USD 25,737 mil milhões em 2012 e a receita fiscal, que se situara em pouco mais de USD 9 mil milhões em 2010, superou os USD 12,75 mil milhões no último ano.

O valor do barril exportado atingiu, em 2011, o seu valor mais elevado no mês de Maio (USD 122,086), mantendo-se sempre, a partir de Fevereiro, acima dos USD 100. Em Dezembro situavase em USD 110,831. A quantidade de petróleo exportado atingiu o seu ponto máximo no mês de Novembro, mês em que superou, em média, os 1,85 milhões de barris/dia. A exportação situou-se sempre ao longo do ano acima dos 1,66 milhões de barris/dia, com excepção para os meses de Janeiro, Março, Maio, Julho e Setembro.

1.6 Angola Reconhece Insuficiências no Alcance dos ODMs

Semanário Angolense

09 de Março de 2012

Falando ao Angolense, António Campos justificou-se com o facto de o mundo estar assolado por várias crises que não estavam previstas aquando da programação dos ODMs, em 1992. “Nenhum país do mundo vai alcançar esses objectivos porque quando se programou ninguém contava com tantas crises e Angola, por não ser excepção, dificilmente poderá alcançá-los”, admitiu, sublinhando, no entanto, que o Ministério não tem poupado esforços para alcançá-los.

De recordar que, no que diz respeito a Educação, até 2015 Angola deve alcançar o ensino universal, que é garantir a todas às crianças o ensino de base, por haver cada vez mais correlação positiva entre o nível de instrução de uma sociedade e o seu nível de vida, sendo apontada ainda como forma de acabar com a pobreza. A educação é também uma componente fundamental do empoderamento das mulheres, uma vez que lhes proporciona meios para alcançar a igualdade em aspectos sociais, políticos e económicos.

Reforma Educativa, constrangimentos e os números

Face ao fraco desempenho do sector da Educação quer em termos quantitativos quer qualitativos, o Governo Angolano concebeu um Novo Sistema de Ensino, a Reforma Educativa cujos objectivos gerais são a expansão da Rede Escolar; melhoria da qualidade de ensino; reforço da eficácia do Sistema de Educação e equidade do Sistema. Foram definidas as fases de preparação, experimentação, avaliação e correcção, generalização e avaliação global da mesma. A fase de preparação começou em 2003 e a de experimentação dos novos materiais pedagógicos nos subsistemas de Ensino Geral e Formação de Professores em 2004. Por outro lado, teve igualmente início em 2004 a fase de experimentação dos Novos materiais pedagógicos, nos subsistemas de Ensino

Geral e de Formação de Professores nas primeiras classes de cada nível de ensino. Começou ainda em 2004 a fase de avaliação e correlação dos materiais pedagógicos e dos dispositivos, que termina em 2012. A fase de Generalização dos novos materiais pedagógicos nos subsistemas de Ensino Geral e de Formação de Professores teve início em 2006 e terminou em 2011, incluindo no ensino secundário.

De acordo com António Campos, esta Reforma tem tido constrangimentos: insuficiências de recursos humanos qualificados; falta de um sistema eficaz e dinâmico de formação em exercício de professores; insuficiência de inspectores escolares em quantidade e qualidade; para o subsistema do ensino técnico profissional há dificuldades de recrutamento de docentes nacionais para as disciplinas, o que prejudica o ensino experimental (laboratório e oficial). Por outro lado, a falta de recursos financeiros que possibilitem as Escolas terem um pleno funcionamento; inexistência de manuais específicos para todas as disciplinas constantes no Plano de Estudo do curso de formação de professores e espaços educativos sem as mínimas condições para o desenvolvimento do processo de ensino - aprendizagem (salas sem carteiras, quadros entre outros) são outros constrangimentos que tiram o sono daquele órgão, que tem a responsabilidade de gerir o sistema de ensino em Angola, particularmente o de base.

O nosso interlocutor, entretanto, informou que, comparando com o antigo sistema, a implementação do Novo Sistema, aumentou a taxa de promoção em todos os níveis de ensino, reduziu a taxa de reprovações e de abandono, e melhorou a eficácia do Sistema de Ensino.

Segundo a fonte que vimos citando, estes resultados obtidos pelo Ministério durante os sete anos de implementação da Reforma Educativa são encorajadores, apesar das dificuldades financeiras que condicionam a realização das acções fundamentais como a produção e distribuição do material pedagógico, a formação de professores na fase de Generalização. As metas traçadas não estão comprometidas e justifica: em relação ao acesso escolar, os indicadores apontam que, enquanto no Antigo Sistema de Educação a Taxa Bruta de escolarização atingiu 79, 4 por cento, no novo Sistema atingiu 139 por cento; a Taxa Líquida atingiu no Sistema Antigo 55 por cento e no Novo Sistema 77, 26. E o índice de Paridade de Género atingiu 0,79 no Antigo Sistema e 0,99 no Novo Sistema.

Quanto aos indicadores do Rendimento Interno, a Taxa de Promoção no Sistema Antigo era de 46, 4 por cento e no Novo é de 80; a Taxa de repetição no antigo era de 26, 8 por cento e no Novo Sistema é de

13, 2. A Taxa de desistência no antigo Sistema era de 27 por cento e no Novo é 6,9. O Coeficiente de eficácia é de 62 por cento para o antigo Sistema e 90 para o Novo e por fim o Orçamento Geral do Estado era de 5,6 por cento no Antigo Sistema e 7 para o Novo. De recordar que o Antigo Sistema de Educação vigorou de 1977 até 2003.

1.7 Clima económico desfavorável no ultimo trimestre de 2011

Semanário Factual

De 10 á 17 de Março de 2012

O clima económico de Angola mostrou-se desfavorável

no último trimestre de 2011, conforme dados do quarto trimestre

do passado ano publicado, recentemente, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os dados destacam que o Indicador de Clima económico manteve ligeira estabilidade nos primeiros três trimestres do último ano e que, apesar disso, o mesmo evoluiu positivamente e, em relação ao período homólogo, ainda assim permaneceu abaixo da média.

No sector da indústria transformadora, apesar do clima desfavorável, o índice de confiança, que mede a percepção dos empresários sobre o desempenho tendencial do respectivo sector de actuação num período curto determinado deste sector, evoluiu favoravelmente nos últimos trimestres.

Empresários do sector da indústria transformadora revelaram que a evolução desfavorável em relação ao mesmo período de 2010 se deve ao "comportamento negativo da variável perspectiva de emprego".

Enquanto, as perspectivas da produção tiveram tendência positiva.

De modo geral, esta tendência do empresariado revela uma perspectiva optimista em relação à produção, mas pessimista comparando-a ao emprego. Em contrapartida, apontaram para constrangimentos que obstruem o desenvolvimento da sua actividade.

Assim, dadas as características estruturais dos constrangimentos do sector, pode-se inferir que as limitações persistem para o primeiro trimestre de 2012 e que, apesar do optimismo do empresário, os problemas estruturais continuam a pesar para o clima económico em 2012.

Ao comparar-se a evolução das limitações à actividade entre o último trimestre de 2010 e de 2011, pode-se verificar ter havido agravamento dos constrangimentos substanciais.

Relativamente à construção, "observou-se que os empresários do sector de construção continuaram a dar sinais de optimismo, pois o indicador de confiança manteve comportamento. Positivo dos trimestres anteriores, apesar do desfavorecimento da conjuntura no sector" adianta o INE. Este optimismo deveu-se ao aumento da carteira de encomendas em relação ao período homólogo das boas perspectivas de emprego e das perspectivas de actividade no primeiro trimestre de 2012.

Os empresários do sector da construção tiveram mais obstáculos no desenvolvimento normal das suas actividades, no quarto trimestre de 2011, comparando ao período homólogo de 2010.

"Na opinião dos empresários, a insuficiência da procura, as dificuldades na obtenção de créditos bancário, o excesso de burocracia e a regulamentação estatal foram os principais constrangimentos", destaca.

"O nível elevado das taxas de juros, o elevado absentismo da mão-de-obra e a falta de materiais influenciaram negativamente na actividade das empresas".

Mostram-se optimistas Mas, uma vez se confirma a forte pressão dos problemas estruturais sobre as questões conjunturais, o que representa verdadeiro dilema para a melhoria do clima económico.

Comércio pode sofrer ligeira estagnação

o comércio manteve, igualmente, uma tendência ascendente, mas ficou abaixo da média. Os empresários do sector perspectivam ligeira estagnação da actividade e a redução dos níveis de stocks no primeiro trimestre de 2012.

Em contrapartida, as perspectivas da actividade mantêm a tendência ascendente. Salienta-se que as perspectivas de stocks continuam em abaixo, desde o quarto trimestre de 2010.

O sector registou menos obstáculos no último trimestre do passado ano. Os principais obstáculos nas empresas Comerciais foram a insuficiência de procura, o excesso de burocracia e as regulamentações estatais; também contribuíram, de forma negativa, para o desenvolvimento normal da actividade das empresas as dificuldades financeiras, a ruptura de stocks, o elevado absentismo do pessoal ao serviço e

as dificuldades em encontrar pessoal com formação adequada.

Índice de confiança dos transportes

e turismo em queda O indicador de confiança do sector dos transportes abrandou mais uma vez, situando-se muito abaixo da média. Entre os constrangimentos, destacam-se as dificuldades financeiras e a concorrência, que foram, na opinião dos empresários, as principais limitações.

A estes constrangimentos, agregam-se as dificuldades em encontrar pessoal qualificado, excesso de burocracia e as regulamentações estatais

O turismo também caiu, motivado pela redução nas variáveis perspectivas da empresa e de emprego. O indicador de confiança no sector do turismo manteve a tendência descendente dos trimestres anteriores. Não obstante, a actividade actual das empresas aumentou face ao trimestre anterior.

Os empresários do sector ressentiram pela insuficiência da procura, pelas dificuldades financeiras, pelas dificuldades em encontrar pessoal qualificado e pelo excesso de burocracia e regulamentos estatais.

1.8 Estatística actualiza cartas através de fotos por satélite

Jornal de Angola

12 de Março de 2012

O Instituto Nacional de Estatística vai adquirir imagens satélite para facilitar o processo de actualização cartográfica e está a elaborar uma estratégia de comunicação social, onde os órgãos públicos e privados devem jogar um papel central. De acordo com um manual do instituto, o organismo vai recorrer a imagens de satélite para reduzir os riscos no processo de recenseamento geral da população e habitação que o país vai realizar no próximo ano.

Segundo o documento, entre os riscos para o processo de recenseamento populacional destaca-se a informação deturpada por parte dos órgãos de comunicação social ou uma comunicação fraca, recusa de prestação de informação por parte da população, as áreas não cobertas pela actualização

cartográfica e desastres naturais. O manual informa que constitui igualmente risco para o processo a não cobertura de grupos especiais como crianças de rua e nómadas que se dedicam à actividade pastoril. "O Instituto Nacional de Estatística vai identificar os locais de aglomeração de crianças de rua e de pessoas nómadas dedicados à pastorícia com brigadas móveis

para garantir a cobertura dos mesmos", revela o manual.

Em relação aos desastres naturais, o manual informa que o território nacional não é propenso à ocorrência de calamidades naturais, com excepção de cheias e deslizamentos de terra durante a época das chuvas.

"Por isso, o censo foi agendado para os meses de Junho e Julho", esclarece o documento.

1.9 As empresas e a Economia

Jornal de Angola

16 de Março de 2012

Estão criados os instrumentos legais para o apoio à classe empresarial, abrindo-se caminho para, de forma organizada e célere, se atribuírem os necessários incentivos a quem se dedica às actividades produtivas. O apoio à economia, com juros bonificados, marca uma nova era na vida económica nacional.

O Executivo tem trabalhado rapidamente para que seja dado um grande impulso à actividade empresarial. O Presidente da República deu um voto de confiança aos empresários e reconheceu a capacidade dos angolanos para empreenderem iniciativas que contribuam para alavancar a economia nacional.

Tudo está a ser feito para relançar a actividade produtiva, por via de micro, pequenas e médias empresas, que vão diversificar a economia, oferecer bens de consumo e aumentar o seu peso no Produto Interno Bruto. Mas o mais importante é que a rede de micro, pequenas e médias empresas que vai nascer com os financiamentos bonificados permite criar a curto prazo milhares de postos de trabalho, que vão contribuir para a redução da taxa de desemprego, sobretudo entre os jovens. Quatro instrumentos legais foram promulgados pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para apoio aos empresários: o Regulamento da Lei sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas, o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas; o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio e o decreto que cria o Balcão Único do Empreendedor e respectivo estatuto orgânico.

Com este quadro legal mais os financiamentos com juro bonificado, vão ser criadas inúmeras empresas em todo o território nacional pelos angolanos com capacidade para actuar no mundo dos negócios.

Com a entrada em vigor dos instrumentos legais de apoio aos empresários, estes passam a ter um suporte de acesso a crédito barato. O legislador preocupou-se em desburocratizar a criação de empresas e em aproximar os serviços da população, facilitando assim a vida daqueles que estão dispostos a ajudar no desenvolvimento da economia.

Um bom exemplo de desburocratização é o Balcão Único do Empreendedor (BUE), um serviço público que concentra num único local todos os serviços intervenientes no processo de constituição e licenciamento de micro, pequenas e médias empresas.

No passado, muitos angolanos com capacidade e conhecimentos técnicos para iniciativas económicas interessantes não levavam por diante os seus projectos, ou porque havia muita burocracia ou porque não tinham acesso fácil ao crédito, perdendo-se assim oportunidades do país contar com agentes económicos, que podiam gerar empregos e riqueza.

É inegável que as empresas privadas são importantes agentes económicos e o Estado, quando intervém na economia, deve fazê-lo criando também condições para que a iniciativa privada se desenvolva, concentrando-se em investimentos que, pela sua natureza, requerem avultados recursos financeiros e que os privados não têm capacidade para realizar, como é o caso das infra-estruturas.

O Estado não pode fazer tudo. A política de incentivos à iniciativa privada é uma boa opção para acelerar a solução dos problemas da pobreza e do desemprego. Ao que tudo indica, é intenção do Executivo diminuir a presença do Estado na economia, alargando-se o espaço de intervenção de empresários privados. Disse o Presidente da República, na sua recente visita à Lunda-Norte, que "o Estado tem uma grande presença na economia e queremos que cada vez mais os angolanos se tornem empreendedores, realizem bons negócios para si e para as suas famílias, mas também para criar emprego e contribuir para o desenvolvimento nacional".

As instituições públicas que hão-de intervir na execução das tarefas destinadas a levar o sector privado a uma maior participação na economia nacional devem ser expeditas no tratamento das questões relativas aos incentivos às micro, pequenas e médias empresas, focando a sua actuação na simplificação dos procedimentos, tendo em atenção a concretização dos grandes objectivos do Executivo, consubstanciados na melhoria das condições de vida das populações e no crescimento da economia.

O surgimento de muitas empresas vai ter um grande impacto na economia, se tivermos em conta que a

criação de novas unidades de produção e distribuição de bens e serviços pode absorver muitos jovens desempregados, muitos dos quais com formação média e superior ou conhecedores de diversos ofícios.

Queremos que os negócios dos angolanos sejam sólidos e desejamos que os nossos empresários tenham muitos êxitos na sua actividade. Porque o seu êxito vai repercutir-se positivamente na vida de milhares de angolanos. É preciso trabalhar para a criação de mais empresas, fazendo cada um a sua parte e removendo-se os obstáculos que possam obstruir o caminho da expansão da actividade produtiva em todo o país.

1.10 Executivo Ganha Parceiro no Combate Pobreza

Jornal de Angola
12 de Março de 2012

Um numeroso grupo de crianças acorre à mesa do Centro Infantil Luz Divina, localizado no bairro Quilombo, Cazenga, em Luanda, para comer um prato de sopa, ainda quente.

Rosário Joaquim e os seus irmãos beneficiam da "sopa solidária", uma acção promovida pelo projecto "Uma Sopa, um Amigo", levado a cabo pelo activista social Cerqueira Lopes. Filhos de pais separados, Rosário Joaquim e os irmãos vivem com o pai, desempregado, e a madrasta, que ganha a vida como lavadeira. A sopa é um alimento que, há muito tempo, deixou de integrar a dieta alimentar da família. Rosário Joaquim, filho mais velho, é o responsável pelos irmãos na ausência dos pais. "Eu ouvi que estavam a dar sopa e trouxe os meus irmãos".

Francisco Neto, de nove anos, comia a sopa no Centro Luz Divina. Natural da província de Malange, Francisco Neto vive com a avó materna na Rua do Depósito, no bairro Quilombo, município do Cazenga. Pediu que as activistas sociais da igreja Assembleia de Deus Pentecostal mantenham esta iniciativa.

O projecto fornece sopa a muitas crianças mas também a adultos. Domingos Manuel, 45 anos, também é um dos beneficiários. Foi afastado da Polícia Nacional por ser viciado no consumo de bebidas alcoólicas. Hoje depende da caridade dos vizinhos. É pai de cinco filhos, três dos quais já falecidos. Projecto nas províncias O coordenador do projecto "Uma Sopa, um Amigo", Cerqueira de Carvalho, informou que o programa vai ser estendido a zonas rurais de outras províncias. "Este mês, vamos levar o

projecto ao Sambizanga, a Viana e, mais tarde, às províncias de Benguela e Kwanza-Sul", anunciou Cerqueira de Carvalho.

- O activista garantiu que o programa de ajuda às comunidades tem registado grande adesão por parte da população.

"Deduzimos, pelas edições já realizadas, que a adesão tende a aumentar em cada actividade programada", disse o jovem activista.

O projecto, sublinhou, apoia, em cada edição, mais de 500 pessoas necessitadas e tem ainda o apoio das associações de moradores, das empresas Frescangol e Refriango.

O coordenador do projecto garantiu que a iniciativa de âmbito social visa apoiar o Executivo no programa de combate à pobreza.

Mães levam consolo

Palmira Lopes é responsável pelo grupo de fiéis da Assembleia de Deus Pentecostal, no município do Cazenga. O trabalho das mulheres consiste na confecção da comida e na sensibilização porta a porta para que as pessoas adiram ao projecto.

O trabalho decorre, em cada edição, com a entrega de senhas às administrações municipais e comunais por serem elas que conhecem as famílias carenciadas dos bairros e comunas do município do Cazenga. Palmira Lopes afirmou que a distribuição da refeição, composta por pão, sopa, sumo e água, tem transformado a vida de muitas crianças, jovens e pessoas da terceira idade. Na edição passada, que decorreu no Centro Infantil Kalawenda, no Cazenga, houve a presença de 100 idosos. Sábado, entre os idosos que acorreram ao Centro Infantil Luz Divina, estava Guilherme Joaquim, um viúvo de 57 anos. Guilherme Joaquim padece de uma doença pulmonar e, por viver sozinho, depende da caridade dos vizinhos.

O grupo de mulheres da Assembleia de Deus Pentecostal tem prestado atenção ao viúvo que também perdeu os dois únicos filhos. "Na sequência da assistência que lhe é dada pelas activistas sociais Guilherme Joaquim tem vivido dias melhores.

"Antes de receber apoio das mães, eu ficava apenas na cama, por causa das dores constantes e da falta de alimentação. Nas últimas semanas, já me levanto", expressou. Palmira Lopes afirma que muitas pessoas em vários bairros enfrentam as mesmas dificuldades.

A religiosa considera importante que sejam apoiadas as camadas mais necessitadas da sociedade. Neste

sentido, os responsáveis do programa "Uma Sopa, um Amigo" tencionam reforçar a sua actuação, com a realização de mais actividades solidárias.

1.11 Mpme's Ganham Suporte Legal Para Estimular Sector Privado.

Semanário Factual

De 17 á 24 de Março

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) ganharam, esta semana, suporte legal que pode contribuir nas condições para uma maior participação do sector privado na economia nacional.

Os decretos assinados pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referem-se ao Regulamento da Lei nº 30/11, de 13 de Setembro sobre as MPME's, ao Modelo de Implementação do Programa de Apoio às Micro, às Pequenas e Médias Empresas e ao Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN).

De acordo com a ANGOP, que cita uma nota da Casa Civil da Presidência da República, os quatro Decretos Presidenciais permitem materializar a garantia de apoio aos empresários, já anunciada na Mensagem de Fim de Ano e criar condições para uma maior participação do sector privado na economia nacional.

O Decreto Presidencial sobre o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, criado ao abrigo da Lei nº 30/11, de 13 de Setembro, visa regulamentar as linhas gerais para a promoção de incentivos fiscais, financeiros, organizacionais, reforço de competências e de inovação tecnológica a essas empresas, institucionalizando o apoio do Executivo, através de programas plurianuais e de execução faseada anualmente.

Os instrumentos de apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas são financiados por meio de dotações aprovadas pelo Orçamento Geral do Estado, por dotações oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e de quaisquer dotações provenientes de outras fontes de financiamento tidas como adequadas e que lhe sejam atribuídas.

O Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas tem valor global em Kwanzas, equivalente a um bilião, oitocentos e vinte e cinco milhões de dólares americanos, devendo, anualmente, o Executivo definir a sua expressão financeira no OGE.

O Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), a ser implementado já em 2012, tem valor global de 21 mil e 340 milhões de Kwanzas e visa promover o desenvolvimento e a consolidação de negócios de pequena dimensão, facilitando aos micro-empresendedores o acesso ao crédito, em condições ajustadas à dimensão e à natureza das iniciativas individuais.

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) é um serviço público de carácter inter orgânico que, com a finalidade de os simplificar e desburocratizar, concentra num único local todos os serviços intervenientes no processo de constituição e licenciamento das Micro e Pequenas empresas.

1.12 Taxa de Cobertura Fica Acima de 300 Porcento

Semanário Factual

De 17 á 24 de Março de 2012

O saldo da balança comercial registou um superávit de 11,6 mil milhões de dólares, no quarto trimestre de 2011 como resultado do comportamento do preço do petróleo. As exportações fixaram-se acima dos 17,2 mil milhões

de dólares, enquanto as importações rondaram os 5,7 mil milhões. Os principais parceiros das exportações angolanas, durante o quarto trimestre, foram a China, com 39,25%, os Estados Unidos d América (EUA), com 18,48% e a Índia, com 8,88%.

O quarto trimestre de 2011, face ao período homólogo, registou um aumento do valor total das exportações em cerca de 36,30%, enquanto as importações registaram aumento de 8,89%.

Portugal continua a liderar a lista dos principais parceiros das importações para Angola, com 19,85%, seguindo-se a China, com 12,02%; os E.UA com 8,86%; o Brasil com 5,79% e a África do Sul com 5,41 %. A taxa de cobertura fixou-se em 303,74% em relação a 394,63% no terceiro trimestre do passado ano.

1.13 Força Mulher

A Capital

17 de Março de 2012

Edite Márcia tem 27 e é gerente de uma boutique de vestuário, calçado e outros acessórios unissexo, ao bairro São Paulo. Conta que começou a trabalhar cedo, porque precisava de ajudar no pagamento da renda de casa.

Sentia que os pais esforçavam-se muito para dar alguma dignidade aos seis filhos do casal. Tão logo terminou a sua formação do segundo ciclo, Edite entendeu ser a melhor altura para ingressar no mundo do trabalho. E como era estreada, conta que enfrentou muitas barreiras no acesso ao primeiro emprego que, onde, como é habitual, as empresas exigem sempre alguns anos de experiência na área em que a pessoa se candidata. E com Edite Márcia não seria diferente.

“Tive muita dificuldade”, disse, mas não desistiu. A primeira oportunidade de emprego a que teve acesso foi a de balconista num armazém de produtos diversos, onde a jovem procurou obter a maior experiência necessária para conciliar com a actividade que exercia.

Mas, o factor que lhe lançou para outros patamares foi, sem sombra de dúvida, o curso de informática que fizera, enquanto, estava no armazém.

“Foi bom, porque comecei a conhecer um outro mundo”, salientou. Uma das qualidades que acredita a terem lançado para as conquistas que se seguiram, foi o facto de ser expedita. Os clientes, reconhecendo esta qualidade de balconista, fizeram-lhe vários convites até que, “decidi trabalhar num colégio”.

O seu novo posto de trabalho seria uma secretária de colégio. Ali, Edite auxiliava todos os colegas, ou seja, era uma “faz tudo”, já que não tinha ainda experiência para trabalhar de forma independente. Mas o que valia, para ela, foi a oportunidade dos desafios que se avizinhavam.

As conquistas continuaram até que, um dia, à convite de uma colega de escola, já no ensino médio, foi trabalhar na boutique onde se encontra até hoje.

“Já lá vão oito anos”, lembrou, mas ressalta que sofre muita discriminação quando as pessoas ouvem falar da sua profissão.

A intenção é sempre minimizar a sua ocupação dizendo que lá não terá futuro. Mas Edite disse que contrapõem e aponta os benefícios que já ganhou como gerente de boutique. “Viajo muito para fazer as compras e conheço muita gente”, avançou, ao referir, também, que é do seu salário que paga as contas de casa, e sustenta a sua formação académica.

Edite acredita que o estigma que certas pessoas criam face a alguma profissão ou ocupação tem influenciado, em parte, as taxas de desemprego.

Defende que se sentisse mal com o que faz, é só porque as pessoas a censuram, pelo que, por esta altura, teria já pedido a sua demissão e ser mais uma

pessoa sob tutela do Estado, no mercado de emprego. Ela sente que o seu contributo na luta contra a pobreza que assola, sobretudo, as mulheres é ter uma conta salarial da qual se possa subtrair os impostos enquanto funcionária, mas acredita que se pode fazer mais e mais para reverter o actual estado da pobreza entre, nós.

“Cada um a colocar um bloco, fica mais fácil concluir esta imensa obra”, afirmou. Por isso, defende a ideia de que, homens e mulheres são chamados, para juntos alavancarem o desenvolvimento que se pretende sustentável, para se poder estancar os índices de pobreza que já vão altos, no país e no mundo.

Neste mês dedicado às mulheres, Edite Márcia convida-as a lutar mais por um mundo justo de igualdade no género.

Um outro mecanismo que pensa implementar no combate à pobreza é a criação do seu próprio negócio. Pois, com a experiência colhida ao longo destes anos, ela acredita que é chegada a hora de fazer mais. Com o seu espaço, diz que vai poder empregar mais pessoas e, assim, dar a oportunidade de mais pessoas contribuírem nas rendas de casa, tal como ela decidiu fazer, a dada altura da sua vida.

“Este será o meu próximo passo”, afirmou, a concluir.

1.14 Pacavira faz avaliação positiva dos programas de combate à pobreza

Jornal de Angola

18 de Março de 2012

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais e coordenadora nacional do Programa de Combate à Pobreza avaliou, no Uíge, os níveis de execução dos projectos e a implantação do Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde.

Rosa Pacavira foi informada sobre a execução dos projectos nos sectores da educação, saúde, agricultura, habitação e da energia e água em curso nos municípios da província. A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais disse, durante uma reunião com membros do Governo Provincial, que a sua visita ao Uíge, para além de servir de avaliação dos projectos e corrigir as debilidades verificadas na sua execução, foi aproveitada para identificar novos sectores prioritários para melhorar a vida da população.

Rosa Pacavira referiu que a construção de mais escolas, centros e postos de saúde e habitações sociais para a população e funcionários públicos está entre as principais prioridades do Executivo para o ano em curso. Esses projectos devem responder às necessidades do sistema de ensino e aprendizagem, melhorar a assistência sanitária às populações e realizar o sonho da casa própria para a juventude.

"Este ano pretendemos ter um programa mais efectivo para melhorarmos as condições de vida da população. Vamos construir mais escolas, porque ainda existem muitas crianças a estudarem em condições precárias e muitas estão fora do sistema normal de ensino.

Vamos mobilizar os empresários locais para darmos maior dinamismo a esse projecto e permitir que mais crianças estudem", assegurou.

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais anunciou a construção, este ano, de mais postos e centros de saúde nas aldeias e comunas, e hospitais em várias sedes municipais.

Rosa Pacavira disse que no sector da saúde vão ser reforçadas as medidas de fiscalização e controlo no fornecimento de medicamentos e outros equipamentos médicos.

A coordenadora do Programam de Combate à Pobreza informou que, por orientação do Chefe do Executivo' está em curso o processo de descentralização financeira para a execução do Programa Agua para Todos, com vista a permitir que os municípios tenham mais recursos para financiarem projectos de construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, perfuração de poços e instalação de chafarizes e lavandarias nas comunidades. "Dos relatórios que nos são enviados, temos constatado que o fornecimento de água e energia eléctrica na província ainda constitui um grande problema. Vamos continuar a desenvolver várias acções nestes sectores, sobretudo o da água, para que o programa seja abrangente", disse ..

Fomento empresarial

Rosa Pacavira disse que para reforçar as acções de combate à pobreza, o Executivo está a criar "balcões do empreendedor", para facilitar a criação e legalização das micro e pequenas empresas.

A secretária do Presidente da República e coordenadora do Programa de Combate à Pobreza disse que a medida visa estimular o espírito empreendedor dos angolanos, sobretudo da juventude. Para melhor combater a pobreza nas comunidades rurais, Rosa Pacavira afirmou que foi

aberta uma linha de crédito para financiar os empreendedores, cujo montante varia entre os 150 mil e um milhão de kwanzas, com uma taxa de juros de cinco por cento, reembolsáveis em três anos.

Os pequenos empresários têm ainda um ano de graça, sem precisarem de depositar qualquer prestação do montante financiado. Neste período, os juros também não são contabilizados. "Existe muita população que sobrevive do mercado informal. É intenção do Executivo colocar estes cidadãos no mercado formal através da constituição e legalização de micro empresas e cedência de financiamentos para que exerçam a actividade comercial de forma legalizada, reduzindo a pobreza no seio familiar e nas comunidades", referiu Rosa Pacavira.

1.15 Dinheiro Para os Pobres ou Instrumentos Contra Apobreza ?

A capital

24 de Março de 2012

O combate à pobreza transformou-se nas últimas décadas num slogan político de governos de diferentes cores ideológicas e políticas, mas não existe um consenso sobre a abordagem do fenómeno. Pior que isso, escassos são os exemplos de sucessos e mesmo, entre estes, a experiência brasileira, ainda gera polémicas.

Globalmente falando, poderiam ser consideradas três escolas de pensamento sobre a abordagem do combate a pobreza global. Uma delas, senão a mais conhecida, teve a sua sustentação pontificada por Jeffrey Sachs, que equacionava a falta de recursos financeiros e materiais das pessoas pobres com a solução da ajuda externa, tida como fundamental.

Os críticos defensores de uma segunda opção - lançaram as farpas do perpetuar da ajuda externa e da dependência, advogando a eficiência do mercado e a dita busca de soluções autónomas por parte dos cidadãos.

Numa terceira linha de pensamento, estão aqueles que sustentam ser a pobreza uma consequência da corrupção endémica, da qual padecem a maioria das nações africanas e não só. Esta tese, foi muito sustentada no livro recentemente publicado do professor Greg Mills com o sugestivo título. Why Africa is Poort ? •• (Por que razão a África é pobre, numa tradução não literal).

O autor sul-africano interroga-se sobre os motivos do fracasso africano, mais de meio século depois do desencandear das independências do continente

negro. Para Mills, África está pobre não apenas pelo diminuto e frágil mercado e sector financeiro, não somente pela falta de infra-estruturas e políticas de desenvolvimento ou educação adequadas, muito menos pelos financeiros e materiais das pessoas pobres com

a solução da ajuda extecursos naturais. Greg Mills aponta o dedo à ferida: os dirigentes africanos fizeram uma escolha. Uma escolha com o lastro da corrupção e das obras descartáveis e a perpetuação dos factores de dependência.

Mas existem outras abordagens. Na literatura temática emergiu um outro livro, intitulado •• Poor Economics: A radical rethinking of The Way to Fight Global poverty", edição da Public Affairs, na versão sul-africana, de autoria de Abhit Banerjee e Esther D4:",. ffo, que lamentavelmente ainda não temos a tradução em português para o grande público.

Na obra, numa abordagem inovadora, sustenta-se a não existência de respostas definitivas em matéria de combate à pobreza global.

Segundo os autores, a solução estaria menos nas políticas usualmente oferecidas pela classe política do que nas falhas dos três 1's neste domínio ao nível mundial: ideologia, ignorância e inércia.

Com um estudo baseado num!'-amostra de 18 países os autores tentam explicar como as pessoas conseguem sobreviver com menos de 100 cêntimos de dólar por dia para ilustrar a ausência de resultados dos programas de diminuição ou combate à pobreza. Entre as conclusões descoir' certantes - será este talvez o termo mais eloquente que me vem á mente

- está o facto de os pobres, frequentes vezes concederçm maior importância a bens não alimentares e mesmo entre aqueles, aos considerados não essenciais. Para no final, chegarmos talvez à conclusão de que talvez o mérito resida mais no cruzamento de políticas em campos tais como a educação, saúde pública, habitação, planeamento familiar - do que apenas nas micro.

1.16 Fundo Monetário Internacional dá Nota Positiva

Jornal de Angola

31 de Março de 2012

O ano de 2012 ficará marcado indelevelmente na mente de todos angolanos por ser aquele em que comemoramos os dez anos da paz efetiva.

Os ganhos dos tempos de paz são visíveis aos olhos dos cidadãos de todo mundo que olham para Angola de forma positiva e construtiva, pois os outros mais não fazem do que inventar argumentos para encontrarem defeitos em tudo.

O Presidente José Eduardo dos Santos, como Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas, conseguiu um feito relevante a todos os níveis, já que conseguiu congrega, sob a mesma bandeira e os mesmos símbolos, toda população de Angola em "um só povo e uma só Nação".

Hoje, vivemos num clima de paz e harmonia total e não temos pequenas quizilas que depois se transformam em grandes problemas como acontece em muitos países africanos saídos de conflitos, em que geralmente a parte vencedora tenta humilhar e esmagar a derrotada.

Em Angola somos todos irmãos e vivemos em harmonia sem sabermos, nem querer saber quem vem de onde nem para aonde vai.

Por isso, temos que agradecer a todas as forças políticas, militares e à sociedade civil que ajudaram no processo de transição da guerra para paz, que é um exemplo para Africa e para o mundo. Logo após o fim da longa guerra que o país viveu, o Executivo procurou formas de estabilizar a inflação, que estava muito além dos níveis desejados em função da grande procura e da pouca oferta.

Outro factor que contribuiu para aquela subida exponencial da inflação foi a destruição de praticamente 60 por cento das indústrias nacionais, o que originou que a maioria dos produtos fossem importados, tomando-os, naturalmente mais caros, pois eram aplicadas taxas acrescidas, com o argumento do risco de exportação, pois ninguém acreditava que o país estava livre do flagelo da guerra.

O Executivo solicitou, então, uma conferência de doadores internacionais, sem grande êxito, pois o cepticíssimo imperava entre os potenciais patrocinadores de uma futura reconstrução nacional.

Estrategicamente, o Presidente José Eduardo dos Santos virou os ponteiros da política externa de Angola para a China e o empréstimo deste país trouxe o desenvolvimento que todos conhecemos.

As autoridades dos grandes países investidores e das organizações internacionais passaram a acreditar no potencial de Angola. As agências de notação mais conceituadas no mundo aumentaram o rating de Angola para níveis apenas comparáveis a economias estáveis há mais de meio século.

Face a essa nova realidade, Angola e o Fundo Monetário Internacional (FMI) negociaram, em Novembro de 2009, um crédito avaliado em 1,33 mil milhões de dólares.

O acordo enquadrou-se na categoria Stand By, contemplando uma ajuda, pelo prazo de 27 meses, em seis tranches, com a última a ser entregue em função da avaliação do desempenho do Executivo por aquele organismo.

Esta semana soube-se que o FMI libertou a última parcela de 132,9 milhões de dólares para os cofres do Banco Nacional de Angola.

O subdirector geral e presidente em exercício do Conselho de Administração do FMI, Min Zhu, louvou, em comunicado, o Executivo angolano pela conclusão, com êxito, do acordo e pela concretização do objectivo de restaurar a estabilidade macroeconómica.

"As autoridades angolanas empreenderam um ajuste fiscal considerável, regularizaram volumosos pagamentos internos em atraso, voltaram a acumular reservas internacionais, estabeleceram a taxa de câmbio, reduziram a inflação e adoptaram medidas decisivas para reforçar a responsabilização pelos gastos públicos e aumentar a previsibilidade das transferências das receitas petrolíferas", salientou a nota.

O documento também referiu a "eliminação gradual das operações quase-fiscais" da Sonangol, integrando-as no Orçamento Geral do Estado, e a criação de grupos de trabalho interinstitucionais para monitorizar e reconciliar os fluxos de receita do petróleo para o Tesouro.

Estas conclusões do FMI, a maior entidade financeira do mundo, têm de encher de satisfação todos os angolanos. O FMI, que foi criado em Julho de 1944 para assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial pela fiscalização das taxas de câmbio e da balança de pagamentos, através de assistência técnica e financeira, utiliza várias formas de financiamento: SBA que é o Acordo de crédito contingente ou acordo stand-by, conhecida como a política mais comum de empréstimos do FMI.

E utilizada desde 1952 em países com problemas de curto prazo na balança de pagamentos. Esta política envolve apenas o financiamento directo de 12 a 18 meses.

O prazo de pagamento vai de três a cinco anos. São cobrados juros fixos de 2,22 por cento mais a taxa variável que pode chegar a 2 por cento. ESF, que consiste no Programa de Contenção de choques

externos (Exogenous Shocks Facility) aplicável em crises e/ou conflitos temporários vinculadas a outros países e que influem no comércio, flutuações no preço de commodities, desastres naturais.

Duram de um a dois anos. Centra-se apenas nas causas do choque. Todos os membros da organização são elegíveis a esse empréstimo, mas sob as regras de um Plano de Assistência de Emergências. EFF, Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility), concebido para problemas de médio prazo, destina-se a países com problemas estruturais na balança de pagamentos. Procura resolver os problemas através de reformas e privatizações. SRF, que consiste no Programa de Financiamento de Reserva Suplementar (Supplemental Reserve Facility) elaborado para problemas de curto prazo de mais difícil resolução, como a perda de confiança no mercado ou ataques especulativos.

Estes empréstimos são pagos num prazo até dois anos e, sobre eles, são cobrados juros fixos de 2,22 por cento ao ano mais uma taxa que varia de 3 a 5 por cento.

PRGF, Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Desenvolvimento (Poverty Reduction and Growth Facility), destina-se a países pobres. Está ligado a estratégias de combate à pobreza, e recuperação do crescimento. É exigido um documento do país membro contendo as estratégias de combate à pobreza. Tem taxas anuais de 0,5 por cento e podem ser pagos com prazo entre 5 anos e meio a dez. Assistência de Emergência (Emergency Assistance), para o auxílio a países que sofreram catástrofes naturais ou foram palco de conflitos.

1.17 Alerta Economista: ‘‘Há Risco de Fissuras Sociais’’

A Capita

31 de Março á 07 de Abril

Um estudo de há cinco anos entra, porém, em contradição com a tese defendida no início do corrente ano pelo economista Alves da Rocha. que vê com pessimismo o gordo crescimento do desemprego no país, estimada em 26 por cento. "Os nossos jovens licenciados não têm um leque de oportunidades junto das empresas estrangeiras e as empresas angolanas ainda são poucas e não tem capacidade para absorver a capacitação técnica que as Universidades vão lançado para o mercado", alertou.

Para o também professor Universitário, é competência do Estado Angolano reservar segmentos de emprego para os nacionais, dado que os jovens angolanos não apenas se confrontam com a escassez de oportunidade para o primeiro emprego, mas também com uma concorrência desleal, fruto de uma cada vez maior presença de pessoal expatriado, geralmente "com uma componente técnica muito importante, que acaba por barrar a entrada de quadros Angolanos" no mercado de trabalho", além, é claro, da componente salarial que, em muitos casos, não tem servido de lenitivo bastante para o ingresso de força de trabalho.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Empreendedores Recebem Crédito para Relançamento da Actividade

Jornal de Angola
03 de Março de 2012

Centenas de jovens empreendedores de Lândana, município de Cacongo, receberam crédito para os seus negócios; através do Programa Empreendedorismo na Comunidade, da responsabilidade do Executivo, para combate ao desemprego, numa parceria entre o Ministério da Administração Pública, Emprego Segurança Social (MAPESS) e o Banco Sol.

Maria de Rosário Bernarda, jovem empresária, beneficiou de crédito que lhe vai permitir relançar o seu pequeno negócio: “com este dinheiro já posso recomeçar as minhas actividades”, disse à nossa reportagem.

Antes de se habilitar ao crédito, Maria de Rosário Bernarda vendia banana assada e o dinheiro que arrecadava não era suficiente para suportar os encargos da família: “por isso frequentei um curso de empreendedorismo e fui contemplada com crédito que vai permitir engrossar o meu negócio”.

A jovem louvou a iniciativa do Executivo ao conceder crédito aos jovens e espera que acções do género sejam extensivas às restantes províncias para ajudar a juventude a concretizar os seus sonhos.

Jerónimo Chilembo Capita, outro beneficiário que fez formação em gestão de pequenos negócios, recebeu o cartão multicaixa que o habilita a ter acesso ao “Crédito Amigo” do Banco Sol: “estou satisfeito por receber o crédito, agora vou desenvolver a minha actividade de acordo com este apoio”.

Jerónimo Capita afirma que está preparado para exercer a actividade de cantineiro. Com a venda dos produtos vai melhorar as condições de vida da família e da população da regedoria do Tando Pala: “com este crédito estou em condições de proporcionar mais postos de trabalho a outros jovens”.

Jerónimo Capita aconselhou aos jovens a acreditarem no programa de empreendedorismo, para resolverem os seus problemas de emprego e para ajudarem no desenvolvimento do município de Cacongo.

Maria Rosa Antonieta é cabeleireira de profissão há longos anos. Trabalhava num salão de beleza que

actualmente se encontra encerrado por falta de verbas. Com o dinheiro vai reactivar a actividade de cabeleireira e vender produtos de beleza.

“Sinto-me feliz por tudo o que o Executivo tem feito em prol da juventude, sobretudo para os jovens da província de Cabinda”, disse. Maria Rosa Antonieta diz que “nunca me senti tão feliz. Com o crédito estou em condições de intensificar a minha actividade e ajudar outras pessoas interessadas em aprender a profissão”.

Maria Rosa Antonieta prometeu empregar mais duas jovens para com elas desenvolver o negócio.

Ana Madia Tati, moradora no município de Cacongo, está alegre e feliz. Recebeu crédito para a fazer os seus negócios: “sou comerciante e tenho o meu pequeno estabelecimento. Este crédito vai ajudar a ampliar o meu negócio”. Ana Madia Tati garantiu que vai organizar a sua empresa e ensinar a outros jovens a sua profissão: “estou disposta a trabalhar para o engrandecimento e desenvolvimento do município de Cacongo e da província de Cabinda”, disse Ana Madia Tati, que saudou a iniciativa do Executivo em relançar o programa de empreendedorismo na comunidade.

Criação de emprego

O Programa Empreendedorismo na Comunidade, lançado em Julho de 2008 no município do Cazenga, já beneficiou directamente 3.185 jovens e nove mil beneficiários indirectos. Isto significa que cada empreendedor formado e com crédito cria uma média de três postos de trabalho directos.

O programa já concedeu créditos e ferramentas de trabalho aos jovens das províncias do Bengo; Cabinda, Huambo, Huíla, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Kuando-Kubango, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Faltam apenas as províncias de Benguela, Bié e Cunene.

O director da “Incubadora de Empresas” do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), Jacinto Ferreira Domingos, explicou que o processo de concessão de crédito não é a actividade primordial do Programa Empreendedorismo na Comunidade.

O importante é dar formação aos jovens empreendedores em gestão empresarial e identificar junto das comunidades oportunidades geradoras de rendimentos, criar postos de trabalho, oferecer produtos e serviço com valor agregado nas comunidades.

Jacinto Ferreira Domingos acrescentou que este reforço estrutural deve ser complementado com outro tipo de acções, na medida em que o sector formal da economia ainda não consegue absorver essa força de trabalho disponível.

O director da “Incubadora de Empresas” reconheceu que os empreendedores têm sentido dificuldades no acesso ao crédito, na medida em que são exigidas garantias reais: “os pequenos empresários, para se habilitarem ao crédito têm que possuir uma casa, terrenos ou bens valiosos em seu nome para darem ao banco como garantias”.

Barreiras ao crédito

Jacinto Ferreira Domingos disse que as garantias têm constituído uma barreira para os empreendedores na execução da sua actividade.

“Trabalhamos com alguns bancos comerciais, no caso o Banco Sol, e com a garantia institucional ajudamos a ultrapassar essas barreiras e fazer com que os empreendedores tenham acesso ao crédito”, disse.

O director da “Incubadora de Empresas” afirmou que está preocupado com a qualidade do ensino ministrado nos centros de formação profissional. Por isso os centros estão a ser potenciados para que os formandos obtenham capacidades profissionais que lhes permitam exercer com eficiência a sua actividade.

Jacinto Ferreira Domingos disse ainda que o Programa de Empreendedorismo na Comunidade tem ajudado os jovens a usar os bancos para rentabilizar as suas economias. “O programa não consiste apenas na entrega de dinheiro, mas também ensina os jovens a criar hábitos de poupança pessoal e do seu próprio negócio”, disse.

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, salientou a importância do programa, tendo em conta a inserção da juventude no mundo empresarial, como forma importante de combater a pobreza. “O programa de combate à pobreza requer estas iniciativas, para que os jovens tenham a possibilidade de, através dos bancos, obterem crédito”, realçou o ministro Pitra Neto.

O ministro afirmou ainda que os jovens, ao beneficiarem de crédito e instrumentos de trabalho, têm a responsabilidade de utilizar o dinheiro no desenvolvimento da actividade empresarial, mediante a sua área de formação.

Gestão dos negócios

António Pitra Neto informou que o Programa Empreendedorismo na Comunidade foi criado a partir das orientações do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos. Tem como fim o enquadramento Sócio-Profissional e laboral dos jovens, mediante as suas aptidões e capacidades.

“Fazemos o recrutamento e selecção de jovens, que recebem formação para que possam ter a noção de como gerir o seu próprio negócio”, acrescentou.

Mawete João Baptista, governador provincial de Cabinda, referiu que o crédito no âmbito do Programa Empreendedorismo na Comunidade veio responder às preocupações da população, sobretudo da juventude, que permanentemente reclama por falta apoios para os seus negócios.

O governador de Cabinda pediu aos beneficiários para trabalharem com responsabilidade, cuidarem bem das ferramentas entregues e gerirem bem os seus negócios, para sustentarem as famílias.

Mawete João Baptista referiu que as parcerias público-privadas são bem-vindas porque o Executivo sozinho não consegue resolver todos os problemas que afligem a população.

Número de formandos

Tendo em conta a capacidade instalada na província de Cabinda, 542 jovens frequentaram no ano passado os Centros de Formação Profissional do Caio e Buço Zau e os Pavilhões de Artes e Ofícios de Massabi, Necuto e Belize, nas mais variadas especialidades. Até agora, 515 formandos foram considerados aptos, sendo 404 homens e 111 mulheres.

Victor do Espírito Santo, director provincial de Cabinda da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, referiu que o sector da construção civil é aquele que absorve mais mão-de-obra, seguido dos sectores da indústria transformadora e extractiva.

2.2 O Credito Está a Transformar a Vida dos Jovens

Jornal de Angola
04 de Março de 2012

Um ano depois de ter beneficiado de um crédito de 438 mil kwanzas, a cooperativa criada por Avelino Júnior e alguns companheiros tornou-se um dos grandes fornecedores de gado bovino dos matadouros da cidade do Lubango. Tal como ele, muitos outros jovens desempregados estão agora a

dar um rumo à vida, graças ao Programa Angola Jovem, que a direcção provincial da Juventude e Desportos da Huíla cumpre com zelo e entusiasmo.

A boa gestão da Cooperativa Juvenil de Venda de Gado da Chibia permitiu aos cinco cooperadores obter o lucro necessário para saldar, antes do tempo limite, o montante emprestado pelo banco, no âmbito do Crédito Jovem. Avelino Júnior, de 28 anos, explica que compra gado que depois revende a matadouros, como o Carnes Sofrio Landa, do Lubango, e o Pecus, da Chibia, e a vendedoras de carne de vaca dos mercados do Mutundo e João de Almeida.

O negócio rende e liquidar a totalidade do empréstimo foi a prioridade do grupo, que se apressou a fazê-lo em Setembro passado. Atitude que elevou a credibilidade e a boa imagem da cooperativa.

Avelino Júnior explicou ao Jornal de Angola que, devido à rentabilidade do negócio, os lucros permitiram adquirir mais gado, que está agora em fase de reprodução na Chibia. Este ano, o grupo apresentou o mesmo projecto, que mereceu um empréstimo de dez mil dólares, ao abrigo do mesmo programa, cuja segunda fase foi lançada no passado dia 24, pelo governo provincial da Huíla.

Com este novo empréstimo, a cooperativa vai aumentar a venda de gado de sete para 16 cabeças. Actualmente, adquire cada rês por um valor que varia entre 70 e 90 mil kwanzas.

As de 70 mil são revendidas a 74 ou 76 mil, dependendo do seu peso. Recebemos agora mais dez mil dólares. “Com esse dinheiro vamos fazer o negócio e superar algumas dificuldades que ainda vivemos. Vamos melhorar e tentar empregar outros jovens no grupo para poderem superar as suas dificuldades”, adiantou. O negócio também tem o seu risco. Avelino explica que, ao adquirir um bovino no valor de 75 mil kwanzas, na altura da pesagem os quilos podem não corresponder aos valores previstos e perder muito dinheiro.

“A vida de muitos jovens melhorou imenso”, fez questão de salientar, ao mesmo tempo que elogiou a acção do Executivo de atribuir benefícios específicos aos jovens.

“O crédito jovem mudou a minha vida e a da minha família”, concluiu Avelino Júnior.

Feliciano Camati, 27 anos, é outro jovem que beneficiou da segunda fase do Crédito Jovem na Huíla. Como é a primeira vez, recebeu cinco mil dólares, que vai investir na área do comércio.

Do seu ponto de vista, trata-se de uma grande responsabilidade, por isso garante que vai trabalhar para que as cláusulas contratuais sejam cumpridas na íntegra. “Vamos trabalhar. O governo cumpriu a sua parte, nós devemos fazer a nossa também”, disse. Feliciano Camati recordou que os jovens têm enfrentado muitas dificuldades para constituir família e até mesmo dar sequência aos estudos, por falta de recursos. O crédito é uma alavanca para se ultrapassar as dificuldades.

Teresa Domingos, responsável por uma cooperativa de jovens cabeleireiras que recebeu um crédito de dez mil dólares, adianta que o dinheiro vai servir de impulso para os planos previstos. Para ela, o crédito é “uma dádiva”, uma vez que os benefícios se repercutem na vida das suas famílias.

Ernesto Eurico, engenheiro informático, referiu que os dez mil dólares recebidos vão servir para investir na formação profissional no município do Lubango. “Agora vamos trabalhar. Esperemos que o nosso projecto seja um sucesso”.

Até ao momento, foram abrangidos 175 jovens agrupados em 31 cooperativas, dos municípios do Lubango, Chibia e Humpata.

Valores disponíveis

Para o sucesso do programa Angola Jovem, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) na Huíla tem disponíveis 200 mil dólares, um valor que pode aumentar caso surjam projectos fiáveis que o justifiquem.

O director regional do banco, Armando Sérgio, referiu que o reembolso deve ser feito no prazo máximo de um ano, com os três meses iniciais de carência e os outros nove de pagamento. “A taxa de juro é de 12 por cento, acrescida de dois por cento em caso de mora (atraso no pagamento). Estas são as cláusulas principais dos financiamentos”, explicou Armando Sérgio.

“Temos 31 cooperativas que já apresentaram os seus projectos. O valor a ceder a cada uma ronda o milhão de kwanzas”, referiu. Armando Sérgio mostrou-se preocupado com alguns casos de atraso no pagamento, mas adiantou que a situação está a ser resolvida dentro das cláusulas estabelecidas.

O director provincial da Huíla da Juventude e Desportos, Francisco Barros, sublinhou a satisfação com que foi dada continuidade ao programa Angola Jovem e salientou que o Executivo continua a promover acções destinadas a resolver os problemas da juventude nos seus mais variados aspectos.

Francisco Barros frisou que a segunda fase está consignada aos vários negócios que estão estabelecidos nos regulamentos previamente estabelecidos e desejou “bom desempenho e negócio a todos os jovens que se candidataram às várias cooperativas. Peço sentido de responsabilidade no cumprimento das cláusulas contratuais”.

A província da Huíla, referiu ainda ao Jornal de Angola, pelas suas particularidades e especificidades, tem jovens talentosos que podem contribuir para o desenvolvimento com o devido apoio.

Formação em gestão

O vice-governador José Arão Nataniel referiu que o Executivo orientou no sentido de se encontrarem soluções para os problemas e preocupações que afligem a juventude. “Muitos jovens têm necessidade de ter acesso ao primeiro emprego e outros, mesmos já estando formados, procuram instituições para financiarem iniciativas em forma de projectos, aos quais, felizmente, através desta forma, estamos a dar solução”, frisou.

A província da Huíla tem mais de três milhões de habitantes, na sua maioria jovens, que merecem uma atenção especial. Por isso, realçou o vice-governador, o Executivo tem estado a encontrar estratégias para resolver os seus problemas através de parcerias.

Desde o ano passado, já foram disponibilizados à volta de 800 mil dólares de crédito a mais de mil jovens organizados em cooperativas.

A formação em gestão de negócios é uma importante vertente que está a ser desenvolvida pela Direcção Provincial da Juventude e Desportos, em coordenação com o Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Para José Arão Nataniel é muito importante saber como gerir os recursos, que estão a ser disponibilizados. “E preciso sabermos como gerir o negócio, quando e como gastar os recursos e fazer o estudo de viabilidade económica do negócio”, disse o vice-governador.

2.3 Jovens Ganham a Vida a Lavar Carros e Motos

Jornal de Angola
7 de Março de 2012

A lavagem de carros e de motociclos é a actividade mais concorrida por jovens e adolescentes de diferentes idades, na cidade do Sumbe e arredores, para

ganhar o pão de cada dia e ocupar o tempo numa actividade socialmente útil.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que os jovens que fazem este tipo de trabalho consideram tratar-se de uma oportunidade primária para a satisfação das suas necessidades e para sustentar as famílias, devido à falta de emprego. Emílio César, um jovem de 18 anos que reside no bairro da Assaca, afirmou que lava carros há dois anos por falta de emprego. “Dedico-me a esta actividade porque ainda não encontrei emprego, por isso vou remediando, sem perder a paciência de um dia encontrar uma ocupação mais digna”, disse. Quando começou a lavar carros, enfrentou várias dificuldades e teve de encarar com paciência a maneira como as pessoas tratam quem pratica esta actividade.

“No princípio foi difícil conformar-me com o tratamento de muitos utentes de viaturas, que no fim pagam com dificuldade o serviço prestado, mas actualmente alguns já começam a valorizar o nosso trabalho”, disse o jovem.

Diariamente, ganha à volta de 3.500 kwanzas, com os quais compra o seu vestuário e material escolar. Manuel Kissongo é outro jovem que se dedica à actividade de lavar carros numa estação de serviço, em vez de exercer a profissão de mecânico, devido à pouca oferta neste ramo.

O seu salário mensal é de 13 mil kwanzas, que servem para sustentar a família.

Para ele, “a falta de oportunidades para a juventude, relativamente ao primeiro emprego e a auferir um salário razoável, que permitam criar as condições básicas de vida, é um problema que tem dificultado a afirmação dos jovens na sociedade”. Abílio Manuel também encontrou na actividade de lavagem de carros e motociclos o meio para conseguir satisfazer as suas necessidades e as da família. Garante que a média diária de rendimento ronda entre 1.000 e 2.500 kwanzas.

2.4 Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas

Semanário Angolense
09 de Março de 2012

À entrada do último trimestre de 2011, com os produtores longe de que o cenário actual fosse de muito aperto, embora a experiência do passado exigisse alguma desconfiança, a maior parte dos 54.676 camponeses inscritos na UNACNBenguela ainda não havia abraçado o crédito agrícola de

campanha, com o qual, recordamos, o Governo angolano pretende combater a fome e a pobreza. De lá para cá, esta cifra aumentou de forma significativa, em grande medida devido à campanha de sensibilização da União dos Camponeses, na altura preocupada com os sépticos, e do «grito de socorro» lançado por alguns administradores municipais.

Os dados disponíveis, revelados pelo presidente da UNACA, João Simão Januário, indicam 3.996 camponeses organizados em associações e cooperativas agro-pecuárias beneficiaram já deste instrumento financeiro. A estes homens do campo, que operam em diferentes pontos da província, juntam-se 66 camponeses individuais, sendo que o valor desembolsado pelos bancos é de pouco mais de 396 milhões de Kwanzas.

De acordo com Simão Januário, espera-se que o reembolso deste investimento, comprometido em função da «maldita» estiagem, sirva para alargar o raio de acção até outras famílias camponesas ávidas do crédito. «Temos muitos associados à espera que as suas solicitações sejam aprovadas pela banca. Devo dizer que o camponês pode ou não aderir, mas a verdade é que a mensagem foi passada», frisou. Na ocasião, explicou que o método estabelecido pelo Governo não prevê a entrega do dinheiro, contrariamente ao que possa parecer, mas sim de sementes de hortícolas, fertilizantes e pulverizadores.

É, no fundo, o chamado crédito em espécie, com o banco a colocar à disposição meios de trabalho equivalentes ao valor solicitado. João Januário acrescentou que o produtor pode, inclusivamente, alugar um tractor para preparar a terra. «O banco paga sem qualquer problema», garantiu a fonte, para mais adiante, confrontado com os reembolsos, responder que a devolução começa agora em 2012.

2.5 Reportagem: Senhor Maruvu

Revista Vida

09 de Março de 2012

Todos os lugares de Angola têm os seus ícones e emblemas. Que os distinguem dos outros e os atiram, quase sempre de modo inadvertido, para uma espécie de competição entre iguais. Aldeias, comunas, municípios e províncias. Olhares ao mais profundo da alma dos sítios, dos territórios, para forjarem, no fundo, a diversidade que une.

O Uíge, no Norte de Angola, dispõe dos seus referenciais, como as demais regiões. Uma bebida levemente esbranquiçada, extraída do bordão e da palmeira que produz o dendém, está na galeria das atracções incontornáveis daquela terra. Chama-se

maruvu, aportuguesamento mais ou menos tolerado do seu nome original na língua local, o kikongo: malavu.

Preenche um universo fantástico, tanto ou mais vibrante que as próprias crenças de uma geografia rural, onde tudo ou quase tudo encontra explicação no legado dos ancestrais, que perpassa as gerações umas depois de outras, ganhando os mitos densidade nalguns casos, perdendo-a noutros, sem hipóteses, sequer, de debates conclusivos porque sujeita-se, toda a informação, à oralidade dos povos. O maruvu encaixa-se nesse mundo, meio difuso mas tão presente sempre, com todos os indícios de estender a sua saga na perenidade do tempo. Por exemplo, ninguém é capaz de dizer em que ano ou em que século a refrescante seiva foi incorporada à lista alimentar do povo kikongo

e de todos os outros que também se deixaram seduzir por ela. De uma coisa apenas estão certos todos: a bebida tem estatuto de "mwana nsi", algo assim como "filha da terra", em tradução livre.

Um dia entre os "Nguemeiros"

Perceber como o maruvu chega à mesa do consumidor pode ser um exercício tão apetecível quanto o aviar-se com uma caneca num dia

de sol agressivo. Vivemos a experiência há dias na aldeia de Kakengue, uns 8 km a sul da cidade do Uíge, na Estrada Nacional que termina trinta km mais acima, no Negage.

A pequena povoação, vizinha de três outras - Povo Mateus, Nganacamana e Kapa - foi eleita por esses acasos que raramente se explicam, como o ponto ideal para a comercialização da mais referenciada estirpe de maruvu produzida na parte sul da província do Uíge,

o que sai das florestas do município do Bungo. Dito assim, parece a coisa mais normal do mundo, pois desde que a necessidade de troca de bens assolou os humanos há milhares de anos, sempre existiram as feiras, os mercados, as praças, com métodos arcaicos no princípio, e mais elaborados depois. Surpreendemo-nos, porém, quando se fica a saber quês distâncias percorrem os negociantes de maruvu idos das aldeias do Bungo até ao movimentado mercado de Kakengue: mais de 70 km a pé, todos os dias! Seis horas a ir, e outras tantas no regresso a casa, é a rotina que não dispensa nem sábados nem domingos, nem muito menos os feriados, considerados os dias de maior procura.

Chegam portanto exaustos os homens que se dedicam à venda de maruvu naquela aldeola tão

procurada dos arredores da cidade do Uíge, jovens ainda da casa dos 25

e 30 anos, nalguns casos um pouco mais adultos até. São o segundo elemento de uma vasta cadeia, que começa no sujeito que todos reverenciam, consumidores e intermediários: o "nguemero". Quem é o "nguemero"? Em linguagem simples, não é outro senão o produtor, aquele que possui o palmar nas suas lavras, quintas ou fazendas e domina a arte do corte ágil e certo que tem de ser feito na planta, para que o líquido jorre para um bidón durante a noite e às primeiras horas da manhã esteja pronto a ir para o mercado. Na origem, o litro de maruvu é expandido a 40 kz, cotando-se cada bidón de 30 litros a mil e duzentos kwanzas.

Nas aritméticas que depois se fazem para a venda aos "grossistas" do mercado fixo estabelecido há anos na aldeia de Kakengue, os "zungueiros" dos 70 km por dia embolsam lucros

que chegam aos 800 kz por cada recipiente. Não é, em circunstância alguma, uma margem desprezível. "Dá para viver, ganhamos bçm dinheiro", conta a O PAIS um dos jovens, antes de revelar que dedicar-se ao negócio do maruvu é apenas trabalho extra, porque o principal, para todos eles, é mesmo o cultivo da terra, a agricultura.

Vedeta social

O maruvu tornou-se ao longo do tempo extraordinariamente popular porque aparece associado à ideia generalizada de que, por ser natural, se trata de uma bebida menos nociva à saúde humana se comparada, por exemplo, à cerveja, ao whisky ou ao vinho. Tem muito maior aceitação social que

o kaporoto, o cachipembe, a linguila e todos os outros compostos destilados ou fermentados. Para os seus defensores, quase sempre consumidores inveterados.

2.6 Fiscais Não Dão Trégua aos Populares do Tchioco

Semanário Angolense
09 de Março de 2012

O mesmo deixou de existir no ano passado, altura em que foi transferido para o novo mercado do Mutundo, a 20 quilómetros da cidade. Ainda assim, alguns cidadãos continuam a vender no referido espaço. Na última quarta-feira, 29, os fiscais da AML deslocaram-se ao local e apreenderam grande quantidade de produtos diversos.

Os produtos encontravam-se num armazém destruído no local. Os fiscais foram coadjuvados por agentes da Polícia Nacional.

Populares falaram à nossa reportagem que a polícia chegou no local por volta das 3 horas da manhã. Contaram que os três guardas do armazém foram detidos, informação que não conseguimos apurar.

Elena António contou-nos que não vende no novo mercado do Mutundo por ser distante. "Não temos possibilidade de apanhar todos os dias o táxi, é por isso que estamos a nos remediar aqui", justificou.

Por sua vez, Elizabeth Manuel, outra vendedeira que falou à este jornal, viu o seu negócio confiscado. Disse estar consciente que aquele local não era para vendas, embora diga não acreditar no que aconteceu. "Meu Deus"!, porque esse todo sofrimento? Eu quero as minhas duas caixas de frango ... É ali onde vem o dinheiro que compro comida, roupa e cadernos para os meus filhos, gritava desesperada Elizabeth, que disse ser esposa de um antigo combatente desempregado com quem tem seis filhos.

"Falam que o povo é o MPLA, o MPLA é o povo, é assim que o povo é o MPLA"?, desabafou a anciã Maria Camtobela, que perdeu o seu saco de batata. Entretanto, envidamos esforços para ouvir os serviços de fiscalização da Administração Municipal do Lubango, mas sem sucesso.

2.7 Dependendo do marido é dar um " tiro nos próprios pés"

Jornal o Independente
10 de Março de 2012

Consideradas como verdadeiras heroínas do nosso tempo, no dia internacional dedicado a mulher, 8 de Março, as vendedoras ambulantes, vulgo " zungueiras" não passaram despercebidas a este semanário que saiu às ruas para, mais uma vez, ouvir das mesmas, sobre o seu dia-a-dia e os desafios da mulher da " zunga".

Joana Sumbwa, " zungueira" de 23 e mãe de três filhos, que vende frutas nas artérias da zona baixa da capital, conta que o dia-a-dia não tem sido o dos melhores e que precisa enfrentar sempre a correria dos fiscais e de outros elementos aproveitadores.

"Na nossa vida é preciso ter sempre em primeiro lugar o pão das crianças que ficam em casa porque a vida em Luanda não está fácil principalmente para nós que somos mãe e pai ao mesmo tempo. Temos que fazer muito esforço", afirma.

No que toca propriamente a mulher angolana, no caso o papel das "zungueiras", Joana disse saber que hoje em dia as coisas já não são como antes e que uma mulher não pode apenas depender do marido.

"Hoje em dia não dá para confiar nos homens até porque eles mentem muito ... Uma mulher tem que saber subir na vida e não depender do marido que a qualquer hora pode ser de outra e te deixa com os filhos", disse.

Para Joana, alguns maridos não gostam que as mulheres trabalhem mas há outros que só esperam das mulheres. "Tenho algumas amigas que os maridos não dão nada por mais de duas semanas mas no fim do dia estão sempre a querer uma boa comida na mesa", salientou

Questionada se sempre quis ser "zungueira", a nossa interlocutora afirma que não foi por vontade mas porque as circunstâncias da vida levaram-na a esta profissão. "Eu quando vim para Luanda não tinha planos de começar a vender. Quando cheguei cá foi para ajudar uma tia minha que precisava de ajuda para cuidar os filhos mas quando eu fiquei grávida não tive como não lhe seguir na "zunga" porque não via como aguentar mais o barulho de casa", conta a jovem Joana que mora no bairro Uíge no município do Cacuaco e sai de casa às 6h:30. Segundo a mesma, já parte de casa consciente do esforço que tem que fazer para poder trazer qualquer coisa para os miúdos.

"No início era uma grande chatice mas só de pensar que se não fizer ninguém faria por mim tive de mesmo de aguentar". "Só volto para casa quando já passam das dezanove horas, porque a tardinha, depois das 15, ficamos todas no "arreió-arreió" e dali mesmo pegamos um táxi para casa", disse.

Apesar dos seus 23 anos de idade, a mesma diz não se sentir jovem e não lembra bem da fase em que isto aconteceu.

Joana conta-nos que veio do Nzeto com apenas 13 anos para ser massaka de uma sobrinha sua mas passado alguns anos Joana engravidou. "Quando ainda era mais pequena até pensava um pouco nas vaidades da juventude mas agora vejo que isto não é assim tão importante para mim porque a vida que eu levo não me permite isso", defendeu.

"Se eu fosse uma pessoa que tem alguém que cuida das minhas coisas eu acho que também ia seguir muito essas coisas dos jovens da moda", frisou.

O Álcool

De um tempo a esta parte caiu sobre as mulheres da zunga a febre da bebida, pois não são poucas as vezes que se constataram mulheres que enquanto vendem consomem bebidas alcoólicas.

Questionada sobre esta situação a mesma respondeu que muitas das mulheres da "Nzunga" bebem para tentar esquecer os problemas de casa. "As vezes não dá para aguentar. Principalmente com os problemas que têm a ver como o marido. Nós as "zungueiras" temos muitos problemas na rua, e o pior ainda é quando se pensa mais nos problemas do lar", sustentou.

"Pior mesmo é quando chega a hora do "arreió, arreió" e que tudo nos parece estar perdido ... Aí encontramos-nos e começamos a conversar, a rir e aí não temos como não aceitar uma cuca bem fresquinha", referiu. Entretanto Joana disse ter consciência de que não é muito boa a imagem que esta situação causa as "zungueiras" mas admitiu ser parte do dia-a-dia delas.

"Eu sei que não é muito bom quando as pessoas nos vêm a beber, pensam logo muito mal de nós mas estas pessoas também não sabem o que é que nós passamos", referiu. No que toca àquelas "zungueiras" que trabalham com o bebé nas costas, a mesma referiu que muitas delas não encontram outra saída senão ter que suportar este sofrimento.

"Muitas de nós não temos com quem deixar os nossos filhos e quando são bebés dão ainda mais trabalho, então não há como lhes deixar em casa" explicou. Questionada do quanto factura por dia e se o que ganha dá para cobrir as suas despesas, Joana assegurou que por dia pode fazer um lucro de mais de dois mil Kwanzas.

"Quando é um bom dia ou então nos sábados ganhámos mesmo qualquer coisa que dá para sustentar a casa", referiu.

2.8 Governador Bento Bento «Descobre» Mercado Abandonado no «Km 12»

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

O governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, efectuou nesta quarta-feira, 07 de Março, uma «visita de constatação» ao município de Viana. A visita deverá começar na administração municipal, local para onde foi marcada a

concentração de responsáveis provinciais, municipais e jornalistas. Porém, por orientação do governador, o programa sofreu uma alteração que, entretanto, não foi atempadamente comunicada por quem a deveria ter feito e as pessoas foram seguindo o programa anterior.

Passavam das nove horas quando, para espanto geral, se disse que o governador já estava a caminho do mercado novo do Km 12, primeiro local da visita, conforme o programa.

Foi então numa correria para os carros e autocarros que, atabalhoadamente, começaram a rumar para o «Km12», ao encontro de Bento Bento.

Já np chamado «mercado novo», uma obra de vulto concluída há cerca de três anos, mas abandonada, Bento Bento não se coibiu de, diante dos presentes, passar um raspanete à funcionária do governo provincial que não comunicara aos demais responsáveis a alteração efectuada ao programa de visita.

O mercado do «Km 12» é uma obra que começou a ser executada ainda na administração do governador Simão Paulo, que esteve à frente dos destinos de Luanda por quase dois anos, tendo sido exonerado pelo Chefe de Estado em 2004. O mercado fica situado no interior da localidade conhecida por «Km 12» e ocupa um vasto espaço que faz dele eventualmente o recinto do género canstruído de raiz em Luanda, com todas as condições instaladas.

À mercê dos vândalos

No entanto, por mais estranho que pareça e por razões que não foram reveladas, depois de terminada a obra, que comporta também vastos canteiros para jardim e árvores de frutas em que se destacam as bananeiras, totalmente secas por falta de cuidados, ela foi votada ao abandono, quando centenas de pessoas vendem nas ruas por alegada falta de lugares próprios para fazerem o seu comércio.

O estado de abandono daquela obra é visível pelo capim e plantas silvestres que crescem por toda a parte, pela poeira e por algum vandalismo que tomou conta do local, do qual resultou alguma deterioração dos seus equipamentos, podendo-se ver vidros partidos nas portas e janelas, além de haver notícias do surripio de alguns bens do berçário e da creche.

De acordo com um morador da vizinhança do mercado, é graças a alguma vigilância popular que a polícia é alertada, evitando assim o roubo das coberturas e outras peças.

No decorrer da visita, o governador recebeu informações sobre a existência, naquele empreendimento, de 1.216 bancadas definitivas, 17 lojas, cinco armazéns, peixaria, padaria, matadouro e respectivo talho, umberçário, creche para as vendedoras deixarem os filhos e um pequeno parque para os petizes brincarem.

Até Junho

Bento Bento orientou ali mesmo a alguns engenheiros chineses para se construir mais um pavilhão por cima da nave principal, para, como disse, beneficiar, sobretudo, vendedores da zunga, em que cada um possa ter um pequeno espaço próprio para vender roupas e artefactos vários, como o fazem agora pelas ruas da cidade. «Neste pavilhão cada um terá o seu espaço e é livre de pôr uma pequena mesa, bancada ou tripé, para fazer as suas vendas», disse.

Sempre no seu jeito habitual, entre carrancudo e brincalhão, por várias vezes durante o périplo fez rir às gargalhadas os presentes, chegando a pregar um susto a algumas pessoas, principalmente à Dra. Isabel Massokolo, directora provincial da Saúde: quando se visitava o interior do berçário, gritou «cobra!» e saiu a correr, fazendo com que alguns se assustassem de verdade, para a gargalhada geral.

Já muito mais sério, exigiu dos engenheiros que a obra esteja pronta até Junho do corrente ano, altura em que se abrirá o mercado ao público, tendo recebido garantias de que assim será. Igualmente, conversou com engenheiros portugueses e orientou para que efectuem um estudo rápido da área para melhorar as vias de acesso e escoamento do trânsito que afluirá ao mercado, já que as actuais vias de terra apresentam buracos e sinais de estagnação de águas das chuvas por falta de meios de drenagem. «Que se faça pelo menos duas ruas largas, uma de entrada e outra de saída, com alguma durabilidade e com meios de drenagem das águas, porque estamos num terreno que alaga na época das chuvas. Isso tem que ser feito já, tendo em conta que vamos abrir o mercado em Junho», recomendou, recebendo novamente garantias de que serão cumpridos os prazos.

A zona em que se situa o mercado carece de abastecimento de água e a corrente eléctrica quase que não existe. A este respeito, o governador foi informado que o empreendimento tem um grupo gerador para aguentar a demanda e dois grandes tanques de água que podem ser abastecidos por um camião cisterna em serviço permanente, contando com uma moto bomba que a fará chegar aos diferentes pontos do mercado.

Ovação no «30»

Depois de mais algumas orientações aos funcionários da administração municipal e comunal e com confiança de que tudo estará resolvido até Junho, altura aprazada para a abertura do recinto, a longa caravana do governador provincial de Luanda rumou para «Km30».

No mercado dessa localidade, que cresceu bastante nos últimos tempos, desde que foram para ali transferidos alguns armazéns e vendedores do antigo «Roque Santeiro», Bento Bento seria aplaudido por um grupo de recepção de quitadeiras, devidamente trajadas com um conjunto de samakaka e outras com uniformes de várias cores, retratando as diferentes áreas do mercado, por militantes do MPLA, OMA e JMPLA, a que se juntaram populares curiosos.

Visitou as diferentes áreas do mercado, conversou com as vendedoras, acenou para o povo, lançou alguns gracejos, que fizeram rir as vendedoras, constatou a qualidade dos serviços, as condições de trabalho dos vendedores, entre outros aspectos e, na área dos produtos do campo, como mandioca, batata-doce, abóboras, banana e hortícolas, principalmente tomate e repolho, ficou consternado ao saber que grandes partes daqueles produtos se estragam diariamente por falta de compradores e de meios para os escoar para outros centros comerciais de Luanda. Bento Bento acabaria por prometer ajuda para se encontrar uma solução.

Na sua despedida daquele mercado, um grupo de vend'edoras ofereceu ao governador diversos produtos agrícolas.

2.9 Zungueira: A nódoa que embeleza a nossa Luanda

O Independente

10 de Março de 2012

O governador de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento anunciou recentemente a construção de novos mercados, nos diversos municípios da nossa capitat uma medida que busca acabar com a venda ambulante na nossa urbe. Se o inquilino do Palácio da Mutamba for bem-sucedido e essa meta for atingida, será que Luanda voltará a ser a mesma? Estamos em crer que essa medida do GPL terá sim efeitos muito positivos do ponto de vista da apresentação estética da nossa cidade, mas trará também um aspecto que quanto a nós será menos positivo para o retrato colorido da nossa Luanda.

Acidade perderá o colorido e o prazer de ver o gingar guerreiro destas mulheres e as bacias coloridas em que transportam a sobrevivência diária. Pelas ruas desta cidade de Luanda, vêem-se “zungueiras” de olhar humilde e determinado, que resiste ao sol ardente dos últimos dias. Algumas carregam os filhos às costas, ao mesmo tempo que suportam o peso da mercadoria que vendem.

Pode ser fruta doce como a manga nacional perfumada, o abacate da cor da esperança que estas mulheres teimam em preservar, ou sandes bem recheadas com fiambre e queijo ou de galinha as chamadas "motorolas", acompanhado por um refrigerante em garrafa de plástico, denominado orgulho, que safa muitos trabalhadores ali pelas ruas da baixa da cidade capital.

Produtos como roupa, sapatos, livros escolares ou peixe são outros dos artigos escolhidos por estas lutadoras e provedoras do lar. O trânsito infernal que reina sob Luanda é o menor dos males para estas mulheres. Os fiscais que rondam a cidade em busca de infracções caracterizam-se pelo tom áspero e austero com que se dirigem às vendedoras ambulantes.

A relação entre fiscais e "zungueiras" está longe de ser cordial. Muitas queixam-se do modo de actuação destes indivíduos, já que a maioria, fica-lhes com o dinheiro com a mercadoria, o que significa humilhação e um rombo no orçamento familiar.

Mas a nova direcção de fiscalização afecto ao Governo Provincial de Luanda (GPL) agora liderada por, Francisco Tião, um velho conhecido, optou para uma postura mais pedagógica junto dos vendedores ambulantes (...). Mais alas, as "Zungueiras" saíram do Uíge, Malange, Benguela, enfim! De todas as províncias de Angola para na capital do país, tentarem uma vida melhor e em busca de sonhos, tentar ver seus filhos "doutores".

Castigadas pela guerra, herdaram da mamã quitadeira a arte de vender, da palavra "zunga" originária do kimbundu, ela se tornou andarilha, andante ou vagante. Essa dita senhora é a nossa “zungueira”, mulher batalhadora que muito antes do sol, se levanta para tratar da vida e conseguir alimento para o seu sustento.

Assim como uma leoa, caça comida para seus filhos enquanto o "rei" leão descansa. A nossa vendedora que de porta em porta e nas ruas da cidade sai oferecendo o seu produto, fazendo do lamento um grito.

Na maioria das vezes, levando o filho caçula nas costas, dá um kilapi (crédito) às freguesas habituais e carrega no rosto um sorriso na esperança de um dia ver-se totalmente liberta da sua condição.

Vítima de violência muitas vezes por parte dos próprios companheiros, a mulher "zungueira" é exemplo de dignidade." Dignidade e coragem são dois bons adjectivos para caracterizar estas mulheres.

Devido à falta de formação e à pobreza, muitas mulheres angolanas vêem-se obrigadas a entregar-se à vida ambulante.

Quando cansam, param e se sentam nos passeios onde amamentam seus bebês e tiram alguma fruta dos seus alforjes para se alimentarem. Às vezes é numa esquina movimentada, mas já vi uma "zungueira" em pleno centro da cidade parar num calçadão, baixar seu balaio de peixe salgado e ressequido e dar meio abacate para o filho pequeno que se lambuzava, bem na porta de uma moderna agência de um banco europeu, num belo contraste cultural.

Idiosincrasias da globalização, que não comporta vertentes antropológicas nem aspectos humanistas em sua inexorável marcha, por isso nessa minha breve leitura contento-me em apenas analisar o episódio sob o prisma da plasticidade da cena e seu significado.

Com as elevadas taxas de desemprego e o escasso acesso a uma formação escolar ou profissional ser "zungueira" é a actividade que mais absorve jovens angolanas pobres, geralmente mães solteiras, algumas recém saídas da adolescência. Neste mês dedicado internacionalmente a mulher, ai vai o nosso apreço às lutadoras do meu país.

2.10 Crédito agrícola é reembolsado pelos camponeses

Jornal de Angola
15 de Março de 2012

Os camponeses organizados em cooperativas da província de Luanda reembolsaram, no ano passado,

1,90 1 milhões de kwanzas, anunciou ontem a responsável do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) na capital angolana.

Ana Salomão disse que o reembolso é fruto de crédito que 307 camponeses, agrupados em seis cooperativas, beneficiaram do londo de ano de 2011

O trabalho conjunto entre instituições, como o IDA, bancos e a Empresa de Nacional de Mecanização Agrícola (Mecanagro), declarou, permitiu que os agricultores beneficiassem de 39,504 milhões de um total de 222,590 milhões de kwanzas solicitados.

A totalidade dos valores solicitados não foi entregue, garantiu, devido ao atraso dos camponeses na constituição dos processos e dos documentos necessários para se habilitarem ao crédito.

As instituições envolvidas no processo de financiamento, afirmou, estão a envidar esforços para os agricultores interessados na obtenção de crédito agrícola dentro dos procedimentos exigidos, possam tê-lo sem dificuldade.

Ana Salomão lembrou que o combate à fome e à pobreza deve ! ser encarado como preocupação de s todos e não apenas do Ministério t da Agricultura, Desenvolvimento e Rural e Pescas e de outras organi-I: zações institucionais públicas, sendo-o, também, das organizações empresariais privadas.

2.11 Consumidores são alertados a evitarem o comércio de rua

Jornal de Angola
15 de Março de 2012

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) lançou na província do Cunene um alerta à população no sentido de evitar a compra de produtos alimentares e farmacêuticos em locais impróprios, de forma a prevenir problemas de saúde.

Uma nota do INADEC distribuída à imprensa informa que existem muitos casos de vendedores de fármacos e de outros produtos, principalmente géneros alimentícios, a exercerem a actividade comercial em mercados informais e nas ruas da cidade, em grande parte expostos ao sol, humidade e poeira. A instituição refere que estes produtos são essencialmente vendidos a populações das zonas rurais e suburbanas, e sem prescrição médica no caso de medicamentos.

Os vendedores aproveitam-se da vulnerabilidade ou ignorância dos consumidores, sobretudo idosos, pessoas iletradas e menores para comercializarem os seus produtos.

O INADEC recomenda que os medicamentos devem ser adquiridos em farmácias e sempre com uma receita médica. A instituição diz que os bens e serviços postos à disposição do consumidor devem satisfazer as normas oficiais.

2.12 Condomínio para jovens em fase de revestimento

Jornal de Angola
16 de Março de 2012

Associações de camponeses do município de Chitato, na Lunda-Norte, receberam o crédito de campanha agrícola, avaliado em 100 milhões de Kwanzas, no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza.

O crédito, convertido em material agrícola, compreende motos serra, motos bomba, enxadas, catanas, pás, sementes diversas, adubos, machados, carros de mão, botas, picaretas, pulverizador dorsal manual e motos de três rodas para escoar os produtos de campo para os mercados da cidade.

O administrador municipal do Chitato, Marcelino Chissupa, disse que a administração vai continuar a prestar apoios aos camponeses para que o Programa de Combate à Fome e à Pobreza na localidade possa atingir a meta preconizada.

"Demos hoje início do programa a nível do município do Chitato. Temos vários processos a serem analisados e estamos a mobilizar outras associações e cooperativas agrícolas para aderirem ao crédito de campanha agrícola. Desta vez foram contempladas 20", esclareceu o governante.

A Administração Municipal do Chitato remeteu 160 processos ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), pelo que aguarda pela resposta, disse Marcelino Chissupa, lembrando que é necessário que o Banco se pronuncie sobre o assunto para serem atendidos outros camponeses e aumentar a produção agrícola a nível do município.

Enquanto aguarda pelo o aval favorável, Marcelino Chissupa pediu aos camponeses para se organizarem em associações ou cooperativas agrícolas a fim de beneficiarem do crédito que pode ajudar na actividade que exercem e contribuir para o desenvolvimento económico da província.

Américo Malembela, responsável da associação Cambole, realçou o gesto do Executivo em apoiar os camponeses para relançar a actividade agrícola na província.

"Estamos satisfeitos, pois o crédito vai ajudar-nos a aumentar e a diversificar a produção agrícola no nosso município", disse.

O material, acrescentou, fazia muita falta aos camponeses que se limitavam a trabalhar com enxadas catanas e pás: "estamos agora melhor

servidos e podemos fazer mais e melhor em relação às campanhas agrícolas anteriores".

Américo Malembela garantiu que a associação vai trabalhar para que no prazo previsto possa fazer o reembolso dos valores e permitir que as outras associações sejam também beneficiadas.

O vice-governador da província para o sector Económico, Porfírio Muacassange, testemunhou o acto.

2.13 Micro, Pequenas e Médias Empresas Incitadas a Sair da «candonga» e Empreender

Semanário Angolense
17 de Março de 2012

As quatro determinações despachadas pelo Presidente da República na quarta-feira, 14, aprovam o Regulamento da Lei nº 30/11 de 13 de Setembro sobre as micro, pequenas e médias empresas (MPME's); sobre o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às MPME's; sobre o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN); e sobre a criação do Balção Único do Empreendedor (BUE) e a aprovação do seu estatuto orgânico.

1. Sobre as micro, pequenas e médias empresas (MPME's)

Segundo o Regulamento aprovado, são Micro, Pequenas e Médias Empresas as entidades que na sua constituição tenham adoptado o tipo de «sociedades em nome colectivo» ou «sociedade por quotas». Esta definição também é aplicável «às pessoas singulares que se dediquem ao comércio, à indústria, à exploração agropecuária, florestal ou mineral ou outra actividade económica».

2. Sobre o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às MPME's

Este modelo visa regulamentar as linhas gerais para a promoção de incentivos fiscais, financeiros, organizacionais, reforço de competências e de inovação tecnológica a essas empresas, institucionalizando o apoio do Executivo através de programas plurianuais, de execução faseada anualmente.

Os instrumentos de apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas são financiados através de dotações aprovadas pelo Orçamento Geral do Estado, por dotações oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e de quaisquer dotações provenientes de outras fontes de financiamento tidas como adequadas e que lhe sejam atribuídas.

O Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas tem um valor global em Kwanzas equivalente a um bilião, oitocentos e vinte e cinco milhões de dólares americanos, devendo anualmente o Executivo definir a sua expressão financeira no OGE.

3. Sobre o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN)

Este programa, a ser implementado já em 2012, tem um valor global de 21 mil e 340 milhões de Kwanzas e visa promover o desenvolvimento e a consolidação de negócios de pequena dimensão, facilitando aos micro-empresendedores o acesso ao crédito, em condições ajustadas à dimensão e natureza das iniciativas individuais e também, a capacitação profissional dos gestores de micro e pequenos negócios, o aumento da oferta de bens e serviços e a criação de postos de trabalho.

4. Sobre a criação do BUE e aprovação do seu estatuto orgânico.

O BUE é um serviço público de carácter interorgânico. Com a finalidade de simplificar e desburocratizar o devido serviço, concentra num único local todos os trâmites intervenientes no processo de constituição e licenciamento das Micro e Pequenas empresas.

Segundo o Decreto que cria o BUE, os órgãos auxiliares do Poder Executivo, que dirigem, tutelam e superintendem as entidades intervenientes nesse processo devem permitir, através do acto de delegação de poderes, que os seus representantes pratiquem os actos administrativos inerentes às suas competências, que assegurem ao BUE, de forma célere, a prossecução dos seus objectivos.

2.14 Empreendedores debatem hoje incentivos fiscais

Jornal de Angola
20 de Março de 2012

Os incentivos fiscais às micro, pequenas e médias empresas é um dos temas a ser abordado amanhã na conferência sobre a reforma tributária, a decorrer na Escola Nacional de Administração (ENAD), em Luanda,

Apresentado por David Zilungo, director do Gabinete Jurídico do Ministério da Economia, o assunto tem despertado o interesse de pequenos e médios empresenedores, depois da recente aprovação do Programa de Apoio aos Pequenos Negócios e do Estatuto do Balcão Único do

Empresenedor, que visam o reforço da capacidade de intervenção do empresariado nacional.

A abordagem do impacto dos incentivos fiscais e aduaneiros no desenvolvimento económico e social é outro destaque da conferência, onde intervém Aguinaldo Jaime, jurista especializado em Direito económico.

Outro tema em análise refere-se ao peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE). Os participantes também debatem sobre a divisão do esforço tributário e dos incentivos fiscais. Os participantes vão analisar as linhas gerais da reforma tributária em curso e conhecer o balanço das primeiras medidas introduzidas em 2011, organizada pelo Projecto de Reforma Tributária, em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD), a conferência conta com a participação de prelectores estrangeiros e é a primeira de um ciclo de iniciativas do género agendadas para este ano.

2.15 Regularização da economia informal passa por fortes incentivos do Estado

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

O Estado pretende levar, progressivamente, a economia informal para o sector formal com incentivos e estímulos constantes, através de instrumentos normativos, como a lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, o programa de apoio aos pequenos negócios, o reajuste do regime jurídico do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e a instituição do Balcão Único do Empresenedor.

A informação foi divulgada ontem, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, na abertura da primeira conferência internacional que decorre sob o lema "A reforma tributária e os incentivos fiscais".

O ministro disse que a economia informal ocupa uma percentagem maioritária da população activa em Angola, sendo um dos principais desafios do Executivo, uma vez que tributar o segmento informal da economia implica formalizar, pelo menos, alguns aspectos da sua acção.

"Julgamos que tal meta não se alcança meramente por decreto, mas sim por uma combinação com iniciativas que incentivem os operadores do mercado

informal a formalizarem a sua actividade", sublinhou o ministro das Finanças.

Carlos Alberto Lopes disse que para transformar o informal em formal, "estamos a avaliar a reforma tributária, no sentido de se desenvolver um programa que visa apoiar os pequenos negócios".

O programa permite integrar no sistema formal todas as actividades espalhadas pelo país, como é o caso das zungueiras, vendedores ambulantes, que vão ter a oportunidade de recorrer aos serviços públicos para se licenciarem. As actividades informais passam a ter uma linha de crédito do Estado, financiada por fundos públicos, com taxas de juros bonificadas. "Este programa, referiu Carlos Alberto Lopes, vai ser usado a partir deste ano e executado ao longo do tempo, no intuito de corrigir algumas dispersões que a nossa economia ainda apresenta".

A perspectiva é manter os níveis de ganhos, de forma sustentável, procurando trazer mais benefícios para o Estado. O ministro das Finanças assegurou que a reforma tributária visa actualizar e melhorar a legislação e estimular a economia na captação de mais receitas, com o objectivo de se garantir leis tributárias mais justas e actualizadas.

A operacionalização de todas as medidas, disse o ministro Carlos Lopes, vai acelerar o processo de formalização da actividade económica de operadores do mercado informal. Isto significa que a procura de contribuintes à administração tributária vai crescer, gerando mais receitas para o Estado e postos de trabalho para a juventude.

Muitos contribuintes, em sede dos impostos sobre os rendimentos, vão pagar taxas mais reduzidas, mas a reforma prossegue o princípio da justiça de equidade fiscal, onde "mais vale serem muitos a pagar pouco do que poucos a pagar muito", considerou o ministro das Finanças.

O fórum encerra hoje e o perito da McKinsey & Company, Kito de Boer, foi o primeiro convidado que falou sobre a importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento do país. Sobre Angola, o perito disse que se deve dar mais atenção ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que actualmente se situa em 9,0 por cento. "Angola deve passá-lo para 16 por cento, pois, o IVA é um dos principais impostos de arrecadação de receitas fiscais para o Produto Interno Bruto (PIB) de qualquer país", considerou.

Ontem os participantes discutiram também temas relacionados com as linhas gerais da reforma tri-

butária, o balanço das medidas aplicadas em 2011 e as alterações recentes ao sistema tributário em Angola.

A primeira conferência internacional sobre a reforma tributária é um programa inserido no ciclo anual de conferências sobre tributação, uma iniciativa conjunta do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e da Escola Nacional de Administração (ENAD).

2.16 “Banquita” Foi Lançado

Jornal de Angola

23 de Março de 2012

O delegado regional do Banco Nacional de Angola (BNA), Jerónimo Lara, procedeu, na cidade do Huambo, ao lançamento do programa da educação financeira “Banquita”, com o objectivo de apoiar as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

O programa existe há um ano e foi criado com o objectivo de melhorar as condições sociais das populações de baixos rendimentos, comerciantes, vendedores ambulantes e estudantes Jerónimo Lara, que apresentou o programa aos membros das agências bancárias sediadas na província, responsáveis do ADRA e jovens do curso de teologia do Seminário da Igreja Adventista do Sétimo Dia, explicou que o projecto começou no BNA e está agora a ser executado em dez agências bancárias, sendo aberto a toda a gente.

Na poupança “Banquita” o cliente abre a conta com 100 kwanzas e vai depositando dinheiro. Quando tiver o montante de 100 mil Kwanzas na conta, automaticamente passa para uma outra categoria.

2.17 Passéio Vadio 8 (1)

Angolense

24 de Março de 2012

Mochila nas costas, pé na estrada. Eram nove horas e trinta minutos dum dia desses, quando deixei o meu Range!, rumo ao Benfica. No início, o passo não era apressado, devido aos pequenos buracos e poços de água das ruas do bairro. Era como se estivesse a jogar a cimalha: um pé aqui, outro ali, um pé à esquerda, outro à direita e depois pular!..

Se falhar, é capote! Pisas na água! Na água, que nem é já da chuva, porque este ano, Luanda esta com sorte. A chuva teima em não cair.

Há muito que vinha adiando esta caminhada para o Benfica. Mesmo hoje, o programa era outro. Queria

passar o fim-de-semana em casa, com a família. Mas a «Dama» logo cedo me lembrou que iria passar o dia a lavar em casa da mãe:

- Porquê a roupa está a se amontoar sem parar!... Porque as miúdas estão a sujar muito!... Porque assim parece mal! Foi assim que alterei o plano. Decidi aproveitar o sábado para exercitar os músculos, fazendo mais uma das minhas caminhadas. Como sempre, não dei a conhecer o rumo do meu passeio. Por norma, só quando cortava a meta, é que, vitorioso, ligava para a minha esposa, a comunicar-lhe mais um dos meus feitos. Foi assim que cheguei à Viana, ao Trinta, ao Cacuaco e ao Ponto final da Ilha. O Benfica parecia-me um pouco complicado, não pela distância, mas pela rota a tomar. Pelo Palanca ou pelo Bairro Popular? Pelo Rocha Pinto ou pela Samba?

Só depois de alguns rodopios, ali nas imediações do Triângulo, é que decidi apanhar o caminho para o Bairro Popular, passando pelo Golfe Um e pelo Golfe Dois.

Foi muito bom ver as ruas do Nelito Soares e das imediações do mercado dos Congolenses quase todas asfaltadas. E, melhor ainda, foi constatar que agora existe uma nova rua que passa pela lateral esquerda da antiga ETIM e sai no largo do velho Cine Ngola.

Triste foi ver aquela zona toda transformada num enormíssimo mercado de rua. As vias novas, que deviam dar fluidez ao trânsito de viaturas, hoje estão ocupadas por uma multidão de «zungueiras» e vendedoras de diversos produtos.

Quando ouvidas sobre este modo improvisado de ganhar a vida, justificam-se:

- Quem mandou acabar. com o Roquel? ... Agora estão os na estrada! ... Temos que trabalhar prá escola e a comida dos filhos!

Na força do povo, o Roque Santeiro, uma vez mais, evidencia o seu mistério. O Santo não morreu nem

está no Panguila.

O Roque Santeiro, o Beato Salú, a Estalagem e tantos outros mercados destruídos estão no instinto de sobrevivência das suas gentes, que «zungam» no São Paulo, no Congolenses, no Nguanã, em suma, por toda Luanda, em busca do sustento para as suas famílias.

Ninguém perguntou ao povo! Apenas partiram! Se sentassem com o povo, teríamos criado as melhores condições de modernização do mercado, e um dia, teríamos um Roque Santeiro de verdade, a

semelhança dos grandes mercados de que as grandes capitais do mundo se orgulham possuir.

O meu passeio tornou-se ainda mais triste quando subi a ponte da Estrada de Catete. A lixeira e a pobreza, de mãos dadas, pairavam sobre a agora Avenida Deolinda Rodrigues, a heroína do povo. Em cada esquina do trajecto, gente pobre e pedinte, cada qual exibindo as mais horríveis doenças e deficiências, «imploravam pão», para mais um dia amargo das suas vidas. Comovido, ajudei no que podia.

Passei pelo Golfe, no momento em que o «Kilamba Kiayi», sentado à sombra da Mulembeira, fazia poemas com o vento que passava pelas casas pobres de «pau –a- pique»:

- «Havemos de voltar» - profetizava o poeta.

Depois de seis horas de marcha, na Praça do Artesanato, reencontrei o Benfica. Recebi um abraço forte do amigo Guido Lopes, e em seguida, revigorei as forças com um mergulho na Praia das Mabangas. O choco grelhado esteve no almoço. E sentados sobre a velha canoa da praia, embalados pelas «fresquinhas a estalar», vimos o sol a se pôr, ali no horizonte, no Morro dos Veados. Caía a noite, quando no «candongueiro» embarquei, de volta à casa.

2.18 Seca compromete prazos de reembolso do crédito agrícola

Agora

24 de Março 2012

O sucesso do crédito agrícola esteve sempre atrelado às incertezas de previsão atmosférica. Banco Sol, BCI, BAI Microfinanças e BPC são os bancos operadores que poderão ver os fundos cedidos convertidos em fundos perdidos caso a chuva c insistir em não cair sobre os campos agrícolas.

Há três meses faz-se o balanço I do crédito agrícola concedido em 2011, e levantou-se a hipótese do "fim" do produto bancário caso fosse comprovada a incapacidade de reembolso de 90% dos agricultores contemplados, pois é com o dinheiro devolvido que futuros candidatos ao crédito serão contemplados.

Devido à seca que afecta várias regiões agrícolas do país, comprometendo as previsões de colheitas dos agricultores beneficiários, o Expansão abordou nesta semana o coordenador da comissão técnica de campanha.

José Bento explicou que os constrangimentos provocados por condições naturais desfavoráveis são

próprios da actividade agrícola e registam-se um pouco por todo o lado.

Salientou que o crédito é concedido pelos bancos operadores, no âmbito das condições negociadas e com base nos compromissos assumidos pelos bancos perante o Executivo.

Neste sentido, acrescentou, ao assumirem tais compromissos, "os bancos comerciais envolvidos estavam conscientes de actividade agrícola depende, em grande medida, de condições naturais incertas" . r

O responsável admitiu que "os bancos operadores têm todo o interesse em (re)negociar com os camponeses o prolongamento do prazo de reembolso, em casos devidamente justificados e desde que os beneficiários demonstrem a sua intenção de continuar a assumir os seus compromissos de reembolso" .

Dificuldades de reembolso. O prazo de reembolso dos créditos concedidos pelos bancos comerciais, no âmbito do crédito agrícola de campanha, é de 10 meses. No entanto, de grande parte das províncias chegam relatos de associações de agricultores sobre escassez de chuva.

Em conversa com Expansão, o presidente da Federação das Associações de Camponeses (UNACA), Paulo Wime, frisou que os campos cultivados na primeira fase da campanha, que teve início em Outubro passado, com

da- culturas de jinguba, milho, feijão :tde da espécie macunde, e mandioca, 'ais estão a secar, mas, caso "chova nos próximos dias, os prejuízos "os são minimizados pelas colheitas in- da segunda fase, entre Fevereiro os e Abril".

Apesar de acreditar na colheita da segunda fase, o responsável de da UNACA salienta que a faltam de chuva põe em risco não só o cumprimento dos prazos para o de reembolso dos valores recebidos pelos camponeses, no âmbito do crédito agrícola de campanha, como também pode pôr em risco o programa do Governo de combate à fome e à pobreza, por afectar o rendimento das famílias rurais.

Apesar da situação reinante, disse, os camponeses não devem ficar desanimados, pois acreditamos que a qualquer momento pode vir a cair chuva".

Quase quatro meses depois do início da campanha agrícola, a situação da ausência de chuva alastra-se um pouco por todo o país. Na província do Bié, onde os bancos comerciais concederam

crédito no valor de mais de 6,6 milhões USD para 21 agricultores, a realidade não é diferente.

Não chove há quatro meses", afirma ao Expansão o director da agricultura do Bié, Marcolino Sandemba, antevendo, desta forma, a soma de prejuízos.

No Huambo, província com 8886 agricultores beneficiários totalizando cerca de 14,1 milhões USD, segundo o presidente da Cooperativa do Vale do Kalai, Domingos Capita, a previsão dos prejuízos provocados pela falta da chuva está acima de 80% em relação aos resultados esperados.

As províncias do Kwanza Sul e Kwanza Norte, que totalizam 4572 agricultores beneficiários do crédito, somam um capital mutuado de 11,9 milhões USD. Alguns destes produtores falam numa campanha agrícola comprometida. No Kwanza Norte, a situação já preocupa o executivo local. O director provincial da agricultura, Humberto Mesquita, admitiu ao Expansão a previsão de baixa na produção e aponta que a redução de prejuízos está dependente de estudos em cursos visando a distribuição de sementes variadas a custo zero.

O crédito agrícola de Campanha é um instrumento criado pelo Executivo para atender às necessidades dos pequenos e médios agricultores, e é operado por quatro bancos comerciais, designadamente, Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria, BAI Microsocial do país, o BPC.

Na campanha agrícola do ano transacto, o volume de crédito concedido superou os 67,5 milhões USD, beneficiando 35 146 camponeses em 17 províncias do país com excepção da Lunda Norte.

No entanto, a fase de reembolso encontrou constrangimentos de várias ordens, pois na altura o coordenador da Comissão Técnica do Crédito de Campanha, José Bento, admitiu que, "se por exemplo 90% dos beneficiários não conseguirem pagar, o programa morre, porque não há nenhum banco que vá continuar a emprestar dinheiro para perder".

2.19 Banco Ético: Uma Alternativa às Finanças Predatórias

Folha 8

24 de Março de 2012

O movimento dos bancos éticos da ocupa um espaço pouco expressivo no conjunto do sistema financeiro. No entanto, em razão da crise dos últimos anos, esse modelo alternativo (a grande maioria no espaço europeu) tem logrado conquistar um crescimento importante nos seus nichos de actuação. A crise por que

passa o sistema financeiro internacional parece longe de ver seu fim. A partir do recrudescimento do cenário norte-americano em 2008, os efeitos negativos das dificuldades enfrentadas pelos bancos naquele país terminaram por evidenciar as reais características do fenómeno da globalização. O “financês” acaba por incorporar as expressões das ciências biológicas e da saúde, e passa a utilizar a imagem da “contaminação dos mercados”. Além da quebra de série de bancos nos Estados Unidos, a crise atravessou o Atlântico e aprofundou-se no espaço da União Europeia. E sempre tendo como principais personagens - os detonadores da crise - os bancos e demais instituições financeiras.

Mas, como não poderia deixar de ocorrer, mesmo os países que não estavam completamente atrelados às dificuldades daquelas instituições financeiras, passam a sofrer em sua economia real. O ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento é reduzido em função da queda na demanda dos países mais ricos. Além disso, os efeitos da injeção de vários trilhões de dólares e euros no mercado internacional apresentam sua factura em termos da nova face da “guerra cambial” que se estabeleceu a partir dos últimos meses.

Esse quadro só faz piorar a imagem do sistema financeiro perante os governos, as instituições sociais, as universidades, as empresas do sector produtivo, o movimento sindical, o mundo da agricultura e a opinião pública em seu conjunto. Apesar de sabermos que a crise se caracteriza como elemento inerente e intrínseco à própria dinâmica do sistema capitalista, o facto é que o sistema financeiro passa a ser identificado como o grande vilão de todo esse processo de destruição de valor, de emprego e de renda.

Bancos bons e bancos éticos

Num artigo anterior (“Ainda há espaço para bancos bons”) procurei tratar desse aspecto, levantando a hipótese de que haveria ainda espaço para aquilo que chamei de “bancos bons”. Ou seja, a reafirmação de uma evidência da modernização dos sistemas económicos: a necessidade de que algum tipo de instituição cumpra com a função original desempenhada pelos bancos na nossa sociedade. Refiro-me aqui ao facto de recolher os recursos que não seriam destinados ao consumo por parcela dos agentes económicos (governo, empresas e famílias) e colocá-los à disposição de outros actores que necessitem de recursos para empréstimo. Naquele texto, eu chamava a atenção para 2 tipos de instituições que poderiam ocupar tal espaço, sem necessariamente provocar os desastres que o sistema

havia provocado de forma consciente. Tratava-se dos bancos públicos e das cooperativas de crédito.

No entanto, há outras formas de organização que começam a ganhar espaço em vários países nos tempos de hoje, inclusive em razão da mais completa falta de credibilidade que assola o sistema financeiro tradicional. Um movimento significativo é o dos chamados “bancos éticos”. São diversas formas de associação e organização em torno da figura da instituição bancária, mas com princípios e acções completamente distintas daquilo que o nosso ideário pode imaginar como um banco - em função da prática predatória e irresponsável que tem caracterizado a grande maioria das empresas desse tipo no mundo.

Como se pode imaginar, o movimento dos bancos éticos ainda ocupa um espaço pouco expressivo no conjunto do sistema financeiro. Seja em termos de número de bancos, número de clientes, volume de negócios ou outras variáveis quantitativas. No entanto, em razão da crise dos últimos anos, esse modelo alternativo tem logrado conquistar um crescimento importante em seus nichos de actuação.

A grande maioria ainda se localiza no espaço europeu, com presença que se expande para os países da América do Norte e mesmo alguns países fora de fora desse eixo. Porém, o interessante é que boa parte dos empréstimos e aplicações de tais instituições se destina a projectos implantados em países do dito mundo subdesenvolvido.

Bancos éticos: princípios e acções

De acordo com a “Federação Europeia de Finanças e de Bancos Éticos e Alternativos”, seus integrantes devem obedecer a alguns elementos básicos constantes na Carta de Princípios da entidade. E tais itens servem como síntese das preocupações que norteiam a maior parte dos bancos dessa nova geração do espaço financeiro. Assim, entre outras obrigações, os bancos éticos e alternativos devem:

“a) Se engajar para: colocar a economia a serviço do ser humano; contribuir para a solidariedade, para a coesão social e o desenvolvimento sustentável; recusar a busca exclusiva da rentabilidade financeira; favorecer a criação de iniciativas inovadoras do ponto de vista social e ambiental

b) Dispor de uma autonomia de decisão em relação a toda e qualquer organização ou empresa externa.

c) Financiar as iniciativas económicas perseguindo, especialmente, os seguintes objectivos: a criação de empregos, em especial de empregos de natureza social; o desenvolvimento sustentável (energias

renováveis, agricultura biológica e biodiversidade); a solidariedade internacional e o comércio internacional justo.

d) Oferecer uma informação transparente e completa sobre seu funcionamento interno, sobre o recolhimento da poupança e sobre a utilização de tais recursos.”

Os principais bancos, com esse novo tipo de preocupação, estão presentes em países que acumularam uma experiência e um conhecimento na área económica, social e financeira, o que tem permitido algum grau de adesão a seu projecto.

2.20 Pesca artesanal com aumento de capturas

Jornal de Angola
24 de Março de 2012

As associações de pescadores artesanais da província do Huambo capturaram, nos primeiros dois meses deste ano, 167 toneladas de pescado, informou o chefe de Departamento de Pesca Continental da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca do Huambo, Anáz Vidro.

Este aumento considerável da captura deveu-se à distribuição, no ano passado, de mais embarcações e modernos equipamentos às associações de pescadores pelo Governo Provincial. As associações de pescadores artesanais da província receberam, no ano passado, 47 embarcações e 37 motores, para melhorarem os níveis de captura, facilitarem o seu trabalho e torná-lo mais atractivo e rentável.

Dados fornecidos pela Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do Huambo indicam ter havido um aumento significativo, relativamente aos anos anteriores. Em 2008, a captura atingiu 19 toneladas. No ano de 2010, subiu para 159 e no ano passado o número baixou para 142 toneladas. Este ano, disse Anáz Vidro, só em dois meses atingiram 167 toneladas de pescado.

"E um aumento significativo comparado com as capturas realizadas nos anos anteriores", reconheceu o responsável pela pesca continental na província.

As fracas capturas de pescado deveram-se ao estado obsoleto dos equipamentos utilizados. A actividade de pesca continental no Huambo é exercida por 1.186 pescadores, divididos em 52 grupos, três cooperativas de pesca, um centro de fomento da piscicultura, constituído por 28 tanques, dos quais cinco são artificiais de engorda, 22 de reprodução e uma de decantação.

A Direcção Provincial da Agricultura, através do Departamento de Pesca Continental, orienta e acom-

panha os trabalhos de manutenção diária do centro de piscicultura localizado na zona da Sacaála, nos arredores da cidade do Huambo.

Esse ano, foi efectuado o povoamento de três tanques piscícolas, um no município da Tchicala Tcholohanga, igual número na comuna da Chipipa e um outro no município do Huambo. O objectivo é tentar expandir a actividade na província.

Durante o ano de 2011, as autoridades desenvolveram encontros, sessões de esclarecimentos e orientação com vários grupos de interesse económico. Foram realizadas também recolhas de dados de captura.

Segundo Anáz Vidro, o departamento de pescas efectuou uma sondagem dos preços praticados na província, em relação ao peixe do mar, para comparar com o pescado da água doce e estabelecer um pre-

ço realista a ser praticado no mercado. José Kavita, pescador há quatro anos, na bacia do rio Cuando, diz que quando começou a actividade piscatória tinha condições precárias, na medida em que havia carência de meios. Hoje a actividade é mais eficiente, com os novos meios e as condições criadas pelo governo do Huambo.

Kavita e colegas já conseguem vender melhor e maiores quantidades de pescado, em relação aos anos anteriores. A actividade é exercida maioritariamente por homens e jovens. As mulheres dedicam-se à comercialização do produto.

Maria Helena, 26 anos, assegura que algumas amigas não tinham ocupação, mas hoje, com o aumento da captura do pescado, dedicam-se exclusivamente à venda do produto.

A província do Huambo tem muitos rios e lagos que permitem o crescimento da actividade piscatória.

O rio Cunhoñgamwa, o Cunene e a barragem do Ngove são também outras zonas de pesca continental na província. O governo pretende também organizar sistemas de conservação de peixe nas zonas de maior captura, para permitir que o produto chegue ao consumidor em boas condições.

No âmbito do seu programa de luta contra a pobreza, o Governo do Huambo continua a apoiar os produtores e todos os que se dedicam à pesca artesanal, para melhorar as suas condições de trabalho e elevar os seus rendimentos. Ainda no mesmo quadro, o governo vai criar, dentro de pouco tempo, mais asso-

ciações piscatórias noutras localidades próximas dos rios.

2.21 BDA financia 30 milhões de USD aos criadores de gado

Semanário Continente
23 de Março de 2012

O financiamento de 30 milhões de dólares americanos direccionados ao município do Virei, deixa algumas dúvidas quanto ao seu reembolso, por não ter sido revelada publicamente esta componente, que se enquadra no programa integrado de desenvolvimento rural.

Ficou apenas simplificado o objectivo a atingir, inserido no combate à fome e miséria que de facto no Virei tem marcas indeléveis no seio das comunidades.

O lançamento com alguma expectativa aconteceu, recentemente, naquela localidade, sendo financiado pelo BDA (Banco do Desenvolvimento de Angola), com vista a apoiar de forma sustentável a actividade dos pequenos pecuaristas e criar riquezas aos autóctones, nos desafios de minorar a fome e a pobreza.

O director nacional de gestão do projecto agro-pecuário e agro-industrial, Pedro Freudenthal, afecto a empresa que vai proceder a monitorização, descreveu que o projecto contempla lojas para o apoio às comunidades locais, trinta e seis fazendas agro-pecuárias e vai se introduzir tecnologia de ponta para facilitar e melhorar a raça gadina e a produção de forragem e água para a população.

A componente tecnológica do projecto vai vitalizar a qualidade da reprodução do gado, segundo disse à VOA, o chefe do Departamento de Programas Rurais e Agro-Industriais do BDA, Bonifácio Cessa.

A implementação deste programa integrado do desenvolvimento pecuano foi testemunhado pelo vice-governador, Alcides Gomes Cabral. Na oportunidade, o governante lançou um apelo, aqueles que têm fazendas agrícolas e pecuárias "nas terras do carneiro", município do Virei a juntar-se ao projecto. Alcides Cabral disse que "ganhamos todos" neste projecto, Governo, criadores de gado e autóctones, porque vai permitir a renovação de animais e o excedente vai para o matadouro produzir riquezas para a população.

Até ao acto, já tinham sido seleccionados 36 pequenos pecuaristas que deverão beneficiar deste projecto que, segundo as autoridades governamentais da província, vai trazer emprego, desenvolvimento e

mais-valia na melhoria das condições sociais daquela população, essencialmente criadora de animais.

2.22 Pequenas empresa vão reber 809 milhões de dollares

Factual
24 de Março de 2012

Espera-se por um crescimento da economia em torno de 12,8 por cento em 2012 e por uma taxa de inflação não superior a 10 por cento.

Contudo, o peso do Estado e do petróleo na economia continua a ser muito alto enquanto a geração de empregos ainda permanece longe do esperado.

Para melhorar a integração e expansão do sector privado na economia, aumentar os níveis de produção interna e geração de emprego está em marcha o programa de industrialização e de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias empresas (MPME).

A persistência da taxa de inflação em torno de 10 por cento reflecte, em parte, os desequilíbrios estruturais com que se debate a economia, de que sobressaem os problemas logísticos e que afectam significativamente tanto os preços e a oferta de produtos nacionais quanto os importados.

Neste contexto, é preponderante a reanimação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com o intuito não só de aumentar a criação de novas empresas privadas, mas também para a integração sectorial e a melhoria da rede de produção e de distribuição de bens e serviços.

Para dinamizar, viabilizar e materializar o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME), prevê-se transferir cerca de 809 milhões de dólares no ano em curso, valor que se destina, essencialmente, ao custeio de distintas actividades a nível das 18 províncias do país.

Duzentos milhões de dólares serão para fundos de garantia

Segundo fontes do Ministério da Economia, cerca de 200 milhões de dólares destinam-se ao Fundo de Garantias do Programa, 155 milhões de dólares para o Fundo de Bonificação das Taxas de Juros e, aproximadamente, 220 milhões de dólares para assegurar o Micro Fomento.

Destaca-se ainda 100 milhões de dólares para o Fundo de Capital de Riscos, 50 milhões de dólares

para o suporte empreendedor e 39 milhões de dólares para projectos específicos da cidade de Luanda.

Para o empresariado nacional, o programa constitui uma "lufada de ar fresco", porquanto a transferência de recursos para o empresariado poderá contribuir para o fomento da actividade empresarial e para alavancar o investimento privado.

O Fundo de Garantias do Programa e o Fundo de Bonificação das Taxas de Juros deverão contribuir para facilitar o financiamento das actividades, já que o empresariado, desde há algum tempo que vem reclamando das altas taxas de juros praticadas pela banca comercial. Espera-se que haja uma melhoria substancial da oferta de crédito para a actividade empresarial de pequeno e médio porte.

Salienta-se que a linha de financiamento para o PDMPME ronda os 1,5 mil milhões de dólares e chega numa altura em que está já em curso um o forte de volume de crédito de campanha, associado ao crédito de investimento, avaliado em 200 milhões de dólares.

Fazem parte da linha de crédito de 350 milhões de dólares aberta pelo Executivo que visa reanimar a produção agrícola e melhorar a distribuição dos produtos agrícolas.

É preciso afinar alguns mecanismos de política monetária

A combinação entre o aumento dos investimentos no sector agrícola e não só poderá contribuir para a redução de alguns estrangID:entos .logisticos e, aSSIm, aClrrar o crescimento do sector agrícola.

Porém, a disponibilização de várias linhas de crédito para o financiamento da actividade deverá implicar a afinação de alguns mecanismos de política monetária, cambial, orçamental e fiscal para, por um lado, manter a inflação sob carris e, por outro, garantir que haja uma geração substancial de empregos e a manutenção de um crescimento económico consistente a curto, médio e longo prazos.

Admite-se, em combinação entre o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e o PDMPME, que haja uma melhoria da arrecadação fiscal por via da integração da economia informal à formal.

Salienta-se que se prevê que entre 2012 e 2017 o sector da indústria transformadora vá registar um crescimento médio anual na ordem dos 10 por cento e que o número médio anual de postos de trabalho a criar seja de sete mil e 400 directos e sete mil e 580

indirectos, estando o valor dos investimentos a realizar estimado em 8,5 mil milhões de dólares.

Espera-se, a breve trecho, pelo arranque do sector têxtil, com o relançamento da cultura e da fileira do algodão e a reabilitação e desenvolvimento da produção têxtil.

Fábricas têxteis arrancam em breve

Em breve, deverão entrar em funcionamento três fábricas de tecidos, nomeadamente a Textang II, em Luanda, a Africa Têxtil, em Benguela, e a SATEC, na cidade do Dando, no Cuanza Norte.

Recorda-se que o ministro da Economia reuniu, recentemente, na província do Uíge com os membros do executivo local e a classe empresarial do Uíge, do Cuanza Norte e do Bengo para a apresentação do PDMPME, tendo frisado que o Executivo está a trabalhar de forma acelerada para a concretização do programa, visando o melhoramento dos negócios dos agentes económicas e o conseqüente contributo para o desenvolvimento do país.

Garantiu que todas as precauções foram tomadas em conta a fim de que nenhum programa falhe.

2.23 Titulo Executivo Pretende Regularizar Economia Informal Artigo

*Semanário Factual
24 à 31 de Março*

A informação é do ministro das Finanças, Carlos Lopes, quando falava na abertura da primeira conferência internacional sobre "a reforma tributária e os incentivos fiscais"

O ministro destacou que se "trata de uma iniciativa que se realiza numa altura em que o Executivo está a consolidar os mecanismos estruturantes da sua estratégia de diversificação da actividade económica e crescimento sustentado das receitas do Estado", e que "a reforma tributária em curso emerge como um dos pilares no reforço institucional do Estado, tendo em consideração o seu basilar papel no aumento da captação de receitas provenientes dos impostos, sobretudo, as oriundas do sector não petrolífero".

O titular das Finanças frisou que a transformação preconizada com a reforma assenta principalmente na actualização e na melhoria da legislação tributária, considerando "a actual realidade socio-económica, bem como o inerente desafio de estimular a economia, sem deixar de crescer na captação de mais receitas, com o objectivo final de possuímos leis

tributárias mais justas, actualizadas, conformes à Constituição e às perspectivas de desenvolvimento do país".

Inclui-se "a optimização dos processos e procedimentos da administração tributária, com a adopção de uma estrutura orgânica mais funcional, com o amplo esforço ao nível da capacitação dos quadros existentes e o recrutamento de recursos humanos qualificados e ainda com a modernização tecnológica, visando uma administração tributária que atenda de modo célere e adequado aos interesses fundamentais do Estado, bem como a demanda dos contribuintes", realçou o ministro.

Economia informal ocupa maioria da população do país

Salientou, porém, que os efeitos práticos dos aspectos enumerados dependem também de uma ampla e assertiva política de comunicação e consciencialização sobre o irrefutável papel dos impostos no Estado moderno, bem como da adopção de mecanismos eficientes, ao nível da justiça tributária e não só, que permitam combater o ainda alto índice de evasão fiscal.

"Todavia, visando o crucial objectivo de alargamento exponencial da base tributária, são indispensáveis os estudos e projectos, assentes na nossa realidade concreta, tendo em conta o elevado grau de informalização da economia", referiu o ministro.

Enfatizou que "deste modo, a regularização progressiva da economia informal, que ocupa uma percentagem maioritária da população activa do país, afigura-se como um dos principais desafios do Executivo, uma vez que tributar o segmento informal da economia nacional implica inerentemente formalizar, pelo menos alguns aspectos, da sua acção".

O ministro afirmou: "sabendo que tal meta não se alcança meramente por decreto, entendemos que esta pretensão deve ser combinada com iniciativas que incentivem os próprios operadores do mercado informal a formalizarem a sua actividade".

Os estímulos constantes num recente conjunto de instrumentos normativos, como a lei das micro, pequenas e médias empresas, o seu regulamento, o programa e o modelo de implantação de apoio ao pequeno negócio, o reajuste do regime jurídico do I.N.A.P.E.M. e a instituição do balcão único do empreendedor, são exemplos dessa estratégia.

A operacionalização de todas estas medidas vai acelerar, significativamente, o processo de formalização da actividade económica de operadores do mercado informal.

Isto significa que a procura de contribuintes à administração tributária irá crescer, gerando mais receitas para o Estado e postos de trabalho para a Juventude. É verdade que muitos destes contribuintes, em sede do imposto sobre os rendimentos, irão pagar taxas mais reduzidas, mas a reforma prossegue o princípio da justiça e equidade fiscal, onde "mais vale serem muitos a pagar pouco do que poucos a pagarem muito".

2.24 Crédito dá Vida à Agricultura

Jornal de Angola

26 de Março de 2012

O administrador municipal de Caculama, Miguel Serrote Gio, afirmou ontem que o crédito agrícola de campanha, concedido às associações e fazendas agropecuárias, está a dar um grande impulso ao desenvolvimento da actividade naquela localidade.

Miguel Serrote Gio fez esta declaração durante uma actividade de campo, que visou constatar o desenvolvimento da actividade agrícola e encorajar os camponeses do interior de Caculama a aumentarem os níveis de produção.

O município de Caculama, a cerca de 54 quilómetros da sede provincial de Malange, dispõe de grandes potencialidades para a prática da actividade agropecuária, devido os seus solos aráveis, referiu o administrador.

Durante a sua jornada de campo, o administrador Miguel Serrote Gio efectuou visitas à comuna do Caxinga, onde constatou o funcionamento das fazendas agropecuárias "Havemos de Voltar", "Builá" e "Gouveia & Filhos".

Adão Duarte, proprietário de uma das fazendas visitadas, destacou a importância do sector agrícola em prol do desenvolvimento socioeconómico das sociedades. Para ele, a agricultura desempenha um papel muito importante para qualquer região, daí a necessidade de se trabalhar para a melhoria da actividade.

O fazendeiro apontou a construção de um posto médico, uma escola e uma loja, como acções previstas para ajudar o governo a melhorar as condições de vida dos habitantes do município.

Na actividade de campo realizada, o administrador, que se fez acompanhar do seu adjunto, Noé Rapane, e de membros do conselho municipal de auscultação e concertação social, mostrou-se satisfeito com as obras sociais em curso na comuna de Muquixi.

As principais culturas alimentares, em Caculama, são a mandioca, batatas doce e rena, milho, inhame, tomate, cebola, pepino, repolho, couve, cenoura, feijão e ginguba.

2.25 Governo cria balcões para microempresas

Jornal de Angola
28 de Março 2012

Um conjunto de balcões para a constituição de microempresas, cooperativas e associações vai ser criado no país, no âmbito do Programa Integrado de Combate à Fome e à Pobreza.

Os Balcões Únicos de Apoio ao Empreendedorismo (BUE), refere um dossier da comissão executora do programa, vão ser instalados nas sedes das administrações municipais e distritais para desburocratizarem e simplificarem o processo e criarem o bem-estar económico e social da população.

Nos Balcões Únicos de Apoio vão funcionar, entre outras instituições, a Direcção Nacional dos Registos e do Notariado, da Identificação Civil e Criminal, de segurança Social e de Impostos.

No próximo ano está previsto criar cinco mil novas microempresas com seis mil novos postos de trabalho no total. O montante disponibilizado pelo Executivo para a concretização projecto é de 24 milhões de dólares.

O Programa de Combate à Fome e à Pobreza, em curso desde 2010, prevê a criação de infra-estruturas sociais nos sectores da educação, saúde, desporto, habitação e o fornecimento de água?

2.26 Roboteiros satisfeitos com desempenho das suas actividades

Jornal Continente
30 de Março de 2012

Rodrigues Candombe é natural do município de Balombo, província de Benguela, disse ao CONTINENTE que exerce esta actividade desde 1995. Como resultado deste sacrifício, conseguiu comprar seis cabeças de gado bovino, das quais quatro fêmeas para reprodução e dois machos para o auxílio de trabalho do campo.

Já Marcial Avelino Njaviti, natural de Caluquembe, província da Huíla que também se ocupa da mesma actividade há mais de 6 anos disse que no passado eram chamados de bagageiros, nome que para eles,

segundo explicou, não era muito digno de respeito. Com o andar do tempo já que não se sentiam satisfeitos com esse nome, sempre que fossem chamados por pessoas que os precisassem para um trabalho, então passaram a ser chamados de trabalhadores, nome que segundo o interlocutor, vai de acordo com o que fazem.

Por seu lado, Marques Tomás Candeeiro, natural do Seles, província do Kwanza Sul, disse que se sente satisfeito pelo trabalho que faz, uma vez que, segundo a sua explanação, consegue sustentar a sua família, composta da mulher e quatro filhos.

Segundo o interlocutor, semestralmente tem de ir ao encontro da sua família não só para matar a saudade mas também para levar a ela o pouco que ganha.

Mateus Joaquim, 14 anos, também está entregue de corpo e alma a mesma actividade. É proveniente de Benguela. Contou que só estudou até a 4ª classe. Com pretensão de adquirir tão cedo algumas cabeças de bois o menino preferiu abandonar os estudos, alegando a falta de pais, tendo como garantia para o seu futuro a aquisição de gado bovino para a futura actividade agrícola.

Por seu turno, Damião Kakembi, também de Benguela, disse que a actividade que exercem tem sido muito menosprezada por muitos, tendo em conta a força que empregam e ser mandado por proprietários da carga ou bagagem.

"Nós não temos muito complexo em exercer esse tipo de actividade uma vez que é nela onde sai o nosso sustento, o mais vergonhoso é roubar", salientou.

2.27 Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas Artigo

Semanário Angolense
09 de Março de 2012

À entrada do último trimestre de 2011, com os produtores longe de que o cenário actual fosse de muito aperto, embora a experiência do passado exigisse alguma desconfiança, a maior parte dos 54.676 camponeses inscritos na UNACNBenguela ainda não havia abraçado o crédito agrícola de campanha, com o qual, recordamos, o Governo angolano pretende combater a fome e a pobreza. De lá para cá, esta cifra aumentou de forma significativa, em grande medida devido à campanha de sensibilização da União dos Camponeses, na altura preocupada com os sépticos, e do «grito de socorro» lançado por alguns administradores municipais.

Os dados disponíveis, revelados pelo presidente da UNACA, João Simão Januário, indicam 3.996 camponeses organizados em associações e cooperativas agro-pecuárias beneficiaram já deste instrumento financeiro. A estes homens do campo, que operam em diferentes pontos da província, juntam-se 66 camponeses individuais, sendo que o valor desembolsado pelos bancos é de pouco mais de 396 milhões de Kwanzas.

De acordo com Simão Januário, espera-se que o reembolso deste investimento, comprometido em função da «maldita» estiagem, sirva para alargar o raio de acção até outras famílias camponesas ávidas do crédito. «Temos muitos associados à espera que as suas solicitações sejam aprovadas pela banca. Devo dizer que o camponês pode ou não aderir, mas a verdade é que a mensagem foi passada», frisou. Na ocasião, explicou que o método estabelecido pelo Governo não prevê a entrega do dinheiro, contrariamente ao que possa parecer, mas sim de sementes de hortícolas, fertilizantes e pulverizadores.

É, no fundo, o chamado crédito em espécie, com o banco a colocar à disposição meios de trabalho equivalentes ao valor solicitado. João Januário acrescentou que o produtor pode, inclusivamente, alugar um tractor para preparar a terra. «O banco paga sem qualquer problema», garantiu a fonte, para mais adiante, confrontado com os reembolsos, responder que a devolução começa agora em 2012.

2.28 Milhares defuncionários foram formados no país

Jornal de Angola
31 de Março de 2012

O Centro de Formação de Funcionários Públicos formou, durante o ano passado, 4.973 trabalhadores em todo o país, no âmbito do programa de capacitação de quadros, e criou mais de 15 mil empregos indirectos, disse ontem na cidade do Huambo, o director da incubadora de emprego do Ministério Administração Pública Emprego e Segurança Social.

Jacinto Domingos acrescentou, no acto da abertura do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que em 1997 e 1998, a instituição tinha capacidade para formar 3.700 trabalhadores e a sua distribuição era heterogenia, circunscrita a quatro províncias do país. "Hoje, temos capacidade para formar 63 mil trabalhadores em quase todas as províncias, com excepção de Benguela, Bié e Cunene. Apesar do esforço de fazer sair estes jovens para o mercado de emprego, este ainda não consegue

absorver grande parte deles por diversas razões", disse.

Por isso, referiu, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPES) tem ensaiado programas de fomento de auto-emprego, com as componentes de formação institucional, capacitação, acessoriajurídica para a formalização paulatina dos pequenos negócios, bem como a vertente de estágios, por formas a complementar a formação ministrada em centros clássicos.

O Huambo, uma das 15 províncias onde funciona o programa, considerado de âmbito nacional por Jacinto Domingos, formou até ao momento, mais de 300 funcionários públicos.

O programa do MAPES conta com a parceria do Banco Sol, no quadro da sua actividade de responsabilidade social, para o qual foi elaborado um pacote de crédito fácil, denominado "Micro Crédito Amigo", que permite empréstimos de até 1 00 mil kwanzas e 500 mil para os já associados. O referido pacote já beneficiou 291 pequenos empreendedores, com um montante de 2.91 milhões d

2.29 Bancos Disponíveis a Empréstar a Pequenos e Médios Empresários

O País
09 de Março de 2012

O Governo criou um Fundo de Garantia de Créditos, com um montante de 200 milhões de dólares, e que servirá para canalizar para instituições financeiras, no quadro do Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME).

Cerca de 500 balcões da banca comercial estão disponíveis, em todo o país, para facilitar os créditos a empresários.

As agências são afectas aos bancos estatais e privados como o de Poupança e Crédito (BPe), Comércio e Indústria (BCI), Africano de Investimentos (BAI), Espírito Santo (BESA), Internacional de Créditos (BIe), Kevee outros em fase de contratação, segundo fontes citadas pela Angop.

Os 500 balcões, distribuídos pelas 18 províncias, deverão facilitar a concessão de créditos aos micro-empreendedores individuais (engraxadores, sapateiros, entre outros). Estes poderão solicitar empréstimos até seis mil dólares, com um período de carência que varia entre os três, seis e nove meses, e o reembolso é para ser feito no prazo de 24 meses.

Quanto aos empresários/empresas com maior capacidade monetária, estabeleceu-se um limite de oito milhões de dólares e sete anos para o reembolso.

Carência prorrogação.

O PDMPME é um instrumento de promoção e suporte à Lei número 30/11 de 13 de Setembro, das Micro, Pequenas e Médias Empresas, em vigor desde o dia 1 de Janeiro desta ano, com a finalidade de regulamentar a actividade empresarial no país, quer a desenvolvida por empresas / empresários nacionais quer por estrangeiros.

Antes e agora

Nas vestes de ministro de Estado e da coordenação Económica, Manuel Júnior, já havia anunciado em Maio de 2012 a criação desse fundo. Dois anos são passados e projecto é efectivado.

Na altura; o então governante dissera que serviria de uma das formas encontradas pelo Executivo para apoiar a actividade de micro-finançamentos no país, de forma bonificada.

Neste âmbito, o Estado comparticiparia também no risco ao crédito, cobrindo 80 por cento dos créditos que forem considerados incobráveis, atenuando deste forma a inexistência de um seguro agrícola no país, referindo particularmente ao sector da agricultura.

O programa, visaria permitir aos pequenos e médios produtores agrícolas o acesso ao crédito bancário para que eles pudessem financiar as suas campanhas anuais (compra de sementes e fertilizantes) e pequenas e médios investimentos, de modo a aumentar as áreas de cultivo nessa altura, o ex - ministro da coordenação económica o volume total previsto para o crédito de campanha seria de 150 milhões de dólares norte-americanos. Para o consumo no meio rural.

Microcrédito

O microcrédito é um pequeno empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que não têm acesso ao crédito bancário, mas querem desenvolver uma actividade económica por conta própria e, para isso reúnem condições e capacidades pessoais, que antecipam o êxito da iniciativa que pretendem tomar.

Quanto aos destinatários: são pessoas, que não têm acesso ao crédito bancário normal e desejam realizar um pequeno investimento, tendente à criação de um negócio através do qual pretendem criar o seu próprio emprego;

A iniciativa de investimento a que se propõem tem virtualidades para se poder vir a transformar numa actividade sustentável, capaz de gerar um excedente de rendimento e garantir,

reembolso do capital emprestado;

O processo do micro crédito não consiste apenas na atribuição do crédito; os candidatos têm a garantia de apoio na preparação do dossier de investimento e, após o financiamento, na resolução dos problemas com que se possam confrontar com o desenvolvimento do negócio.

2.30 USD 800 Milhões Para Micro, Pequenas e Médias Empresas

O País

09 de Março de 2012

O Executivo destinou mais de USD 800 milhões em créditos destinados às micro, pequenas e médias empresas. Os créditos, que deverão ser solicitados para já em 500 agências bancárias distribuídas pelo país, fazem parte do programa de incentivo às empresas privadas, segundo o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME).

Este programa, instrumento de promoção e suporte da lei aprovada a 13 de setembro de 2011, entrou em vigor no início do ano.

O acesso ao crédito varia em função da dimensão das empresas e está aberto a empresários angolanos e estrangeiros. Assim, os micro empresários poderão candidatar-se a créditos até ao máximo de USD 6 mil com período de carência que varia entre os três e os nove meses, e o reembolso deve ser feito no prazo de 24 meses. Os restantes empresários terão acesso a créditos de até USD 8 milhões, com um ano de período de carência e sete anos de reembolso.

Dos cerca de USD 800 milhões disponibilizados, a distribuição desta verba prevê que USD 200 milhões são atribuídos ao Fundo de Garantias do Programa, USD 155 milhões dizem respeito ao Fundo de Bonificação das taxas de juros e USD 220 milhões asseguram o Micro Fomento, onde se inserem os chamados micro empresários.

A restante verba está distribuída pelo Fundo de Capital de Risco (USD 100 milhões), Formação, Consultoria e Incubadora de Empresas (USD 50 milhões), Projectos Específicos de Luanda (USD 39 milhões) e Diversos (USD 43 milhões).

2.31 Comércio e Particulares Absorvem 33,8% do Crédito

O País

09 de Março de 2012

O comércio por grosso e a retalho e os particulares absorvem a maior fatia (33,8% no conjunto) do total crédito concedido pelo sistema bancário à economia. No entanto, o crédito a particulares cresceu mais, entre Dezembro de 2010 e mesmo mês do último ano, que o crédito ao comércio (29,2% e 12,2% respectivamente). Em Dezembro de 2011 o stock de crédito concedido ao comércio por grosso e a retalho ascendia a Kz 366 mil milhões, ao passo que o valor do stock de crédito concedido a particulares atingia os Kz 362 mil milhões. No conjunto, no último mês de 2011 a banca angolana concedera Kz 2.155 milhões de crédito aos diferentes sectores de actividade mais Kz 477 mil milhões que em Dezembro de 2010.

O sector da construção praticamente estabilizou, ao longo de 2011, a sua posição na partição do crédito concedido, evoluindo de 7,8% do crédito total em Dezembro de 2010 para 8% em Dezembro de 2011, o correspondente a Kz 172 mil milhões. Também o crédito concedido ao sector da indústria transformadora não apresentou qualquer variação sensível, absorvendo, em Dezembro de 2011, 8,3% do crédito total concedido (8,2% em Janeiro de 2010) posição que corresponde a Kz 178 mil milhões de crédito concedido (Kz 130 mil milhões em Dezembro de 2010). Mas qualquer dos sectores regista uma evolução positiva, o que confirma a recuperação da economia no seu todo.

Evolução muito positiva foi a registada pelo sector que compreende as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, cujo stock de crédito se cifrava, em Dezembro de 2011 em Kz 320 mil milhões, muito acima dos Kz 176 mil milhões verificados no mês homólogo de 2010 - uma variação de 136,4%. Também as actividades financeiras, seguros e fundos de pensões registaram, ao longo de 2011, uma evolução favorável no que respeita ao crédito obtido. O stock de crédito concedido a este sector, que se situava em Kz 39 mil milhões em Dezembro de 2010, atingia os Kz 92 mil milhões em Dezembro do último ano.

Posições modestas continuam a deter os sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas bem como o sector do turismo. A agricultura, produção animal, caça e silvicultura absorvia, em Dezembro de 2011, apenas 1,6% do crédito total concedido (correspondente a um stock de crédito de Kz 35 mil milhões). As pescas 0,1% do crédito total (Kz 2 mil milhões de

crédito obtido). E o alojamento e restauração, em Dezembro de 2011, representava 0,7% do crédito concedido (correspondente a um stock de Kz 15 mil milhões).

2.32 Finibanco disponível para apoiar a economia

Jornal de Angola

12 de Março de 2012

O Finibanco Angola, uma instituição financeira de capitais luso angolanos, tem disponíveis mais de 20 milhões de dólares para conceder créditos, informou, no Lobito, o administrador daquela instituição, José Leitão.

Falando durante o acto da abertura do primeiro balcão do banco na cidade do Lobito, Benguela, o gestor bancário afirmou que a instituição pretende contribuir para o desenvolvimento económico do país e das famílias angolanas.

Para além da concessão de crédito, de acordo com José Leitão, a instituição vai aconselhar os cidadãos que desejem desenvolver os negócios. "Estamos abertos a todos os angolanos e atenderemos os cidadãos segundo as necessidades de cada elemento e evitaremos discriminação no nosso trabalho", afirmou o presidente do Finibanco.

O Finibanco tem dez balcões em Luanda, Huambo e no Lobito (Benguela). A instalação de balcões nas cidades de Benguela e Lubango (Huíla) ainda este ano são apostas do Finibanco.

A instituição conta actualmente com 150 funcionários, incluindo os seis trabalhadores do balcão inaugurado sexta-feira no Lobito. A inauguração contou com a presença de individualidades ligadas ao sector institucional e empresários.

2.33 Taxistas acusam polícia de:ofensa e extorsão

Folha 8

31 de Março 2012

A promiscuidade entre agentes da Polícia Nacional e taxistas foi inúmeras vezes motivo de notícias e tem sido apontada como uma das principais razões da má postura dos homens dos azuis e branco no exercício da respectiva tarefa. E na sequência da referida relação que os motoristas taxistas que fazem a rota São Paulo/Roque, por volta das 19 horas do dia 28.03, acusaram o agente com o braçal nº 471 afecto ao Comando de Divisão do Sambizanga da prática de extorsão. Interpelava grande parte dos taxistas e condicionava a devolução dos documentos ao pagamento de alguns valores monetários, fazendo fé aos taxistas que acrescentaram que o mesmo "falta respeito aos que não aceitavam dar". A referida acusação, entretanto, foi desmentida por uma alta patente do referido comando que, garantiu, procurou averiguar a verdade, depois do contacto doFolha8.

"De imediato tornamos as medidas necessárias e concluímos ser mentira; pensamos que os taxistas pretendem legitimar as irregularidades que cometem, por isso, é que eles (taxistas) falaram aos vossos microfones sob anonimato", argumentou. Continuando garantiu que, caso se confirmasse, seria dada as devidas repreensões ao agente porque "as sociedades têm normais e não se pode viola-las, mas, como não se apurou o agente não mereceu qualquer sanção".

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas

Fo Semanário Angolense
09 de Março de 2012

À entrada do último trimestre de 2011, com os produtores longe de que o cenário actual fosse de muito aperto, embora a experiência do passado exigisse alguma desconfiança, a maior parte dos 54.676 camponeses inscritos na UNACNBenguela ainda não havia abraçado o crédito agrícola de campanha, com o qual, recordamos, o Governo angolano pretende combater a fome e a pobreza. De lá para cá, esta cifra aumentou de forma significativa, em grande medida devido à campanha de sensibilização da União dos Camponeses, na altura preocupada com os sépticos, e do «grito de socorro» lançado por alguns administradores municipais.

Os dados disponíveis, revelados pelo presidente da UNACA, João Simão Januário, indicam 3.996 camponeses organizados em associações e cooperativas agro-pecuárias beneficiaram já deste instrumento financeiro. A estes homens do campo, que operam em diferentes pontos da província, juntam-se 66 camponeses individuais, sendo que o valor desembolsado pelos bancos é de pouco mais de 396 milhões de Kwanzas.

De acordo com Simão Januário, espera-se que o reembolso deste investimento, comprometido em função da «maldita» estiagem, sirva para alargar o raio de acção até outras famílias camponesas ávidas do crédito. «Temos muitos associados à espera que as suas solicitações sejam aprovadas pela banca. Devo dizer que o camponês pode ou não aderir, mas a verdade é que a mensagem foi passada», frisou. Na ocasião, explicou que o método estabelecido pelo Governo não prevê a entrega do dinheiro, contrariamente ao que possa parecer, mas sim de sementes de hortícolas, fertilizantes e pulverizadores.

É, no fundo, o chamado crédito em espécie, com o banco a colocar à disposição meios de trabalho equivalentes ao valor solicitado. João Januário acrescentou que o produtor pode, inclusivamente, alugar um tractor para preparar a terra. «O banco paga sem qualquer problema», garantiu a fonte, para mais adiante, confrontado com os reembolsos, responder que a devolução começa agora em 2012.

3.2 Milhares de funcionários foram formados no país

Jornal de Angola
31 de Março de 2012

O Centro de Formação de Funcionários Públicos formou, durante o ano passado, 4.973 trabalhadores em todo o país, no âmbito do programa de capacitação de quadros, e criou mais de 15 mil empregos indirectos, disse ontem na cidade do Huambo, o director da incubadora de emprego do Ministério Administração Pública Emprego e Segurança Social.

Jacinto Domingos acrescentou, no acto da abertura do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que em 1997 e 1998, a instituição tinha capacidade para formar 3.700 trabalhadores e a sua distribuição era heterogenia, circunscrita a quatro províncias do país. "Hoje, temos capacidade para formar 63 mil trabalhadores em quase todas as províncias, com excepção de Benguela, Bié e Cunene. Apesar do esforço de fazer sair estes jovens para o mercado de emprego, este ainda não consegue absorver grande parte deles por diversas razões", disse.

Por isso, referiu, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPES) tem ensaiado programas de fomento de auto-emprego, com as componentes de formação institucional, capacitação, acessoria jurídica para a formalização paulatina dos pequenos negócios, bem como a vertente de estágios, por formas a complementar a formação ministrada em centros clássicos.

O Huambo, uma das 15 províncias onde funciona o programa, considerado de âmbito nacional por Jacinto Domingos, formou até ao momento, mais de 300 funcionários públicos.

O programa do MAPES conta com a parceria do Banco Sol, no quadro da sua actividade de responsabilidade social, para o qual foi elaborado um pacote de crédito fácil, denominado "Micro Crédito Amigo", que permite empréstimos de até 1 00 mil kwanzas e 500 mil para os já associados. O referido pacote já beneficiou 291 pequenos empreendedores, com um montante de 2.91 milhões de dólares.

3.3 USD 800 Milhões Para Micro, Pequenas e Médias Empresas

O País

09 de Março de 2012

O Executivo destinou mais de USD 800 milhões em créditos destinados às micro, pequenas e médias empresas. Os créditos, que deverão ser solicitados para já em 500 agências bancárias distribuídas pelo país, fazem parte do programa de incentivo às empresas privadas, segundo o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME).

Este programa, instrumento de promoção e suporte da lei aprovada a 13 de setembro de 2011, entrou em vigor no início do ano.

O acesso ao crédito varia em função da dimensão das empresas e está aberto a empresários angolanos e estrangeiros. Assim, os micro empresários poderão candidatar-se a créditos até ao máximo de USD 6 mil com período de carência que varia entre os três e os nove meses, e o reembolso deve ser feito no prazo de 24 meses. Os restantes empresários terão acesso a créditos de até USD 8 milhões, com um ano de período de carência e sete anos de reembolso.

Dos cerca de USD 800 milhões disponibilizados, a distribuição desta verba prevê que USD 200 milhões são atribuídos ao Fundo de Garantias do Programa, USD 155 milhões dizem respeito ao Fundo de Bonificação das taxas de juros e USD 220 milhões asseguram o Micro Fomento, onde se inserem os chamados micro empresários.

A restante verba está distribuída pelo Fundo de Capital de Risco (USD 100 milhões), Formação, Consultoria e Incubadora de Empresas (USD 50 milhões), Projetos Específicos de Luanda (USD 39 milhões) e Diversos (USD 43 milhões).

3.4 Comércio e Particulares Absorvem 33,8% do Crédito

O País

09 de Março de 2012

O comércio por grosso e a retalho e os particulares absorvem a maior fatia (33,8% no conjunto) do total crédito concedido pelo sistema bancário à economia. No entanto, o crédito a particulares cresceu mais, entre Dezembro de 2010 e mesmo mês do último ano, que o crédito ao comércio (29,2% e 12,2% respectivamente). Em Dezembro de 2011 o stock de crédito concedido ao comércio por grosso e a retalho

ascendia a Kz 366 mil milhões, ao passo que o valor do stock de crédito concedido a particulares atingia os Kz 362 mil milhões. No conjunto, no último mês de 2011 a banca angolana concedera Kz 2.155 milhões de crédito aos diferentes sectores de actividade mais Kz 477 mil milhões que em Dezembro de 2010.

O sector da construção praticamente estabilizou, ao longo de 2011, a sua posição na partição do crédito concedido, evoluindo de 7,8% do crédito total em Dezembro de 2010 para 8% em Dezembro de 2011, o correspondente a Kz 172 mil milhões. Também o crédito concedido ao sector da indústria transformadora não apresentou qualquer variação sensível, absorvendo, em Dezembro de 2011, 8,3% do crédito total concedido (8,2% em Janeiro de 2010) posição que corresponde a Kz 178 mil milhões de crédito concedido (Kz 130 mil milhões em Dezembro de 2010). Mas qualquer dos sectores regista uma evolução positiva, o que confirma a recuperação da economia no seu todo.

Evolução muito positiva foi a registada pelo sector que compreende as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, cujo stock de crédito se cifrava, em Dezembro de 2011 em Kz 320 mil milhões, muito acima dos Kz 176 mil milhões verificados no mês homólogo de 2010 - uma variação de 136,4%. Também as actividades financeiras, seguros e fundos de pensões registaram, ao longo de 2011, uma evolução favorável no que respeita ao crédito obtido. O stock de crédito concedido a este sector, que se situava em Kz 39 mil milhões em Dezembro de 2010, atingia os Kz 92 mil milhões em Dezembro do último ano.

Posições modestas continuam a deter os sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas bem como o sector do turismo. A agricultura, produção animal, caça e silvicultura absorvia, em Dezembro de 2011, apenas 1,6% do crédito total concedido (correspondente a um stock de crédito de Kz 35 mil milhões). As pescas 0,1% do crédito total (Kz 2 mil milhões de crédito obtido). E o alojamento e restauração, em Dezembro de 2011, representava 0,7% do crédito concedido (correspondente a um stock de Kz 15 mil milhões).

3.5 Finibanco disponível para apoiar a economia Artigo

Jornal de Angola

12 de Março de 2012

O Finibanco Angola, uma instituição financeira de capitais luso angolanos, tem disponíveis mais de 20

milhões de dólares para conceder créditos, informou, no Lobito, o administrador daquela instituição, José Leitão.

Falando durante o acto da abertura do primeiro balcão do banco na cidade do Lobito, Benguela, o gestor bancário afirmou que a instituição pretende contribuir para o desenvolvimento económico do país e das famílias angolanas.

Para além da concessão de crédito, de acordo com José Leitão, a instituição vai aconselhar os cidadãos que desejem desenvolver os negócios. "Estamos abertos a todos os angolanos e atenderemos os cidadãos segundo as necessidades de cada elemento e evitaremos discriminação no nosso trabalho", afirmou o presidente do Finibanco.

O Finibanco tem dez balcões em Luanda, Huambo e no Lobito (Benguela). A instalação de balcões nas cidades de Benguela e Lubango (Huila) ainda este ano são apostas do Finibanco.

A instituição conta actualmente com 150 funcionários, incluindo os seis trabalhadores do balcão inaugurado sexta-feira no Lobito. A inauguração contou com a presença de individualidades ligadas ao sector institucional e empresários.

3.6 Consumidores são alertados a evitarem o comércio de rua

Jornal de Angola
15 de Março de 2012

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) lançou na província do Cunene um alerta à população no sentido de evitar a compra de produtos alimentares e farmacêuticos em locais impróprios, de forma a prevenir problemas de saúde.

Uma nota do INADEC distribuída à imprensa informa que existem muitos casos de vendedores de fármacos e de outros produtos, principalmente géneros alimentícios, a exercerem a actividade comercial em mercados informais e nas ruas da cidade, em grande parte expostos ao sol, humidade e poeira. A instituição refere que estes produtos são essencialmente vendidos a populações das zonas rurais e suburbanas, e sem prescrição médica no caso de medicamentos.

Os vendedores aproveitam-se da vulnerabilidade ou ignorância dos consumidores, sobretudo idosos, pessoas iletradas e menores para comercializarem os seus produtos.

O INADEC recomenda que os medicamentos devem ser adquiridos em farmácias e sempre com uma receita médica. A instituição diz que os bens e serviços postos à disposição do consumidor devem satisfazer as normas oficiais.

3.7 Condomínio para jovens em fase de revestimento

Jornal de Angola
16 de Março de 2012

Associações de camponeses do município de Chitato, na Lunda-Norte, receberam o crédito de campanha agrícola, avaliado em 100 milhões de Kwanza, no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza.

O crédito, convertido em material agrícola, compreende motos serra, motos bomba, enxadas, catanas, pás, sementes diversas, adubos, machados, carros de mão, botas, picaretas, pulverizador dorsal manual e motos de três rodas para escoar os produtos de campo para os mercados da cidade.

O administrador municipal do Chitato, Marcelino Chissupa, disse que a administração vai continuar a prestar apoios aos camponeses para que o Programa de Combate à Fome e à Pobreza na localidade possa atingir a meta preconizada.

"Demos hoje início do programa a nível do município do Chitato. Temos vários processos a serem analisados e estamos a mobilizar outras associações e cooperativas agrícolas para aderirem ao crédito de campanha agrícola. Desta vez foram contempladas 20", esclareceu o governante.

A Administração Municipal do Chitato remeteu 160 processos ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), pelo que aguarda pela resposta, disse Marcelino Chissupa, lembrando que é necessário que o Banco se pronuncie sobre o assunto para serem atendidos outros camponeses e aumentar a produção agrícola a nível do município.

Enquanto aguarda pelo o aval favorável, Marcelino Chissupa pediu aos camponeses para se organizarem em associações ou cooperativas agrícolas a fim de beneficiarem do crédito que pode ajudar na actividade que exercem e contribuir para o desenvolvimento económico da província.

Américo Malembela, responsável da associação Cambole, realçou o gesto do Executivo em apoiar os camponeses para relançar a actividade agrícola na província.

"Estamos satisfeitos, pois o crédito vai ajudar-nos a aumentar e a diversificar a produção agrícola no nosso município", disse.

O material, acrescentou, fazia muita falta aos camponeses que se limitavam a trabalhar com enxadas catanas e pás: "estamos agora melhor servidos e podemos fazer mais e melhor em relação às campanhas agrícolas anteriores".

Américo Malembela garantiu que a associação vai trabalhar para que no prazo previsto possa fazer o reembolso dos valores e permitir que as outras associações sejam também beneficiadas.

O vice-governador da província para o sector Económico, Porfírio Muacassange, testemunhou o acto.

3.8 Micro, Pequenas e Médias Empresas Incitadas a Sair da «candonga» e Empreender

Semanário Angolense
17 de Março de 2012

As quatro determinações despachadas pelo Presidente da República na quarta-feira, 14, aprovam o Regulamento da Lei nº 30/11 de 13 de Setembro sobre as micro, pequenas e médias empresas (MPME's); sobre o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às MPME's; sobre o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN); e sobre a criação do Balção Único do Empreendedor (BUE) e a aprovação do seu estatuto orgânico.

1. Sobre as micro, pequenas e médias empresas (MPME's)

Segundo o Regulamento aprovado, são Micro, Pequenas e Médias Empresas as entidades que na sua constituição tenham adoptado o tipo de «sociedades em nome colectivo» ou «sociedade por quotas». Esta definição também é aplicável às pessoas singulares que se dediquem ao comércio, à indústria, à exploração agropecuária, florestal ou mineral ou outra actividade económica».

2. Sobre o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às MPME's

Este modelo visa regulamentar as linhas gerais para a promoção de incentivos fiscais, financeiros, organizacionais, reforço de competências e de inovação tecnológica a essas empresas, institucionalizando o apoio do Executivo através de programas plurianuais, de execução faseada anualmente.

Os instrumentos de apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas são financiados através de dotações aprovadas pelo Orçamento Geral do Estado, por dotações oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e de quaisquer dotações provenientes de outras fontes de financiamento tidas como adequadas e que lhe sejam atribuídas.

O Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas tem um valor global em Kwanzas equivalente a um bilião, oitocentos e vinte e cinco milhões de dólares americanos, devendo anualmente o Executivo definir a sua expressão financeira no OGE.

3. Sobre o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN)

Este programa, a ser implementado já em 2012, tem um valor global de 21 mil e 340 milhões de Kwanzas e visa promover o desenvolvimento e a consolidação de negócios de pequena dimensão, facilitando aos micro-empresários o acesso ao crédito, em condições ajustadas à dimensão e natureza das iniciativas individuais e também, a capacitação profissional dos gestores de micro e pequenos negócios, o aumento da oferta de bens e serviços e a criação de postos de trabalho.

4. Sobre a criação do BUE e aprovação do seu estatuto orgânico.

O BUE é um serviço público de carácter interorgânico. Com a finalidade de simplificar e desburocratizar o devido serviço, concentra num único local todos os trâmites intervenientes no processo de constituição e licenciamento das Micro e Pequenas empresas.

Segundo o Decreto que cria o BUE, os órgãos auxiliares do Poder Executivo, que dirigem, tutelam e superintendem as entidades intervenientes nesse processo devem permitir, através do acto de delegação de poderes, que os seus representantes pratiquem os actos administrativos inerentes às suas competências, que assegurem ao BUE, de forma célere, a prossecução dos seus objectivos.

3.9 Empreendedores debatem hoje incentivos fiscais Artigo

Jornal de Angola
20 de Março de 2012

Os incentivos fiscais às micro, pequenas e médias empresas é um dos temas a ser abordado amanhã na conferência sobre a reforma tributária, a decorrer na

Escola Nacional de Administração (ENAD), em Luanda,

Apresentado por David Zilungo, director do Gabinete Jurídico do Ministério da Economia, o assunto tem despertado o interesse de pequenos e médios empreendedores, depois da recente aprovação do Programa de Apoio aos Pequenos Negócios e do Estatuto do Balcão Único do Empreendedor, que visam o reforço da capacidade de intervenção do empresariado nacional.

A abordagem do impacto dos incentivos fiscais e aduaneiros no desenvolvimento económico e social é outro destaque da conferência, onde intervém Aguinaldo Jaime, jurista especializado em Direito económico.

Outro tema em análise refere-se ao peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE). Os participantes também debatem sobre a divisão do esforço tributário e dos incentivos fiscais. Os participantes vão analisar as linhas gerais da reforma tributária em curso e conhecer o balanço das primeiras medidas introduzidas em 2011, organizada pelo Projecto de Reforma Tributária, em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD), a conferência conta com a participação de prelectores estrangeiros e é a primeira de um ciclo de iniciativas do género agendadas para este ano.

3.10 Regularização da economia informal passa por fortes incentivos do Estado

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

O Estado pretende levar, progressivamente, a economia informal para o sector formal com incentivos e estímulos constantes, através de instrumentos normativos, como a lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, o programa de apoio aos pequenos negócios, o reajuste do regime jurídico do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e a instituição do Balcão Único do Empreendedor.

A informação foi divulgada ontem, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, na abertura da primeira conferência internacional que decorre sob o lema "A reforma tributária e os incentivos fiscais".

O ministro disse que a economia informal ocupa uma percentagem maioritária da população activa em

Angola, sendo um dos principais desafios do Executivo, uma vez que tributar o segmento informal da economia implica formalizar, pelo menos, alguns aspectos da sua acção.

"Julgamos que tal meta não se alcança meramente por decreto, mas sim por uma combinação com iniciativas que incentivem os operadores do mercado informal a formalizarem a sua actividade", sublinhou o ministro das Finanças.

Carlos Alberto Lopes disse que para transformar o informal em formal, "estamos a avaliar a reforma tributária, no sentido de se desenvolver um programa que visa apoiar os pequenos negócios".

O programa permite integrar no sistema formal todas as actividades espalhadas pelo país, como é o caso das zungueiras, vendedores ambulantes, que vão ter a oportunidade de recorrer aos serviços públicos para se licenciarem. As actividades informais passam a ter uma linha de crédito do Estado, financiada por fundos públicos, com taxas de juros bonificadas. "Este programa, referiu Carlos Alberto Lopes, vai ser usado a partir deste ano e executado ao longo do tempo, no intuito de corrigir algumas dispersões que a nossa economia ainda apresenta".

A perspectiva é manter os níveis de ganhos, de forma sustentável, procurando trazer mais benefícios para o Estado. O ministro das Finanças assegurou que a reforma tributária visa actualizar e melhorar a legislação e estimular a economia na captação de mais receitas, com o objectivo de se garantir leis tributárias mais justas e actualizadas.

A operacionalização de todas as medidas, disse o ministro Carlos Lopes, vai acelerar o processo de formalização da actividade económica de operadores do mercado informal. Isto significa que a procura de contribuintes à administração tributária vai crescer, gerando mais receitas para o Estado e postos de trabalho para a juventude.

Muitos contribuintes, em sede dos impostos sobre os rendimentos, vão pagar taxas mais reduzidas, mas a reforma prossegue o princípio da justiça de equidade fiscal, onde "mais vale serem muitos a pagar pouco do que poucos a pagar muito", considerou o ministro das Finanças.

O fórum encerra hoje e o perito da McKinsey & Company, Kito de Boer, foi o primeiro convidado que falou sobre a importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento do país. Sobre Angola, o perito disse que se deve dar mais atenção ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que actualmente se situa em 9,0 por cento. "Angola deve

passá-lo para 16 por cento, pois, o IVA é um dos principais impostos de arrecadação de receitas fiscais para o Produto Interno Bruto (PIB) de qualquer país", considerou.

Ontem os participantes discutiram também temas relacionados com as linhas gerais da reforma tributária, o balanço das medidas aplicadas em 2011 e as alterações recentes ao sistema tributário em Angola.

A primeira conferência internacional sobre a reforma tributária é um programa inserido no ciclo anual de conferências sobre tributação, uma iniciativa conjunta do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e da Escola Nacional de Administração (ENAD).

3.11 “Banquita” Foi Lançado

Jornal de Angola

23 de Março de 2012

O delegado regional do Banco Nacional de Angola (BNA), Jerónimo Lara, procedeu, na cidade do Huambo, ao lançamento do programa da educação financeira “Banquita”, com o objectivo de apoiar as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

O programa existe há um ano e foi criado com o objectivo de melhorar as condições sociais das populações de baixos rendimentos, comerciantes, vendedores ambulantes e estudantes Jerónimo Lara, que apresentou o programa aos membros das agências bancárias sediadas na província, responsáveis do ADRA e jovens do curso de teologia do Seminário da Igreja Adventista do Sétimo Dia, explicou que o projecto começou no BNA e está agora a ser executado em dez agências bancárias, sendo aberto a toda a gente.

Na poupança “Banquita” o cliente abre a conta com 100 kwanzas e vai depositando dinheiro. Quando tiver o montante de 100 mil Kwanzas na conta, automaticamente passa para uma outra categoria.

3.12 Passéio Vadio 8 (1)

Angolense

24 de Março de 2012

Mochila nas costas, pé na estrada. Eram nove horas e trinta minutos dum dia desses, quando deixei o meu Range!, rumo ao Benfica. No início, o passo não era apressado, devido aos pequenos buracos e poços de água das ruas do bairro. Era como se estivesse a jogar a cimalha: um pé aqui, outro ali, um pé à esquerda, outro à direita e depois pular!..

Se falhar, é capote! Pisas na água! Na água, que nem é já da chuva, porque este ano, Luanda esta com sorte. A chuva teima em não cair.

Há muito que vinha adiando esta caminhada para o Benfica. Mesmo hoje, o programa era outro. Queria passar o fim-de-semana em casa, com a família. Mas a «Dama» logo cedo me lembrou que iria passar o dia a lavar em casa da mãe:

- Porque a roupa está a se amontoar sem parar!... Porque as miúdas estão a sujar muito!... Porque assim parece mal! Foi assim que alterei o plano. Decidi aproveitar o sábado para exercitar os músculos, fazendo mais uma das minhas caminhadas. Como sempre, não dei a conhecer o rumo do meu passeio. Por norma, só quando cortava a meta, é que, vitorioso, ligava para a minha esposa, a comunicar-lhe mais um dos meus feitos. Foi assim que cheguei à Viana, ao Trinta, ao Cacuaco e ao Ponto final da Ilha. O Benfica parecia-me um pouco complicado, não pela distância, mas pela rota a tomar. Pelo Palanca ou pelo Bairro Popular? Pelo Rocha Pinto ou pela Samba?

Só depois de alguns rodopios, ali nas imediações do Triângulo, é que decidi apanhar o caminho para o Bairro Popular, passando pelo Golfe Um e pelo Golfe Dois.

Foi muito bom ver as ruas do Nelito Soares e das imediações do mercado dos Congolenses quase todas asfaltadas. E, melhor ainda, foi constatar que agora existe uma nova rua que passa pela lateral esquerda da antiga ETIM e sai no largo do velho Cine Ngola.

Triste foi ver aquela zona toda transformada num enormíssimo mercado de rua. As vias novas, que deviam dar fluidez ao trânsito de viaturas, hoje estão ocupadas por uma multidão de «zungueiras» e vendedoras de diversos produtos.

Quando ouvidas sobre este modo improvisado de ganhar a vida, justificam-se:

- Quem mandou acabar. com o Roquel? ... Agora estão os na estrada! ... Temos que trabalhar prá escola e a comida dos filhos!

Na força do povo, o Roque Santeiro, uma vez mais, evidencia o seu mistério. O Santo não morreu nem está no Panguila.

O Roque Santeiro, o Beato Salú, a Estalagem e tantos outros mercados destruídos estão no instinto de sobrevivência das suas gentes, que «zungam» no São Paulo, no Congolenses, no Nguanã, em suma, por toda Luanda, em busca do sustento para as suas famílias.

Ninguém perguntou ao povo! Apenas partiram! Se sentassem com o povo, teríamos criado as melhores condições de modernização do mercado, e um dia, teríamos um Roque Santeiro de verdade, a semelhança dos grandes mercados de que as grandes capitais do mundo se orgulham possuir.

O meu passeio tornou-se ainda mais triste quando subi a ponte da Estrada de Catete. A lixeira e a pobreza, de mãos dadas, pairavam sobre a agora Avenida Deolinda Rodrigues, a heroína do povo. Em cada esquina do trajecto, gente pobre e pedinte, cada qual exibindo as mais horríveis doenças e deficiências, «imploravam pão», para mais um dia amargo das suas vidas. Comovido, ajudei no que podia.

Passsei pelo Golfe, no momento em que o «Kilamba Kiaxi», sentado à sombra da Mulembeira, fazia poemas com o vento que passava pelas casas pobres de «pau –a- pique»:

- «Havemos de voltar» - profetizava o poeta.

Depois de seis horas de marcha, na Praça do Artesanato, reencontrei o Benfica. Recebi um abraço forte do amigo Guido Lopes, e em seguida, revigorei as forças com um mergulho na Praia das Mabangas. O choco grelhado esteve no almoço. E sentados sobre a velha canoa da praia, embalados pelas «fresquinhas a estalar», vimos o sol a se pôr, ali no horizonte, no Morro dos Veados. Caía a noite, quando no «candongueiro» embarquei, de volta à casa.

3.13 Seca Compromete prazos DE Reembolso do Crédito Agrícola

Agora

24 de Março de 2012

O sucesso do crédito agrícola esteve sempre atrelado às incertezas de previsão atmosférica. Banco Sol, BCI, BAI Microfinanças e BPC são os bancos operadores que poderão ver os fundos cedidos convertidos em fundos perdidos caso a chuva c insistir em não cair sobre os campos agrícolas.

Há três meses faz-se o balanço I do crédito agrícola concedido em 2011, e levantou-se a hipótese do "fim" do produto bancário caso fosse comprovada a incapacidade de reembolso de 90% dos agricultores contemplados, pois é com o dinheiro devolvido que futuros candidatos ao crédito serão contemplados.

Devido à seca que afecta várias regiões agrícolas do país, comprometendo as previsões de colheitas dos agricultores beneficiários, o Expansão abordou nesta

semana o coordenador da comissão técnica de campanha.

José Bento explicou que os constrangimentos provocados por condições naturais desfavoráveis são próprios da actividade agrícola e registam-se um pouco por todo o lado.

Salientou que o crédito é concedido pelos bancos operadores, no âmbito das condições negociadas e com base nos compromissos assumidos pelos bancos perante o Executivo.

Neste sentido, acrescentou, ao assumirem tais compromissos, "os bancos comerciais envolvidos estavam conscientes de actividade agrícola depende, em grande medida, de condições naturais incertas" . r

O responsável admitiu que "os bancos operadores têm todo o interesse em (re)negociar com os camponeses o prolongamento do prazo de reembolso, em casos devidamente justificados e desde que os beneficiários demonstrem a sua intenção de continuar a assumir os seus compromissos de reembolso" .

Dificuldades de reembolso. O prazo de reembolso dos créditos concedidos pelos bancos comerciais, no âmbito do crédito agrícola de campanha, é de 10 meses. No entanto, de grande parte das províncias chegam relatos de associações de agricultores sobre escassez de chuva.

Em conversa com Expansão, o presidente da Federação das Associações de Camponeses (UNACA), Paulo Wime, frisou que os campos cultivados na primeira fase da campanha, que teve início em Outubro passado, com

da- culturas de jinguba, milho, feijão :tde da espécie macunde, e mandioca, 'ais estão a secar, mas, caso "chova nos próximos dias, os prejuízos "os são minimizados pelas colheitas in- da segunda fase, entre Fevereiro os e Abril".

Apesar de acreditar na colheita da segunda fase, o responsável de da UNACA salienta que a faltam de chuva põe em risco não só o cumprimento dos prazos para o de reembolso dos valores recebidos pelos camponeses, no âmbito do crédito agrícola de campanha, como também pode pôr em risco o programa do Governo de combate à fome e à pobreza, por afectar o rendimento das famílias rurais.

Apesar da situação reinante, disse, os camponeses não devem ficar desanimados, pois acreditamos que a qualquer momento pode vir a cair chuva".

Quase quatro meses depois do início da campanha agrícola, a situação da ausência de chuva alastra-se um pouco por todo o país. Na província do Bié, onde os bancos comerciais concederam

crédito no valor de mais de 6,6 milhões USD para 21 agricultores, a realidade não é diferente.

"Não chove há quatro meses", afirma ao Expansão o director da agricultura do Bié, Marcolino Sandemba, antevendo, desta forma, a soma de prejuízos.

No Huambo, província com 8886 agricultores beneficiários totalizando cerca de 14,1 milhões USD, segundo o presidente da Cooperativa do Vale do Kalai, Domingos Capita, a previsão dos prejuízos provocados pela falta da chuva está acima de 80% em relação aos resultados esperados.

As províncias do Kwanza Sul e Kwanza Norte, que totalizam 4572 agricultores beneficiários do crédito, somam um capital mutuado de 11,9 milhões USD. Alguns destes produtores falam numa campanha agrícola comprometida. No Kwanza Norte, a situação já preocupa o executivo local. O director provincial da agricultura, Humberto Mesquita, admitiu ao Expansão a previsão de baixa na produção e aponta que a redução de prejuízos está dependente de estudos em cursos visando a distribuição de sementes variadas a custo zero.

O crédito agrícola de Campanha é um instrumento criado pelo Executivo para atender às necessidades dos pequenos e médios agricultores, e é operado por quatro bancos comerciais, designadamente, Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria, BAI Microcical do país, o BPC.

Na campanha agrícola do ano transacto, o volume de crédito concedido superou os 67,5 milhões USD, beneficiando 35 146 camponeses em 17 províncias do país com excepção da Lunda Norte.

No entanto, a fase de reembolso encontrou constrangimentos de vária ordem, pois na altura o coordenador da Comissão Técnica do Crédito de Campanha, José Bento, admitiu que, "se por exemplo 90% dos beneficiários não conseguirem pagar, o programa morre, porque não há nenhum banco que vá continuar a emprestar dinheiro para perder".

3.14 Banco Ético: Uma Alternativa às Finanças Predatórias Artigo

Folha 8

24 de Março de 2012

O movimento dos bancos éticos da ocupa um espaço pouco expressivo no conjunto do sistema financeiro. No entanto, em razão da crise dos últimos anos, esse modelo alternativo (a grande maioria no espaço europeu) tem logrado conquistar um crescimento importante nos seus nichos de actuação. A crise por que passa o sistema financeiro internacional parece longe de ver seu fim. A partir do recrudescimento do cenário norte-americano em 2008, os efeitos negativos das dificuldades enfrentadas pelos bancos naquele país terminaram por evidenciar as reais características do fenómeno da globalização. O "financês" acaba por incorporar as expressões das ciências biológicas e da saúde, e passa a utilizar a imagem da "contaminação dos mercados". Além da quebra de bancos nos Estados Unidos, a crise atravessou o Atlântico e aprofundou-se no espaço da União Europeia. E sempre tendo como principais personagens - os detonadores da crise - os bancos e demais instituições financeiras.

Mas, como não poderia deixar de ocorrer, mesmo os países que não estavam completamente atrelados às dificuldades daquelas instituições financeiras, passam a sofrer em sua economia real. O ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento é reduzido em função da queda na demanda dos países mais ricos. Além disso, os efeitos da injeção de vários trilhões de dólares e euros no mercado internacional apresentam sua factura em termos da nova face da "guerra cambial" que se estabeleceu a partir dos últimos meses.

Esse quadro só faz piorar a imagem do sistema financeiro perante os governos, as instituições sociais, as universidades, as empresas do sector produtivo, o movimento sindical, o mundo da agricultura e a opinião pública em seu conjunto. Apesar de sabermos que a crise se caracteriza como elemento inerente e intrínseco à própria dinâmica do sistema capitalista, o facto é que o sistema financeiro passa a ser identificado como o grande vilão de todo esse processo de destruição de valor, de emprego e de renda.

Bancos bons e bancos éticos

Num artigo anterior ("Ainda há espaço para bancos bons") procurei tratar desse aspecto, levantando a hipótese de que haveria ainda espaço para aquilo que chamei de "bancos bons". Ou seja, a reafirmação de uma evidência da modernização dos sistemas

económicos: a necessidade de que algum tipo de instituição cumpra com a função original desempenhada pelos bancos na nossa sociedade. Refiro-me aqui ao fato de recolher os recursos que não seriam destinados ao consumo por parcela dos agentes económicos (governo, empresas e famílias) e colocá-los à disposição de outros actores que necessitem de recursos para empréstimo. Naquele texto, eu chamava a atenção para 2 tipos de instituições que poderiam ocupar tal espaço, sem necessariamente provocar os desastres que o sistema havia provocado de forma consciente. Tratava-se dos bancos públicos e das cooperativas de crédito.

No entanto, há outras formas de organização que começam a ganhar espaço em vários países nos tempos de hoje, inclusive em razão da mais completa falta de credibilidade que assola o sistema financeiro tradicional. Um movimento significativo é o dos chamados “bancos éticos”. São diversas formas de associação e organização em torno da figura da instituição bancária, mas com princípios e acções completamente distintas daquilo que o nosso ideário pode imaginar como um banco - em função da prática predatória e irresponsável que tem caracterizado a grande maioria das empresas desse tipo no mundo.

Como se pode imaginar, o movimento dos bancos éticos ainda ocupa um espaço pouco expressivo no conjunto do sistema financeiro. Seja em termos de número de bancos, número de clientes, volume de negócios ou outras variáveis quantitativas. No entanto, em razão da crise dos últimos anos, esse modelo alternativo tem logrado conquistar um crescimento importante em seus nichos de actuação.

A grande maioria ainda se localiza no espaço europeu, com presença que se expande para os países da América do Norte e mesmo alguns países fora de fora desse eixo. Porém, o interessante é que boa parte dos empréstimos e aplicações de tais instituições se destina a projectos implantados em países do dito mundo subdesenvolvido.

Bancos éticos: princípios e acções

De acordo com a “Federação Europeia de Finanças e de Bancos Éticos e Alternativos”, seus integrantes devem obedecer a alguns elementos básicos constantes na Carta de Princípios da entidade. E tais itens servem como síntese das preocupações que norteiam a maior parte dos bancos dessa nova geração do espaço financeiro. Assim, entre outras obrigações, os bancos éticos e alternativos devem:

“a) Se engajar para: colocar a economia a serviço do ser humano; contribuir para a solidariedade, para a

coesão social e o desenvolvimento sustentável; recusar a busca exclusiva da rentabilidade financeira; favorecer a criação de iniciativas inovadoras do ponto de vista social e ambiental

b) Dispor de uma autonomia de decisão em relação a toda e qualquer organização ou empresa externa.

c) Financiar as iniciativas económicas perseguindo, especialmente, os seguintes objectivos: a criação de empregos, em especial de empregos de natureza social; o desenvolvimento sustentável (energias renováveis, agricultura biológica e biodiversidade); a solidariedade internacional e o comércio internacional justo.

d) Oferecer uma informação transparente e completa sobre seu funcionamento interno, sobre o recolhimento da poupança e sobre a utilização de tais recursos.”

Os principais bancos, com esse novo tipo de preocupação, estão presentes em países que acumularam uma experiência e um conhecimento na área económica, social e financeira, o que tem permitido algum grau de adesão a seu projecto.

3.15 Pesca artesanal com aumento de capturas

Jornal de Angola

24 de Março de 2012

As associações de pescadores artesanais da província do Huambo capturaram, nos primeiros dois meses deste ano, 167 toneladas de pescado, informou o chefe de Departamento de Pesca Continental da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca do Huambo, Anáz Vidro.

Este aumento considerável da captura deveu-se à distribuição, no ano passado, de mais embarcações e modernos equipamentos às associações de pescadores pelo Governo Provincial. As associações de pescadores artesanais da província receberam, no ano passado, 47 embarcações e 37 motores, para melhorarem os níveis de captura, facilitarem o seu trabalho e torná-lo mais atractivo e rentável.

Dados fornecidos pela Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca do Huambo indicam ter havido um aumento significativo, relativamente aos anos anteriores. Em 2008, a captura atingiu 19 toneladas. No ano de 2010, subiu para 159 e no ano passado o número baixou para 142 toneladas. Este ano, disse Anáz Vidro, só em dois meses atingiram 167 toneladas de pescado.

"E um aumento significativo comparado com as capturas realizadas nos anos anteriores", reconheceu o responsável pela pesca continental na província.

As fracas capturas de pescado deveram-se ao estado obsoleto dos equipamentos utilizados. A actividade de pesca continental no Huambo é exercida por 1.186 pescadores, divididos em 52 grupos, três cooperativas de pesca, um centro de fomento da piscicultura, constituído por 28 tanques, dos quais cinco são artificiais de engorda, 22 de reprodução e uma de decantação.

A Direcção Provincial da Agricultura, através do Departamento de Pesca Continental, orienta e acom-

panha os trabalhos de manutenção diária do centro de piscicultura localizado na zona da Sacaála, nos arredores da cidade do Huambo.

Esse ano, foi efectuado o povoamento de três tanques piscícolas, um no município da Tchicala Tcholahanga, igual número na comuna da Chipipa e um outro no município do Huambo. O objectivo é tentar expandir a actividade na província.

Durante o ano de 2011, as autoridades desenvolveram encontros, sessões de esclarecimentos e orientação com vários grupos de interesse económico. Foram realizadas também recolhas de dados de captura.

Segundo Anáz Vidro, o departamento de pescas efectuou uma sondagem dos preços praticados na província, em relação ao peixe do mar, para comparar com o pescado da água doce e estabelecer um pre-

ço realista ,a ser praticado no mercado. José Kavita, pescador há quatro anos, na bacia do rio Cuando, diz que quando começou a actividade piscatória tinha condições precárias, na medida em que havia carência de meios. Hoje a actividade é mais eficiente, com os novos meios e as condições criadas pelo governo do Huambo.

Kavita e colegas já conseguem vender melhor e maiores quantidades de pescado, em relação aos anos anteriores. A actividade é exercida maioritariamente por homens e jovens. As mulheres dedicam-se à comercialização do produto.

Maria Helena, 26 anos, assegura que algumas amigas não tinham ocupação, mas hoje, com o aumento da captura do pescado, dedicam-se exclusivamente à venda do produto.

A província do Huambo tem muitos rios e lagos que permitem o crescimento da actividade piscatória.

O rio Cunhoñgamwa, o Cunene e a barragem do Ngove são também outras zonas de pesca continental na província. O governo pretende também organizar sistemas de conservação de peixe nas zonas de maior captura, para permitir que o produto chegue ao consumidor em boas condições .

No âmbito do seu programa de luta contra a pobreza, o Governo do Huambo continua a apoiar os produtores e todos os que se dedicam à pesca artesanal, para melhorar as suas condições de trabalho e elevar os seus rendimentos. Ainda no mesmo quadro, o governo vai criar, dentro de pouco tempo, mais associações piscatórias noutras localidades próximas dos rios.

3.16 BDA financia 30 milhões de USD aos criadores de gado

Semanário Continente
23 de Março de 2012

O financiamento de 30 milhões de dólares americanos direccionados ao município do Virei, deixa algumas dúvidas quanto ao seu reembolso, por não ter sido revelada publicamente esta componente, que se enquadra no programa integrado de desenvolvimento rural.

Ficou apenas simplificado o objectivo a atingir, inserido no combate à fome e miséria que de facto no Virei tem marcas indeléveis no seio das comunidades.

O lançamento com alguma expectativa aconteceu, recentemente, naquela localidade, sendo financiado pelo BDA (Banco do Desenvolvimento de Angola), com vista a apoiar de forma sustentável a actividade dos pequenos pecuaristas e criar riquezas aos autóctones, nos desafios de minorar a fome e a pobreza.

O director nacional de gestão do projecto agro-pecuário e agro-industrial, Pedro Freudenhthal, afecto a empresa que vai proceder a monitorização, descreveu que o projecto contempla lojas para o apoio às comunidades locais, trinta e seis fazendas agro-pecuárias e vai se introduzir tecnologia de ponta para facilitar e melhorar a raça gadina e a produção de forragem e água para a população.

A componente tecnológica do projecto vai vitalizar a qualidade da reprodução do gado, segundo disse à VOA, o chefe do Departamento de Programas Rurais e Agro-Industriais do BDA, Bonifácio Cessa.

A implementação deste programa integrado do desenvolvimento pecuario foi testemunhado pelo vice-governador, Alcides Gomes Cabral. Na oportunidade, o governante lançou um apelo, aqueles

que têm fazendas agrícolas e pecuárias "nas terras do carneiro", município do Virei a juntar-se ao projecto. Alcides Cabral disse que "ganhamos todos" neste projecto, Governo, criadores de gado e autóctones, porque vai permitir a renovação de animais e o excedente vai para o matadouro produzir riquezas para a população.

Até ao acto, já tinham sido seleccionados 36 pequenos pecuaristas que deverão beneficiar deste projecto que, segundo as autoridades governamentais da província, vai trazer emprego, desenvolvimento e mais-valia na melhoria das condições sociais daquela população, essencialmente criadora de animais.

3.17 Pequenas Empresa vão Receber 809 Milhões de Dolares

Factual

24 de Março de 2012

Espera-se por um crescimento da economia em torno de 12,8 por cento em 2012 e por uma taxa de inflação não superior a 10 por cento.

Contudo, o peso do Estado e do petróleo na economia continua a ser muito alto enquanto a geração de empregos ainda permanece longe do esperado.

Para melhorar a integração e expansão do sector privado na economia, aumentar os níveis de produção interna e geração de emprego está em marcha o programa de industrialização e de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias empresas (MPME).

A persistência da taxa de inflação em torno de 10 por cento reflecte, em parte, os desequilíbrios estruturais com que se debate a economia, de que sobressaem os problemas logísticos e que afectam significativamente tanto os preços e a oferta de produtos nacionais quanto os importados.

Neste contexto, é preponderante a reanimação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com o intuito não só de aumentar a criação de novas empresas privadas, mas também para a integração sectorial e a melhoria da rede de produção e de distribuição de bens e serviços.

Para dinamizar, viabilizar e materializar o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME), prevê-se transferir cerca de 809 milhões de dólares no ano em curso, valor que se destina, essencialmente, ao custeio de distintas actividades a nível das 18 províncias do país.

Duzentos milhões de dólares serão para fundos de garantia

Segundo fontes do Ministério da Economia, cerca de 200 milhões de dólares destinam-se ao Fundo de Garantias do Programa, 155 milhões de dólares para o Fundo de Bonificação das Taxas de Juros e, aproximadamente, 220 milhões de dólares para assegurar o Micro Fomento.

Destaca-se ainda 100 milhões de dólares para o Fundo de Capital de Riscos, 50 milhões de dólares para o suporte empreendedor e 39 milhões de dólares para projectos específicos da cidade de Luanda.

Para o empresariado nacional, o programa constitui uma "lufada de ar fresco", porquanto a transferência de recursos para o empresariado poderá contribuir para o fomento da actividade empresarial e para alavancar o investimento privado.

O Fundo de Garantias do Programa e o Fundo de Bonificação das Taxas de Juros deverão contribuir para facilitar o financiamento das actividades, já que o empresariado, desde há algum tempo que vem reclamando das altas taxas de juros praticadas pela banca comercial. Espera-se que haja uma melhoria substancial da oferta de crédito para a actividade empresarial de pequeno e médio porte.

Salienta-se que a linha de financiamento para o PDMPME ronda os 1,5 mil milhões de dólares e chega numa altura em que está já em curso um o forte de volume de crédito de campanha, associado ao crédito de investimento, avaliado em 200 milhões de dólares.

Fazem parte da linha de crédito de 350 milhões de dólares aberta pelo Executivo que visa reanimar a produção agrícola e melhorar a distribuição dos produtos agrícolas.

É preciso afinar alguns mecanismos de política monetária

A combinação entre o aumento dos investimentos no sector agrícola e não só poderá contribuir para a redução de alguns estrangID:entos .logísticos e, aSSIm, aClrrar o crescimento do sector agrícola.

Porém, a disponibilização de várias linhas de crédito para o financiamento da actividade deverá implicar a afinação de alguns mecanismos de política monetária, cambial, orçamental e fiscal para, por um lado, manter a inflação sob carris e, por outro, garantir que haja uma geração substancial de empregos e a manutenção de um crescimento económico consistente a curto, médio e longo prazos.

Admite-se, em combinação entre o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e o PDMPME, que haja uma melhoria da arrecadação fiscal por via da integração da economia informal à formal.

Salienta-se que se prevê que entre 2012 e 2017 o sector da indústria transformadora vá registar um crescimento médio anual na ordem dos 10 por cento e que o número médio anual de postos de trabalho a criar seja de sete mil e 400 directos e sete mil e 580 indirectos, estando o valor dos investimentos a realizar estimado em 8,5 mil milhões de dólares.

Espera-se, a breve trecho, pelo arranque do sector têxtil, com o relançamento da cultura e da fileira do algodão e a reabilitação e desenvolvimento da produção têxtil.

Fábricas têxteis arrancam em breve

Em breve, deverão entrar em funcionamento três fábricas de tecidos, nomeadamente a Textang II, em Luanda, a Africa Têxtil, em Benguela, e a SATEC, na cidade do Dando, no Cuanza Norte.

Recorda-se que o ministro da Economia reuniu, recentemente, na província do Uíge com os membros do executivo local e a classe empresarial do Uíge, do Cuanza Norte e do Bengo para a apresentação do PDMPME, tendo frisado que o Executivo está a trabalhar de forma acelerada para a concretização do programa, visando o melhoramento dos negócios dos agentes económicas e o consequente contributo para o desenvolvimento do país.

Garantiu que todas as precauções foram tomadas em conta a fim de que nenhum programa falhe.

3.18 Executivo Pretende Regularizar Economia Informal

Semanário Factual
24 à 31 de Março

A informação é do ministro das Finanças, Carlos Lopes, quando falava na abertura da primeira conferência internacional sobre "a reforma tributária e os incentivos fiscais"

O ministro destacou que se "trata de uma iniciativa que se realiza numa altura em que o Executivo está a consolidar os mecanismos estruturantes da sua estratégia de diversificação da actividade económica e crescimento sustentado das receitas do Estado", e que "a reforma tributária em curso emerge como um dos pilares no reforço institucional do Estado, tendo em consideração o seu basilar papel no aumento da

captação de receitas provenientes dos impostos, sobretudo, as oriundas do sector não petrolífero".

O titular das Finanças frisou que a transformação preconizada com a reforma assenta principalmente na actualização e na melhoria da legislação tributária, considerando "a actual realidade socio-económica, bem como o inerente desafio de estimular a economia, sem deixar de crescer na captação de mais receitas, com o objectivo final de possuímos leis tributárias mais justas, actualizadas, conformes à Constituição e às perspectivas de desenvolvimento do país".

Inclui-se "a optimização dos processos e procedimentos da administração tributária, com a adopção de uma estrutura orgânica mais funcional, com o amplo esforço ao nível da capacitação dos quadros existentes e o recrutamento de recursos humanos qualificados e ainda com a modernização tecnológica, visando uma administração tributária que atenda de modo célere e adequado aos interesses fundamentais do Estado, bem como a demanda dos contribuintes", realçou o ministro.

Economia informal ocupa maioria da população do país

Salientou, porém, que os efeitos práticos dos aspectos enumerados dependem também de uma ampla e assertiva política de comunicação e consciencialização sobre o irrefutável papel dos impostos no Estado moderno, bem como da adopção de mecanismos eficientes, ao nível da justiça tributária e não só, que permitam combater o ainda alto índice de evasão fiscal.

"Todavia, visando o crucial objectivo de alargamento exponencial da base tributária, são indispensáveis os estudos e projectos, assentes na nossa realidade concreta, tendo em conta o elevado grau de informalização da economia", referiu o ministro.

Enfatizou que "deste modo, a regularização progressiva da economia informal, que ocupa uma percentagem maioritária da população activa do país, afigura-se como um dos principais desafios do Executivo, uma vez que tributar o segmento informal da economia nacional implica inerentemente formalizar, pelo menos alguns aspectos, da sua acção".

O ministro afirmou: "sabendo que tal meta não se alcança meramente por decreto, entendemos que esta pretensão deve ser combinada com iniciativas que incentivem os próprios operadores do mercado informal a formalizarem a sua actividade".

Os estímulos constantes num recente conjunto de instrumentos normativos, como a lei das micro,

pequenas e médias empresas, o seu regulamento, o programa e o modelo de implantação de apoio ao pequeno negócio, o reajuste do regime jurídico do I.N.A.P.E.M. e a instituição do balcão único do empreendedor, são exemplos dessa estratégia.

A operacionalização de todas estas medidas vai acelerar, significativamente, o processo de formalização da actividade económica de operadores do mercado informal.

Isto significa que a procura de contribuintes à administração tributária irá crescer, gerando mais receitas para o Estado e postos de trabalho para a Juventude. É verdade que muitos destes contribuintes, em sede do imposto sobre os rendimentos, irão pagar taxas mais reduzidas, mas a reforma prossegue o princípio da justiça e equidade fiscal, onde "mais vale serem muitos a pagar pouco do que poucos a pagarem muito".

3.19 Crédito dá vida à agricultura

Jornal de Angola
26 de Março de 2012

O administrador municipal de Caculama, Miguel Serrote Gio, afirmou ontem que o crédito agrícola de campanha, concedido às associações e fazendas agropecuárias, está a dar um grande impulso ao desenvolvimento da actividade naquela localidade.

Miguel Serrote Gio fez esta declaração durante uma actividade de campo, que visou constatar o desenvolvimento da actividade agrícola e encorajar os camponeses do interior de Caculama a aumentarem os níveis de produção.

O município de Caculama, a cerca de 54 quilómetros da sede provincial de Malange, dispõe de grandes potencialidades para a prática da actividade agropecuária, devido os seus solos aráveis, referiu o administrador.

Durante a sua jornada de campo, o administrador Miguel Serrote Gio efectuou visitas à comuna do Caxinga, onde constatou o funcionamento das fazendas agropecuárias “Havemos de Voltar”, “Buila” e “Gouveia & Filhos”.

Adão Duarte, proprietário de uma das fazendas visitadas, destacou a importância do sector agrícola em prol do desenvolvimento socioeconómico das sociedades. Para ele, a agricultura desempenha um papel muito importante para qualquer região, daí a necessidade de se trabalhar para a melhoria da actividade.

O fazendeiro apontou a construção de um posto médico, uma escola e uma loja, como acções previstas para ajudar o governo a melhorar as condições de vida dos habitantes do município.

Na actividade de campo realizada, o administrador, que se fez acompanhar do seu adjunto, Noé Rapane, e de membros do conselho municipal de auscultação e concertação social, mostrou-se satisfeito com as obras sociais em curso na comuna de Muquixi.

As principais culturas alimentares, em Caculama, são a mandioca, batatas doce e rena, milho, inhame, tomate, cebola, pepino, repolho, couve, cenoura, feijão e ginguba.

3.20 Governo cria balcões para microempresas

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

Um conjunto de balcões para a constituição de microempresas, cooperativas e associações vai ser criado no país, no âmbito do Programa Integrado de Combate à Fome e à Pobreza.

Os Balcões Únicos de Apoio ao Empreendedorismo (BUE), refere um dossier da comissão executora do programa, vão ser instalados nas sedes das administrações municipais e distritais para desburocratizarem e simplificarem o processo e criarem o bem-estar económico e social da população.

Nos Balcões Únicos de Apoio vão funcionar, entre outras instituições, a Direcção Nacional dos Registos e do Notariado, da Identificação Civil e Criminal, de segurança Social e de Impostos.

No próximo ano está previsto criar cinco mil novas microempresas com seis mil novos postos de trabalho no total. O montante disponibilizado pelo Executivo para a concretização do projecto é de 24 milhões de dólares.

O Programa de Combate à Fome e à Pobreza, em curso desde 2010, prevê a criação de infra-estruturas sociais nos sectores da educação, saúde, desporto, habitação e o fornecimento de água?

3.21 Roboteiros satisfeitos com desempenho das suas actividades

Jornal Continente
30 de Março de 2012

Rodrigues Candombe é natural do município de Balombo, província de Benguela, disse ao CONTINENTE que exerce esta actividade desde 1995. Como resultado deste sacrifício, conseguiu comprar seis cabeças de gado bovino, das quais quatro fêmeas para reprodução e dois machos para o auxílio de trabalho do campo.

Já Marcial Avelino Njaviti, natural de Caluquembe, província da Huíla que também se ocupa da mesma actividade há mais de 6 anos disse que no passado eram chamados de bagageiros, nome que para eles, segundo explicou, não era muito digno de respeito. Com o andar do tempo já que não se sentiam satisfeitos com esse nome, sempre que fossem chamados por pessoas que os precisassem para um trabalho, então passaram a ser chamados de trabalhadores, nome que segundo o interlocutor, vai de acordo com o que fazem.

Por seu lado, Marques Tomás Candeeiro, natural do Seles, província do Kwanza Sul, disse que se sente satisfeito pelo trabalho que faz, uma vez que, segundo a sua explanação, consegue sustentar a sua família, composta da mulher e quatro filhos.

Segundo o interlocutor, semestralmente tem de ir ao encontro da sua família não só para matar a saudade mas também para levar a ela o pouco que ganha.

Mateus Joaquim, 14 anos, também está entregue de corpo e alma a mesma actividade. É proveniente de Benguela. Contou que só estudou até a 4ª classe. Com pretensão de adquirir tão cedo algumas cabeças de bois o menino preferiu abandonar os estudos, alegando a falta de pais, tendo como garantia para o seu futuro a aquisição de gado bovino para a futura actividade agrícola.

Por seu turno, Damião Kakembi, também de Benguela, disse que a actividade que exercem tem sido muito menosprezada por muitos, tendo em conta a força que empregam e ser mandado por proprietários da carga ou bagagem.

"Nós não temos muito complexo em exercer esse tipo de actividade uma vez que é nela onde sai o nosso sustento, o mais vergonhoso é roubar", salientou.

3.22 Milhares de funcionários foram formados no país

Jornal de Angola
31 de Março de 2012

O Centro de Formação de Funcionários Públicos formou, durante o ano passado, 4.973 trabalhadores em todo o país, no âmbito do programa de capacitação de quadros, e criou mais de 15 mil empregos indirectos, disse ontem na cidade do Huambo, o director da incubadora de emprego do Ministério Administração Pública Emprego e Segurança Social.

Jacinto Domingos acrescentou, no acto da abertura do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que em 1997 e 1998, a instituição tinha capacidade para formar 3.700 trabalhadores e a sua distribuição era heterogenia, circunscrita a quatro províncias do país. "Hoje, temos capacidade para formar 63 mil trabalhadores em quase todas as províncias, com excepção de Benguela, Bié e Cunene. Apesar do esforço de fazer sair estes jovens para o mercado de emprego, este ainda não consegue absorver grande parte deles por diversas razões", disse.

Por isso, referiu, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPES) tem ensaiado programas de fomento de auto-emprego, com as componentes de formação institucional, capacitação, acessoriajurídica para a formalização paulatina dos pequenos negócios, bem como a vertente de estágios, por formas a complementar a formação ministrada em centros clássicos.

O Huambo, uma das 15 províncias onde funciona o programa, considerado de âmbito nacional por Jacinto Domingos, formou até ao momento, mais de 300 funcionários públicos.

O programa do MAPES conta com a parceria do Banco Sol, no quadro da sua actividade de responsabilidade social, para o qual foi elaborado um pacote de crédito fácil, denominado "Micro Crédito Amigo", que permite empréstimos de até 1 00 mil kwanzas e 500 mil para os já associados. O referido pacote já beneficiou 291 pequenos empreendedores, com um montante de 2.91 milhões dollares

3.23 Crédito Absorveu Já Quase 400 Milhões de Kwanzas

Semanário Angolense
09 de Março de 2012

À entrada do último trimestre de 2011, com os produtores longe de que o cenário actual fosse de muito aperto, embora a experiência do passado exigisse alguma desconfiança, a maior parte dos 54.676 camponeses inscritos na UNACNBenguela ainda não havia abraçado o crédito agrícola de campanha, com o qual, recordamos, o Governo angolano pretende combater a fome e a pobreza. De lá para cá, esta cifra aumentou de forma significativa, em grande medida devido à campanha de sensibilização da União dos Camponeses, na altura preocupada com os sépticos, e do «grito de socorro» lançado por alguns administradores municipais.

Os dados disponíveis, revelados pelo presidente da UNACA, João Simão Januário, indicam 3.996 camponeses organizados em associações e cooperativas agro-pecuárias beneficiaram já deste instrumento financeiro. A estes homens do campo, que operam em diferentes pontos da província, juntam-se 66 camponeses individuais, sendo que o valor desembolsado pelos bancos é de pouco mais de 396 milhões de Kwanzas.

De acordo com Simão Januário, espera-se que o reembolso deste investimento, comprometido em função da «maldita» estiagem, sirva para alargar o raio de acção até outras famílias camponesas ávidas do crédito. «Temos muitos associados à espera que as suas solicitações sejam aprovadas pela banca. Devo dizer que o camponês pode ou não aderir, mas a verdade é que a mensagem foi passada», frisou. Na ocasião, explicou que o método estabelecido pelo Governo não prevê a entrega do dinheiro, contrariamente ao que possa parecer, mas sim de sementes de hortícolas, fertilizantes e pulverizadores.

É, no fundo, o chamado crédito em espécie, com o banco a colocar à disposição meios de trabalho equivalentes ao valor solicitado. João Januário acrescentou que o produtor pode, inclusivamente, alugar um tractor para preparar a terra. «O banco paga sem qualquer problema», garantiu a fonte, para mais adiante, confrontado com os reembolsos, responder que a devolução começa agora em 2012.

3.24 Milhares de funcionários foram formados no país

Jornal de Angola
31 de Março de 2012

O Centro de Formação de Funcionários Públicos formou, durante o ano passado, 4.973 trabalhadores em todo o país, no âmbito do programa de capacitação de quadros, e criou mais de 15 mil empregos indirectos, disse ontem na cidade do Huambo, o director da incubadora de emprego do Ministério Administração Pública Emprego e Segurança Social.

Jacinto Domingos acrescentou, no acto da abertura do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que em 1997 e 1998, a instituição tinha capacidade para formar 3.700 trabalhadores e a sua distribuição era heterogenia, circunscrita a quatro províncias do país. "Hoje, temos capacidade para formar 63 mil trabalhadores em quase todas as províncias, com excepção de Benguela, Bié e Cunene. Apesar do esforço de fazer sair estes jovens para o mercado de emprego, este ainda não consegue absorver grande parte deles por diversas razões", disse.

Por isso, referiu, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPES) tem ensaiado programas de fomento de auto-emprego, com as componentes de formação institucional, capacitação, acessoriajurídica para a formalização paulatina dos pequenos negócios, bem como a vertente de estágios, por formas a complementar a formação ministrada em centros clássicos.

O Huambo, uma das 15 províncias onde funciona o programa, considerado de âmbito nacional por Jacinto Domingos, formou até ao momento, mais de 300 funcionários públicos.

O programa do MAPES conta com a parceria do Banco Sol, no quadro da sua actividade de responsabilidade social, para o qual foi elaborado um pacote de crédito fácil, denominado "Micro Crédito Amigo", que permite empréstimos de até 1 00 mil kwanzas e 500 mil para os já associados. O referido pacote já beneficiou 291 pequenos empreendedores, com um montante de 2.91 milhões dollars.

3.25 Taxistas acusam polícia de:ofensa e extorsão

Folha 8

31 de Março de 2012

A promiscuidade entre agentes da Polícia Nacional e taxistas foi inúmeras vezes motivo de notícias e tem sido apontada como uma das principais razões da má postura dos homens dos azuis e branco no exercício da respectiva tarefa. E na sequência da referida relação que os motoristas taxistas que fazem a rota São Paulo/Roque, por volta das 19 horas do dia 28.03, acusaram o agente com o braçal nº 471 afecto ao Comando de Divisão do Sambizanga da prática de extorsão. Interpelava grande parte dos taxistas e condicionava a devolução dos documentos ao pagamento de alguns valores monetários, fazendo fé aos taxistas que acrescentaram que o mesmo "falta respeito aos que não aceitavam dar". A referida acusação, entretanto, foi desmentida por uma alta patente do referido comando que, garantiu, procurou averiguar a verdade, depois do contacto doFolha8.

"De imediato tornamos as medidas necessárias e concluímos ser mentira; pensamos que os taxistas pretendem legitimar as irregularidades que cometem, por isso, é que eles (taxistas) falaram aos vossos microfones sob anonimato", argumentou. Continuando garantiu que, caso se confirmasse, seria dada as devidas repreensões ao agente porque "as sociedades têm normais e não se pode viola-las, mas, como não se apurou o agente não mereceu qualquer sanção".

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Modelos de tributação directa e indirecta dos serviços

Jornal de Angola

7 de Março de 2012

Sob vários pontos de vista podemos descortinar os elementos de distinção entre os modelos de tributação directa e indirecta. Sendo que pelo sentido e o alcance preconizados com a presente abordagem partimos dum critério de natureza estritamente económica e não propriamente jurídica. Um panorama mais voltado para o modo de manifestação de riqueza absorvida pelo imposto (o objecto do imposto), para a integração do imposto nos custos de produção das empresas (a natureza económica do imposto), bem como para o efeito "repercutivo" do imposto, isto é, o efeito económico do imposto para o consumidor final de bens e serviços. Nesta linha, o sistema de tributação directa compreende, em regra, impostos que incidem sobre o rendimento e o património, compreendendo, por seu turno, o sistema de tributação indirecta os impostos que recaem sobre a utilização desse rendimento e desse património. Para o primeiro caso sugerimos como exemplo curiosamente o Imposto Predial Urbano que, em função das alterações efectuadas no ano transacto passou a abarcar uma incidência bifurcada: uma para o rendimento, quando o imóvel esteja arrendado, e outra sobre a detenção, quando o não esteja. Para o segundo caso podemos apresentar como exemplo o imposto de consumo.

A ciência fiscal aconselha a conjugação dos dois modelos de tributação num mesmo sistema de impostos, muito por conta da função de correcção recíproca de potenciais distorções que possam decorrer de cada um dos modelos de tributação. Em boa verdade, alguns sistemas fiscais apresentam tendências mais voltadas aos impostos indirectos, isto é, sistemas que tributam mais a despesa do que o rendimento.

A tributação indirecta incide sobre o rendimento e o património afetados através da sua utilização. No sistema tributário angolano um dos modelos de tributação indirecta mais comuns reside no imposto de consumo, o qual o legislador reformista não

deixou de curar. Em boa verdade, o modelo anterior do imposto de consumo ainda no carácter monofásico estava muito concentrado nas operações de importação e produção de bens, abrangendo de modo residual alguns serviços, nomeadamente os de telecomunicações, hotelaria e similares, bem como os de consumo de água e energia eléctrica.

As linhas gerais da Reforma Tributária orientam e definem como meta, no que se refere ao imposto do consumo, a introdução a médio prazo dum imposto do tipo IVA, sendo que a curto prazo venha a ser introduzida a aplicação de um modelo de tributação ao consumo capaz de estabelecer um entrosamento equilibrado entre o modelo actual e o futuro do tipo IVA. Ora

bem, o alcance dessa meta a curto prazo reflectia-se na proposta do Imposto Geral Sobre Vendas e Serviços, que abarcava o vasto campo das transacções e das prestações de serviços. Na verdade, com o imposto geral sobre vendas e serviços (que não passou do projecto) ficava em grande escala vencido o aspecto monofásico do actual imposto de consumo, tornando-se num imposto plurifásico, não cumulativo, marcado pelo método substractivo e do crédito do imposto.

Embora a intenção fosse atendível, na medida em que a mesma representava o acolhimento de valores tributários como a neutralidade fiscal, em que se procura que o imposto tivesse o menor efeito possível sobre os agentes económicos, a equidade fiscal em que se pretendia que a tributação efectiva, sendo justa, pudesse abarcar toda a camada da incidência subjectiva e objectiva, bem como outros valores como a simplicidade e produtividade, em bom rigor, não representava o modelo idealmente oportuno para uma intervenção legislativa de curto prazo, que mais procura avaliar o impulso ou o impacto da comunidade em relação ao modelo de tributação preconizado para médio prazo. Desta feita, sem deixar de se preocupar, aliás, deixando-se guiar predominantemente pelo volante da justiça e equidade tributárias, no seu formato material, o legislador reformista fiscal, partindo de pressupostos fácticos concretos esboçou um modelo voltado para o alargamento da base de imposto, trazendo para esfera da tributação efectiva alguns serviços como a consultoria, nos seus mais variados formatos, desde a assessoria jurídica, a contabilística, consultoria ambiental e outras, serviços fotográficos, de filmagens e conexos, serviços de segurança privada, de transportes, predominantemente no formado da locação de viaturas para os mais diversos fins. No entanto, neste ponto particular, deve merecer um reparo e disso tomar-se boa nota da intenção do legislador em não tributar os serviços essenciais de transportes, como

os transportes públicos, que beneficiam a franja mais vulnerável da sociedade.

Com essa nova formatação do imposto de consumo que consistiu basicamente no alargamento da base tributária, por via da sujeição a tributação efectiva de vários serviços que se achavam à margem da mesma, torna-se, de certo modo, vencida a injustiça tributária de que era marcado, e imprime-se alguma equidade fiscal, trazendo à tona da tributação empresas predominantemente prestadoras de serviços e que não se achavam vinculadas a deveres de liquidação de imposto pelos serviços por si prestados, passando agora a assumir a posição da figura tributária de "contribuintes de direito", sendo delas exigível o cumprimento do débito fiscal pelos serviços que tiverem prestado. Ainda nesse domínio é digno de realce a necessidade que as empresas desse sector devem conhecer, de reforçar ou reformular a sua organização contabilística com vista a permitir o apuramento inequívoco do imposto liquidado. Embora mantendo o seu carácter monofásico e "ad valorem", o legislador reformista conferiu ao imposto de consumo uma dimensão extraterritorial, permitindo que os contribuintes com residência em Angola e sujeitos a imposto industrial possam liquidar o imposto de consumo pelos serviços que contratam de entidades não residentes.

Por outro lado, no que toca à equidade fiscal, merece da nossa parte um bom reparo, pela importância que representa a introdução do princípio da equiparação das isenções, quer nas operações de importação, quer nas de produção, o que acaba por fundir a base de isenções e reduzir a falta de competitividade da produção nacional.

Em bom rigor, essa intervenção legislativa em sede do imposto do consumo revela claramente o manifesto de justiça e equidade fiscal nesse modelo de tributação indirecta, expresso na vontade mais recente do legislador reformista e que se encontra vertido nas Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária.

4.2 Os Factores Determinantes do Rendimento Nacional

Continente

09 de Março de 2012

A dinâmica da produção social, que se mede pela taxa de crescimento do rendimento nacional, depende das despesas do trabalho social global, vivo e materializado, nos meios de produção, e das modificações da eficácia económica deste.

Como formas de existência do trabalho social global, os factos do crescimento do rendimento nacional na economia socialista não se opõem um ao outro, e constituem um processo único de produção baseado na propriedade social.

Qualquer que sejam as formas sociais de produção os seus factores são sempre os meios de produção e os trabalhadores.

No entanto, tanto uns como outros, enquanto se mantêm separados, são apenas factores potenciais de produção. Para se poder produzir realmente, estes factores têm de ser combinados. As suas diferentes combinações distinguem as diversas épocas económicas da estrutura social. Partindo da concepção marxista dos factores de produção na planificação da taxa de crescimento do volume físico do rendimento nacional, tem-se em conta a influência da dinâmica das duas formas de trabalho social, as despesas de trabalho vivo na esfera da produção material e os fundos fixos e circulantes da produção.

A dinâmica das despesas fixas de trabalho vivo e de fundos de produção constitui apenas um aspecto da sua influência no ritmo de crescimento do rendimento nacional. O outro aspecto é a eficiência da utilização do trabalho vivo e dos fundos de produção, que se exprime na produção do rendimento nacional por unidade de despesas. Entre os Índices da eficiência económica, os mais utilizados na planificação da economia nacional são a produtividade do trabalho vivo, isto é, a produção do rendimento nacional de cada trabalhador da esfera de produção material ou por hora-homem trabalhada.

Nesta esfera o rendimento dos fundos, isto é, a produção do rendimento nacional por unidade de fundos produtivos mais frequentemente, por unidade de fundos fixos produtivos a eficiência dos investimentos produtivos despesas de fundos por unidade de produção isto é, investimentos de fundos por unidade de aumento do rendimento nacional e da produção bruta. A eficiência de acumulação produtiva, isto é o eficiente do incremento do rendimento nacional pelo volume da acumulação destinada a produção e análogo, pelo seu conteúdo, o que eficiente de taxa anual de incremento do rendimento nacional pela arte que corresponde a acumulação produtiva no rendimento nacional. Além destes, há outros índices de eficácia económica dos factores económicos relacionados, fundamentalmente, com a utilização de modelos macroeconómicos na planificação do presente.

A eficiência do trabalho social, expressa em quaisquer índices, depende da modificação das condições objectivas de reprodução e, primeiro que tudo, do

progresso técnico-científico, do volume e qualidade dos recursos naturais que são incorporados na economia, na qualidade e qualificação do trabalho vivo, da escala da produção, do nível e formas de remuneração do trabalho, etc. A função da análise económica e da planificação da economia nacional consiste em ter em conta a influência dos processos económicos, objectivos fundamentais na dinâmica dos índices da eficiência económica e assegurar o aumento da eficácia da produção em todos os seus sectores.

O princípio do aumento constante da eficiência da produção social significa que a planificação do ritmo de crescimento do rendimento nacional deve partir, em primeiro lugar, da necessidade em satisfazer na máxima medida possível a procura da sociedade a nível dado de produção, e ter como objectivo, em segundo lugar, uma taxa de crescimento do rendimento nacional alta e estável, com o mínimo de despesa consentâneo com as condições objectivas dadas e trabalho vivo e materializado para unidade de produção. A diversidade de factores que influem no ritmo de crescimento do rendimento nacional só pode ser totalmente tida em conta no processo da elaboração do plano pormenorizado do desenvolvimento da economia nacional. Na fase preliminar de elaboração do plano, ritmo de crescimento do rendimento nacional e estabelecido com base na análise dos factores de produção fundamentais, o trabalho vivo, os fundos de produção e a eficácia destes. Além disso, examina-se a influência de cada um dos factores de crescimento económico em separado e em conjunto.

Nestas condições a taxa de crescimento do rendimento nacional calcula-se mediante diversos métodos combinados, com base na alteração do número de trabalhadores ocupados na produção material e nas modificações da produtividade do seu trabalho. Com base na dinâmica dos fundos de produção e das alterações que se produziram na eficácia da sua utilização, este método está directamente ligado com o problema da distribuição do rendimento nacional em consumo e acumulação, visto que o fundo de acumulação e a fonte da qual provem o crescimento dos fundos de produção. Com base na dinâmica da despesas globais de trabalho vivo e materializado e nas modificações que se produziram na sua eficácia total.

Convém salientar que os cálculos efectuados por métodos diferentes se fazem paralelamente, entrelaçando-se e corrigindo-se mutuamente. No processo de elaboração dos cálculos, são inevitáveis as extrapolações e as hipóteses temporais, que, depois, se corrigem ou rejeitam no processo de elaboração dos projectos. Um certo índice é calculado em

diversas fases e a partir de diferentes pontos de vista a necessidade de assegurar um nível dado de outro índice, ou o das possibilidades económicas de solução do problema. Como resultado da aproximação gradual, consegue-se a concordância entre os diversos aspectos da reprodução para o período que se planifica, entre as tarefas fixadas no plano e as possibilidades de as cumprir.

A ordem de execução dos cálculos modifica-se de acordo com a duração do período que se planifica. Por exemplo, quando se planificam os índices de reprodução para um prazo longo, podem tomar-se como dados de partida os índices do nível de vida que se pretende atingir no fim do período considerado. No entanto, os resultados finais só podem obter-se por meio do agrupamento das vias mencionadas e dos aspectos dos cálculos do plano, como partes de um todo único.

4.3 A Partir de 2014 a Meta é Produzir 2 Milhões de Barris/Dia

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

«Os estudos que temos e os projectos que estão em curso apontam-nos que, a partir de 2014, poderemos ter uma produção prevista de dois milhões de barris de petróleo», fez saber o mistro dos Petróleos, na entrevista de domingo da semana passada, no programa Espaço Público da TPA1.

Segundo ele, houve uma redução na extracção dos últimos dois anos em que, se passou de 1.9 mjlhão/dia, em 2008, para 1.6 a 1.65 milhão, no ano passado.

Bônus para as províncias

Referindo-se à questão das vantagens reclamadas pelas províncias produtoras de petróleo, o ministro disse que o bônus teve uma evolução em termos de aproveitamento desses recursos para projectos localizados.

No passado, algumas províncias beneficiavam desse recurso de uma forma directa pelas descobertas ou pela área de produção, mas nesse momento, o bônus tem contribuído para a realização de vários projectos, vários programas no seu todo no âmbito nacional, não de uma forma regional ou de uma forma provincial».

4.4 Angola: A Verdade Será Reposta?

Semanário Angolense
09 de Março de 2012

Fazendo uso de verbas resultantes do Orçamento Geral do Estado - OGE, pela viado Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria; o Governo “orientado” pelo MPLA decidiu comemorar o Dia 15 de Março como “Dia da Expansão da Luta Armada de Libertação Nacional” e, para o efeito, anunciou que o lema central do mencionado evento visa o “reforço da coesão Nacional” ...

Permitam o levantamento de questões cujas possíveis respostas nos iluminarão na infinita caminhada para a Dignificação do Homem Angolano; elas seguem-se:

Para reconhecer a grandeza do mérito da Nossa História, o Governo de Angola esperou pela decisão do Governo de Portugal; motivos e justificações?!

Os dominadores eram os portugueses que (depois de 1961) pretenderam defender-se dos ataques feitos por Combatentes pela Liberdade de Angola; afinal, os portugueses sabem quais foram os seus principais adversários e, obviamente, sabem quando iniciou o desafio ... sob ordens do MPLA, em Angola, a Verdade será reposta?!

Ao longo de 36 anos de existência como independentes, estudantes angolanos foram obrigados a saber que a única efeméride com valor é o 4 de Fevereiro e agora?!

Esperemos que a historiadora Rosa Cruz e Silva seja objectiva e que o historiador Fernando Gamboa não se limite mandando mais outra boca que não nos honra.

Neste contexto, em relação ao que tanto merecem como retribuição, os Combatentes

pela Liberdade de Angola já poderão merecer o que lhes é devido?!

Certamente (pela via da Rádio Ecclésia) muitos de Nós terá sentido a inquietação de determinado “desesperado social” que, com outras palavras, dissera: “quando ficamos a saber que o General Kundi Paima era o Mininistro dos Antigos Combatentes, até, tocamos batuque e dançamos mas, até agora ...”.

Afinal, quem salvará a Honra dos que libertaram Angola?!

4.5 Petróleo nos Olhos dos Outros (?)

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

No programa Espaço Público, da TPA1, na semana passada, a questão colocada em relação às dúvidas e queixas que pairam na sociedade civil sobre urna alegada falta de transparência nas contas do sector petrolífero, foi urna das que exigiram maior expressão de veemência na resposta dada pelo entrevistado convidado, o ministro dos petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos.

O titular do Ministério dos Petróleos (MINPET) enfatizou que o dialogo com a sociedade civil existe e que hoje, através das novas tecnologias, as ONGs podem entrar no site do Ministério das Finanças quando for necessário investigar e procurar os dados e os elementos que se venham a pretender.

Na ocasião, Botelho de Vasconcelos deu realce ao seu discurso, ao afirmar que «a Sonangol publica as suas contas, as contas são auditadas por empresas internacionais e essas contas são publicadas».

No mais, segundo ele, «O próprio Ministério dos Petróleos, trimestralmente e religiosamente, tem sessões públicas, onde cada urna das companhias dá a conhecer as suas realizações: quanto produziu, quanto transportou, que cliente, que preço, que diferencial.. ». Então, «que transparência?», indaga o ministro, fazendo alusão à referida falta de clareza nas contas que envolvem as petrolíferas.

«Não percebo (a insistência dessas imputações). Porque nós, efectivamente, também ternos, pelo menos, a apreciação de algumas organizações internacionais que dizem precisamente o contrário. Tivemos o Fundo Monetário Internacional muito recentemente, relativamente a isso», alegou o ministro no prosseguimento do seu argumento.

Ao fechar o assunto, o titular da pasta responsável pelo «ouro negro» angolano admitiu, no entanto, que «houve, de facto di reconciliação das contas» e que «é preciso reconciliar/conciliar as contas para que efectivamente determinadas situações que eventualmente possam parecer cinzentas para determinadas pessoas e organizações e que nao são. E aí há transparência!». (?)

Reclamação organizada

Embora tenha razão num burburinho que já impera há tempos no seio de muitas entidades não-governamentais, o ponto que mereceu a atenção da arrojada resposta do ministro petrolífero está

interligado com um encontro da sociedade civil, que teve lugar em Luanda, no mês passado.

Promovido pela organização não-governamental Open Society, o evento reuniu vários activistas que, entre outras questões, discorreu justamente sobre o defice de informação e as contas pouco transparentes das empresas que operam nesse ramo, não somente em Angola como, também, em outros países.

Nesse citado fórum da Open Society, ao discutir sobre uma certa reforma legislativa em curso nos EUA - chamada Dodd-Frank, notou-se que as leis a serem implementadas pelos norte-americanos visam proporcionar maiores informações sobre concessões e outras transacções e até sobre o pagamento de bónus, facto que se deve repercutir na actividade das companhias que operam em Angola.

Na conferência de imprensa que, na semana passada, relatou as actividades da Sonangol durante o ano 2011, o presidente do Conselho de Administração da companhia, Francisco de Lemos Maria, «esquindivou-se» de todos os modos e não comentou o «surrado» caso da fortuna de 35 biliões de dólares desaparecidos do «labirinto» das suas contabilidades com o Estado. Porém, relevou os planos da empresa para a implantação de um sistema de auditoria que vai permitir maior transparência às suas operações.

O FMI que, em princípio, tinha pedido explicações ao Governo angolano sobre essa «maka», depois que passou alguns dias aqui «na banda», constatou que o alegado desaparecimento, na realidade, tinha sido uma «má interpretação» do último relatório da instituição sobre Angola.

4.6 Seminário actualiza gestores públicos sobre as regras de execução orçamental

Jornal de Angola
10 de Março de 2012

Responsáveis provinciais que gerem o erário público na província do Namibe estão agora melhor habilitados para enfrentar os defez safios dos próximos tempos, dei <n- pois de terem participado, no último fim-de-semana, num seminár rio de actualização sobre as regras IS- de execução do Orçamento Geral ,á- do Estado 2012.

IU- O seminário, promovido pela in- direcção provincial das Finanças, abordou matérias da Lei de Conu- tratação Pública, o Decreto Presi: o dencial nº 30/1 O de 9 de Abril so:i- bre o regime financeiro local e o ij- Decreto Presidencial nº 31/10 de .Í- 12

de Abril, que regula o processo a de preparação, execução e acompanhamento do programa de investimentos públicos. O decreto nº 4/96 de 19 de Janeiro sobre os procedimentos operacionais para o comprometimento das despesas do Estado, destinado a facilitar o cumprimento rigoroso da execução do OGE, foi outro diploma sobre o qual incidiu a acção formativa.

A governadora provincial, Cândida Celeste, exortou os gestores da despesa pública a respeitarem rigorosamente os referidos diplomas e considerou este seminário uma iniciativa oportuna e relevante, pois visa atingir um dos grandes objectivos do Executivo, que passa por ajudar o cumprimento rigoroso da execução do OGE. A responsável referiu a necessidade de se ter consciência das dificuldades que cada gestor encontra no tratamento a ser dado às matérias ligadas à gestão orçamental, mas acredita que com algum esforço "é possível que se tenha uma gestão boa, senão excelente, porquanto existem suportes documentais que hoje facilitam essa acção".

Cândida Celeste disse ser necessário haver vontade em cumprir a lei, que deve ser encarada como a "Bíblia da gestão", no cumprimento das normas de execução do OGE no decorrer deste ano.

A descentralização da execução do OGE, através do sistema integrado de gestão financeira do Estado, exige a todos, enquanto gestores das unidades orçamentais e das outras dependentes, a máxima responsabilidade e atenção redobrada na execução dos orçamentos destinados à cada órgão, sublinhou.

A governadora pediu aos participantes maior aterlção, tendo em conta que a responsabilidade da gestão é individual e, isso implica que os gestores responsabilizem os demais intervenientes no processo para que eles cumpram, com o rigor exigido, os aspectos plasmados na lei.

Responsabilização disciplinar

Cândida Celeste sublinhou que, para os gestores, a inobservância das regras de execução orçamental pressupõe que os intervenientes no processo são responsabilizados di~ciplinar, administrativa, civil e criminalmente pelos seus incumprimentos nos termos da lei em vigor.

A responsabilidade de gestão é acrescida para os administradores municipais, aos quais compete a execução de outros programas financeiros e com rubricas específicas. Nesse sentido, apelou para que os administradores tenham o cuidado necessário no cumprimento das orientações que lhes são dad8/>. "Caros gestores, a valorização do homem assenta

sobretudo no cumprimento íntegro e responsável das suas obrigações para com o Estado".

O seminário provincial sobre as instruções da execução do OGE-2012, no Namibe, foi orientado por altos responsáveis da direcção provincial das Finanças e pelo director do gabinete de Estudo e Planeamento.

4.7 Abastecimento de água com melhoria á vista

Jornal de Angola
10 de Março de 2012

A província de Malange vai conhecer melhorias significativas no sistema de abastecimento de água potável, em consequência de um acordo rubricado recentemente entre a direcção local da Energia e Água e a empresa Jiangsu Zoology Engineering.

No acto de consignação das obras da segunda fase do projecto do reforço do sistema de abastecimento de água à cidade de Malange foi igualmente confirmada a melhoria na vertente de operação, além da gestão e formação de quadros do sector.

A empreitada é financiada pelo Banco Mundial, no âmbito de um programa específico, a ser aplicado com a equipa de coordenação nacional dos ministérios do Planeamento e da Energia e Água, na componente executiva ..

a director nacional de Abastecimento da Água e Saneamento, engenheiro Lucrécio Costa, salientou que a obra vai permitir à província atingirmelhorias muito significativas no abastecimento.

Quando as obras terminarem, a capital da província da Paianca Negra vai ter mais 2.300 ligações domiciliarias, completamente melhoradas, tanto em termos de qualidade, como de boa pressão em mais 36 quilómetros, que se juntam aos outros cerca de 50 feitos durante as intervenções anteriores.

Malange vai ainda ver equacionada, no âmbito deste mesmo projecto, a minimização dos riscos que hoje se afiguram a nível da reserva, além de um melhor sistema de captação, em termos de qualidade e de funcionamento regular. A projecto, segundo Lucrécio Costa, prevê algumas benfeitorias em termos de obras de construção civil e nos diferentes edificios que comportam o sistema, à luz da cooperação com a Espanha.

O governo espanhol é o financiador da assistência técnica ao sistema de abastecimento de água potável à cidade de Malange, sendo que foram contratados

peritos com a qualidade exigida e experiência necessária. Deste modo, apurou o Jornal de Angola, os quadros da futura Empresa Provincial de Águas de Malange vão estar dotados de maior competência, relativamente à gestão e formação de quadros. O responsável avançou que a componente da assistência também vai incluir a formação de quadros técnicos e administrativos, além do fornecimento dos equipamentos que são necessários para a qualidade dos serviços desejados, como instrumentos para a medição dos consumos e equipamentos destinado à melhoria da cobertura, em termos de serviços comerciais e cobranças.

Novo Plano Director

A chefe. do Departamento Nacional de Água, António Pascoal, anunciou que, na próxima semana, vai ser apresentado o Plano Director actualizado da cidade de Malange. a responsável, que referiu que o plano é anunciado durante as comemorações do 22 de Março, Dia Mundial da Água, adiantou-que o rio Guiné começa a ser insuficiente para as necessidades da cidade, daí os esforços para aumentar a capacidade de abastecimento a partir do rio Cuige.

António Pascoal disse que o sistema vai reforçar o sistema do Guiné, com novos sistemas de captação, estação de tratamento e reservatórios. "Vamos ainda fazer aumentar a rede de saneamento de águas residuais com as suas. estações de tratamento", acrescentou.

No quadro da melhoria de abastecimento de água potável à província, o Ministério da Energia e Água e o governo de Malange, em colaboração com a direcção local do referido sector, lançaram concursos de. obras, numa primeira fase, para os municípios de Calandula, Çangahdala e d p,lama. Posteriormente, o projec /~ é lançado para Cacuso e Cambundi Catembo.em breve, vão se reabilitar os 100 furos, nos municípios de Caculama, puela e calandula, à luz do Programa" água para Todos", virado essencialmente para o meio rural.

4.8 Secretário de Estado do Orçamento alerta para despesas sem cabimentação

Jornal de Angola
15 de Março 2012

O Secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, alertou os administradores municipais para o excesso de despesas sem autorização na execução dos programas de combate à pobreza em todo o país. "Está a ser feita muita despesa não orçamentada e

sem autorização. É um problema geral, que se passa em todo o país", disse Alcides Safeca, dirigindo-se aos administradores na reunião da Gabela, município do Amboim.

O secretário de Estado do Orçamento constatou a compra de equipamentos, viaturas, construção de imóveis e outros gastos, sem a devida cabimentação. Por isso, pediu aos administradores mais atenção na classificação orçamental e que façam uma execução correcta das despesas, sob pena de virem a ser anuladas e consideradas não autorizadas pelo Tribunal de Contas.

Na sua visita ao Kwanza-Sul, Alcides Safeca avaliou o andamento dos projectos sociais em curso e afirmou que o programa para este ano se reveste de um cariz especial. Por isso a Comissão Nacional de Combate à Pobreza decidiu traçar orientações concretas de como cuidar das verbas e, ao contrário dos anos anteriores, o programa visa multiplicar as acções no âmbito do comércio e desenvolvimento rural.

Consta igualmente do programa a questão da habitação, melhoria das condições alimentares com a implantação de cozinhas comunitárias, continuidade das acções ligadas à saúde no âmbito dos cuidados primários e o abastecimento de água às populações, no quadro do Programa Água para Todos.

Merenda Escolar

O Secretário de Estado do Orçamento explicou que no Programa Água para Todos e para a merenda escolar neste ano, foram dadas instruções aos governos provinciais para que haja uma descentralização das verbas consignando uma parte às administrações municipais.

Relativamente à merenda escolar, Alcides Safeca esclareceu que vão ser incorporados produtos locais como mandioca, ginguba e batata-doce, para incentivar a produção dos camponeses e criar uma forma de rendimento às famílias do campo.

Alcides Safeca recordou aos presentes o programa recentemente anunciado pelo Presidente da República na Lunda-Norte que tem a ver com o financiamento com juros bonificados a ser concedido aos empreendedores de todo o país.

Esta acção vai incidir nos pequenos comerciantes, vendedores ambulantes e outros para permitir a criação de locais de venda com todas condições de higiene e segurança, onde vão concentrar-se as populações acabando com a venda nas ruas.

Alcides Safeca estava acompanhado de técnicos dos Ministérios das Finanças, Agricultura, Desen-

volvimento Rural e Pescas e da Casa Civil do Presidente da República avaliou durante três dias o estado de execução dos programas em curso.

Acompanhado pelo vice-governador para a área Económica, Mateus de Brito, e de outros membros do Governo Provincial, Alcides Safeca, esteve nos municípios do Sumbe, Amboim (Gabela), Ebo, Quibala e Libolo, onde constatou o andamento dos projectos inseridos

no quadro do Programa de Combate à Pobreza.

4.9 Conferência sobre reforma tributária discute a questão dos incentivos fiscais

Jornal de Angola
17 de Março de 2012

A reforma tributária e os incentivos fiscais é o tema da primeira conferência internacional organizada pelo Programa Executivo de Reforma Tributária (PERT), em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD), a decorrer nos dias 20 e 21 de Março.

De acordo com Gilberto Luther, director adjunto da Unidade Técnica Executiva para Reforma Tributária, o evento marca o início do ciclo anual de conferências sobre tributação, organizado por aquele órgão com o objectivo de promover a divulgação das principais medidas lançadas no âmbito da reforma com impacto na vida económica e social do país.

O responsável informou que as alterações recentes ao sistema tributário em Angola, bem como as linhas gerais da reforma tributária são também objecto de debate.

O jurista sublinhou que o Executivo pretende, com o processo de reforma, a melhoria da arrecadação de receitas do Estado, mediante adequação da legislação ao actual contexto político e económico, reestruturação dos órgãos da Administração Tributária e a constituição de um corpo técnico eficiente e motivado.

O processo da reforma tributária começou a ser aplicado em Julho de 2010 com a constituição do Projecto de Reforma Tributária (PERT), em consequência de um decreto presidencial. Gilberto Luther disse que se trata de um processo cujos passos dados até agora são positivos.

Cita como exemplo a introdução de um regime simplificado de execuções fiscais e as modificações ao código do imposto predial urbano e legislação conexas, concretizadas na introdução do mecanismo

da retenção na fonte, redução generalizada das taxas, redução da taxa do imposto de sisa de dez por cento para dois por cento.

Durante a conferência são abordados temas como "a importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento de um país" e "as linhas gerais da reforma tributária".

Um balanço das medidas introduzidas em 2011, que já tiveram reflexos positivos na arrecadação de receitas não petrolíferas estimadas em mais 34 mil milhões de kwanzas, é ainda efectuado. O peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado, bem como o impacto no desenvolvimento económico dos incentivos fiscais e aduaneiros são também alvo de apresentação e debate.

A conferência sobre reforma tributária conta com prelectores angolanos e estrangeiros, convidados especialmente para o efeito.

4.10 Desenvolvimento de Angola acompanha os investimentos

Jornal de Angola

22 de Março de 2012

Angola está a promover o investimento e o desenvolvimento económico equilibrado, justo e equitativo, de acordo com o economista, Aguiñaldo Jaime, quando abordava, ontem, na conferência sobre tributação, o tema "Os incentivos fiscais e aduaneiros, seu impacto no desenvolvimento económico e social".

O economista afirmou que para atacar as falhas do mercado, o Estado interveio na economia, socorrendo-se da regulamentação e procedendo a incentivos, como é o caso da reforma tributária, para atingir os objectivos de eliminação das assimetrias das regiões, o fomento do emprego, a protecção das indústrias; a diminuição da importação, o aumento da exportação e a introdução de novas tecnologias de informação.

Aguiñaldo Jaime acrescentou que o actual sistema permite equacionar o impacto na economia, se forem atribuídos os incentivos que o Estado prevê conceder para determinados casos, uma vez que o capital humano e físico são fundamentais para a competição das economias. "O mercado, referiu, é incapaz de produzir e distribuir riqueza sem uma economia equilibrada e competitiva."

O economista Carlos Rosado falou sobre o peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o

Orçamento Geral do Estado (OGE) e disse que, para promover a actividade económica, o Executivo dá incentivos a alguns sectores, a fim de elevar o crescimento económico, mas, em contrapartida, o Estado deixa de receber lucros de algumas instituições, como é o caso da banca que paga uma taxa de 35 por cento com tendência a baixar a 30 por cento.

"Isso incentiva os bancos a comprarem títulos da dívida pública e abrirem mais balcões em todo o país, mas o Estado perde com a introdução de taxas muito baixas", referiu.

Rosado de Carvalho afirmou que o Estado deve saber aproveitar os rendimentos que provêm do petróleo, no sentido de diversificar a economia.

No final do encontro, que decorreu na Escola Nacional de Administração, o director adjunto do Projecto Executivo para Reforma Tributária (PERT), Gilberto Luther, avaliou positivamente essa primeira "Conferência sobre Reforma Tributária e os Incentivos Fiscais", pois, garantiu, resultaram dois documentos de análise científica, quer no âmbito da reforma tributária, quer dos incentivos fiscais.

4.11 Transparência De Faz De Conta

A Capital

17 de Março de 2012

Engana-se quem alimenta a esperança de encontrar alguma informação actualizada em "sites" que as empresas públicas angolanas têm disponíveis na Internet. E quando o procurado é algo ligado às demonstrações financeiras das empresas em referência a escassez de informação é ainda maior, o que, para entendidos, revela não ser ainda uma realidade, em Angola, falar-se de transparência na gestão da coisa pública.

É que as empresas públicas angolanas continuam marcadas por critérios de gestão de algum modo opacos, um fenómeno que atinge todo o sector empresarial público de um país, onde as empresas se furtam em tomar públicas as respectivas demonstrações financeiras.

Os factos a esse respeito estão à vista de todos, podendo confirmar-se com uma simples visita a um dos portais que as organizações empresariais têm disponíveis na Internet, onde quase nenhuma delas toma públicas as informações mais relevantes, como são as demonstrações financeiras, coartando ao cidadão o direito dele também fazer, com a sua própria lupa e máquina calculadora, a fiscalização do

desempenho da empresa de que todos somos contribuintes.

A mesma constatação tem o consultor Amândio Vaz Velho, especialista em gestão moderna, que olha para tal prática como um factor que fere o princípio da boa governação e transparência na gestão das empresas.

«Quantas empresas públicas têm as cohtas publicadas nos seus sites, o que é hoje uma prática internacional?», questionou em tempos o especialista, em declarações que tinham como propósito realçar a necessidade de ser obrigatório que os gestores nos coloquem, por essa via, a par dos meandros em que se desenvolvem os negócios de capitais públicos.

Na realidade, já vai havendo uma ou outra empresa pública que, embora com relativo atraso, apresenta os relatórios de contas anuais auditadas, a exemplo do Banco de Poupanças e Crédito em cujo site encontramos publicado o “report” até apenas 2010, quando já vencemos o exercício de 2011, caminhando para o quarto mês de 2012.

Incompreensível é o que sucede com as demonstrações financeiras da Sonangol. Quando se questiona sobre o relatório e contas da maior empresa pública do país, como se fez recentemente ao ministro da Economia no programa “Espaço Público”, este, remeteu os curiosos ao site do Ministério das Finanças, onde, das consultas feitas por este jornal, constatou-se que as contas recentes nele publicadas são de há quatro anos, ou seja, demonstrações financeiras referentes a 2008.

Mas esta companhia tem ao longo desses anos vindo a ressaltar esse aspecto por via dos balanços anuais regularmente realizado em conferência de imprensa, o que, entretanto, não acontece com muitas outras empresas do sector empresarial público.

E o Executivo, este, parece ter ouvido as vozes dos que se levantam em favor da implementação, a este nível, de princípios de transparência na governação empresarial, ao ter introduzido, recentemente, três práticas que passam a ser de cumprimento obrigatório para aqueles a quem for confiada a gestão de uma empresa pública.

A luz das novas práticas, os conselhos de administração das empresas públicas se obrigam a apresentar, para aprovação do ministério da Economia, um plano de negócio referente aos seus mandatos de quatro anos, bem como vincular tais mandatos à contratos programa com metas a alcançar.

Mais importante ainda é o facto de, ao contrário do que foi até há pouco, ser uma obrigação para os gestores submeter as demonstrações financeiras das respectivas empresas a uma auditoria independente, ao cabo de cada exercício económico.

O Ministério da Economia entende ser, este, um passo que permitirá viabilizar aumentos da produtividade e eficiência do sector empresarial público, permitindo também aferir o desempenho dos seus gestores.

É que, muitas empresas de sectores como o dos transportes apresentam debilidades em matéria de gestão e de contabilidade, reflectindo-se negativamente na hora de tratar das questões fiscais e regularização jurídica das empresas, a fazer fé numa das cãnstatação do professor de ciências económicas, Antero Van-dúnem.

Os problemas que enfermam do sector empresarial público não se limitam apenas aos aqui enumerados, como têm a ver também com a grandeza do universo de empresas tuteladas pelo Estado, concorrendo para ineficiência das mesmas.

Teremos assim tantas empresas em mãos do Estado? Não. «Em Angola temos um sector público que não é demasiado grande», disse o especialista, que, entretanto, considera estar «carente de higiene», numa alusão a necessidade de se retirar algumas empresas que, segundo ele, «não faz sentido estarem no sector empresarial público».

A ideia, assim colocada, sugere, para já, a retoma do processo de privatização, passando para mão privada a titularidade daquelas empresas que não têm muito sentido continuarem penduradas nas saias de um Governo que já tem sobre si demasiados encargos.

O Executivo, na pessoa do ministro da Economia, Abraão Gourgel, já deu indicações nesse sentido, anunciando, para breve, o reinício das alienações, após avaliação da primeira fase que permitiu a privatização de 198 empresas antes pertença do Estado.

O governante não terá dito como o processo deverá ser conduzido, depois da lição apreendida com a experiência anterior. Todavia, especialistas entendem que o mecanismo da bolsa daria mais credibilidade e transparência às privatizações, a exemplo do que acontece noutras paragens.

É que, segundo o consultor Vaz Velho, a bolsa é de tamanha importância em matéria de privatizações, não apenas pela facilidade que ela oferecer na hora da venda de acções das empresas em causa. «Um contributo que a bolsa poderia dar é o de trazer mais

exigência relativamente as contas, porque as empresas cotadas têm que cumprir com regras mais apertadas, e também mais exigências do ponto de vista de governação corporativa», destacou em tempos o consultor.

4.12 Panzo investe em consultoria

Folha 8

17 de Março de 2012

Panzo é uma empresa de capital angolano e presta consultoria a várias instituições Públicas, Privadas e Individuais. A mesma ministra consultoria em diversos mercados, tais, como Contabilidade, Estudo e Pesquisa de Mercado, Marting, Media e noutras áreas.

Cada consulta empresarial custa 3 mil e 750 dólares, preço inicial que, terá a possibilidade de ascender ou permanecer durante as análises de cada plano.

Todas as consultas empresariais ministradas pela panzo passa por vários trâmites, desde a contabilização do tempo (hora) que o consultor gasta em cada projecto, analisar a necessidade de comunicação de cada cliente, criar um projecto de media e um plano de marketing.

A panzo Consulting Film é detentora de dez empresas, com realce a Conglomerado de Marketing e Comunicação (CMC), Bumbar Media & IT que, tem como objectivo editar publicações sectoriais, organização de eventos científicos e também presta assessoria de comunicação.

Há ainda a Print Agora, tal efectua serviços de design e impressão de material gráfico. De realçar também, que a mesma realiza trabalhos com entrega diferenciado.

A empresa conta ainda com a Sai Comunicação que presta serviço de consultoria em plano de media; Elaboração de Estratégias de endomarketing; elaboração de políticas de comunicação institucionais e outras áreas. A mesma está em constante crescimento, e é redactora e editora das revistas da Polícia Nacional e do governo da Lunda-Sul. "Somos investidores, em-

preendedores e desejamos transmitir os nossos conhecimentos a várias empresas Nacionais e Internacionais". Disse Sebastião Panzo, o jovem jornalista que se tornou empresário.

De ressaltar que o gerente da panzo Consulting é autor do livro "Empreendedorismo em Angola", aonde o mesmo dá lição de empreendedorismo a

vários agentes económicos. O referido livro tornou-se meio de consulta por parte de vários economistas da nossa praça e contou com o patroónio da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL).

4.13 Administradores comunais informados à cerca do OGE

Jornal de Angola

19 de Março de 2012

Os administradores comunais e os inspectores das províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte e Moxico concluíram no Dundo uma acção formativa sobre os novos métodos de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Os responsáveis abordaram também questões relacionadas com a conservação do património público e a contratação no âmbito da Lei de Probidade Pública.

Na acção promovida pelo Instituto de Formação Local (IFAL) do Ministério da Administração do Território, os 28 participantes assimilaram os princípios básicos da referida lei e regras de execução orçamental, tendo em vista mais transparência na programação financeira dos fundos públicos. O prelector do curso, o jurista António Yuri Augusto, disse ser imperioso que os executores financeiros do Estado aprofundem o conhecimento dos deveres, para que sejam alcançados os objectivos da função pública.

O jurista Anónio Yuri Augusto alertou que o não cumprimento escrupuloso da legislação, através de uniformização e simplificação de procedimentos e princípios em matérias de direito administrativo, tem como consequência a aplicação de sanções, por se tratar de improbidade pública.

O vice-governador para o sector económico da província da LundaNorte, Portirio Muacassange, disse esperar que os administradores comunais e os inspectores apliquem.. escrupulosamente os conhecimentos adquiridos.

4.14 Medidas do PERT aumentam receitas do OGE em 2011

Jornal Angolense

23 de Março de 2012

O Projecto Executivo para a Reforma Tributaria (PERT) em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD) promoveu esta semana uma

conferência internacional sobre reforma tributária e os incentivos fiscais.

O encontro visou, entre outros aspectos, divulgar as principais medidas lançadas no âmbito do Projecto Executivo de Reforma Tributária (PERT).

Durante dois dias, foram abordados temas como a "Importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento de um país; as linhas gerais da reforma tributária" e o peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado".

Na ocasião, foi feito um balanço das medidas implementadas em 2011 e, segundo o director - adjunto da Unidade Técnica Executiva para Reforma Tributária, Gilberto Luther, já tiveram reflexos positivos na arrecadação de receitas não petrolíferas. Ou seja, em 2011 como resultado da Reforma Tributária, o Estado arrecadou mais 42 mil milhões de USO do que nos anos anteriores.

Segundo a fonte, o PERT está numa fase primária de estudos de análise de todo sistema jurídico fiscal angolano, mas já existem resultados no plano legislativo com aprovação de diplomas e no plano de procedimentos dos bairros fiscais em que há uma serie de diplomas, que têm sido aprovados como a alteração do novo código do imposto predial urbano; com a redução das taxas sobre o rendimento e a propriedade, o estabelecimento de normas para a suspensão de contribuintes inactivos até a regularização da sua situação fiscal, redução do imposto industrial de 35% para 30% entre outras alterações. "Um dos meios fundamentais de financiamento dos Estados modernos é por via dos impostos, por isso, temos de pagar os impostos para depois exigir qualidade. Mas no nosso país ainda há muitos cidadãos que não pagam impostos", disse Gilberto Luther, falando sobre a importância do PERT.

O responsável disse que, outras medidas estão a ser estudadas para trazerem mais contribuintes no sistema.

Na perspectiva de Luther, a formalização gradual do mercado é uma delas, tendo referido que, há uma estratégia do governo neste sentido, tendo citando a título de exemplo, o novo regime de estímulo as micro, pequenas e médias empresas.

A medida visa reduzir a taxa de informalização do mercado por um lado e, por outro lado, o combate a fome e à pobreza.

Incursão sobre as principais linhas do PERT

O sistema tributário angolano encontra-se muito desfasado da realidade socioeconómica e dos princípios constitucionais em vigor.

Por esta razão, a reforma Tributária visa dotar o país de um sistema tributário moderno, capaz de dar resposta aos objectivos e finalidade da política tributária e os desafios de desenvolvimento socioeconómicos almejados, não só a captação de maiores receitas para o Estado; mas também a criação de um válido e eficaz instrumento de política de atracção ao investimento; da promoção de emprego e da integração social.

Neste sentido, o Projecto Executivo para a Reforma Tributária se propõe, entre outras acções, modernizar a administração tributária, simplificar os processos de gestão de impostos, rever as taxas e outros cargos parafiscais que oneram gravosamente a actividade dos particulares e empresas.

4.15 Imposto de consumo aumenta receita tributária

Agora

24 de Março de 2012

A publicação das alterações à legislação fiscal deu início a um processo de moderação de todo o sistema tributário, o que se impunha face à actualidade económica do país. Num contexto de diversificação das receitas, e em matéria de imposto do Consumo (Ic), realça o alargamento da base de incidência a novas operações, designadamente a um conjunto de prestações de serviços, tais

como consultoria, aluguer de viaturas, turismo e viagens, transportes marítimos e aéreos de passageiros e portuários e aeroportuários e serviços de despachantes.

Ficam sujeitos ao Ic não só os serviços prestados por entidades residentes, mas também os contratados a fornecedores não residentes por parte de entidades residentes e sujeitas ao Imposto Industrial. Neste caso, existirá uma "inversão" da competência de liquidação (num mecanismo similar ao da auto-liquidação ou 'reverse charge').

Relativamente às operações que passaram agora a estar abrangidas pela incidência do Ic, as taxas aplicáveis serão de 5% ou 10%.

Não obstante o Ic passar a poder ser repercutido ao adquirente dos bens / serviços, estes não dispõem de qualquer mecanismo de dedução ou crédito que lhes permita recuperar o imposto suportado. Ao contrário

do que seria de esperar de um imposto incidente sobre o consumo, tal como o Imposto de Valor Acrescentado (Iva), o Ic é monofásico semelhante ao antigo Imposto de Transacções.

Como tal, iremos com certeza assistir a um aumento não despreciable no preço das operações agora sujeitas a imposto. No que respeita às operações relacionadas com bens, e com vista à protecção e estímulo da produção, passam a estender-se à produção local os benefícios ou vantagens fiscais que tenham sido concedidos, ou que o venham a ser, à importação de determinados bens. Um aspecto de não menos importância corresponde à entrada em vigor das novas regras, as quais são aplicáveis desde 1 de Janeiro do ano em curso. Dado que a publicação da lei ocorreu muito recentemente, haverá portanto que clarificar como proceder à liquidação de imposto sobre operações pretéritas em que a repercussão do tributo não ocorreu e que, em muitos casos, não será já possível.

4.16 Redução de impostos insuficiente

Folha 8

31 de Março de 2012

Taxa de imposto industrial foi reduzida de 35% para 30%, segundo a reforma tributária, facto que deixa, empresários industriais, perplexos aquando da apresentação da proposta de redução de imposto industrial para um máximo de 25% à administração fiscal.

A proposta visa enquadrar-se dentro da realidade económica dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que cobra imposto na ordem dos 25%, tendo como referencia a África do Sul, onde as indústrias pagam imposto industrial na ordem dos 28%. A maior preocupação da associação é quanto ao crescimento económico das indústrias que embolsam imposto sobre lucros. A suposta sugestão foi endereçada à administração fiscal há três anos, mais sem sucesso.

A razão que levou a Associação Industrial de Angola exigir a redução de imposto é a incompatibilidade, sobretudo, com os regimes tributários dos países da SADC, na qual Angola faz parte.

Em declarações ao semanário angolano *Expansão*, o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, esclarece que a exorbitante cobrança de imposto industrial só prejudicará as indústrias e aos consumidores. Segundo o presidente, a proposta da AIA, recorreu sempre pela redução do imposto industrial, de modo que, a repartição entre a indústria e o Estado seria de 20 pontos percentuais, 2,5 pontos

percentuais para as associações empresárias, 1,5 (pp) para centrais sindicais e 1 ponto percentuais para as universidades visando o reforço da capacidade institucional e da formação profissional.

Para o gestor, a redução dos impostos é um factor primordial para o desenvolvimento da oferta e da competitividade nacional, mas a redução de 30%, do ponto de vista do dirigente não beneficiará às empresas e a própria economia nacional.

Portanto, a posposta da AIA defende também o imposto sobre lucros, que vem representando constrangimentos à função económica alegando que, só o imposto de consumo pode atingir aos 30%, assim como o imposto de selo. Entretanto, a Secretária de Estado das Finanças, Valentina Matias Filipe, reagiu sobre o assunto e garantiu aos empresários, que a proposta da redução de impostos industrial está em estudo, de maneira a levar o país a alcançar uma das taxas mais baixas da África Austral, prometeu. Quando questionada sobre os outros impostos, a governante referiu que em relação ao imposto de selo, também há perspectiva de redução.

Quanto o ministro da economia, Abraão Gourgel, no encontro que manteve com os empresários do sector avícola, isto é, no acto de apresentação do Programa de Desenvolvimento das Micros, Pequenas e Médias Empresa (PDMPME) disse que a redução de imposto industrial ainda é alta em comparação com os outros países da região Austral.

O mesmo, comunga com a ideia da associação de indústrias de Angola em reduzir o imposto de forma a facilitar as empresas e a economia nacional, advertiu.

A consultora financeira, Leila Leitão Ribeiro é de opinião que há necessidade de enquadrar o imposto a nível dos países de Africa, em particular os da SADC. A economista, não concorda com a cobrança dos mais de 6% de taxa dos valores das prestações de serviços e gestão implementada no diploma. Para os empresários, esta nova legislação nada trouxe de alteração, quanto as complexidades das operações dos sujeitos passivos e não garante uma relação tributária saudável entre a administração tributária e as empresas. Citam também os inúmeros prejuízos que este imposto de 30% poderá causar aos contribuintes que pagam imposto de consumo entre outros. Este processo sobre reforma tributária começou a ser implementado em Julho de 2010 com a constituição do PERT, mediante decreto presidencial. O processo concebido para melhoria da arrecadação de receitas do Estado, mediante adequação da legislação ao actual contexto político e económico, reestruturação dos órgãos da Admin-

istração Tributária é visto como um agravante aos problemas do mercado financeiro.

4.17 Transparência nas receitas petrolíferas em Angola

Folha 8

31 de Março 2012

Um grupo inicial de duzentos cidadãos e várias organizações da sociedade civil angolana, assinaram e submeteram, no início de Março de 2012, à Comissão de Segurança Cambial (SEC) dos Estados Unidos, uma petição sobre a Proposta de Regulamento na divulgação dos pagamentos efectuados pelas empresas operadoras e produtoras, que actuam na indústria extractiva de petróleo, ao longo da costa de Angola.

a objectivo a alcançar visa essencialmente divulgar informações de acordo com as exigências da Lei Dodd-Frank, Secção 1504, a fim de exigirem do Executivo de José Eduardo dos Santos e das companhias petrolíferas responsabilidade e assegurar que as receitas beneficiem o país e os cidadãos no seu todo.

O F8 resolveu deitar uma vista de olhos e encontrou matéria de algum interesse para os nossos fiéis leitores os cidadãos no seu todo.

A petição submetida à apreciação da Comissão de Segurança Cambial (SEC) dos Estados Unidos começa por salientar a importância da indústria petrolífera, considerando-a como pilar principal da economia angolana, por produzir mais de 80% das receitas do Estado e contribuir com cerca de 60% do PIB.

a problema, salienta o documento, é que "a maioria dos angolanos, e quase dois terços da população sobrevive com menos de 2 dólares por dia em condições inadequadas para a vida humana",

É mais que evidente que, diante de um quadro tenebroso os autóctones discriminados, considerem estar o país a ser muito mal gerido, mas, se fosse só isso, com tanta riqueza não estaríamos assim tão mal.

a verdadeiro problema é que o nosso país é realmente um dos mais corruptos do mundo e "existe uma preocupação generalizada e evidências que apontam que o fluxo das receitas que deveriam apoiar o desenvolvimento sustentável, justo e equitativo do país, não está a chegar ao Tesouro Nacional e está sendo mal gerido", como refere o documento que temos vindo a analisar.

Assim, embora nos últimos anos o Governo Angolano tenha introduzido algumas reformas importantes de transparência no sector petrolífero, a opacidade diminuiu! mas a desconfiança aumentou. E verdade que o

Ministério das Finanças começou a publicar desde 2004 no seu website (www.minfin.gov.ao) alguma informação da produção petrolífera, apareceram assim algumas incipientes informações e, no fundo, a emenda foi pior que o soneto, porque com esse tremendo esforço que as autoridades do país fizeram para serem transparentes a opacidade virou lusco-fusco e viram-se a olho nu algumas carecas que por ali foram aparecendo e algumas delas ainda hoje estão à espera de justificações do Estado angolano. Hoje, mais que no tempo da opacidade total, os dados oficiais sobre as receitas petrolíferas não são credíveis nem aceites por ninguém que saiba somar e subtrair, e só de olhar para a diferença abismal entre os números da produção de petróleo e os da exportação publicados pelos Ministérios dos Petróleos, Finanças e a Sonangol, ficamos com vertigens.

Isto sem esquecer que os relatórios de origem ministerial sobre os impostos dos rendimentos petrolíferos são números sem consistência legal, as assinaturas e outros bónus pagos pelas companhias petrolíferas ao governo não são ou são parcialmente publicados notando-se no final de contas diferenças, quando comparados com o que foi reportado pelas agências da indústria petrolífera.

Por exemplo, quando analisamos a soma total dos pagamentos das concessionárias reportados pelos Ministérios das Finanças, Petróleos e a própria Sonangol as verbas são similares, mas quando repartidos por blocos, elas discordam.

Enfim, praticamente nada mudou, à parte a timorata tentativa de abrir jogo e só mostrar carecas. E a maior de todas essas carecas é a que se refere à que foi revelada em Dezembro de 2011 pelo Fundo Monetário Internacional, que reportou que havia uma discrepância não esclarecida de USD 32 mil milhões nas contas fiscais do governo angolano ligadas à Sonangol de 2007 -2010. Este montante representa 1/4 do PIE total do país. Uma monstruosidade!

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Sociedade Civil Impedida de Entrar com Papel e Esferográficas

Angolense

02 de Março de 2012

A Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), também participou do encontro e abordou os seguintes pontos:

- A Paz constituiu uma marca indelével na mudança de vida das populações em Angola. E tem mudado a maneira de viver dos angolanos.

No entanto, o processo de Reconstrução Nacional e o merecido crescimento económico ainda não se traduziram em desenvolvimento das pessoas e, muitas vezes, é acompanhado de violações dos Direitos Humanos, concretamente os direitos à terra e ao meio ambiente saudável, sem que as vítimas sejam devidamente indemnizadas e assistidas, conforme impõem as leis nacionais e internacionais aprovadas pelas Nações Unidas.

- Como é do conhecimento geral, Angola como país membro das Nações Unidas, ratificou vários tratados de protecção dos Direitos Humanos. Esta realidade também está vertida na Constituição da República de Angola, e nas demais leis, bem como nos Tratados e Convenções Regionais ratificadas por Angola. No entanto, a observância e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos são, muitas vezes, violados pelos Agentes do Estado. Por exemplo:

Liberdades Fundamentais: Os direitos de reunião, manifestação, associação são constantemente restringidos pelas forças policiais e militarizadas e pela Administração do Estado;

O direito à informação e liberdade de Imprensa: a Imprensa Pública tem vindo a ser, cada vez mais, parcial, controlada pelo Executivo - há constantes censuras de informações de carácter público e manipulação da informação, é usada frequentemente para intimidação de pessoas singulares, organizações e instituições privadas que não sufragam as posições e as ideias de quem está no exercício do poder político; a imprensa pública é um meio de propaganda das acções do Executivo, não promove o pluralismo de conteúdos de ideias ou de opiniões e o

exercício contraditório, por fim, é recorrentemente, utilizada como meio de desinformação dos cidadãos, em detrimento do interesse público e para ultrajar membros da oposição política.

Boa Governação, Transparência Justiça Económica: Constata-se em Angola um processo de acumulação de riqueza por parte das elites políticas por meio de actos de corrupção e tráfico de influência, consubstanciado na prática da elite política usar os meios do Estado (fundos do petróleo, diamante, etc) para enriquecer os seus familiares mais chegados – filhos, primos, tios e também amigos, em manifesto nepotismo, contrariamente ao que dispõe as Convenções das Nações Unidas e da União Africana sobre a corrupção de que Angola é parte. O acesso à informação sobre a gestão das contas públicas, sobre as contratações públicas não é fácil.

Eleições, democracia e Estado de Direito: O processo de preparação das próximas eleições tem sido feito de acordo com as condições existentes no país, mas com muitos atropelos às leis que regulam o processo eleitoral em Angola e contra as Normas e Princípios da SADC sobre as eleições, sem que os órgãos de gestão eleitoral competentes tomem medida; o sistema judicial funciona com deficiência e manifesta frequentemente dependência funcional do Executivo. A democracia participativa é incipiente e quase não é aceite.

A Sociedade Civil tem estado a colaborar através de actos de educação cívica, desenvolvimento de programas e projectos de Educação para o respeito pelos Direitos Humanos, monitoria das Políticas Públicas no domínio da educação, saúde com maior pertinência no combate ao VIH/Sida e Malária; programas de promoção do género e participação da mulher na vida pública.

Recomendamos ao senhor Secretário-geral das Nações Unidas:

Que as Agências das Nações Unidas representadas em Angola e não só, continuem a dar o seu apoio ao processo de reconstrução e reconciliação nacionais; ao combate ao VIH/Sida e grandes Endemias; ao processo eleitoral, ao processo de fortalecimento da sociedade civil através da formação dos seus membros, de apoio financeiro aos seus projectos de impacto social.

5.2 Luanda, Ontem, Hoje e Amanhã

Folha 8

03 de Março de 2012

Não faz muito tempo, Luanda a nossa capital, festejou mais um ano desde que o colono português Paulo Dias de Novais em 1576 chegou as suas terras. Estas datas de aniversários, servem além de exultar os espíritos, para se reflectir sobre suas etapas e consequentemente se efectuar balanços sobre o passado e projecções para o futuro. Satisfazendo a solicitação de alguns dos nossos leitores, procuramos os préstimos de autoridades do Governo Provincial de Luanda, para nos ajudarem com propriedade a responder as questões que nos são colocadas com frequência. Em ocorrência, Ladislau Silva, porta-voz do Governo provincial de Luanda, falou-nos sobre a requalificação de Luanda, as makas do saneamento e urbanismo, as criticas sobre suposta discriminação no alojamento ou assentamento dos luandenses, o calvário do trânsito e os transportes públicos. Estes e outros pormenores contidos num mirabolante projecto tendente a relançar Luanda como uma das maiores e mais lindas capitais do mundo na lógica do Presidente da República, foram passados em revista. A acreditar no que ouvimos, teremos de facto nos próximos tempos uma cidade Luz.

Folha 8 – Que significado tem mais um aniversário da Cidade de Luanda, para o GPL e os Luandenses?

Ladislau Silva – Muito obrigado por me darem a oportunidade de me dirigir ao vosso público leitor e a todos os luandenses em geral. Indo rapidamente a pergunta que me coloca, tenho a dizer que: o aniversário de uma cidade é sempre uma data festiva. No caso particular de Luanda essa festa agiganta-se pelo facto de ela estar em franco progresso, relativamente a mudança arquitectónica e estética, sem contudo perder o seu traço secular e histórico bem patente na parte baixa da cidade. As suas novas centralidades, acompanhadas de eixos estruturantes diversos, para além de emprestarem uma nova imagem, contribuem sobremaneira para a solução dos problemas habitacionais e para a fluidez de trânsito. Enfim, Luanda é a menina dos nossos olhos, é este rosto bonito beijado pelas águas calmas da baía que temos a obrigação de cuidar, preservar e melhorar sempre. Só com este comportamento eivado de civismo poderemos beneficiar de um local melhor para se viver.

F8 – O que realmente mudou em comparação com o passado colonial e o mais recente?

LS – Muita coisa mudou ao longo dos anos. Grande parte desta mutação derivou do intenso fluxo

migratório do campo para a cidade. Luanda não estava preparada para receber tanta gente em tão pouco tempo. Justamente por isso, as infra-estruturas foram abaladas, os circuitos foram distorcidos, os hábitos e costumes foram-se diferenciando e diversificando, a urbanidade foi beliscada. Mas é notório o esforço não só do Executivo, mas também da sociedade civil em alterar para melhor este quadro. Em termos físicos: casas, vias, iluminação pública, saneamento básico, unidades escolares e hospitalares, de tudo um pouco, está a ser feito, com bastante empenho do Governo da Província de Luanda. Em termos morais e cívicos a participação de todos é indispensável no cumprimento dos deveres de cidadão e também no usufruir dos direitos, pois só assim poderemos alcançar uma sociedade mais justa e mais democrática. É um exercício de cidadania de médio e longo prazo, mas que é necessário consolidar a partir de agora.

F8 – Quais as perspectivas do GPL para a solução dos problemas aparentemente insolúveis?

LS – “Insolúvel” é uma palavra forte, pessimista e negativista demais. Tudo se pode solucionar, desde que se identifiquem os problemas e suas causas; se procurem e experimentem soluções, recorrendo à experiência de quem já viveu e ultrapassou problemas idênticos; se reúnam as condições necessárias materiais, humanas e de capital; se estabeleçam as prioridades e parcerias certas; se consolide a vontade política de resolver e se ponha mãos à obra com uma supervisão ou fiscalização isenta, profissional, idónea e experiente.

F8 – Quanto ao Urbanismo por exemplo?

LS – Em relação às questões urbanísticas, está em execução o Plano Director de Luanda que agora se altera e se alarga com a inclusão dos Municípios de Icolo e Bengo, (Kissama) e Belas e a junção dos ex – municípios da Ingombota, Rangel, Maianga e Sambizanga no Município de Luanda. Crescem as novas centralidades como as cidades do Kilamba e de Cacuaco; alargam-se as construções no perímetro do Zango que quase já se estende a Calumbo; requalifica-se o Cazenga e o Sambizanga; está a criar-se uma nova Marginal; trabalha-se nos jardins e nas áreas verdes; preparam-se praias com a qualidade necessária e merecida; arranjam-se passeios, largos, praças, avenidas e alamedas, através do projecto “Vias de Luanda”; crescem edifícios modernos, inteligentes e arrojados; vela-se pela publicidade estática recorrendo-se a mobiliário urbano mais moderno e bonito, enfim há um elevado número de acções, aos olhos de todos, que já beneficiam uma boa parte da nossa população.

F8 – O calvário da circulação, a degradação das vias, os custos dos táxis e a contrapartida dos transportes públicos, ainda não capazes de satisfazer a população. O que nos tem a dizer sobre isso?

LS – No que toca aos transportes públicos, serão reabertas algumas rotas, assim que se concluíam os trabalhos de recuperação de algumas vias. Está em curso um estudo para a criação da faixa de rodagem “BUS” em alguns dos principais eixos da cidade. Vai ser estendido o transporte público aos novos Municípios. Será implementado o sistema de bilhética electrónica e entrarão em funcionamento, pelo menos, mais 100 maximbombos, tudo isto ainda no 10 semestre deste ano. Outras acções estão em curso, embora a sua implementação dependa de outros factores condicionantes, como sejam a criação de parques de estacionamento, a semaforização regular do trânsito e a oferta do transporte marítimo e ferroviário.

F8 – Um outro problema que realmente, aqui sim, poderíamos aplicar o termo insolúvel, é a questão do Saneamento Básico, na base de outros males para saúde e não só. Que comentários tem a fazer a este respeito?

LS – O saneamento básico é um dos mais graves e difíceis problemas que assola a nossa cidade. A rede de esgotos não cobre a totalidade do território da Província e a existente está, em muitos casos, obsoleta, degradada. É um trabalho aturado, de fundo, que requer tempo, meios técnicos e financeiros elevados. A reparação de valetas, valas e esgotos, condiciona a circulação de pessoas e bens, pois é necessário esventrar a cidade. Mas está identificada a questão e o trabalho começou há muito tempo. As valas da macro drenagem do Suroca, Senado da Câmara, Cidadela, Samba, Cassequel e outras já existem, pese embora a má conduta de alguns elementos da nossa população que teimam em atirar lixo e sucatas para as mesmas, construindo residências e muros, impedindo assim as passagens das águas. Após a regularização da macrodrenagem, vamos passar a domiciliar. Tem estado a ser substituída paulatina e pontualmente sempre que se detectem rupturas ou haja necessidade de novas ligações para os empreendimentos a inaugurar. São acções que sofrem alguma morosidade. Vai demorar sim. Não podemos negá-lo. Mas temos que acreditar que vai ser um trabalho duradouro e benéfico para todos. O Executivo Central está apostado, empenhado em resolver o mais rapidamente possível estas questões e a nível do Governo da Província de Luanda, estamos a acompanhar e complementar as acções com operações de recolha, limpeza e varredura nos distintos eixos viários, bairros urbanos

e suburbanos, linha férrea e outros locais de maior concentração de resíduos sólidos.

F8 – o trabalho é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de um país, enquanto o desemprego é uma das causas da desestabilização social. Angola, Luanda em particular, regista um índice elevado de desemprego. Que programa o GPL tem para superar?

LS – O desemprego está a ser combatido de forma progressiva com acções de formação profissional nos Centros de Formação adstritos ao GPL. Após a conclusão das acções formativas, são distribuídos Kits profissionais de corte e costura, cabeleireiro, cozinha e pastelaria, recauchutagem e bate-chapa, mecânica auto, electricidade auto e de baixa tensão, canalização, alvenaria e serralharia civil.

Estas acções são dirigidas a desempregados inscritos nos Centros de Emprego ou identificados pelos Órgãos do Poder Local, Associações Juvenis e Socio-profissionais. O Governo da Província de Luanda tem também um programa de atribuição de micro-crédito, em parceria com instituições bancárias que tem dado resultados muito animadores.

F8 – Se a população cresceu, naturalmente as infra-estruturas de apoio a formação, inserção e acomodação dos cidadãos teriam de crescer. Para terminar, como está Luanda neste aspecto, mais propriamente no que toca à Escolas e Hospitais?

LS – É verdade que, quanto as unidades escolares e hospitalares que se constroem agora, haverá ainda infelizmente, durante mais algum tempo, um défice na oferta destes serviços básicos porque a população aumenta de forma exponencial. Oferecer serviços de educação e saúde, requer “abinitio” a localização, identificação e legalização de espaços, terrenos, junto aos agregados populacionais a quem essas infra-estruturas irão servir. Construir, é apenas o 10 passo. Há que apetrechar com equipamentos diversos e especializados, garantir a manutenção e protecção dessas infra-estruturas. Mas, mais complexo do que isso, é prover essas unidades com quadros profissionais capazes, angariados através de concursos públicos, homologados pelo Tribunal de Contas e caucionados pelo Ministério das Finanças para que os profissionais tenham garantias de pagamento de salários justos e atempados.

Mas o trabalho não pára e o Governo da Província de Luanda, cumprindo com as suas responsabilidades e executando o seu programa de acção e de investimentos públicos, em prol das populações, vai inaugurar, por exemplo, ainda neste semestre: 3 hospitais municipais, reabilitar, pelo menos, 18 postos de saúde, intensificar as campanhas de vacinação con-

tra diversas enfermidades, cuja meta é termos menos de 5 % de crianças não vacinadas.

Vamos também, construir e apetrechar mais de 50 salas de aulas, distribuir 100 mil kits escolares do ensino primário nas zonas rurais, distribuir igual número de merendas escolares expandindo a oferta destes serviços sociais básicos à nossa população.

F8 – Qual o horizonte temporal para estes programa., não menos ambiciosos?

LS – Tudo isto será feito no primeiro semestre deste ano.

5.3 Ban Ki-Moon Encontrou-se Com a Sociedade Civil Angolana

Folha 8

03 de Março de 2012

Como é já de domínio público Sua Excelência Secretário-Geral da ONU Dr. Ban Ki-Moon efectuou uma visita ao nosso País de 26 a 27 do mês em curso. Como não deixaria de ser, durante a sua visita ele manteve encontros com as Autoridades Governamentais Angolanas nomeadamente o Presidente Eduardo dos Santos, o Ministro das Relações Exteriores George Rebelo Chicoty e o Ministro de Saúde José Van-Dúnem. Com certeza, da parte dos nossos desgovernantes o mais alto mandatário da ONU recebeu as lisonjeiras duma Angolana pacificada.

Para o efeito, foi levado para ver a propalada nova Cidade de Kilamba Kiaxi, que tem servido como cartão de visita dos visitantes oficiais que vêm para Angola, cujo objectivo é para mostrar os apregoados ganhos da paz angolana.

Contudo, se o primordial objectivo dos nossos desgovernantes foi deformar a veracidade sobre a profunda miséria social em que vive as Populações desfavorecidas, o estadista sul-coreano ao serviço da ONU não quis deixar o nosso País sem ter-se encontrado com a Sociedade Civil Angolana. Aliás, antes de ter vindo ao nosso País, tal interesse já fazia parte do seu programa da visita que viria efectuar à esta Pátria Angolana do Mwene Ngola-a-Kilwanji kya Samba, Nfumu Nimi-a-Lukeni, Mwata Yaya Mwakw, Osoma ya Olosoma Mutu ya Kevela, Mandume, etc. Este seu compromisso moral como responsável duma Organização Internacional demonstrou-o ao cair da noite de ontem dia 27 do mês em curso na Sala de Conferência do Hotel Sana em Luanda.

Pois, depois de ter sido levado a visitar a Cidade fantasma do Kilamba Kiaxi, que até agora não tem

inquilinos ou proprietários devido o elevado custo do preço de venda de cada moradia que não está ao alcance dos pobres jovens da JPLA, que deviam ser os primeiros beneficiários do “Projecto Angola Jovem”, o nosso Ilustre Visitante na sua simplicidade depois de ter entrado na Sala de Conferências, estendeu a sua mão à todos os participantes que o aguardavam. E o primeiro a receber a mão do homem grande da ONU foi o nosso destemido Activista dos Direitos Humanos Soba Mbazela, que é uma das Autoridades Tradicionais Angolanas que dirige o FNATA-Fórum Nacional das Autoridades Tradicionais Angolanas. Como é de praxe a apresentação do Ilustre Visitante coube a Sua Excelência Coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola Sra. Maria Durval Ribeiro.

Por sua vez, em jeito de balanço dos seus encontros com o contestado Presidente Eduardo dos Santos e com o seu kapanga Geoge Chicoty, aquele responsável máximo da ONU disse que estava satisfeito com os ganhos da paz angolana, que tem permitido que o Governo de Angola possa desenvolver acções sociais de vulto. Também afirmou aos participantes que o detestado Presidente dos Santos garantiu-lhe estar engajado com o compromisso da democratização da Sociedade Angolana, que culminará com a realização de eleições gerais em Angola. Pelo que, pela parte da ONU o Secretário-Geral da ONU prometeu que a sua Organização irá prestar todo o apoio necessário, que o Governo Angolano solicitar sobre o processo eleitoral em curso. De igual modo, também prometeu que a sua Organização vai continuar apoiar as iniciativas da Sociedade Civil Angolana nas várias áreas, no sentido de partilhar na resolução de alguns problemas que as Populações Angolanas desfavorecidas vivem.

Decerto, depois da sua breve mas precisa explanação ele pediu para que, cada um dos participantes da Sociedade Civil pudesse formular uma pergunta ou fazer um comentário sobre a sua intervenção. Em resposta à esta sua solicitação, alguns dos participantes falaram-lhe das inúmeras dificuldades financeiras com que se têm deparado na implementação dos seus projectos sociais, a favor das Comunidades Angolanas desfavorecidas. Com certeza, falaram-lhe da morte de milhares de crianças angolanas nos hospitais estatais, onde os médicos, depois de consultarem os pobres pacientes, limitam-se a receitar-lhes os medicamentos pedindo aos pacientes ou aos seus familiares para irem comprá-los nos mercados paralelos. Outros falaram sobre a convivência de alguns membros da Comunidade Internacional que trabalha em Angola, que ocultam a verdade sobre a deplorável vida que nós os angolanos

desfavorecidos vivemos, enquanto a elite política corrupta no Poder enriqueceu-se com os fundos desviados dos cofres do Estado, etc.

Porém, Desta forma, o Soba Mbazela elucidou o nosso Visitante que a paz não significa só o calar das armas entre as partes ontem desavindas. Na sua opinião, a verdadeira paz é aquela que baseia no amor ao próximo, como ensinou o justo Nazareno Jesus Cristo. Um amor que se transforma num dever dos dirigentes eleitos administrarem o erário público com transparência, a fim de permitir que todos os cidadãos angolanos possam ter direito aos recursos naturais que o País possui. Mas isto não acontece em Angola, porque o nosso desgovernante Presidente Eduardo dos Santos faz do Poder como sua propriedade familiar. Em consequência da sua obstinação política e à semelhança duma cobra que muda de pele sem deixar de ser cobra, ele promove a desgovernação das Instituições do Estado Angolano, a não democratização da Sociedade Angolana e a proliferação do fenómeno corrupção no seio da Sociedade Angolana.

Finalmente, o Soba Mbazela elucidou o Secretário-Geral das Nações Unidas que o Presidente dos Santos não passa dum delinquente político primário, que não respeita os princípios que orientam a Democracia, como por exemplo, o princípio de separação de poderes entre os Órgãos de Soberania Nacional, que ele transformou como sua almofada política. Daí a razão de tais Órgãos de Soberania não terem a perícia jurídico-constitucional de julgar o seu patrão político. Por isso, ele assegurou ao Secretário-Geral da ONU que não se pode esperar num pleito eleitoral democrático, transparente, justo, com Instituições não democráticas, como é caso da actual Comissão Nacional Eleitoral, cujos membros primam em defender a sua coloração política, em detrimento do interesse da Nação. Terminando o Soba Mbazela considerou Angola como um barril de pólvora, que a qualquer altura pode explodir. Em resposta Sua Excelência Secretário-Geral da ONU lamentou e considerou como um equívoco político, o caso de Angola ser um País rico em recursos naturais, mas as suas populações vivem numa deplorável pobreza extrema. Lamentando a reprovável atitude política dos dirigentes angolanos, Ban Ki-Moon assegurou que antes da primavera árabe no Norte de Africa, ele advertira alguns dirigentes árabes sobre a necessidade da mudança de mentalidade política...

5.4 Poder Tradicional

Jornal de Angola
04 de Março de 2012

Várias vozes se levantam sobre a autenticidade da árvore secular do Zaire. O conselheiro do núcleo das autoridades tradicionais no Museu dos Reis do Congo, em Mbanza Congo, Pedro Ndiati, disse que a denominação da árvore tem muito significado para o poder tradicional da região. O soba explicou que a queda de um dos ramos ou galho da Yala Nkuwu “é sinal de que vai acontecer um acto fenomenal negativo na cidade. Relaciona-se, por exemplo, à morte de um chefe tradicional ou rei”, disse.

Referindo-se ao Culumbimbi, a primeira Igreja da África subsariana, o historiador Pedro Gabriel sublinhou que o monumento, agora em ruínas, datado de 5 de Maio de 1491, foi um projecto que, pela imponência arquitectónica, envolveu artífices portugueses e mil populares naturais de Mbanza Congo, que se empenharam no transporte de inertes para o local.

Culumbimbi foi a primeira Igreja Católica de Santa Vera Cruz, ergui da a Sul do Saara, cujas obras foram orientadas pelo rei D. João II, que teve o cognome de Príncipe Perfeito, para assinalar a implantação do cristianismo e ser o lugar para enterrar os reis defuntos do reino do Congo.

Circulam até agora lendas que dizem que a igreja é uma obra do mundo intangível (dos mortos), por ter sido erguida numa noite, tendo no dia seguinte provocado um pânico desmedido à população de Mbanza Congo.

Pedro Gabriel adiantou que o Museu dos reis do Congo era a antiga residência dos reis do Congo, atribuída pelos portugueses a partir de 1901/02. No seu interior encontram-se objectos como o fato e a coroa do rei, a flecha, o chapéu, a catana, a caçadeira, missangas e vestuários, “em suma, todo 6 acervo dos Reis”.

O Museu conserva a cadeira executiva do rei, sineta, carapaça de caracol, viola, armadilhas de pesca, enxadas e cabaças, entre outros objectos histórico-culturais da região.

Entre outros monumentos históricos, consta ainda a Igreja Evangélica Baptistaem Angola (IEBA), construída em 1878 pelos missionários, numa área adjacente a Culumbimbi.

5.5 Administradora do Rangel

Continente

09 de Março de 2012

A D. Clementina, de facto está a seguir ar uma Via pouco aconselhável ao manter-se no cargo, apesar de ser a título precário, porque os presidentes dos distritos ainda estão por nomear.

Recentemente, tomamos conhecimento que ela ouviu dizer que não será a escolha para dirigir o distrito do Rangel e como consequência, efectuou um levantamento dos mercados do Rangel para aferir os emolumentos que cada um cobra.

Não se sabendo por que carga de água, passou ela representada pelo seu homem de confiança, trabalhador do seu Gabinete, o tal que não é funcionário legal da administração a ir recolher a massa aos mercados.

Isto apesar de ser mau precedente, seria tolerável, mas o problema é que ninguém sabe o destino que ela dá ao dinheiro.

5.6 Apelo à Promoção da Cultura de Paz e Tolerância Política

Semanário Angolense

10 de Março de 2012

A ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, exortou esta semana, no Namibe, os jornalistas a promoverem a cultura da paz e a tolerância política, no decurso da sua visita de ajuda e controlo aos órgãos de informação da província, nomeadamente a Rádio Namibe, Angop, o Jornal de Angola e a TPA.

A questão sobre se serão ou não aumentados os salários, consta das grandes preocupações dos profissionais da Comunicação Social públicos, que, além auferirem vencimentos que não compensam a actividade que exercem, sobretudo na Rádio local, um outro problema prende-se com a regularização da Segurança Social, visando garantir o sossego na velhice.

A visita às novas Instalações da TPA, em construção, que serão equipadas com tecnologia da nova geração, com equipamentos para emissão, a partir do Namibe, de trabalhos para a capital do país e o arranque, na província, do curso superior de jornalismo, extensão do Instituto Superior Gregório Semedo-Lubango, foram as boas novas, nesta visita da ministra Cerqueira à província.

O refrescamento em matéria eleitoral e política à classe, consta no rol de prioridades do Ministério da Comunicação Social, visando melhorar a prestação do trabalho jornalístico em prol da democratização do país.

Carolina Cerqueira disse estar satisfeita com a constatação de abertura das fontes oficiais a todos órgãos de Comunicação Social na província do Namibe, qualificando como premissa importante a facilidade por parte das fontes das autoridades governamentais locais, o que garante um exercício pleno da actividade dos jornalistas.

Cândida Celeste garante apoio

Considerou positivo o trabalho prestado pelos órgãos de Comunicação Social públicos e privados nesta parcela do território nacional, apesar das dificuldades de vária ordem.

Manifestou-se igualmente animada com o crescimento de infraestruturas da cidade capital da província do Namibe, tendo constatado que, de entre os vários projectos sociais em execução, direccionados à população, também constam aqueles que vão melhorar o trabalho do sector e as condições sociais dos seus profissionais.

Num encontro com os jornalistas da Imprensa pública e a privada na província, decorrido a meio da manhã de quarta-feira, 07, na sala nobre da Administração Municipal do Namibe, a governadora Cândida Celeste da Silva manifestou o seu agradecimento pelo empenho dos profissionais, que, segundo ela, têm sabido levar os projectos do executivo da província a todo o país e para fora de Angola.

Garantiu que o governo do Namibe continuará e a prestar grande atenção à população vulnerável, reconhecendo que os órgãos de Comunicação Social têm feito o trabalho de parceira, pois alguns problemas que acontecem em localidades inóspitas chegam rapidamente à mesa do executivo através do trabalho «perspicaz dos nossos jornalistas.»

«Camarada ministra, nós estamos bem e daremos todo apoio necessário ao órgão, dentro das nossas limitações», assegurou a governante, na abertura do encontro.

A maka da Segurança Social

O director provincial da Comunicação Social, Alexandre Txinguita, fez a caracterização da província, recordando o governo da província controla nove órgãos de Comunicação Social privados e quatro públicos «O exercício da sua

actividade enquadra-se dentro das normas estabelecidas», sublinhou.

O défice no pagamento da Segurança Social dos trabalhadores da Rádio Nacional de Angola, desde o ano 2006, a qualificação da força de trabalho, na RNA, salários baixos, um assunto conjuntural, foram, entre outros, os principais problemas levantados pelos profissionais.

Instado pela titular da pasta da Comunicação Social, o presidente do Conselho de Administração da RNA, Pedro Cabral, admitiu que o pessoal da RNA, está mal qualificado há 20 anos, alegando que ele próprio também está mal qualificado, observando as normas legais.

Esclareceu que este processo será tratado, impondo-se um sacrifício financeiro, pois o Conselho de Administração da RNA achou por bem priorizar outras acções, que neste momento estão em execução.

Explicou que o caso da reforma dos trabalhadores, levantado pelo «então director da Rádio Namibe na década 80, Joaquim Pereira dos Santos, também conhecido por «papá», agora abrangido pela reforma por limite de idade, vaise resolver.

«A anterior gestão da empresa RNA não pagava a Segurança Social do pessoal desde o ano 2006, mas neste momento posso afirmar, seguramente, que a situação está ultrapassada, portanto, é uma questão de o colega aguardar mais algum tempo», esclareceu o PCA.

Disse ainda que a RNA tinha uma grelha de programação que levava as pessoas ao sono, o que hoje não acontece hoje. «Hoje, temos uma rádio que acorda as pessoas», frisou Pedro Cabral, garantindo que o órgão que dirige está a dar passos seguros tendentes a tornar o profissional mais acutilante, colocando à sua disposição meios de trabalho.

As províncias receberam nos últimos meses viaturas, camaradas e outros meios de reportagem.

Por seu lado, António Henriques da Silva, pca da Televisão Pública de Angola (TPA), fez saber que o problema de salários baixos não deixa de ser um problema conjuntural que deverá ser tratado dentro dum quadro mais amplo. Prestou esclarecimentos sobre a polémica gerada à volta da retirada na grelha, de programas de maior aceitação pública, como a Semana em Actualidade e outros espaços.

Explicou que o Conselho de Administração da TP A tem como objectivo inovar, na perspectiva de sempre melhor servir a população. O actual Espaço Público é

apontado por ele como sendo uma das oportunidades que permite a interacção entre governantes e governados.

Foi a primeira visita de trabalho da ministra Carolina Cerqueira à província do Namibe, desde que assumiu as rédeas do sector da Comunicação Social angolano.

5.7 Consulado Para Esquecer...

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

Indicado para substituir Isabel Tormenta à frente dos destinos da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado, Mário de Carvalho Bettencourt chegou na semana passada ao fim do seu consulado, «sem honra, nem glória», conforme resumiu um funcionário afecto àqueles serviços.

A sua nomeação para o cargo, há mais de dois anos, foi vista na altura como o fim de uma penosa travessia no deserto que ele vinha enfrentando, depois da exoneração de Manuel Aragão do cargo de ministro da Justiça.

Descrito como uma figura «bastante conflituosa e de maus fígados», Bettencourt exercia antes as funções de inspector-geral do Ministério da Justiça.

Consta que durante o consulado de Manuel Aragão, Bettencourt terá, em distintas ocasiões, «passado as medidas», chocando com quase meio mundo, o que lhe terá valido colher uma mão cheia de inimigos.

Conservador de profissão, embora não seja detentor de uma formação superior no ramo, Mário Bettencourt estava colocado, até à sua indicação para inspector-geral do Ministério da Justiça, na Conservatória do Registo Civil do Lobito.

Na pele de director dos Registos procedeu à movimentação de alguns conservadores e notários, tendo criado uma série de anti-corpos, por supostamente ter atentado contra determinados interesses instalados.

À revelia da tutela, aproveitou a ocasião para movimentar, por sua conta e riscos, outros tantos quadros, num gesto aparentemente irreflectido, que quase lhe custou o cargo já nessa altura.

Até à exoneração, a Mário Bettencourt foi-lhe retirado aos poucos o tapete, acabando mesmo na semana passada por «ficar sem chão», como se diz na gíria.

Correm informações de que o homem apresta-se agora a regressar ao Lobito, onde, ao que consta, irá dedicar-se à agricultura e à pecuária.

5.8 Bento deixa recomendações

Semanário Factual

10 á 17 de Março de 2012

A visita realizada pelo governador teve por objectivo constatar o andamento das obras do novo mercado do quilómetro 12 (mercado de Luanda), o estado das ravinas no bairro da Caop, as condições de acomodação e higiene do mercado a céu aberto do quilómetro 30, bem como a situação que se vivencia nas zonas de reserva fundiária do Estado, no Quilómetro 30 e em KiCUX1.

Mercado do Quilómetro 12 abrirá em Junho

Ainda na sequência da visita de constatação realizada em Viana, Bento Bento fez saber à imprensa que o município ganhará, no próximo mês de Junho, novo mercado localizado no quilómetro 12.

O mesmo tem por objectivo albergar as vendedeiras ambulantes que negociam na via pública, sobretudo na passagem aérea da Vila de Viana.

O mercado de Luanda, no quilómetro 12, conta com uma área de mil 86 metros quadrados, divididos em áreas de vendas diversas, armazéns, parque de estacionamento, parque de diversões para crianças e berçários, onde as vendedeiras poderão deixar as suas crianças.

Durante a visita do governador ao novo mercado do quilómetro 12, o Pactual apurou a infra-estrutura ter sofrido actos de vandalismo, protagonizados por jovens da circunscrição. Segundo um dos funcionários do futuro mercado, devido à falta de segurança, o berçário foi assaltado, tendo sido levados berços e aparelhos de ar-condicionado.

Das recomendações deixadas pelo governador, destacam-se a melhoria da infra-estrutura e das vias de acesso ao mercado e a construção de alpendres e de um canal de água para o abastecimento do mercado. Nesta sequência, os moradores apresentaram, ao mesmo tempo, as suas preocupações acerca da água nos arredores.

De acordo com um dos representantes municipais, da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), a única conduta em funcionamento dista a três mil metros do mercado e o projecto a desenvolver poderá suprir a necessidade dos habitantes dos arredores quanto ao abastecimento do precioso líquido, com a construção de chafarizes ao longo do ramal.

Governador recomenda melhoramento do mercado do Quilómetro 30

Com uma área de dois quilómetros de comprimento e 900 metros de largura, o mercado a céu aberto do quilómetro 30/BAI é hoje uma referência no País, devido à sua importância no escoamento dos produtos do campo. Dada a extensão e importância do mercado, Bento Bento

aproveitou o momento para constatar de perto as dificuldades pelas quais o mercado tem passado, como a falta de balneários, de alpendres, de passeios, de vedação, de parque de estacionamento e de uma administração condigna.

Face à arrecadação financeira que o mercado tem diariamente, o chefe do Executivo de Luanda afirmou algumas obras poderem ser feitas com os recursos absorvidos pela administração do mercado.

Na mesma zona, Quilómetro 30, Bento Bento visitou a reserva fundiária do Estado, onde constatou a construção anárquica de casas naquele espaço reservado para a implementação de obras públicas, como escolas, hospitais, centros infantis, entre outros bens para a população.

Quanto ao tratamento das pessoas que construíram nas reservas fundiárias do Estado, o administrador municipal de Viana, José Moreno, fez saber que, em princípio, vai ser levado a cabo um trabalho de aconselhamento aos cidadãos para a não-construção de residências nas áreas fundiárias o administrador falou que a administração do municipal analisará caso-acaso, no sentido de não prejudicar os interesses da população e do Estado. Na sua recomendação ao pelouro municipal, o governador provincial baixou a orientação de se cadastrarem todas as residências que, até ao momento, foram construídas na reserva do Estado.

Ravinas na Caop periga casas e vida dos moradores

Com mais de 15 anos de existência, a ravina do bairro da Caop está a pôr em risco iminente mais de uma centena de casas e a vida dos moradores, principalmente das crianças que brincam nas proximidades da vala.

O perigo que a ravina apresenta está a preocupar a vizinhança, visto que, na época chuvosa passada, casas foram engolidas.

Augusta Martins falou ao Factual que "nós aqui já presenciámos acidentes, casas que foram levadas pelas águas, como também a morte de algumas crianças. Isso preocupa-nos muito. Por isso, pedimos a ajuda ao Executivo". tem ocorrido chuva. Por outro

lado, a ravina, com mais de três metros de profundidade, tem servido de vala de escoamento das águas pluviais a nível do bairro e não só. A mesma tem o seu princípio no município de Viana, concretamente no bairro da Caop, e o seu fim no município de Cacucaco.

Para o administrador municipal de Viana, José Moreno, a visita do governador foi muito importante, no sentido de constatar de perto as dificuldades do município, para que se criem condições a fim de serem resolvidas.

5.9 Ralhetes a José Moreno

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

O administrador de Viana, José Moreno, foi advertido diante de todos pelo governador, que lhe chamou a atenção, em tons ríspidos, para o seu sector de fiscalização. «É preciso ter muita atenção com o sector de fiscalização, porque é de lá que começam as falcatruas. Os piores ratos que tens são os teus fiscais», vociferou Bento Bento, visivelmente agastado com o que ouvira dos populares.

Um conhecido director provincial, que pediu para não ser identificado, disse ao repórter do *Semanário Angolense* que é preciso que o Executivo tome medidas mais drásticas para se acabar com situações semelhantes, porque o objectivo das pessoas que ocupam constantemente terrenos em diversas áreas da província é o de obter casas dadas pelo Governo.

«Depois de terem as casa, vendem-nas e voltam a ocupar terrenos em outras áreas, mas há uma grande conivência com funcionários, quer das administrações, como do próprio GPL. Porque para alguém que diz não ter possibilidades nenhuma, nem para pagar rendas por mínimas que sejam, é questionável como conseguem dois, três mil dólares para comprar um terreno a um fiscal ou a outra pessoa», confidenciou o responsável.

Para ele, o aparecimento de bairros como Boa Fé, Lembelelé e outros parecidos, em zonas que antigamente foram quintas agrícolas, aviários, pomares e mesmo terrenos baldios, sem estrutura urbanizada, sem condutas de água, sem redes de energia eléctrica, só é possível por haver a conivência de administradores, fiscais e outros dirigentes, que se enriquecem com esse negócio.

«Entretanto, vão deixando um pesado cargo ao Governo e uma herança negativa para as futuras gerações, com esses novos bairros de lata, sem estruturas, sem condições de saneamento e propícios

para todo o tipo de marginalidades», frisou o interlocutor do SA.

Bento Bento ordenou ao administrador de Viana para, de imediato, cadastrar todas as casas existentes naquela reserva e pediu aos moradores para pararem com as construções e deixar tudo como está, até novas ordens do Governo. «Não tenham medo, o Governo vai encontrar uma solução para o vosso problema e vai colocar-vos em outro lugar. Mas ninguém pode fazer mais nada, deixem tudo como está e esperem», aconselhou.

5.10 Nomeação de Director dos Registos e do Notariado Envolta em polémica

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

A nomeação na semana passada de Claudino Filipe para o cargo de Director Nacional dos Registos e do Notariado, em substituição de Mário de Carvalho Bettencourt, não só colheu de surpresa os funcionários directamente ligados ao sector, como também a generalidade dos trabalhadores do Ministério da Justiça, estando a suscitar as mais distintas leituras.

A indicação, algo inesperada deste funcionário sénior, que antes desempenhava as funções de delegado da Justiça no KwanzaNorte, está a ser interpretada como tendo resultado de uma certa «imposição» à ministra da Justiça, por parte de alguns sectores supostamente ligados ao partido governante.

Uma leitura, à qual alguns observadores associam o facto de o recém-nomeado «não possuir conhecimentos sólidos» que o habilitassem ao exercício do referido cargo, visto estar «há menos de 5 anos ao serviço da Justiça».

Entre os funcionários da Justiça, crê-se que a ministra Guilhermina Prata terá sido mesmo «obrigada» a recuar na sua decisão de nomear Amorbelo Sitôngua para o referido cargo, para, supostamente, privilegiar Claudino Filipe.

Correm informações de que a titular da pasta já tinha assinado inclusive o despacho de nomeação a favor do seu «candidato» favorito, ou seja, Amorbelo Sitôngua, mas que, à última hora, terá sido «obrigada» a enviar a papelada para o cesto do lixo do seu gabinete ...

Consta que o próprio Sitôngua terá sido igualmente apanhado de surpresa quando era informado dessa

decisão, algo que terá acontecido pouco tempo depois de regressar da Itália, país para o qual havia se deslocado, em missão de serviço, curiosamente, na companhia da própria Guilhermina Prata.

Formado em Direito numa das universidades da Federação Russa, Claudino Filipe, segundo a sua biografia não oficial, ingressou no Ministério da Justiça por via de um concurso público realizado em 2008.

Funcionou durante pouco tempo na Inspeção Geral do Ministério da Justiça até ser indicado há pouco mais de dois anos como delegado dessa instituição na província do Kwanza-Norte, ao que se diz, por iniciativa da vice-ministra da pasta, Ana Canene.

Ele, que já chegou a substituir provisoriamente Mário Bettencourt quando este se encontrava adoentado, tinha a seu desfavor, segundo fontes deste jornal, «uma desmedida petulância e atitudes sobranceiras».

5.11 Bento Bento Chama Homens de Confiança ao Governo de Luanda

Folha 8

10 de Março de 2012

O novo governador de Luanda, depois de uma breve radiografia a província e os inúmeros desafios que tem pela frente, achou que só com homens de confiança poderá levar a sua empreitada a bom porto e vai daí comunicou isso ao chefe do executivo.

Colocou os seus argumentos na mesa e o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, também líder do MPLA, anuiu as pretensões do também 1.º secretário dos camaradas em Luanda, a maior bolsa eleitoral do país e procedeu no dia 7 Março, à nomeação de António Resende para o cargo de vice-governador para a Área Técnica e Adriano Mendes de Carvalho, que abandona a Assembleia Nacional, onde era deputado, para assumir o cargo de vice-governador para a Área dos Serviços Comunitários. O Presidente da República demonstrando estar, afinal o seu consulado preso a tendências e influências luso tropicalista, depois de ter destruído a antiga estrutura e organização administrativa do país, herdada do período colonial, está paulatinamente a regressar a ela e assim, sem mais nem ontem e sem um trabalho apurado, Dos Santos vai emitir, esperemos que bem, a estrutura portuguesa das cidades, introduzindo os distritos e quem sabe amanhã as reguesias.

É neste quadro que exarou decretos referentes à organização administrativa da província de Luanda, tendo em conta a constituição do município de

Luanda, como órgão desconcentrado da Administração Local do Estado, com estatuto próprio e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Num dos diplomas não se descarta a confusão que poderá existir entre o governador, um homem que gosta de concentrar o mando e o presidente da cidade de Luanda, pois o documento define os distritos urbanos que compreendem a cidade de Luanda, que são: Ingombota, Maianga, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sambizanga. Segundo o documento presidencial, estes distritos urbanos podem organizar-se em bairros, estes em zonas e as zonas em quarteirões e todos serão dirigidos por administradores.

Num outro decreto Dos Santos estabelece o regime de relacionamento entre a Governo da Província de Luanda e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda enquanto se criam as condições administrativas e técnicas para a implementação do quadro legal aprovado.

Quer dizer coloca-se a carroça a frente dos bois, porquanto o governador provincial de Luanda é a autoridade máxima da província, a quem compete dirigir a actividade administrativa dos órgãos sob a sua jurisdição.

O diploma, por outro lado, fixa as competências da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que procede à gestão do aGE afecto à Cidade de Luanda, dos investimentos em curso na cidade, dirigindo e orientando a actividade dos órgãos e serviços da Comissão Administrativa dos demais órgãos dos serviços municipais.

Compete também à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia das diferentes repartições sob a sua dependência. Contudo, excluem-se das competências da Comissão Administrativa de Luanda as áreas que, de acordo com os diplomas específicos, estejam afectas às empresas ou institutos públicos de âmbito provincial ou central.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos exarou um desnacho presidencial que cria uma Comissão Ad-Hoc com a finalidade específica de estudar e monitoriar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades, com vista a que sejam criadas as condições para o acesso aos imóveis pelos interessados. A referida comissão é coordenada por Manuel Domingos Vicente, ministro de Estado e da Coordenação Económica, e integra os ministros das Finanças, do Urbanismo e Construção e outras entidades.

Finalmente, num outro despacho o Presidente da República cria um grupo de trabalho para dirigir o processo de elaboração de um estudo diagnóstico sobre a organização, regulação e supervisão dos mercados de seguro, resseguro e fundo de pensões.

O referido grupo de trabalho é coordenado por Aguinaldo Jaime e integrado por Fernando Jorge Júlio de Aguiar, Fernando Bráulio dos Santos Lima, Maria Carlota de Jesus VanDúnem Sungo do Amaral e Silva.

O grupo de trabalho deve funcionar em estreita colaboração e coordenação com o Instituto de Supervisão de Seguros.

Depois baixou para o Huambo e atendeu ao pedido de Faustino Muteka, nomeando Francisco Fato para o cargo de vice-governador para o Sector Económico e Guillerme 'fuluca para o cargo de vice-governador para o Sector Político e Social, tendo exonerado os antigos titulares destes cargos, respectivamente, Henrique David Deolindo Barbosa e Lottv Nolika.

5.12 Escola Superação Politécnica de Ndalatando introz o curso de Administração Pública

Jornal de Angola
13 de Março de 2012

A introdução do curso de Administração Pública e a disponibilização de vagas para municípios, são as grandes novidades para o ano académico de 2012, na Escola Superior Politécnica de Ndalatando, província do Kwanza-Norte.

Os municípios de Ambaca, Cambambe e Golungo-Alto beneficiaram de 16 vagas cada, enquanto Kikulungo, Banga e Samba-Cajú receberam 10 cada. Os beneficiários são principalmente menores de 25 anos, que podem candidatar-se a bolsas do Instituto Nacional de Bolsas de Estudos (INABE).

A Escola Superior Politécnica de Ndalatando, vinculada à Universidade Kimpa Vita, disponibiliza cursos de Análises Clínicas, Contabilidade e Gestão bem como Informática e Gestão.

A instituição iniciou a actividade académica no ano transacto, com 337 estudantes repartidos pelos períodos diurno e nocturno, tendo 296 transitado de classe. De acordo com o director da escola, Pedro Vita, matricularam-se para o presente ano lectivo 841 alunos, dos quais 581 no primeiro ano. O curso de Administração Pública, com 186 inscritos, tem o maior número de inscritos.

O referido estabelecimento escolar comporta nove salas, laboratórios de análises clínicas, multidisciplinares e de informática.

Pedro Vita disse que o número de professores existentes satisfaz as necessidades actuais, mas há a intenção de contratar docentes cubanos e vietnamitas

Na perspectiva da formação contínua defendida pela Universidade Kimpa Vita, 15 professores iniciaram cursos de mestrado na passada semana, em quatro universidades da cidade do Porto, em Portugal.

Um dos integrantes do grupo, Machado Quilaça, disse ao Jornal de Angola que as especialidades são Empreendedorismo e Internacionalização, Informática, Contabilidade Financeira e Tecnologias de Saúde, com uma duração de dois anos. "O curso de mestrado será à distância e não presencial, com participações intercaladas", disse Machado Quilaça. Para o efeito haverá vídeo-conferência. O ensino superior em Ndalatando começou em 2007. Actualmente existem cursos de Educação de Infância, Química, Biologia, Física, Matemática, Português, Francês e Inglês. A Escola Superior Politécnica de Ndalatando tem 2.180 alunos e uma taxa de aprovação superior a 70 por cento.

5.13 Privatizar Para Livrar-se do Fardo

A Capital
17 de Março de 2012

Uma avaliação que havia sido encomendada à consultora portuguesa CESO, a pedido das autoridades angolanas propunha ao Governo a privatização de 77 empresas públicas e extinção de 53 outras.

Os responsáveis do estudo consideravam que «a reestruturação do sector público empresarial angolano, que abrange actualmente 216 empresas, deve passar pela manutenção de apenas 41».

Este estudo tinha como objectivo definir quais as empresas que devem passar para o sector privado e quais as que vão continuar estatais.

Tal avaliação terá contribuído para a definição da nova política do Governo para as questões empresariais, permitindo reorientar a posição do Estado na economia, mas também dinamizar o investimento e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, que por via da bolsa de valores, viabilizaria as privatizações sugeridas por essa consultora portuguesa.

Consciente do estado em que se encontra o sector empresarial angolano, o Governo prometeu realizar um diagnóstico às empresas públicas estratégicas, num processo que incluiria a revisão do seu modelo organizacional e de gestão.

No cronograma de medidas, constava, ainda, o saneamento financeiro e a reestruturação das empresas públicas estratégicas e dos sectores que constituem reservas do Estado, além da elaboração do balanço das privatizações efectuadas até Dezembro de 2008, cujos resultados foram apresentados em pincelada por Abraão Gourgel, quando falou num dos programas televisivos.

Estas tarefas estão agora a cargo do ISEP, que congrega as tarefas antes reservadas aos extintos Instituto das Empresas Públicas, Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE) e Instituto Angolano de Participações do Estado (IAPE).

Os técnicos do ISEP trabalham, também, na regularização da prestação de contas das empresas públicas, através do encerramento dos exercícios económicos anteriores e regularização dos seus órgãos sociais.

O governo pretende, com isso, que as empresas detidas pelo Estado sejam capazes de demonstrar capacidade de inovação e de diferenciação do objecto que produzem e dos serviços que prestam.

O propósito é fazer com que as empresas públicas melhorem o desempenho e passem a criar valor acrescentado em condições de máxima eficiência.

5.14 Administradores comunais actualizam conhecimentos

Jornal de Angola
20 de Março de 2012

O administrador municipal do Kwanhama, no Cunene, José do Nascimento Vayelenge, defendeu sexta-feira em Ondjiva a organização de ciclos contínuos de formação de quadros para adquirirem conhecimentos e competências administrativas.

O dirigente falou no acto de encerramento do curso sobre "contratos administrativos no direito positivo angolano", dirigido aos administradores comunais e adjuntos, chefes de repartições e técnicos da administração local.

A acção formativa, disse, é uma mais-valia para a actividade diária dos quadros das diferentes áreas, de modo a corresponderem às exigências do momento.

O administrador informou que a acção formativa é uma parceria entre a administração municipal do Kwanhama e o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), de modo a capacitar os quadros gradualmente para um serviço personalizado.

O formador Jacob Jeremias Cangongo disse tratar-se de uma acção que tem sido realizada a nível nacional, cujo objectivo é capacitar as administrações a nível dos municípios de conhecimentos e competências que podem aplicar no seu dia-a-dia.

Durante quatro dias de formação, os participantes abordaram temas como noções fundamentais do direito administrativo, princípios estruturantes do contrato administrativo, o regime jurídico dos contratos administrativos e normas da contratação pública.

5.15 Administradores municipais levaram um susto

Novo Jornal
23 de Março de 2012

Uma delegação afecta ao Orçamento Geral do Estado reuniu-se numa das unidades hoteleiras da marginal do Sumbe com o administrador do município, Sebastião Daniel Neto ou simplesmente Neto Makandumba. A primeira paragem foi na cidade capital da província da Kwanza-Sul, o Sumbe.

A delegação, oriunda de Luanda e encabeçada por Alcides Safeca, Secretário de Estado do Orçamento, trouxe a lição bem estudada pois do administrador do Sumbe procuraram saber de valores monetários empregues fora do projectado.

Segundo a nossa fonte, que acompanhou milimetricamente o encontro, Sebastião Neto quis justificar os gastos com projectos de água na Pomba Nova. Acontece que o referido investimento data do consulado de Fernanda Cabral de Almeida quando foi administradora do Sumbe.

Sem saber justificar os gastos, Makandumba demonstrou o seu lado negativo: tentou enganar Alcides Safeca, facto que obrigou à chamada dos dois vice-governadores, Mateus de Brito (da área económica) e Fernanda Cabral da área social e política que por sua vez desdramatizaram o imbróglio onde Sebastião Neto estava mergulhado. A delegação percebeu entretanto que o dinheiro tinha tomado outro rumo.

A visita de Alcides Safeca prosseguiu pelos restantes municípios da província, tendo no final reunido com os doze administradores municipais aos quais Safeca

chamou a atenção para os cuidados a ter na gestão da coisa pública.

O governante deixou claro que o tempo das vacas gordas já passou e que agora os tempos são novos, por isso quem brincar estará a contas com a justiça. "Ninguém está autorizado a empregar dinheiro do Estado para fins aos quais não constam das rubricas. Quem teimosamente assim proceder estará a desafiar a Lei", lembrou Safeca.

No final da visita, Alcides Safeca, disse não ter gostado do que constatou pese embora segundo ele, esse tipo de comportamento por parte de gestores da coisa pública "é de âmbito nacional". "Não constato essas anomalias só na província do Kwanza-Sul. Já constatei as mesmas infracções nas várias províncias onde passei, por isso meus senhores actuem com responsabilidade para o bem de todos", alertou.

Em Porto-Amboim também a coisa não vai muito bem. O administrador local, Francisco Prazeres Kapassola, vai sendo acusado pela própria população de desvio de fundos públicos e isso foi constatado pela delegação do orçamento.

5.16 GPL Refuta dívidas milionárias

Agora

24 de Março de 2012

Os trocadilhos multiplicam-se, mas há quem assegura que Bento Bento já transmitiu a ideia de que nunca pediu a ascendência ao cadeirão máximo do palácio da Mutamba, mas aceitou o cargo em função da necessidade de ajudar na organização da administração provincial.

Quanto às informações que davam como certa a privatização do edifício sede do Redimensionamento Empresarial e o desvio de cerca de 18 milhões de dólares, a favor do primeiro secretário do MPLA em Luanda, foram refutadas, sendo que está em curso a estratégia do Gpl em projectar no local uma infraestrutura que albergará todas as direcções provinciais.

Segundo fontes do AGORA, o objectivo é evitar gastos desnecessários com pagamentos de rendas onerosas para o Estado, iniciativa que não é partilhada pelos desalojados que asseguramento, governaor de Luanda existir indícios evidentes da mão invisível do governo provincial.

Os descontentes acreditam estar longe da retórica de tudo fazer pela população, optando mais, nos últimos dias, pela consolidação dos seus interesses em detrimento da maioria.

Rebatendo as denúncias, a nossa fonte sublinha: o governante está a arrumar a casa e nunca compactuará com práticas que tendem a indicar gastos desnecessários, contando sempre com o concurso dos quadros internos. "O Gpl deixou de ser preza fácil", defendeu a fonte, reconhecendo a existência de falcatruas de sobre facturação e contratos milionários com empresas que prestaram serviços a administração pública, mas tudo está a ser feito para reduzir essas práticas, colocando pessoas certas em lugares certos e fruto deste trabalho é a recente movimentação dos titulares de cargos que culminou com a exoneração do director do gabinete do planeamento.

Sem identificar a empresa, o nosso contacto referiu que existia um contrato de pagamento de 250 mil dólares / mês para assistência a alguns médicos cubanos e outros tantos que foram desfeitos apressadamente, embora as ordens de saque sejam dadas pela secretaria-geral. Mesmo que se fale no desvio de somas avultadas na gestão de Bento Bento, através de supostos processos viciados, os pagamentos, justificação de despesas, controlo financeiro, prestação de contas são feitas pelo gabinete de planeamento, direcções provinciais, no entanto, não se justificam as acusações de desvios de fundos públicos.

Apesar de ser uma postura normal no exercício da administração pública, a gestão rigorosa dos fundos do Estado, é certo que existem buracos financeiros nos cofres do Gpl, visto que há uma reclamação de 4 milhões de dólares de um empresário que terá prestado serviços ao governo de Luanda e que por 'motivos estranhos' não foi ressarcido.

Quanto às obras sobre facturadas com a chancela do palácio da Mutamba, o gabinete do governante reconheceu a existência das empreitadas e acredita que tudo está a ser feito para averiguar

pormenorizadamente estas situações que jamontam as administrações anteriores e que estão a manchar a imagem do novo gestor da maior metrópole do país. As investigações levadas cabo pelo Tribunal de Contas detectaram inúmeras irregularidades que afectam Bento Bento em particular os antigos gestores, em que já se fala das diferenças graves regista das entre o depositado e o arrecadado, transferências milionárias não autorizadas e contratos com terceiros em somas avultadas.

A luta palaciana não se resume apenas ao controlo financeiro dos cofres do Gpl, mas estendem-se também às disputas com os quadros, muitos dos quais afastados em função da sua intervenção. As informações apontam que as vítimas do antigo

homem da cervejeira cuca, foi Job Kapapinha e Francisca do Espírito Santo que não resistiram às manobras do primeiro secretário do MPLA da maior metrópole do país, que ao longo dos anos assumiu-se como jogador e árbitro ao mesmo tempo. Mas terá sido o jovem prodígio do MPLA, o deputado mais jovem de que há memória na Assembleia Nacional, vindo do governo do Kwando Kubango, José Maria dos Santos, onde era vice-governador que mais terá sofrido com as investidas de Bento Bento.

Estas informações foram refutadas pelo gabinete do governante dirigido por Cristina Cay, que aponta esta atitude como um atentado à imagem do 'patrão' da nossa metrópole.

5.17 Administração próxima do cidadão

Jornal de Angola
30 de Março de 2012

O Ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Vicente, inaugurou ontem, no bairro São João, cidade do Huambo, o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC).

A instituição foi criada para descentralizar os serviços públicos e aproximar o cidadão à administração pública. Na abertura, ministro referiu que o mercado de emprego constitui preocupação do Executivo, que tudo tem feito no sentido de baixar os indicadores de desemprego, tendo como principal alvo a juventude.

"Sabemos que o nível de desemprego ainda é alto e temos feito trabalhos no sentido de melhorar esta questão do emprego, através de várias iniciativas que visem o combate à pobreza, para melhorar, pouco a pouco, esses, indicadores", disse.

Manuel Vicente afirmou que o SIAC ajuda a população do Huambo, os empreendedores e permite que todo o cidadão participe no desenvolvimento da região.

O Cartório Notarial, Instituto de Segurança Social, Conservatória do Registo Civil, Identificação Civil e Criminal, Imprensa Nacional, Empresa Nacional de Seguros de Angola, balcões do BPC, BAI, Banco Sol, TAAG, entre outros serviços, funcionam no SIAC.

O acto de abertura do SIAC no Huambo foi testemunhado pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, pelo governador da província, Fernando Faustino Muteka, membros do governo central e provincial, entidades religiosas, autoridades tradicionais e população do Huambo.

5.18 Bento Bembe não quer autonomia para Cabinda

Novo Jornal
30 de Março de 2012

O secretário do Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, considerou "eleitoralistas", as intenções de certos políticos da oposição, que defendem a autonomia de Cabinda.

"Estes líderes políticos são oportunistas", disse Bento Bembe, reiterando que tais líderes políticos querem um estatuto autónomo para Cabinda como forma de se acabar com as reivindicações independentistas.

"Tais intenções visam somente distrair a população de Cabinda das suas realidades histórico-geográficas e do seu reconhecimento como povo", acrescentou.

O também líder do Fórum Cabindês para o Diálogo disse não reconhecer ter havido de qualquer instituição angolana uma manifestação de se conferir um estatuto autónomo para Cabinda e classifica esses discursos como "eleitoralistas e falsos", porque ninguém teria, segundo disse, coragem política para conferir aos cabindas um estatuto de autonomia administrativa e política.

Seis anos depois da assinatura do memorando de entendimento para a paz e reconciliação para o enclave, Bento Bembe disse ser difícil erradicar o sentimento independentista na população de Cabinda por causa dos índices elevados de pobreza, subdesenvolvimento e sobretudo da má gestão dos fundos públicos alocados para a região.

5.19 Demora na entrega de B.I preocupa populares

Semanário Angolense

30 de Março de 2012

Acordar de madrugada para antecipar-se aos demais pretendentes ao Bilhete de Identidade é o que têm de fazer aqueles munícipes da província do Huambo, para além de arriscarem uma jornada sem fim.

Para além de levantar cedo, o cidadão tem de alistar-se, condição essencial para ser atendido em primeiro lugar. A demora na entrega dos respectivos documentos é outro problema que enfrentam, ao contrário do que se previa aquando da inauguração do novo Sistema de Emissão do novo BI.

Maria Tavares disse à nossa equipa que, tratou o seu bilhete no mês de Janeiro, mas até ao momento, ainda não sabe, ao certo, quando vai receber o seu bilhete. "É muito triste quando uma pessoa vem todos os dias aqui mas nunca recebe o bilhete. Eu pretendia inscrever-me para os exames de admissão na Faculdade mas sem bilhete, nenhuma instituição me aceitou", lamentou, acrescentando que tem, por outro lado, faltado fornecimento de informação por parte dos funcionários para esclarecimento. "Ninguém nos diz absolutamente nada, eles ficam lá dentro, e nós aqui como o senhor jornalista pode ver, às vezes sai alguém para fazer a entrega de alguns e, assim passa mais um dia", rematou .

Octávio Figueira, morador do bairro da Calomanda, alinha no mesmo diapasão de Maria,

defendendo que, os funcionários dos Serviços de Identificação são os "principais culpados" pela actual situação, pois fazem isso de forma propositada para conseguirem dinheiro. "Há muita gente que fica durante muito tempo mas o bilhete nunca sai e há pessoas que pagam, e ninguém faz nada", denunciou. Raimundo Pinto António, funcionário sénior dos Serviços de Identificação, atribui as enchentes às constantes falhas que se verificam no sistema de impressão de bilhetes "são situações que não podemos determinar porque dependem de Luanda mas quando acontecem, nós temos informado os nossos utentes. Há aqueles que entendem mas outros, infelizmente, preferem permanecer junto as nossas instalações", defendeu.

J.A.M

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Efectivos de Luanda e Benguela Recebem Casas

Novo Jornal

02 de Março de 2012

O COFRE DE PROVIDÊNCIA da Polícia Nacional quer construir mais de mil casas para agentes da corporação.

A inauguração da Unidade Delta da Polícia de Intervenção Rápida, o relançamento da Brigada de Segurança Electrónica e a entrega de residências a efectivos marcaram as comemorações do 36º aniversário da Polícia Nacional, assinalado a 28 de Fevereiro.

Efectivos de Luanda e Benguela foram os beneficiários das 142 casas, construídas sob chancela do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN). Atendendo à enorme quantidade de filiados que a instituição possui na capital do país, deste leque de residências foram entregues 94 (média renda) aos oficiais comissários e 44 (baixa renda) aos oficiais superiores subalternos.

Ao proceder à entrega simbólica de urna das residências, o comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, disse que a entrega destas habitações enquadra-se nos esforços que estão a ser desenvolvidos para melhorar as condições de vida do seu efectivo, tendo em conta o seu “trabalho árduo” em prol da população.

“Além do seu vencimento, que pode ou não corresponder com o custo de vida, a corporação tem que ter a preocupação de encontrar outros incentivos para que o polícia possa estar em condições absolutas de trabalhar”, frisou o comandante-geral.

Ambrósio de Lemos revelou ainda que a direcção do CPPPN está neste preciso momento a trabalhar no sentido de criar todas as condições necessárias para que os beneficiários tenham à sua disposição todos os serviços sociais (escolas, creches, bancos, clínica e universidade).

Nesta primeira fase, pelo menos 500 famílias foram beneficiadas, estando ainda em construção 16 edifícios de quatro andares (constituídos por 16 apartamentos).

Para reforçar ainda o lote de residências a serem construída pelo CPPPN, coube ao vice-ministro do Interior, Eugénio Laborinho, a missão de fazer o lançamento da primeira pedra para a construção de 652 residências sociais de baixa renda para efectivos da Polícia Nacional, na zona do Zango, município de Viana. Deste lote de casas que serão erguidas num terreno de 30 hectares, prevê-se a entrega de 100 dentro de seis meses aos seus futuros proprietários.

A direcção do CPPPN prevê fazer ainda este mês o lançamento da primeira pedra para a construção de um pequeno complexo habitacional na província da Lunda Sul, denominado “Micro Vila Azul”.

Quanto ao critério de venda das mesmas, Ambrósio Lemos explicou que variam em função do tempo de candidatura e da qualidade do serviço prestado pelo efectivo na área em que está inserido. Entretanto, o Novo Jornal soube que o preço daquelas casas estão entre os 60 a 100 mil dólares.

Desde a sua entrada em funcionamento em 2004, o CPPPN, dirigido pelo comissário Luís Alexandre, é considerado uma das maiores novidades do Plano de Modernização e Desenvolvimento (PMD) da corporação. Para já, as eleições para o novo corpo directivo Cofre estão marcadas para este mês. Ainda no quadro das comemorações do dia da Polícia Nacional, o ministro do Interior, Sebastião Martins, inaugurou as instalações da Unidade Delta, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho ao efectivo da Polícia de Intervenção Rápida (PIR).

BRIGADA ELECTRÓNICA EM REVISTA

A Brigada de Segurança Electrónica vai beneficiar de um programa de modernização para mellior responder as necessidades da população. Este anúncio foi feito pelo comandante-geral, Ambrósio de Lemos, no acto central das comemorações do 36º aniversário da Polícia Nacional. Ambrósio de Lemos referiu que a modernização da Brigada de Segurança Electrónica consta já do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do ano em curso.

“O Executivo disponibilizou já a verba que entrou no PIP de 2012 para a constituição efectiva de uma brigada electrónica séria”, informou o número da Polícia.

O projecto da criação desta brigada teve início com a implementação do PMD e não caminhou de forma como se esperava por imperativos de vária ordem, fundamentalmente, financeiros.

“A Brigada de Segurança Electrónica requer um investimento bastante elevado e nós, na altura, iniciámos o projecto com verbas próprias da corporação, agora o Executivo disponibilizou valores que entraram no PIP de 2012 para a constituição efectiva desta brigada”, continuou o interlocutor.

O comissário-geral referiu-se igualmente sobre o PMD em curso na corporação, sublinhando que mais de 50 por cento das acções aí contidas foram já cumpridas. Adiantou que para adaptar-se a . nova realidade, a Policia deu início, em 2002, ao Processo de Modernização e Desenvolvimento (PMD). que vem proporcionando resultados cinimadores no que diz respeito ao seu crescimento, capacidade e qualidade.

Ao referir-se da formação, notou que ela tem sido um dos grandes pilares da corporação nos últimos tempos. “A formação dosefectivos policiais tem sido a nossa grande preocupação, até porque o desenvolvimento não se compadece com o empirismo”, frisou o comandante-geral.

6.2 Milhares de Habitações são Erguidas no Namibe

Jornal de Angola

02 de Março de 2012

As obras de construção de quatro mil fogos habitacionais no Namibe, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Social, já começaram, confirmou ontem a governadora provincial.

Cândida Celeste, que falava na abertura da primeira sessão ordinária do conselho provincial de auscultação e concertação social, referiu que a construção das habitações sociais é dos maiores desafios da província.

A governadora apresentou, na reunião, as acções do Executivo para a província, inscritas no Programa de Investimento Públicos (PIP) para este ano.

Este ano, disse, a prioridade vai para os sectores da Educação, Saúde e Energia e Aguas.

Em relação à Educação, anunciou a construção, ainda este ano, de mais escolas, com o objectivo de reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino. Cândida Celeste salientou a abertura no município do Namibe da Escola Superior Pedagógica.

No sector da Saúde, referiu, a atenção vai para a reabilitação do Hospital Provincial Ngola Kimbanda, construção de postos e centros de saúde e para o

reforço do programa de combate às grandes endemias.

Quanto à Energia e Aguas, garantiu a continuação dos projectos aprovados, no ano passado, inseridos no PIP e no programa “Água para todos” para melhorar a rede de abastecimento e fornecimento de energia e água.

Cândida Celeste afixou que o governo provincial vai, este ano, prestar atenção especial às vítimas de calamidades naturais, com a construção para elas, em cada município, de cem fogos habitacionais.

A governadora disse que as acções de combate à pobreza permitiram melhorar a vida da população, principalmente das zonas rurais.

6.3 36 Anos da Polícia Nacional Garantida Habitação

A Capital

03 de Março de 2012

A inauguração da Unidade Delta da polícia de Intervenção Rápida, o relançamento da Brigada de Segurança Electrónica e a entrega residências ao efectivo marcaram as comemorações do 36º aniversário da polícia Nacional.

Foi, no entanto, a entrega de 142 residências aos efectivos da corporação destacados nas províncias de Luanda e Benguela, que se constituiu no ponto mais alto das comemorações dos 36 anos da polícia angolana, assinalados na última terça feira, 28 de Fevereiro, no que as actividades sociais diz respeito.

Deste total de imóveis, erguidos pelo Cofre da Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN), 138 estão localizados na Vila Azul, à sul de Luanda, e as restantes em Benguela. Atendendo a enorme quantidade de filiados que a instituição possui na capital do país, deste leque de residências foram entregues 94, de média renda, aos oficiais comissários e 44, de baixa renda, aos oficiais superiores e subalternos.

No acto de entrega simbólica de uma das residências à uma subinspectora da corporação, o comandante-geral da polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, sublinhou que a entrega destas habitações enquadra-se nos esforços que estão a ser desenvolvidos para melhorar as condições de vida do seu efectivo, tendo em conta que eles trabalham arduamente com a população no seu dia-a-dia.

“Para além do seu vencimento, que pode ou não corresponder com o custo de vida, a corporação tem que ter a preocupação de encontrar outros incentivos para que o polícia possa estar em condições absolutas de trabalhar”, frisou.

Ambrósio de Lemos revelou, na ocasião, que a direcção do CPPPN está neste preciso momento a trabalhar no sentido criartodas as condições necessárias para que os moradores da Vila Azul tenham à sua disposição todos os serviços no s0ciais, entre eles, escolas, creches, bancos, clínicas e universidades.

A título de exemplo disse que neste complexo vai se criar um ciclo de ensino constituído por estruturas para acolher as crianças a partir da iniciação, o ensino ao secundário e, por último, um pólo universitário. Este último terá uma capacidade bastante elevada e contará com várias faculdades.

Atendendo a elevada quantidade de efectivos que vivem em condições inapropriadas, este complexo, actualmente habitado por mais de 500 famílias, está a ser ampliado com a construção de 16 edifícios de quatro andares (constituídos por 16 apartamentos), o que fará um total de mil e 24 focos por edifício.

Para reforçar ainda o lote de residências a serem construídas pelo CPPPN, coube ao vice-ministro do Interior, Eugénio Laborinho, a missão de fazer o lançamento da primeira pedra para

a cunstrução de 652 residências sociais de baixa renda para efectivos da polícia Nacional na zona do Zango, município de Viana. Deste lote de casas que serão ergui das num terreno de 30 hectares, prevê-se a entrega de 100 dentro de seis meses aos seus futuros proprietários.

Quanto aos critérios oe venoa oas mesmas, Ambrósio Lemos, explicou que variam em função do tempo de candidatura e da qualidade do serviço prestado pelo efectivo na área em quem está inserida. As residências da Vila Azul estão a ser comercializadas a um preço que ronda os 100 mil dólares e as demais variarãq entre 60 a 80 mil, a serem pagos por prestações. Face à procura de indivíduos não afectos à corporação, prevê-se a venda de 40 por cento das moradias a civís.

Ainda no quadro das comemorações do Dia da Polícia Nacional, o Ministro do Interior, Sebastião Martins, procedeu ainda a inauguração de novas instalações denominadas Unidade Delta, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho ao efectivo da Polícia de Intervenção Rápida (PIR).

6.4 Construção Civil na Política Social dos Estados (2)

Semanário Angolense
03 de Março de 2012

Vimos que os Estados que não elegem a construção civil como plataforma privilegiada para o combate à pobreza e o desemprego correm sérios riscos. O ramo é suficientemente aliciante para países credores, que, como a experiência nos demonstra, não se coíbem de fazer valer as suas posições, tomando-as por vezes como moeda de troca para ajudas financeiras.

Neste mundo injusto em que parece valer tudo, as trocas comerciais e as relações bilaterais em matérias da construção civil e obras públicas sofrem fortes influências no jogo de cedências mútuas, com a disponibilização do «privilegiado sector» como condição para o assecuramento do sucesso das estratégias dos mais fortes.

Angola e todos os demais países interessados na construção civil para obras em grande escala deverão estar preparados para enfrentar a relativa cobiça e o oportunismo dos «grandes» no tocante à reciprocidade de vantagens: o sector da construção civil é gerador natural de postos de trabalho e emprego em quantidades insuperáveis; oferece oportunidades vastas e diversificadas aos cidadãos mais desfavorecidos; embora em pequena escala, gera infalivelmente bolsas de riqueza para os cidadãos mais laboriosos de forma gradual e extensiva. É o sector mais popular depois da agricultura, na criação de grandes espaços de trabalho.

Alguém sentenciou um dia que sem construção não há nada! Fê-lo com justa razão. A construção civil atinge a todos, sem excepção, na indústria, na medicina, no comércio, na saúde, nos serviços, nos desportos, na vida privada dos cidadãos – pela incontornável influência na criação das condições básicas de vida - e em tudo que é primário e essencial para melhorar os indicadores do nosso desenvolvimento socio-económico.

Não deve por isso estar «desimpedido» para atender apetites desesperados dos países pouco solidários com as causas dos povos menos desenvolvidos. Para que isto aconteça, é importante verificarmos se dispomos de espaços livres internamente, orgulhosamente gerados, e que devem ser preservados, para que se possa defender com êxito a causa dos nossos mais necessitados desempregados. Não existe maior riqueza, senão um bom posto de trabalho. O bom carpinteiro ou o ladrilhado r de alta produtividade que não encontra espaço para realizar a sua

profissão, aquele profissional electricista ou serralheiro que vive atormentado pelos receios de um concorrente mais veloz na procura do posto de trabalho, apoiado por acordos pouco virtuosos para a construção civil, perdem as esperanças de um aproveitamento profissional, e tudo isso vai correr em prejuízo da credibilidade nas políticas de fomento do emprego e do combate à pobreza.

Dos erros grosseiros mais evidenciados nas relações bilaterais ou multilaterais entre países com desequilíbrios estruturantes nas suas economias, e neste caso na indústria da construção civil, destaca-se a cedência massiva de postos de trabalho por via das engenharias contratuais que os países mais fortes impõem aos mais fracos. Uma política é socialmente frágil quando não centra o homem no ponto de gravidade situado no cruzamento das diagonais. Quando o homem fica de fora e as obras da construção civil ficam no centro, o que resulta é a massificação do desemprego, da delinquência, da ociosidade, a proliferação da dança como meio recreativo de perdição da juventude, a injeção de bebidas alcoólicas, a realização diligente e efusiva pela juventude de festas com direitos de propaganda televisiva e a violência resultante da frustração pessoal.

Mas quando o homem ocupa o centro e as obras gravitam em torno do volume de profissionais conjugados com os interesses da empregabilidade e da ocupação social, a melhoria da qualidade de vida, o trabalho, o matrimónio feliz, a constituição de famílias seguras, a vida, a alegria de viver e o incentivo à formação académica crescem exponencialmente em direcção à felicidade geral.

Ou seja, quando há emprego e boas remunerações por obra feita, sobretudo quando elas são em grande quantidade como no nosso caso, a juventude já pode sorrir. Mas quando a construção civil não entra nas contas como factor privilegiado de criação de emprego, o seu mundo pára. Os edifícios de referência que vi construírem, em tempos, na cidade de Luanda, quando a capital bateu recordes internacionais em índices de crescimento económico de modo absolutamente esmagador, eram edifícios cujos operários e profissionais da construção civil rondavam a faixa etária dos 20 anos! Eram jovens angolanos.

Nesta época, o ritmo de construção e os padrões de qualidade eram dos mais invejáveis. Angola era para os países africanos vizinhos uma verdadeira pérola. Os pedreiros, canalizadores, ladrilhadores, electricistas, carpinteiros, técnicos de construção (na altura agentes técnicos de engenharia) éramos nós!

Alguns dos engenheiros mais famosos eram igualmente nacionais. A formação no ramo, com a sua consequente aliciante e assegurada ocupação e remuneração, puxava para si centenas de jovens que se matriculavam com o orgulho de virem a pertencer ao grande exército dos construtores.

A construção civil em Angola sempre foi uma área de prestígio acrescentado, mais a mais para aqueles jovens vaidosos que expunham as suas longas réguas Tês, de desenho, e material escolar para serem vistos como futuros construtores, como futuros agentes de engenharia civil ou futuros engenheiros.

Se deixarmos morrer esta vaidade natural na juventude, haveremos de os ver bebendo em cada esquina e em cada sábado, litros de cerveja e a dançar orgulhosamente um bom Kambwa.

6.5 Entrega de Casas Entre os Destaques do 36º Aniversário

Folha 8

03 de Março de 2012

A entrega de 146 residências aos efectivos das província de Luanda e Benguela foi um dos destaques das festividades do 36º aniversário da Polícia Nacional, assim como a inauguração da Unidade Delta da Polícia de Intervenção Rápida e o relançamento da Brigada de Segurança Electrónica. As residências fazem parte do projecto imobiliário do Cofre da Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN) e 138 estão localizados na Vila Azul, à sul de Luanda, e as restantes em Benguela. A diferença registada, segundo explicações, deveu-se à enorme quantidade de filiados em Luanda onde foram entregues 94 moradias de média renda aos oficiais comissários e 44 de baixa renda aos oficiais superiores subalternos.

Na ocasião, Ambrósio de Lemos adiantou que o projecto habitacional enquadra-se nos esforços que estão a ser desenvolvidos pela corporação no sentido de melhorar as condições de vida do efectivo. “Para além do seu vencimento, que pode ou não corresponder com o custo de vida, a corporação tem que ter a preocupação de encontrar outros incentivos para que o polícia possa estar em condições absolutas de trabalhar”, argumentou, destacando as condições sociais dos projectos. “Neste complexo (Vila Azul) vai se criar um ciclo de ensino constituído com estruturas para acolher as crianças a partir da iniciação, o ensino primário, o secundário e por último um pólo universitário. Este último terá uma capacidade bastante elevada e contará com várias faculdades”. Segundo projecto, o complexo,

actualmente habitado por mais de 500 famílias, está a ser ampliado com a construção de 16 edifício de quatro andares (constituídos por 16 apartamentos), o que fará um total de mil e 24 focos por edifício. Destas, perspectiva-se a entrega das primeiras cem (100) casas dentro de seis meses. A direcção do Cofre prevê fazer ainda este mês o lançamento da primeira pedra para a construção de um pequeno complexo habitacional na Lunda Sul, denominado, Micro Vila Azul. Quanto aos critérios de venda das mesmas, Ambrósio Lemos, explicou que variam em função do tempo de candidatura e da qualidade do serviço prestado pelo efectivo na área em quem está inserida. As residências do Vila Azul estão a ser comercializadas a um preço que ronda os 100 mil dólares e as demais variarão entre 60 a 80 mil, a serem pagos a prestações. Atendendo a procura de indivíduos não afectos a corporação, prevê-se a venda de 40 por cento das moradias a civis.

Além dos projectos habitacionais o Cofre de Providência tem outros com destaque para o da construção de uma clínica de referência para atender as preocupações médicas e medicamentosas dos seus associados que, desta feita, aguardam pelo projecto com expectativa. O CPPPN funciona desde 20Q4, faz parte dos destaques do Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional e é presidido pelo comissário Luís Alexandre.

6.6 Construção de habitações sociais decorre de acordo com o previsto

Jornal de Angola
8 de Março de 2012

O projecto de construção de seis mil habitações sociais para funcionários públicos na província do Bié decorre de forma satisfatória, garantiu ontem, no Cuito, o vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, Andrade Adolfo.

Erguidas no âmbito do "Projecto Horizonte", as habitações também vão ser vendidas a jovens empreendedores e licenciados, a preços que variam entre 50 e 65 mil dólares

O vice-governador defendeu a existência de controlo na comercialização das residências, para prevenir eventuais irregularidades no processo de venda.

Em declarações à Angop, após a visita de constatação ao local, Andrade Adolfo garantiu que o projecto, além de melhorar a imagem da cidade do Cuito e dar dignidade às pessoas, está a oferecer muitos empregos aos Jovens.

O "Projecto Horizonte", que está a ser executado pela empresa KoraAngola, prevê empregar nas obras mais 400 jovens, que vão juntar-se aos 150 angolanos que já trabalham no projecto. As residências são do tipo T2, T3 e prédios de até quatro andares.

As primeiras 400 residências serão entregues aos beneficiários no mês de Agosto próximo, segundo garantias da empresas que está a executar a obra. Integrou a comitiva do vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, o director provincial do Ordenamento do Território e Urbanismo e das Obras Públicas,

Emídio Kafuanda. No Bié, a KoraAngola vai erguer e comercializar mil casas no Andulo e seis mil no Cuito. O "Projecto Horizonte" insere-se no Programa Nacional de Habitação e é parte do projecto "Meu sonho, minha casa", executado pelo Executivo. A KoraAngola é responsável pela construção de 40 mil fogos habitacionais, distribuídos nas províncias do Bié, Huambo, Kwanza- Sul, Moxico e Luanda.

6.7 Jogo de Inocência Para Com os Irmãos Gorita

O País
09 de Março de 2012

A família desalojada no Maculusso, que vive actualmente numa cabana de pano, chapa e lona com cerca de metro e meio, na rua Ché Guevara, então município de Luanda, na província com o mesmo nome, desde Novembro de 2011, receberam, Sábado, 3, mais uma visita anónima que lhes prometeu o regresso à casa de procedência, ao lado da qual estão alojados.

Trata-se da quarta presença, em menos de três meses, já que a família desalojada foi visitada por uma delegação em Janeiro e por outras duas em Fevereiro do ano em cmso, das quais não resultou qualquer solução a seu favor, senão o prolongado silêncio, que vai originando outras presenças do género. Embora alimentem alguma fé no efeito positivo desta última vistoria, os irmãos Gorita não escollderam a sua desconflança, fruto da maneira como terminaram as buscas anteriores.

“Não é a primeira vez que alguém vem em, nome do adnllnistrador, governador ou do Presidente da República e se dispõe a resolver a nossa situação, mas todos eles já não dizem mais nada, depois de saberem da história e das pessoas que nos submeteram ao despejo instaurado por um tribunal que consideramos injusto”, lamentou Heliodoro da Silva, o mais velho

dos desalojados, recordando que as três visitas anteriores invocaram-se os nomes de José Tavares e de Bento Bento, administrador municipal e governador de Luanda, respectivamente.

Da conversa que o mais velho dos Gorita teve com o agente do Estado, saltaram à vista a inocência da situação por que passam o entrevistado deste jornal, seus irmãos e alguns sobrinhos por parte dos governantes e a vontade destes de repor a legalidade que ditou o despejo da referida família do Maculusso. “Quando lhe perguntei como se tiuha apercebido da real situação por que passamos há mais de três meses, o oficial respondeu dizendo que estava na comitiva presidencial, que passara por ali com destino às imediações da liga Africana de Amizade de Solidariedade para com os Povos (LAASP), para as exéquias fúnebres do nacionalista e militante do MPLA, Diógenes Boavida, e os mais altos mandatários do país viram a cabana, tendo-os orientado, logo a seguir, para se inteirarem da situação, a fim de a resolverem”, explicou Heliódoro, acrescentando que na base das preocupações dos líderes do Executivo estava a aproximação do período das chuvas, o que, segundo este ouviu do seu interlocutor, poderá tornar a crise dos Gorita numa inquietação da Nação.

Por causa disso, o visitante propôs a Heliódoro da Silva, que revelou na ocasião a sua ocupação de investigador dentro do quadro do pessoal efectivo da Direcção Provincial de Investigação de Luanda (DPIC), para voltarem a errcontrar-se 72 horas depois, portanto na Quarta-feira, 7, dia em que o mais velho dos desalojados diz ter recebido, com bastante agrado, do homem do Governo alguns sinais de que o mesmo e aqueles que o mandataram estavam interessados em chamar a justiça a favor dos Gorita.

“Ele disse-me que seus chefes pediram para nos transmitir calma e acima de tudo muita paciência, porque, se no caminho do processo não constasse um despejo do tribunal, naquele mesmo dia a família desalojada voltaria imediatamente à casa que os viu nascer”, referiu, adiantando que, em tais condições, todo procedimento teiá de seguir os trâmites legais e jurídicos até que se encontrem os erros e, conseqüentemente, os indivíduos envolvidos que fizeram o caso chegar aos contornos actuais.

Com a paciência, que considera de ferro, posta à prova, a julgar pelo tempo de vivência na cabana, Heliódoro ficou a saber, por intermédio do seu interlocutor, que o problema foi encaminhado para o governador da província de Luanda, Bento Bento e para Bento Soito, responsável pela requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga. Entretanto, soube ainda que o representante do Governo para o

caso da sua família deverá aguardar pela ordem de seus superiores hierárquicos; para junto com a sua equipa de trabalho começar a solucionar o caso, que os vizinhos dos sinistrados classificam como sendo mais um que se perde aos olhos de todo mundo.

Zango para trás

A nova intervenção parece ter trazido novamente a asperança ao seio dos irmãos Gorita, que já se descontraem de algumas situações menos agradáveis com sorrisos e determinação, algumas vezes advindos de recordações da vida feita na residência condigna, outras das peripécias por que passaram, para que o processo pudesse chamar à atenção de gente importante.

Nomes como os de José Tavares, Rosa Mícolo, directora provincial da habitação e Joanes André, secretário de Estado para a Construção foram, vezes sem conta, trazidos à tona, até mesmo para lembrar a imposição do então administrador de Luanda de seguir para a zona habitacional do zango, município de Viana.

Vale lembrar que, na altura, José Tavares apresentou a referida proposta com o pretexto de melhor acomodar os Gorita, enquanto decorresse o processo, segundo tinham contado a O PAÍs as vítimas do despejo, que, habituados a histórias do género que acabam em permanência num local temporário, garantiram terem jogado no seguro, ao recusarem a proposta do dirigente.

A solução tinha cobrado aos irmãos Corita uma presença na sede da administração de Luanda, onde, de tempos a tempos, se foram apercebendo do envolvimento de entidades notáveis, como foi o caso do secretário de Estado para a Construção, que teve de minimizar o clima de tensão motivado pela proposta do número um do município mais influente da capital e a recusa dos despejados com a recomendação do caso à Rosa Mícolo, directora provincial da habitação em Luanda, para quem os documentos apresentados provavam a legalidade da família Corita, embora não o tenha declarado na altura da reunião, precisando que se necessitava de tempo para identificar as pessoas que estavam a jogar contra a verdade, recordou Heliódoro Silva.

“Acredito que, depois de tudo isso; deixamos o Zango para trás”, atirou, suspirando de alívio.

O nome do despejo

Entre os órfãos de pai e mãe, hoje relegados para uma cabana adaptada a recursos do meio e da circunstância, o nome da madrastra, Isabel Ricardo

José da Cruz, é apontado como causador de toda tragédia.

Importa referir que a primeira esposa de Ernesto João Francisco Gorita ganhou a compra da casa, em tribunal, no ano passado, o que ditou imediatamente o despejo dos irmãos Gorita, em Novembro do mesmo ano, ao ponto de se fixarem ao lado da casa de origem.

Os advogados da família despejada tinham chamado a atenção das entidades de direito para reverem a documentação da casa em posse das vítimas, que provava a legalidade da propriedade da habitação a favor do pai dos sinistrados.

Repetindo a história do duelo com a madrasta, que contaram a O PAÍS em Dezembro de 2011, os Goritas não se importaram de contar que, em 1992, o seu progenitor se habilitou à compra da casa, através da Lei 19/91 do mês de Maio. “Depois de dois anos, concluiu-se a compra com a recepção do Termo de quitação”, disseram, mostrando os documentos que o provam, para logo a seguir, revelarem que a primeira intenção de Dona Isabel, como é conhecida entre os irmãos Gorita, era a de vender o imóvel e dividir o dinheiro com todos membros da família.

Mas essa proposta nunca foi aceite por parte de seus enteados, que guardavam as recomendações do pai, segundo as quais, a casa serviria a todos os filhos, passando mais tarde para o mais novo de entre eles, no caso, Gilson Gorita, de 21 anos de idade.

A reacção dos irmãos Gorita fez Isabel José Ricardoda Cruz arranjar um advogado, para, na qualidade de primeira mulher, reclamar pela titularidade da residência, uma ambição que terminou com a compra do imóvel, tendo suscitado aos filhos do dono da casa a pergunta como é que uma esposa consegue comprar a casa do seu marido.

Para além da titularidade por compra, algumas versões contadas pela própria em outras publicações davam conta que a mesma tinha sido sobrinha de um indivíduo que trabalhou como mordomo de um colono, tendo herdado a casa deste, passando-a posteriormente para si.

Essa vertente mereceu, na altura, a reprovação de alguns juristas, defendendo que o facto de ter sido empregado de um proprietário, em nenhuma situação conferia o direito de herdar um imóvel, porque, se assim fosse, muitos descendentes de colonos seriam donos de grandes vivendas, localizadas, até no centro da cidade de Luanda.

Advogados tomam novas posições

Contactados por O PAÍS para se debruçarem sobre os novos contornos que vai ganhando o caso Gorita com as novas visitas, os advogados recusaram-se em prestar quaisquer depoimentos, alegando estarem proibidos de falar à imprensa.

Entretanto, este jornal soube de uma fonte muito próxima destes que o procurador encarregue de tratar do processo referente à família despejada se encontra em viagem, uma situação que obrigou os advogados de defesa dos Goritas a tomarem novas posições.

Trata-se de um Aditamento à queixa-crime, que veio em conformidade com a solicitação feita pelos denunciante e lesados no encontro ocorrido na sede da Procuradoria Geral da República a 9 de Novembro de 2011.

Alguns juristas explicaram que o Aditamento é um documento jurídico que acresce insuficiências ou ilegalidades havidas num processo já denunciado.

Vale lembrar que, no penúltimo mês de 2011, os advogados de defesa já haviam concluído que o acórdão da 3ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (TPL) incorrera em dois erros graves. O primeiro tinha a ver com o facto de o próprio Estado ter vendido uma só residência por duas ocasiões e a duas pessoas diferentes, nomeadamente a ErnestoJoão Francisco Gorita, o pai dos desalojados, em 1993, e a Isabel José Ricardo da Cruz, a primeira esposa e madrasta das vítimas do despejo, há menos de ano e meio, o que, no entender dos peritos em matéria de Direito, que invocam a lei em vigor, constitui burla por defraudação.

Já o segundo questionava como era possível o processo, que desembocou no despejo executado dos herdeiros da casa, ter durando menos de sete meses, quando a diligência do expediente implicava a venda, o cadastro do referendo na Conservatória do Registo Predial ou à Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado (CNVPHE) e outros procedimentos que, na ocasião, os defensores preferiram não mencionar.

O Aditamento à queixa-crime que chegou a redacção deste semanário coloca em relevo os documentos emitidos em fraude à lei, nomeadamente o Despacho da CNVPHE que aprova o processo de compra e venda do imóvel, o Guia de pagamento da casa, bem como o Termo de quitação número 158/09, conforme consta no ponto três do referido documento, que deu entrada à Procuradoria Geral da República a 28 de Fevereiro de 2012.

Dirigido ao Procurador da República, a nota coloca os denunciante e lesados a requererem que seja requisitado à Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado o processo que deu origem à compra feita por Isabel Ricardo José da Cruz, citada no ponto um do aditamento como a pessoa sobre quem recai essencialmente a suspeita da prática de actos criminosos denunciados, uma responsabilidade que não põe de parte funcionários colocados na CNVPHE, cuja identificação pode ser aferida através de documentos emitidos em fraude à lei, como faz referência o ponto dois do documento datado de 23 de Fevereiro de 2012.

Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

6.8 Comissão Estuda Acesso às Novas Centralidades

O País

09 de Março de 2012

Manuel Vicente coordena a Comissão Ad-Hoc que irá estudar e monitorar aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades, com vista a criar as condições para o acesso pelos interessados, refere uma nota da Secretaria de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República.

Fazem parte da comissão, além de Manuel Vicente, ministro de Estado e da Coordenação Económica, e integra os ministros das Finanças, do Urbanismo e Construção e outras entidades. Num outro despacho, o Presidente da República cria um grupo de trabalho para dirigir o processo de elaboração de um estudo diagnóstico sobre a organização, regulação e supervisão dos mercados de seguro, resseguro e fundo de pensões.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu igualmente à nomeação de António Resende para o cargo de Vice-Governador da Província de Luanda para a Área Técnica e Adriano Mendes de Carvalho para o cargo de vice-governador da província de Luanda para a Área dos Serviços Comunitários.

Por outro lado, procedeu também à nomeação de Francisco Fato para o cargo de vice-governador da província do Huambo para o Sector Económico e Guilherme Tuluca para o cargo de vice-governador da província do Huambo para o Sector Político e Social, tendo exonerado Henrique David Deolindo Barbosa do cargo de vice-governador da província do Huambo para o Sector Económico e Lotty Nolika

do cargo de vice-governador da província do Huambo para o Sector Político e Social.

O Presidente da República exarou também decretos presidenciais referentes à organização administrativa da província de Luanda, tendo em conta a constituição do município de Luanda, como órgão desconcentrado da Administração Local do Estado, com estatuto próprio e autonomia administrativa financeira e patrimonial.

Por essa razão, segundo uma nota da Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, distribuída em Luanda, o diploma define os distritos urbanos que compreendem a cidade de Luanda, que são os distritos urbanos da Ingombota, da Maianga, do Kilamba Kiaxi, do Rangel, da Samba e do Sambizanga.

O diploma em apreço precisa que os distritos urbanos podem organizar-se em bairros, estes em zonas e as zonas em quarteirões e são dirigidos por um administrador. Entretanto, um outro decreto presidencial estabelece o regime de relacionamento entre o Governo da Província de Luanda e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda enquanto se criam as condições administrativas e técnicas para a implementação do quadro legal aprovado.

a decreto estabelece que o governador provincial de Luanda é a autoridade máxima da província, a quem compete dirigir a actividade administrativa dos órgãos sob a sua jurisdição a diploma, por outro lado, fixa as competências da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que procede à gestão do OGE afecto à Cidade de Luanda, dos investimentos em curso na cidade, dirigindo e orientado a actividade dos órgãos e serviços da Comissão Administrativa dos demais órgãos dos serviços municipais.

Compete também à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia das diferentes repartições sob a sua dependência. Contudo, excluem-se das competências da Comissão Administrativa de Luanda as áreas que, de acordo com os diplomas específicos, estejam afectas às empresas ou institutos públicos de âmbito provincial ou central.

O referido grupo de trabalho é coordenado por Aguinaldo Jaime e integrado por Fernando Jorge Júlio de Aguiar, Fernancló Bráulio dos Santos Lima, Maria Carlota de Jesus Van-Dúnem Sungo do Amaral e Silva. a grupo de trabalho deve funcionar em estreita colaboração e coordenação com o Instituto de Supervisão de Seguros.

6.9 Comissão avalia as obras

Jornal de Angola
9 de Março de 2012

Uma delegação da Comissão Nacional de Monitoria do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza esteve ontem no município do Cubal, província de Benguela, onde visitou vários projectos económicos e sociais já concluídos e em fase de execução.

Chefiada pelo vice-ministro da Comunicação Social, Miguel de Carvalho, inteirou-se da construção de um posto médico na povoação de Marco de Canavezes, na sede do município.

Ainda na sede do Cubal, a Comissão inteirou-se da construção de 13 salas do ensino primário.

Na comuna do Tumbulo, foram visitadas obras do projecto "Água para todos", com o fontanário e filtros de água já em funcionamento, que abastecem cerca de cinco mil consumidores.

A delegação manteve, na sede do município, um encontro com os membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social. No encontro, foi realçada a importância do programa e o seu impacto no seio das comunidades.

Na ocasião, Castelo Branco, membro da Comissão Nacional de Monitoria do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza pediu maior colaboração das administrações na busca de soluções para melhorar a qualidade de vida nas comunidades.

O responsável garantiu que existem outras acções que vão reforçar o combate à pobreza e melhorar as condições de vida das populações.

6.10 Presidente Visita Lunda Norte

O País
09 de Março de 2012

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, cumpre hoje uma visita de trabalho à província da Lunda Norte. Na província, o Chefe de Estado irá constatar o andamento dos projectos de desenvolvimento para a região.

No âmbito da visita, noticia a Angop, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, inaugurou nesta Quinta Feira, no Dundo, uma casa protocolar do governo da província da Lunda Norte, erguida numa área de 2.500 metros quadrados.

A obra, orçada em cerca de dois milhões de dólares, foi construída de raiz e possui uma suite presidencial, áreas de serviços de apoio, entre outras.

Nova centralidade do Dundo em conclusão.

A primeira fase nova centralidade do Dundo, com 419 edifícios, que totalizam 5004 apartamentos, está já em fase de conclusão, devendo ser entregue, na sua totalidade, até Setembro deste ano.

A informação foi avançada, nesta Quinta Feira pelo presidente do Grupo Pan-china, construtora do projecto, Wang Pade, em declarações à Angop, assegurando que em Maio serão entregues os primeiros mil e 600 apartamentos.

Wang Pade, que se encontra na Lunda Norte para constatar o andamento das obras, disse que o ritmo do andamento das obras é bom, estando já concluídas as estruturas de todos os edifícios, alguns dos quais já beneficiaram de acabamentos.

Garantiu que serão cumpridos os prazos para a entrega da obra, estando a decorrer a fase de acabamentos e asfaltagem das estradas.

No bairro Sarnakaka, arredores da cidade do Dundo, ergue-se a nova centralidade que vai transformar a antiga vila mineira do Dundo numa cidade na verdadeira acepção da palavra. A mesma enquadra-se no programa nacional de habitação traçado pelo Executivo central.

A actual cidade foi herdada da desanexação da antiga Lunda, em 1978, transformando-a numa nova província que perdeu, entretanto, as infraestruturas que caracterizam uma cidade para Saurirno, urbe que saiu beneficiada.

Iniciada em finais de 2009, cidade de Samanyonga, como será conhecida, estão a ser erguidos 419 edifícios, compostos por cinco mil e quatro apartamentos, para além de um hospital para 95 camas, uma creche com 24 salas e uma escola para mil e trezentos alunos.

Os prédios de cinco, oito, nove, onze e 18 pisos serão compostos por apartamentos de T5, T4 e T3.

Quando estiverem concluídas as quatro fases da empreitada, a centralidade terá cerca de 20 mil apartamentos. O trabalho envolve dois mil e 375 chineses e cerca de mil e 900 angolanos, alguns dos quais já ocupam cargos de destaque, como de operadores de máquinas, soldadores, entre outros.

6.11 Lesados do «Bem Morar» Indignados Com Comunicado da Build Angola

Semanario Angolense
10 de Março de 2012

Cientes do Projecto Habitacional Bem Morar, cujas obras se encontram paralisadas há largos meses, estão indignados com o teor de um comunicado que a direcção da Build Angola fez publicar no passado sábado, 03, no semanário Folha 8.

Em contacto com este jornal, alguns dos supostos lesados disseram que o comunicado em causa constitui um «embuste», feito no sentido de «apagar» a imagem negativa referida empresa obteve junto da opinião pública, depois das denúncias de sucessivos casos de burlas.

Dizem ter sérias dúvidas de que o comunicado, embora escrito num português acentuadamente abasileirado, tenha sido elaborado pelos expatriados Paulo Sodré e Paulo Marinho.

As suspeitas, segundo eles devem-se ao facto de os responsáveis da referida empresa «terem há muito deixado de dar o rosto» e de estarem a usar determinadas pessoas para lhes darem cabere, tura.

«Se eles fossem honestos, não hesitariam em dar a cara, conversar com os clientes, a invés de, recorrerem a intermediários para fazerem passar a sua mensagem. Não temos a mínima dúvida de que eles são burladores, porque se assim não fosse, eles teriam os escritórios abertos e os telefones em funcionamento», denunciaram.

Pairam também suspeitas quanto à autenticidade do documento publicado pelo Folha-8, visto que o mesmo não tem estampado nenhum carimbo ou selo da Build Angola.

Na óptica dos visados pela alegada burla, o comunicado, «longe de esclarecer as verdadeiras razões que estiveram na origem do fracasso do “Bem Morar”, serviu mais para atirar areia aos olhos dos clientes».

«Eles querem dar um calmante à malta que meteu o dinheiro nesse projecto, mas que dificilmente terá o seu “kumbu” de-volta», disseram as fontes do SA.

Embora o comunicado faça alusão a uma nova administração à frente do projecto, não faz, no entanto estranhamente, nenhuma referência às causas que levaram ao afastamento da anterior gestão.

«Sabemos que é difícil a situação, temos noção de que ela foi criada por nós, face a uma gestão que prejudicou o acabamento atempado das obras, mas ainda assim acreditarmos, que somos, nesta hora, a chave para solução deste intrincado problema, que lesa os interesses, não só dos nossos clientes, como da imagem do grupo», lê-se no comunicado, no qual a Build Angola aparenta assumir a sua mea-culpa.

Num aparente paradoxo, já que deixa no ar a dúvida sobre se o insucesso do projecto ficou-se a dever a uma suposta má gestão dos brasileiros ou aos clientes que não honraram os seus compromissos, o comunicado diz que «ao longo de todo o ano 2011, e que durante esse tempo, por insegurança, os clientes foram deixando de cumprir com seus pagamentos».

Como consequência disso, a Build Angola reconhece que a sua «carteira de recebimento atingiu um valor de inadimplência que, caso não existisse, todos os empreendimentos estariam em ritmo normal de obras».

Dirigido aos seus «estimados clientes, entidades judiciais e governativas e aos bancos e fornecedores», o documento, com data de 28 de Fevereiro, refere que a nova administração da Build Angola terá já adquirido «o direito de superfície e com registo muitas áreas para os empreendimentos».

Numa tentativa de tranquilizar os clientes, revela, mais adiante, que, «não faria sentido a nova administração da Build Angola abandonar ou fugir do país, quando tem ativos bastantes que, colocados no mercado representam mais-valia».

O comunicado diz também que a empresa em causa está «a envidar, face aos atrasos, esforços no sentido de se capitalizar com a venda de uma parte dos seus ativos, que superam em larga escala o passivo atualmente existente com os seus clientes e alguns fornecedores».

O controverso documento dá ainda a conhecer que os interesses da Build Angola em Angola serão doravante «representados em todos os atos pelo escritório de advogados WTMA & Associados», que, segundo se apurou, tem à testa o advogado e jornalista William Tone.

Consta que, há três semanas, o referido advogado foi escorraçado por alguns clientes do «Bem Morar», por, segundo eles, estar a defender causas lesivas ao interesse nacional.

As tentativas de colher a versão dos expatriados brasileiros não foram bem-sucedidas, visto que Paulo Sodré, um dos mais conhecidos rostos do projecto,

tinha até ao fecho da presente edição o seu telemóvel desligado.

Ricardo, um outro cidadão brasileiro, entendeu dar um «baile» ao articulista desta matéria. Depois de o jornalista lhe ter lhe explicado ao que ia, disse que não era pessoa visada. Prometeu, contudo, que tudo faria a fim de manter o contacto entre o seu compatriota e o articulista, alg-ü que não aconteceu até ao fecho da presente edição, nesta quinta-feira, 08.

6.12 Falcone e Jes de Costas Viradas

Folha 8

10 de Março de 2012

Zanga entre compadres

A situação da cidade do Kilamba apresentada como uma rande obra do executivo de José Eduardo dos Santos, parece cada vez mais difícil. Primeiro, o facto de não poder ser enquadrada no sistema de financiamento bancário, pelos valores de custo dos apartamentos, que excedem os USD 60.000,00 (sessenta mil dólares) estipulados por lei e que seriam esses sim uma garantia de segurança das instituições financeiras, na concessão de empréstimos aos potenciais interessados.

Segundo e este parece o mais intrincado, está relacionado ao facto de ainda não ter sido possível o executivo JES, chegar a um acordo definitivo com Pierre Falcone, o principal investidor do projecto.

As negociações não parecem estar no bom caminho devido os valores em causa e a introdução de dados novos, por parte da equipa negocial presidencial.

Uma fonte de F8 disse que o imbróglgio reside no facto de JES ter lembrado ao amigo traficante de armas francês que “deveria descontar parte dos valores adiantados pelo governo angolano aquando da sua prisão em Paris, avaliados em mais de 60 milhões de dólares, utilizados nos pagamentos de cauções e honorários dos advogados, numa altura em que este tinha todas as suas contas bancárias bloqueadas”.

De qualquer modo, a ser verdadeira, esta versão dos factos dá todo o sentido à salganhada infanto-juvenil das hesitações do Estado no que toca ao preço das casas, e, a partir daí, passaria a ser facilmente compreensível que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos não soubesse o preço das habitações, na medida em que se trata de um projecto público-privado, quer dizer, como o governo quer

ficar com o mesmo, terá agora de negociar com Pierre Falcone.

E é aqui que a porca torce o rabo, pois as negociações para a venda do projecto de Falcone não parece estarem a ser pacíficas com a nossa fonte, e outras mais, a garantir que o ex-traficante franco-angolano teria pedido pela sua intervenção um montante a rondar os USD 8.000.000.000,00 (oito biliões de dólares), que estarão na base do aumento do preço de USD 60 para mais de 125 mil dólares a que estão a ser vendidos os apartamentos.

Ora esse montante, pedido pelo francês, é muito superior ao que Dos Santos acha justo pagar por esse projecto imobiliário. E, segundo parece, a discórdia é tão grande que os amigos correm o risco de virem a ser futuros inimigos. Nesta hipótese, entram em jogo amigos ocasionais de Angola e desses dois amigos, tentando evitar um desaguisado entre os dois homens, no qual quem tem mais a perder pelo menos uma parte do penacho que transporta é JES, pois o traficante francês hoje é detentor de muitos segredos de Estado.

E a maka das contas a pôr em perigo uma jubilosa, exemplar e linda amizade, levando bocas a se meterem num trombone, a dizer que, por causa delas Pierre Falcone, está mesmo de costas viradas com o Amigo - Presidente e disposto a assumir as últimas consequências em defesa dos seus interesses, alegadamente legítimos, tanto que, mantém-se no seu imponente escritório em Pequim, capital chinesa e não vem a Angola a um bom par de meses.

Recorde-se por outro lado, que Falcone foi o traficante das armas que permitiram José Eduardo dos Santos, apertar o cerco e eliminar fisicamente, em combate, Jonas Savimbi, no dia 22 de Fevereiro de 2002, nas chanas do leste, pondo fim ao conflito militar entre o governo e a UNITA/Militar. Uma crise real, dado os valores em disputa, poderá fazer com que uma das partes e, sabe-se qual será, venha a público colocar “as fezes na ventoinha” e espalhar a engenharia como conseguiram romper as barreiras das sanções e de embargo internacional de compra de armas e a forma como elas foram transportadas do exterior até os portos e aeroportos angolanos.

Muitos países receberam, segundo a fonte do F8, chorudas comissões financeiras, para fecharem os olhos, deixando transitar pelos seus portos e aeroportos os armamentos dirigidos a Angola, em operações maquinadas pelo traficante francês.

Outro ponto que é uma granada descavilhada na mão é a forma, como o francês Falcone e o russo Gaidamak, conquistaram sem aprovação da As-

sembleia Nacional os passaportes diplomáticos, sem que tenham alguma vez organizado um processo pessoal e formulado a intenção de serem cidadãos angolanos.

Questão não menos sensível prende-se com a forma que Dos Santos o nomeou embaixador de Angola em Paris junto da UNESCO, quando contra ele já pendia um mandado internacional de captura e um processo judicial em Paris, em que era acusado como traficante de armas, de fuga ao fisco, corrupção activa de membros do governo gaulês e promotor do trânsito de armas para o regime de Angola, através do território francês.

Recorde-se ainda ser possível justificar como, na primeira vez, o gabinete de José Eduardo dos Santos pagou uma caução de 10 milhões de dólares levados à mão em malas por agentes da Secreta Angolana. Isto sem esquecer que desde o início desta “business story” a Sonangol teria desembolsado mais cerca de 50 milhões para a defesa da causa Falcone.

No fundo, é uma pena que, por umas centenas de milhões de dólares, talvez um bilião ou pouco mais, tão frutuoso negócio capote por razões tão “pequeninas”!

Falcone havia conseguido um grande financiamento para a construção da cidade do Kilamba, ainda antes da sua prisão em Paris e o projecto ainda assim, foi crescendo, crescendo e, com a ajuda dos chineses, os preços também. Aí é que está o mal, pois, na sua conclusão final, nem ele conseguiu implantar o que se propunha em termos imobiliários, nem JES pôde viabilizar o projecto e as desavenças começaram em função dos valores que um pede e o outro acha exagerado.

O mais engraçado, embora não tenha graça nenhuma, é que todo esse kumbu em disputa entre os “grandes compadres das armas” é do autóctone Mwangolé, que continua votado ao abandono e discriminação institucional!

De notar no que toca a este ponto preciso a necessidade de transcrevermos a opinião de um reputado economista da nossa praça, quando nos instou a reparar, portanto, que quase tudo o que o Executivo fez foi show-off, condomínios de luxo aos pontapés por todo o sítio, estádios e meia-dúzia de infra-estruturas para a CAN de 2010 e projectos imobiliários faraónicos, dentre os quais se destacam os da centralidade do Kilamba e o faustoso plano da futura zona ribeirinha do Futungo e do Benfica.

Entretanto, no que toca ao bem-estar individual das pessoas, este atingiu o fundo do precipício qualquer

coisa como 10 à 20% das populações de Cabinda ao Cunene. Praticamente nada claro e tudo escuro.

A HISTÓRIA DO KILAMBA

A finalização da primeira fase do secretíssimo projecto da centralidade do Kilamba, que deixou toda a gente banzé perante a grandiosidade do empreendimento, foi inaugurada a 11 de Julho de 2011 pelo presidente da República, num alarde de enorme orgulho pelo trabalho realizado.

Segundo José Eduardo dos Santos, essa monumental empreitada propulsava Angola para os píncaros da , capacidade de governação das mais ufanas sociedades do planeta!

Ora o que acontece é que hoje estamos na situação inversa, de inépcia flagrante, grandiosa mas só para “Inglês ver”, mais nada. Começemos pelo princípio.

A cidade do Kilamba tem sido um mistério desde que saiu da cabeçorra do ou dos que o conceberam. Como referido, a obra foi inaugurada com pompa, circunstância e opulentos arrotos de vaidade, tendo JES nessa altura anunciado que os preços das residências desse complexo urbanístico não ultrapassariam os 60 mil dólares, o que levou ao rubro a chamada da velinha angolana da esperança que nunca se apaga.

Infelizmente, logo a seguir à festa da inauguração foi constatado um “senão” na bela obra, um facto curioso: JES, que durante a festa tinha dito sessenta mil dólares por casa, passado algum tempo disse ao seu povo que era preciso pacientar pois ainda não se sabia exactamente o valor a que elas seriam vendidas.

ESTRANHO, NÃO?

Muito estranho, mesmo, pois se aLguém com altas responsabilidades de Estado, responsável e gesto r das suas contas, aprova projectos e não sabe, depois da inauguração dos mesmos, a que preços eles podem ser comercializados em favor do povo que lhe dá os votos, a estranheza transforma-se em desconfiança. Deve haver gato, e as pessoas começam à procura do rabo do bichano! ...

Procura aqui, procura dali, a investigação levou-nos até ao previsível encontro com o já incontornável fazedor de altas negociatas, Pierre Falcone, também conhecido desde então pelo cognome de “Senhor China”, pois, segundo a nossa fonte, foi pelas suas mãos que, na fase crítica das negociações do crédito “chinês”, Angola pôde obter dos cofres desse país asiático, após convencimento, os biliões que serviram de incremento aos faraónicos projectos de JES. Este cidadão franco-brasileiro e também de nacionalidade

angolana, obtida ilegalmente, diga-se, porque o processo não respeitou os trâmites legais nem a aprovação na Assembleia Nacional, mas a vontade de Dos Santos, pôde penetrar, num repentino Lavamento da sua imagem, nos mais secretos corredores do poder e das Finanças.

Falcone, depois de ter ajudado o seu amigo angolano com as armas que ocasionaram a derrota de Jonas Savimbi e da UNITA-Militar, propôs nova ajuda, neste caso económica, lançando mãos a um megalómano projecto, que numa primeira fase, pasme-se, envolveria um financiamento avaliado em mais de 1.500 milhões de dólares (um bilião e quinhentos milhões de dólares), constituindo um dos maiores empréstimos chineses a um investidor privado.

Carecendo apenas da aprovação das autoridades angolanas, Falcone, obteve a garantia bancária de JES, antes mesmo de ter ido para a França, onde viria a ficar preso por cerca de dois anos, sem que, no entanto, o programa parasse, uma vez já ter terreno disponibilizado a preço de saldo para o tal mega projecto urbanístico aprovado, pela Presidência.

Esse projecto era, e é, precisamente, o da centralidade do Kilamba Kiaxi! Com todos os preliminares na mão, o homem trouxe não só o dinheiro, como ainda as empresas chinesas para começarem a corporizar aquela que passou a ser a maior empreitada habitacional de todos os tempos em Angola, cuja finalidade foi a de testar a parceria público/privada, entre Falcone/JES, visando transformar em realidade o seu sonho de um milhão de casas.

Conclusão, a cidade do Kilamba apresentada como exemplo de solução, não passa de um bluff, uma ousada jogada de poker a tapar a não construção em 4 anos de um milhão de casas.

Quer dizer, o Executivo realizou o que tem por hábito fazer para esconder as suas falhas ao aderir a um projecto de Pierre Falcone com um financiamento chinês. Mas agora, no final de contas, o Estado quer serenamente abocanhá-lo e o facto de ainda não o ter feito, deve-se à contingência de não se ter finalizado as negociações com o dono do projecto, o traficante de armas francês!

É uma vergonha. Depois de ter sido anunciada há quase um ano, a cidade continua desabitada, com as suas corujas e abutres, os gatos e umas boas ninhadas de ratos, numa clara demonstração de má gestão presidencial.

Estas foram as informações que chegaram à Redacção do F8, vindas da mesma fonte que permitiu

ao nosso bissemanário avançar pormenores que nunca foram desmentidos sobre o caso do “Angolagate”. Trata-se de um fonte segura e credível.

Seria bom que as estas revelações aqui noticiadas se seguisse seja uma confirmação oficial, seja uma denegação devidamente justificada e com provas irrefutáveis. Até hoje, nenhum desmentido chegou ao nosso conhecimento, portanto, o que aqui referimos só pode ser consentâneo com a realidade.

6.13 Primeiros Apartamentos São Entregues em Maio

Jornal de Angola
10 de Março de 2012

Os primeiros 1.608 apartamentos da nova urbanização no Dundo começam a ser entregues à população em Maio, segundo informações avançadas ontem, durante a visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao empreendimento.

O projecto prevê a construção, até Setembro, de 5.004 apartamentos e três edifícios públicos. Até 2020, a urbanização terá 20 mil apartamentos. Estão concluídos os trabalhos de fundação de 405 edifícios e estão implantados mais de 300 edifícios, com estruturas de alvenaria concluída, aguardando apenas por acabamentos.

Anova urbanização inclui outras infra-estruturas sociais e económicas, como um hospital com 92 camas, uma escola para 1.350 alunos, infantário com 24 salas, bombas de combustível, supermercados e posto policial.

O projecto está implantado numa área de 116 hectares e vai contar com 26 quilómetros de asfalto, redes de abastecimento de água potável e energia eléctrica, e drenagem das águas pluviais. Para minimizar as enormes dificuldades de abastecimento de vários materiais de construção, tendo em conta a distância que separa a Lunda Norte do litoral do país, sobretudo Luanda, foram edificadas no local fábricas de processamento de areia e produção de blocos, manilhas de betão, asfalto e vários laboratórios de controlo de qualidade.

No local, foi também construído um centro de captação de água, com capacidade para abastecer a obra e garantir o consumo dos cerca de três mil trabalhadores de nacionalidade chinesa que asseguraram as diferentes áreas técnicas do projecto. A obra garante emprego a mais de dois mil angolanos, após receberem formação profissional. A energia eléctrica é garantida por 27 geradores de 250 a 5 400 kva.

A construção da nova urbanização é da responsabilidade da empresa chinesa Pan-China.

Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.
Corpo do texto. Corpo do texto.

6.14 Regime Demolidor Desaloja Mais 54 Famílias

Folha 8

10 de Março de 2012

A direcção da Socipesca, capitaneou a brutal acção de despejo, com as máquinas demolidoras, insensíveis ao clamor de crianças, mulheres e velhos, que imploravam pelos seus poucos pertences e ainda a indicação de um tecto condigno, nesta altura do campeonato, em que as crianças começaram o ano lectivo e uma mudança de residência causará sérios transtornos.

Mas esta situação colhe apenas a insensibilidade do regime, por ser a sua imagem de marca, quanto a colocar autóctones pobres ao relento, devido a venda do terreno, quando a maioria está ligada a Empresa Socipesca desde 1975.

SE os trabalhadores nunca foram indemnizados e contavam que a sua fixação no local cobria essa falha, não conseguem perceber, como depois dos cofres receberem a entrada de milhões de dólares, os antigos directores, a maioria ligada ao comité provincial do MPLA, não acautelaram uma solução pacífica e honrada para acomodação destas 54 famílias, que envolvem mais de quinhentas pessoas.

F8 esteve no local e ouviu o lamento das pessoas, cuja porta de saída é o desterro para a tórrida e desértica localidade denominada Somália, situada entre o antigo aeroporto e o deserto, uma zona sem água, luz, transportes, postos de saúde e escolas para receberem as centenas de garotos, que precisam de continuar a estudar. É a típica moda de um governo, cuja característica mais próxima é neocolonial e não democrática, pois trata os negros piores que cães, duvidando-se se os colonos, fariam pior. Basta ver que para alguém sair deste campo de concentração terá de percorrer cerca de 18 quilómetros, o que para os kandengues é muita distância diariamente.

Portanto, estas pessoas juntam-se ao já numeroso exército de esbulhados e discriminados, que vêm ao longo dos anos sofrendo as agruras do deserto, das enxurradas e sem condições humanas. Estão atiradas a sua sorte, enquanto os novos ricos do regime, visam apenas o lucro e o governo local fala de falta de verbas para apoiar socialmente os mais carentes.

“Tenham pena dos mais velhos e das crianças, partiram as nossas casas sem nos avisar porque? Será que já não somos angolanos”, interroga o ancião, José Cavonguelua de 78 anos de idade, natura de Caconda e trabalhador daquela empresa desde 1973.

Que as pessoas face as estas políticas se decidam penalizar o regime, nas eleições, este não se preocupa, pois os cidadãos vão ou não votar, os seus boletins, em função da fraude vão a mesma parar nas contas do partido no poder o MPLA.

O administrador do município do Narnibe, Armando Valente disse que os trabalhadores negociaram mal com a entidade patronal, mas o governo local providenciou terrenos para aquela população e os direitos de superfície foram pagos pela entidade patronal.

Armando Valente, garantiu ainda que vai desencadear um processo de averiguações que visa apurar a veracidade sobre o cumprimento ou não dos compromissos assumidos por parte da entidade patronal em relação as 54 famílias. No encontro preliminar em que estiveram frente-a-frente, ou seja o representante da empresa Socipesca, João Cabinda e os antigos trabalhadores, acordaram que a empresa iria atribuir vinte chapas de zinco a cada uma das famílias e um montante em dinheiro, para permitir que cada um dos visados possa erguer a sua residência. Uma típica negociação para os negros, pois fosse com estrangeiros e em nenhum momento colocariam estas condições, que envergonham o próprio programa do MPLA, que tinha um forte pendor social, mas transformou-se em forte pendor monetarista, insensível e corrupto.

“Fomos apanhados com as calças nas mãos”, lamentou o administrador Armando Valente que diz da parte da Administração e em resposta ao pedido da entidade patronal dirigida ao Governo da Província, procedeu-se ao loteamento de terreno e distribuiu-se as 54 famílias, depois de a entidade patronal ter pago o direito a superfície no valor de 18 milkwanzas cada um dos cinquenta e quatro terrenos de 40/20.

«A Chicoil, por exemplo, quando manifestou a necessidade de construir o Hotel Chik-Chik, entrou em negociações com as famílias que viviam ao redor do hotel Moçamedes, solicitou terreno ao governo da província para a construção de casas para as pessoas, o governo da província fez baixar o despacho e nós cumprimos, distribuímos o terreno solicitado, construíram-se as casas e procedeu a entrega a população. alvo, mas agora penso que os visados falharam ao negociar», enfatizou, o administrador. João Cabinda, representante da Soci.pesca, empresa

que vendeu os terrenos a terceiros e demoliu as casas dos trabalhadores, recusou-se a falar a nossa reportagem.

Soube-se no entanto de fonte segura que um grupo de ex-governantes da província do Namibe, na década 80, ficará com estas instalações, sem contudo terem feito quaisquer benfeitorias. “Algumas pessoas desalojadas trabalham nesta empresa desde 1975, quem afinal olha por nós quando o governo e o MPLA nos empurraram para o deserto, onde só há cobras e lacraus? Pelo menos que criassem lá as mínimas condições”, lamenta Josefina Tchilombo de 61 anos de idade, viúva de antigo pescador, ligado à empresa.

A pequena Francisca Jovita Jambela tem 15 anos de idade estuda a 6ª classe e teme que com esta mudança da Praia Amélia para a localidade denominada Somália, não consiga percorrer 18 quilómetros/dia, a pé. «Além de mim, temos estes colegas alguns com 9 a 11 anos de idade, como é que vamos percorrer todos os dias a pé 18 quilómetros», questionou.

6.15 Família ao Relento por Culpa da Requalificação no Cazenga

Folha 8

10 de Março de 2012

A família em causa era moradora da residência 2666 que se encontrava defronte a Vala do Suroca, no município do Cazenga e tal como outras da zona foi demolida em virtude do Programa de Requalificação do Cazenga.

Após as referidas demolições, os moradores foram transferidos para o Zango III, mas por alguma falha no processo a família de Fernando Miguel Katabe não foi contemplada por supostamente não constar na lista das moradias demolidas. Ou seja, continua no Cazenga, mas ao relento como consequência da demolição da sua residência.

A família em causa conta que foram orientados a remover a mobília pela equipa da Unidade Técnica de Saneamento do GPL e assim fizeram. A residência foi, seguidamente, demolida, mas a foi impedida de subir aos meios de transportes que estavam a transportar os moradores para o Zango. Depois de alguns dias ao relento, a família decidiu ir por meios próprios ao Zango mas sem sucesso.

Desta feita, continua a viver a mesma dificuldade, mas, desta vez, no Zango. “Estou a dormir na rua com a esposa e os sete filhos e nem se prontifica a resolver a minha situação”, desabafou Fernando

Katabe. Como consequência da referida situação, reclama, perderam grande parte dos bens como são os casos dos “cadeirões, panelas baldes, lençóis e outros”. O Departamento de Unidade Técnica de Saneamento escusou-se a falar do assunto.

6.16 PR determina regras para venda de casas

Semanário Factual

De 10 á 17 de Março

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, destinou um despacho presidencial que cria uma Comissão Ad-hoc, com a finalidade específica de estudar e monitorar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades, com vista a que sejam criadas condições para o acesso aos imóveis pelos interessados.

A referida comissão é coordenada por Manuel Domingos Vicente, ministro de Estado e da Coordenação Económica, e integra os ministros das Finanças, do Urbanismo e Construção e outras entidades.

Noutro despacho, Dos Santos cria um grupo de trabalho para dirigir o processo de elaboração de um estudo diagnóstico sobre a organização, a regulação e a supervisão dos mercados de seguro, resseguro e fundo de pensões.

O referido grupo de trabalho é coordenado por Aguinaldo Jaime e integrado por Fernando Jorge Júlio de Aguiar, Fernando Bráulio dos Santos Lima, Maria Carlota de Jesus Van-Dúnem.

O grupo de trabalho deve funcionar em estreita colaboração e coordenação com o Instituto de Supervisão de Seguros.

6.17 Governo provincial satisfeito com projecto de urbanização Artigo

Jornal de Angola

12 de Março de 2012

O vice-governador para área Técnica e Infra-Estruturas da província do Bié, Andrade Adolfo, está satisfeito com andamento positivo do "Projecto Horizonte", destinado à construção de seis mil casas na cidade do Cuito.

Após uma visita ao local, o vicegovernador sublinhou que o governo continua a trabalhar com a empresa Kora-Angola, para que, após a conclusão das

habitações, se dê prioridade à obtenção da casa própria aos funcionários públicos.

O vice-governador frisou que o Governo Provincial e colaboradores têm de aperfeiçoar-se, ao monitorar o processo de comercialização das habitações, para prevenir eventuais cedências irregulares de casas.

Além dos funcionários públicos, constam nas prioridades os jovens empreendedores e quadros licenciados. Andrade Adolfo disse que o preço da venda deve oscilar entre os 50 e os 65 mil dólares.

O vice-governador informou que o projecto, além de melhorar a imagem da cidade do Cuito oferece muitos empregos aos jovens. O "Projecto Horizonte" prevê empregar 550 jovens.

A Kora-Angola vai erguer e comercializar mil casas no município Andulo e seis mil no Cuito.

O "Projecto Horizonte" insere-se no Programa Nacional de Habitação "Meu Sonho, Minha Casa" do Executivo.

A directora de marketing da construtora Kora-Angola, Lídia Santos, garantiu o comprometimento da empresa com os prazos estabelecidos para a construção das seis mil habitações na cidade do Cuito e de outras mil no Andulo, 130 quilómetros a Norte da capital provincial do Bié.

Lídia Santos sublinhou que os trabalhos iniciados em 2011 se encontram em fase de edificação das habitações, depois da limpeza da zona e da criação do sistema de drenagem e arruamentos. Segundo explicou, o local já beneficiou do processo de urbanização, com a construção de passeios, esgotos, canalização de água potável, iluminação pública e outros serviços indispensáveis para a população.

O projecto fica concluído em dois anos e cinco meses. Lídia Santos disse ainda que o tipo de material utilizado para a construção dos fogos habitacionais oferece rapidez na construção. As primeiras 400 casas são entregues aos proprietários entre os meses de Junho e Agosto de 2012. Até ao final do ano, 1.100 outras ficam prontas.

6.18 Título Moradores de Homobe têm casas em Setembro Artigo

Jornal de Angola

13 de Março de 2012

Em Homobe de Cima, Belize, norte de Cabinda, são construídas até Setembro, 200 casas sociais T3, cuja

primeira pedra foi colocada numa cerimónia a que presidiu o governador da província.

Mawete João Baptista lembrou que o projecto, fruto da independência nacional proclamada em 11 de Novembro de 1975, surge no âmbito do programa nacional de construção de 200 casas em cada município, recentemente anunciado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O secretário provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Paulo Luvambano, referiu, ao *Jornal de Angola*, que as obras de construção das casas somente começam a partir de Abril devido aos trabalhos de desmatação e da limpeza do terreno. Concluídos os trabalhos que estão a ser realizados, outros passos vão ser dados para a concretização do projecto habitacional.

Na construção das 200 casas, anunciou, estão envolvidas várias empresas locais de construção civil para permitir que as obras terminem em seis meses, como foi decidido pelo governo da província.

O administrador do Belize, José Cubaia, declarou estar satisfeito por o seu município ser o primeiro da província de Cabinda a beneficiar do projecto.

O programa prevê também a construção de igual número de casas nos municípios de Buco-Zau e Cacongo.

No município de Cabinda vão ser edificadas duas mil casas no âmbito do subprograma de construção de 110 mil fogos habitacionais.

6.19 Condomínio para jovens em fase de revestimento

Jornal de Angola

16 de Março de 2012

O condomínio para a juventude, em construção desde Janeiro deste ano, na província do Uíge, com um total de 200 habitações, encontra-se na fase de acabamentos.

O bairro está localizado no bairro Catapa, município do Uíge, numa área de três hectares e é construído no quadro de um programa do Governo que visa a melhoria das condições sociais e de habitabilidade da juventude. A sua conclusão está prevista para Junho deste ano.

O bairro da juventude foi visitado pela secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, no quadro da sua deslocação de quatro dias à província do Uíge.

No município do Uíge, Rosa Pacavira, acompanhada do governador Paulo Pombolo, e de técnicos do seu gabinete, visitou vários empreendimentos sociais em funcionamento desde o início deste ano, em algumas aldeias e regedorias.

Rosa Pacavira inteirou-se do andamento das obras de edificação do palácio do Governo Provincial e da Universidade Kimpa Vita, cujos trabalhos se encontram em conclusão. Durante os quatro dias no Uíge, a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais visitou também empreendimentos sociais nos municípios de Songo, Bungo, Púri e Sanza Pombo.

No município do Sanza Pombo, visitou quatro escolas primárias nas aldeias de Quitunda, Quipungo, Quiteca e na regedoria de Minanga, erguidas no quadro da melhoria dos serviços de ensino nas localidades.

Visitou também o novo mercado rural, localizado na regedoria de Panda, com seis bancadas, dois balneários públicos e armazém para produtos do campo. Na sede municipal do Púri verificou o andamento das obras na rede de distribuição de água potável.

Ainda no Púri, além das três novas escolas primárias em funcionamento desde Fevereiro deste ano e uma casa protocolar, avaliou as condições do hospital municipal, inaugurado em 2011, com capacidade para atender mais de 70 pacientes por dia.

No município do Bungo, entre outros empreendimentos, Rosa Pacavira inaugurou um hospital municipal com capacidade para 64 camas. Falando à imprensa, a responsável mostrou-se satisfeita com a execução dos projectos ligados ao Programa Integrado de Combate à Pobreza no país.

"Nos 15 municípios visitados, o programa encontra-se bem encaminhado, apesar de algumas falhas de ordem técnica", manifestou a secretária do Presidente.

Salientou ser importante o recrutamento de mais quadros qualificados para o bom encaminhamento do programa, visando a melhoria e bem-estar da população.

6.20 Casas feitas de contentores conquistaram o mercado nacional

O País

16 de Março de 2012

Já imaginou mudar o local da sua residência sem que tenha de verdadeiramente mudar de casa? É possível

se a casa assentar no aproveitamento de contentores. A mobilidade, a salvaguarda do ambiente e o custo são os três argumentos avançados por Romualdo Lucena, director da Container Solution, uma empresa angolana que, desde 2006, confere a contentores cujo destino mais que provável seria a sucata funções aparentemente impensáveis como a de alojamento, balneário ou escritório. Pelo menos, explica, tem sido essa a principal oferta da Container Solution: 'centrámo-nos muito na adaptação do contentor a escritório, alojamento e balneário', refere Romualdo Lucena, adiantando entretanto ser amplo o leque de possibilidades aberto pela reconversão de contentores. 'Hoje a Container Solution também oferece outro tipo de produtos: roulottes, bares, cafés, restaurantes, condomínios, portarias, guaritas, procuramos diversificar a nossa oferta', precisa.

A procura por esta solução original tem provindo muito do mercado empresarial, designadamente do mercado da construção. O responsável da Container Solution sublinha que se trata de uma tecnologia verde, que aproveita, em particular, no caso do mercado nacional, o facto de se importarem muitos mais contentores que os que são expedidos para fora do país, evitando que os contentores abandonados degradem o ambiente. 'Trata-se, sintetiza, de 'uma proposta diferente, sustentável, barata, durável, flexível, já que se pode transformar o contentor em função do que o cliente deseja'.

Uma solução que tem, para os clientes que a adoptam, a grande vantagem da mobilidade, uma vez que pode, por exemplo, ser utilizada em diferentes canteiros de obras. Mobilidade de que, no entanto, também particulares podem tirar partido. Romualdo Lucena refere o caso de um cliente da empresa que comprou uma casa, composta por dois contentores, no Zango, e que se mudou agora para o Kazenga - 'Apenas fomos efectuar novamente a abertura dos contentores, retirar a solda e mudá-los para o Kazenga'.

Variações e preços

Nascida na Europa e prestando-se às mais diferentes variações, desde as mais simples às mais imaginativas e sofisticadas (na Holanda os estudantes fizeram uma Vila Universitária com base em contentores, em Uxbridge, Reino Unido, os paralelepípedos que carregam carga marítima, deram origem ao Hotel Travelodge) a casa-contentor não configura, no entanto, uma resposta à questão da habitação social, já que, apesar de ser móvel e barata, não é, mesmo assim, suficientemente competitiva em termos de preço no mercado da habitação social. É que o revestimento térmico utilizado' a lã de rocha, um isolador de temperatura e de ruídos produzido a

partir de fibras de rocha, que é importado do Brasil e de Portugal e que também já se encontra no mercado nacional, encarece o projecto. Um contentor-casa básico (abarcando dispensa, quarto e casa-de-banho), explica o director da Container Solution, possui uma porta em alumínio, o revestimento interno em lâ de rocha, o revestimento de tecto e paredes em PVC ou contraplacado, um piso, vinílico e a instalação eléctrica, incluindo o ar condicionado. Este contentor pintado acabado, é comercializado a USD 12 mil. O modelo de contentor de 40 pés, denominado 'residência', abrange sala, cozinha, quarto e casade-banho, sendo comercializado a USO 26 mil. 'Se, porém, o cliente já possuir o contentor a factura, esclarece Romualdo Lucena, reduz-se em 30%, pelo que o preço final situar-se-á em USO 9 mil'. Uma vantagem que se faz sentir para os clientes da área da construção, dado que as obras já dispõem de contentores. Mas o preço muitas vezes vai mais além, atendendo a que 'o cliente opta por soluções diferentes das básicas, por exemplo pelo piso em contraplacado, cerâmico ou noutra material - os valores vão-se moldando às solicitações do cliente', adianta Romualdo Luce na. Contas feitas, tudo isto significa que, em média, o m2 de 'adaptação' de um contentor fica a USD 850, a que haverá que abater 30% caso já se disponha do contentor.

Mas as combinações desta espécie de 'lego' são praticamente infinitas, podendo os contentores ficar ao mesmo nível ou em níveis diferentes, apresentando a construção, no último caso, vários pisos. O aproveitamento de contentores pode tornar-se insuspeitável, à vista desarmada, em edificações de elevada qualidade e refinado padrão arquitectónico. 'Actualmente estamos a fazer uma casa com três contentores de 40 pés, abarcando 83 m2, a qual é constituída por sala, cozinha, quarto; é toda ao mesmo nível mas já podemos fazer em diferentes níveis', adianta o director da Container Solution, que se prepara para deitar mãos a projectos modelo que dêem a conhecer ao mercado todo o potencial da idéia.

A empresa transforma os contentores em Luanda, nos seus estaleiros de Viana, mas coloca-os em todo o território nacional, representando as despesas de transporte um extra que acresce na factura final. Até agora, para além de Luanda, a Container Solution tem fornecido essencialmente o Lobito, o Lubango e Benguela. Prevê, entretanto, abrir escritórios no interior do país e tem, refere o seu director, 'um projecto de expansão em África', sendo o mercado da vizinha África do Sul um dos alvos que a empresa tem na mira.

Embora tenha registado alguma retracção na facturação em 2009 e 2010, anos em que a economia

do país se ressentiu com a crise internacional, a Container Solution vem acompanhando a recuperação do mercado e espera obter este ano um valor de facturação entre USD 3,5 milhões a USD 4 milhões. Conta com 32 colaboradores nacionais. 'As equipas são constituídas por 9 a 10 pessoas: um serralheiro, electricista, pintor, carpinteiro, canalizador e ajudante', precisa o seu director. No plano financeiro a empresa só trabalha com recursos próprios, dado que cobra 50% no acto da encomenda e o remanescente após a entrega do produto final. E só opera sob encomenda: 'inicialmente tínhamos contentores já transformados em stock mas depois verificámos que, além de ocuparem espaço, nem sempre se adaptavam ao desejo do cliente, pelo que as adaptações a fazer eram tantas que acabávamos perdendo aquele projecto', refere Romualdo Lucena.

À Container Solution, cujo prazo médio de entrega de uma encomenda de um contentor básico anda entre os 15 e os 20 dias, basta ter 15 a 20 contentores em stock pois o produto a reciclar não falta no mercado.

6.21 Financiamento com elevada taxa de juro

Folha 8

17 de Março de 2012

Plano de financiamento crédito habitacional, do BFA ronda na ordem dos 85 mil como valor mínimo e 140 mil dólares como mais alto, tendo uma taxa de juros superior a 13% e amortizada em 15 anos.

Os interessados ao plano de financiamento devem suportar uma renda mensal acima dos 5 mil dólares norte americanos, o que deixa alguns trabalhadores da função pública, privadas e estudantes, insatisfeitos e revoltados, face ao baixo rendimento que adquirem.

Portanto, o crédito disponibilizado para clientes que necessitem de financiamento serve também, para aquisição de uma moradia nova ou usada, obras ou construção, com um prazo alargado de até 15 anos, e um valor de empréstimo na ordem dos 90% do valor da avaliação do imóvel ou do valor da aquisição/transacção. "O empréstimo bancário, para muitos, seria uma oportunidade em concretizar o sonho da própria casa, mais as instituições de financiamento negam este directo aos menos afortunados", declarou um dos entrevistados.

A razão da concepção da Cidade do Kilamba e os projectos de habitações sociais foi de reduzir o défice habitacional, e de tal modo proporcionar melhores condições e bem-estar a população. A residência,

segundo as declarações do presidente da república rondaria no mínimo 60 mil dólares norte americanos.

Dentre outros projectos sociais, a nova cidade do Kilamba construída de raiz numa área de mais de três milhões de metros quadrados, conta já com a segunda fase de implementação, vai albergar mais 400 mil famílias. O mesmo possui mais de 100 edifícios e terá para além das moradias, escolas, hospitais, posto policial, estruturas para os sectores de energia e água, parques de lazer, creches e outros.

Em alusão ao programa de investimento público, o executivo cita a cidade do Kilamba, Jardim das Rosas, Nova Vida, Zango, e as demais, como sendo o maior feito do investimento/ desenvolvimento no sector de construção e reconstrução do país.

Face a este polémico plano de financiamento, o credito disponibilizado para clientes com um mínimo salário de cinco mil dólares, suscitou recolta de opiniões em volta deste desiderato. O descontentamento é visível e a preocupação da juventude patente através da forma em que o país está a ser dirigido por alguns governantes.

Reacções dos trabalhadores e estudantes

A classe juvenil é o grosso que apresenta o maior descontentamento com os preços das casas destes projectos privados, veio para reduzir o défice habitacional que afecta a população. O referenciado projecto "Kilamba" em particular, dividido em três fases ate a sua conclusão, terá mais de 80 mil apartamentos. Pese embora, a primeira fase com mais de três mil apartamentos, já esta a ser comercializado com preços acima de 60 mil dólares, ficando aquém das possibilidades da classe média para qual está direccionado.

António Muanha, mestre de obras lamenta o facto de não poder concorrer a compra de um apartamento no supracitado projecto, "ganho menos de 500 dólares, tenho 4 filhos, sustento a casa e os estudos dos mesmos, agora pergunto ao Estado. Quando conseguirei juntar 60 mil dólares para comprar uma residência nestes projectos e com este salários, quando um banco vai aceitar - me como fiador? Peço ao Governo a rever estas politica propagandistas e iludistas a este misero povo", ressaltou.

"O preço destas casas adequa-se ao bolso dos milionários, aqueles que constantemente vão ao banco depositar o erário público nas contas particulares, nós dos musseques do Cazenga, Bairro Operário, Bairro Azul, Miramar, Sambizanga, etc. Continuaremos nas cubatas" adiantou Fernando Neto, estudante universitário.

Adiante, uma das figuras emblemática do partido dos camaradas "MPLA", afecto ao CAP na qual não iremos denunciar o número, mais pertencente ao distrito de Sambizanga, mostra o descontentamento por não conseguir adquirir casa na nova centralidade do Kilamba. "E preciso reconhecer o que é bom, o governo está a trabalhar e o que precisamos agora é, transparência no processo de distribuição das casas e devemos reconhecer que a oposição é tão merecida como nós" conferenciou.

6.22 Directora do programa acusada de burlar casa

Folha 8

17 de Março de 2012

Directora do Programa de Habitação Social (PHS) é acusada de apropriar-se de forma ilegal de uma residência pertença do cidadão João Mateus Tango, sita no bairro Zango, Viana. Tal acusação deve-se pelo facto da directora supracitada resistir a entregar a outra parte do imóvel que pertence ao cidadão em virtude de ter beneficiado de uma residência geminada na sequência da demolição da zona do Bungo em 1984.

A história do cidadão em causa espellia a força da razão, pois desde a altura da demolição da casa em que os seus antigos vizinhos foram acomodados, apenas conseguiu a casa em 2010, cerca de 25 anos depois e foi preciso bater inúmeras portas, inclusive a da Procuradoria-geral da República (PGR). Em 2008, nas vestes de governador em exercício, o ex vice-governador Bento dos Santos Fragoso Soito, respeitando a uma orientação da PGR, orientou o Programa de Habitação Social a entregar uma casa gemina ao cidadão João Mateus Tango.

Porém, o então responsável do referido programa, Pedro Miguel Neto rejeitou-se a cumprir a referida directriz, argumentando que apenas poderia cumprir ordens da então governadora, Francisca do Espírito Santos. A referida situação arrastou-se até 2009 quando João Mateus Tango recebeu a casa, mas não um imóvel geminado como orientado. João Tango, desta feita, iniciou uma outra batallia que se arrasta até aos dias de hoje, pretende recuperar a outra parte do imóvel do qual, segundo acusa, a actual directora do PHS, Ana pretende apoderar-se.

Fazendo fé os seus relatos reuniu algumas vezes com a referida responsável que mostra resistência em entregar a residência e, pelo facto, instigou violência contra o reclamante. "A audiência que me foi cedida pela excelentíssima directora e pela sua excelentíssima guarda começou assim: agora fala, o que é que você

quer? E a guarda também me interrogava: o que é que você quer?", recorda, acrescentando que "a tal guarda um outro que violentou-se fisicamente". Segundo conta a referida audiência aconteceu em meados de 2011 e passados cerca sete meses a directora, ou seja, desde Fevereiro de 2012 "um grupo de chineses contrato pela senhora está a dar acabamento da parte do imóvel geminado que me rejeita entregar as chaves", acusa, acrescentando que antes disso a casa esteve sempre fechada.

"Durante muito tempo a casa permaneceu fechada, mas a Ana esteve lá recentemente e abriu. Continua a ir para lá as vezes, inclusive colocou um grupo de chineses a trabalhar no local, para dar acabamento ao imóvel geminado".

Com o objectivo de ver resolvida a situação a seu favor, José Tango voltou a pater a porta da PGR em 2011 mas, desta, sem sucesso. "Infelizmente, embora eu tenha endereçado duas missivas ao Digníssimo Procurador-geral da república com datas de 1/7/2011 e 20/10/2011 respectivamente não tive nenhum despacho", reclamando, apelando as autoridades a solucionarem a situação à luz do Direito.

6.23 Edificação de centenas de casas no Moxico

Jornal de Angola
19 de Março de 2012

A administradora municipal adjunta do município fronteiriço dos Bundas disse sábado em Lumbala-Nguimbo que a construção de 200 fogos na circunscrição, prevista para este ano, reduz o défice habitacional que afecta a juventude local.

Filomena Miza confirmou à Angop a presença em Lumbala-Nguimbo da empresa de cons-

trução civil EBOMEX, a quem foi adjudicada a empreitada, estando já a trabalhar na desmatação e loteamento do terreno para a construção das primeiras 100 moradias.

A administradora municipal esclareceu que as outras 100 residências são erguidas na segunda fase da empreitada prevista para o próximo ano.

A responsável esclareceu que 50 outras casas são também construídas na localidade, cujo projecto conta com o envolvimento da juventude local para sua celeridade.

O município faz fronteira com a Zâmbia e tem registado o regresso constante de cidadãos nacionais

que se encontravam naquele país na condição de refugiados, referiu Filomena Miza, acrescentando que isso obriga a administração a construir mais escolas nas aldeias, para absorver as crianças em idade escolar.

Quanto à reabilitação do troço rodoviário que liga Lumbala-Nguimbo a Mungo (na Zâmbia), avançou que os trabalhos estão dependentes da reposição das pontes sobre os rios Ninda e Luaty, pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), estando previsto o seu arranque em Abril. "Estamos esperançado que tudo corra bem", disse.

6.24 Autoridades manifestam empenho na construção de casas sociais

Jornal de Angola
19 de Março de 2012

As autoridades da província do Bié estão empenhadas na construção de 900 casas sociais nos municípios, no âmbito do programa habitacional do Executivo.

O governador Boavida Neto afirmou que, em cada município, vão ser erguidas 100 casas sociais com todas as infra-estruturas, para melhorar as condições de vida da população. Boavida Neto fez este anúncio ontem, na vila de Kamacupa, a 82 quilómetros a leste do Cuito, no fim da reunião técnica do governo que avaliou o programa de combate à pobreza.

Na presença dos administradores municipais, o governador destacou ainda a necessidade dos membros do governo provincial se envolverem directamente neste projecto social.

Boavida Neto apelou ao dinamismo dos responsáveis para implementarem os programas de modernização dos municípios, principalmente no melhoramento dos serviços básicos de saúde e educação. A primeira pedra do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação na província do Bié foi colocada em Fevereiro do ano passado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Maria Feijó.

O programa prevê a construção de sete mil casas, sendo seis mil na cidade do Cuito e mil no município do Andulo. Além de residências, as novas urbanizações têm estabelecimentos escolares e hospitalares, esquadras policiais e recintos desportivos.

Na ocasião, o assessor do ministro do Urbanismo e Construção, António Pereira Gameiro, sublinhou que o programa Nacional de Urbanismo e Habitação enquadra-se na estratégia do Executivo que visa a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país.

6.25 Governador visitou bairro de casas económicas

Jornal de Angola

21 de Março de 2012

A Administração Municipal do Lubango começou em Fevereiro a construção de casas económicas na comuna do Hoque, no quadro do programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Para verificar o andamento do programa, o governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, foi à comuna do Hoque, onde pôde também verificar as obras de construção do mercado no Quilómetro 40, junto à estrada que liga a província da Huíla às províncias do Kuando Kubango, Huambo e Benguela.

O novo mercado vai permitir acolher os vendedores da actual praça localizada na Estrada Nacional 280. Luísa Caputo, administradora comunal do Hoque, disse à nossa reportagem que, além de oferecer melhores condições, o novo mercado vai ter capacidade para mais de mil vendedores.

Na comuna do Hoque, o governador provincial da Huíla, Isaac Maria dos Anjos, visitou ainda as obras de construção de uma escola de seis salas, que vai atender a partir do próximo semestre, mais de 400 crianças que se encontram a estudar em salas provisórias.

O governador provincial foi verificar o estado da ponte sobre o rio Hoque, que devido ao mau estado em que se encontra tem estado a causar dificuldades na circulação de pessoas e bens, especialmente na época das chuvas.

Luísa Caputo afirmou que a localidade está a registar melhorias significativas, fruto do programa da construção de várias infra-estruturas sociais. A administradora comunal anunciou que no quadro do programa de fomento habitacional, está prevista a construção de 100 casas na comuna, tendo já sido reservados 35 hectares para o bairro.

Luísa Caputo revelou que, no quadro do programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, a comuna vai contar, ainda este ano, com mais uma unidade sanitária. Trata-se de um centro de saúde construído de raiz que vem reforçar a rede sanitária local, marcada por alto défice em termos de cobertura, já que a comuna dispõe de apenas cinco postos médicos para uma população de 97 mil habitantes.

Agricultura e pecuária

Com uma área cultivável de aproximadamente 40 mil hectares, a comuna do Hoque é potencialmente rica no ramo agropecuário. Estima-se que existam na região mais de 30 mil cabeças de gado bovino, distribuídas por três mil criadores que garantem a preparação e o cultivo das terras. A nível do município do Lubango a comuna sé a maior produtora de cereais, cultivando em grandes quantidades milho, feijão, massango e massambala e está a apostar na produção de hortícolas.

A administradora comunal salientou que na comuna existem 54 fazendeiros. Os camponeses e agricultores foram agrupados em 13 associações e dez cooperativas, totalizando 19.943 famílias camponesas que asseguram toda a produção alimentar.

Luísa Caputo informou que para a campanha agrícola 2011/2012 está planificada a utilização de uma área de 27.408 hectares. A administradora disse que do total da área planificada, foram lavradas e semeadas na primeira época apenas 5.353 hectares por causa da prolongada estiagem que assolou a maioria dos municípios da província da Huíla.

Segunda fase da campanha

Para a segunda fase da campanha agrícola 2011/2012, está prevista uma área de 9.779 hectares já semeados. "A irregularidade da chuva condiciona os resultados das culturas na presente campanha agrícola, o que preocupa as autoridades locais, estando já em curso trabalhos de sensibilização junto dos camponeses no sentido de se fazerem aproveitamento das baixas para diversificar as culturas resistentes à seca, como a massambala, massango, mandioca, batata e preservar as reservas alimentares já existentes", referiu. A administradora Luísa Caputo informou que durante a campanha agrícola 2011/2012, os camponeses agrupados em associações e cooperativas, beneficiaram de crédito cedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

A responsável da comuna disse que 176 camponeses beneficiaram de créditos no valor global de 19,658 milhões de kwanzas, valor que já começou a ser reembolsado pelo camponeses. "Tendo em conta a estiagem registada na primeira época, os camponeses que tiveram crédito procuram cumprir com o reembolso no tempo previsto, embora esperem sensibilidade por parte do banco para o cumprimento de prazos", garantiu.

Registo eleitoral

O processo de actualização do registo eleitoral na comuna do Hoque decorre sem sobressaltos, garantiu

a administradora Luísa Caputo informou que foram destacadas várias brigadas de registo para atender a região e têm-se desdobrado por vários pontos da comuna com o objectivo de garantir que nenhum munícipe fique à margem do processo eleitoral.

Quanto ao Registo Civil, a administradora do Hoque reconheceu que apesar de algumas dificuldades decorrentes da falta de pessoal, o sector tem conhecido "resultados satisfatórios". O trabalho é assegurado apenas por um funcionário do registo e outro da administração local. Luísa Caputo precisou que até à primeira quinzena de Março, foram já registados 3.796 processos, sendo 337 de menores até aos 5 anos e 3.459 a maiores de 12 anos. O processo, reconheceu, está a facilitar a inserção de crianças no sistema de ensino.

6.26 Empresário angolano diz que residências podem baixar de preços

Semanário Continente
23 de Março de 2012

Em entrevista ao CONTINENTE, Francisco da Silva, gestor da JEFTRAN, Lda, garantiu que com terrenos bonificados a sua empresa poderá fornecer residências de alto e médio padrão a metade do preço que o mercado actualmente fornece .

Em seu entender, o Executivo angolano pode criar políticas para redução da especulação imobiliária, desde que crie facilidade nos acessos aos terrenos fornecidos às construtoras nacionais.

Tais políticas, segundo o interlocutor, passariam pelo estabelecimento de normas às reservas fundiárias, por parte do Executivo, devendo as construtoras, por seu turno, estabelecerem compromissos com vista à baixarem os preços das residências, utilizando materiais de construção comprados no mercado interno, o que capitalizaria também, os empresários deste ramo. "Reclamamos a quem de direito para que se criem políticas de distribuição de terrenos, destinados à construção, incentivando a edificação de residências do bom padrão e a baixo custo", advogou o interlocutor, acrescentando que o grupo alvo desta iniciativa será a juventude. Trata-se, igualmente, de uma iniciativa que visa aderir ao repto lançado pelo Executivo para a construção de um milhão de fogos".

Francisco da Silva, lamentou o facto de alguns empresários que até beneficiaram do tal processo de obtenção de terrenos bonificados e actualmente conservam-nos feito museus, pois, lá não lançam nem sequer uma pedra, pior ainda se alguém solicitar,

fazem preços insuportáveis. Adiante, revelou que há, de facto, especulação no preço das habitações com alto padrão e até mesmo económicas, sendo quase sempre inflacionados.

"Nós podemos demonstrar isto. Com as obras que estamos a apresentar e com a mão-de-obra local, sem recorrermos à mão-de-obra expatriada os resultados são outros e evita-se a especulação de preços".

Indagado sobre os passos dados para a concretização da iniciativa da empresa que dirige, que consiste em construir residências para serem vendidas a baixo preço, respondeu dizendo que as autoridades estão atentas, uma vez que foram já feitas demarches junto das mesmas, através de cartas e outros contactos.

"Acreditamos que as autoridades e outras instituições e pessoas singulares estão atentas ao nosso pedido, aguardamos pelas respostas para podermos contribuir na edificação do nosso país", disse Francisco da Silva, sugerindo que a ideia de ter casas muito caras, como a que temos no país, resultante da especulação imobiliária, tem a ver com a oferta.

"Mas, como somos parceiros do Estado, estamos aqui para dar o nosso contributo, construindo casas com qualidade necessária".

JEFTRAN, empresa de direito angolano, está vocacionada para a construção e obras públicas. Neste momento, está a construir várias residências, entre elas T4, avaliadas em 200 mil dólares, que noutros condomínios estão a ser vendidas acima de 500 mil dólares, enquanto que as de médio padrão a JEFTRAN orça em cem mil dólares. "Isto porque temos que comprar terrenos, a cidadãos individuais, a preços especulativos", lembrou, sublinhado que, mesmo trabalhando com capital próprio, a JEFTRAN continua a edificar residências dando facilidade de pagamentos aos potenciais compradores para, de certa forma, ajudar os jovens e o Executivo na solução do défice de casas existentes no país. A empresa tem construído casas convencionais do tipo T3, concluídas dentro de 90 dias, bem como as moldadas que poderão ser entregues em 3 dias, num valor estimado em 65 mil dólares. Note-se que estas residências com acabamento de auto padrão, contam com a entrega e dedicação de 130 trabalhadores nacionais.

6.27 Pelé envolvido em escândalo imobiliário

Agora

24 de Março de 2012

Os clientes dos vários projectos habitacionais implementados pela imobiliária Build Angola, revelaram estar a ser alvo de uma burla bilionária.

O negócio consistia na venda de residências de média e alta rendas que deveriam ser construídas por empresas brasileiras, mas que, na verdade nunca foram entregues aos mais de 600 clientes que aderiram ao negócio.

Apesar de cerca de 540 terem já efectuado os pagamentos na ordem dos 100% dos valores exigidos, os mesmos não conhecem se quer o local onde serão construídas as suas residências.

Por outro lado, algumas obras dos projectos da Build Angola, como o Bem Morar, estão simplesmente paralisadas.

O agudizar da situação terá forçado os clientes a realizarem em finais de Fevereiro último, um encontro, para encontrarem os mecanismos de responsabilização da empresa, tendo-se enveredado pelo apelo à intervenção do Estado, mas alguns clientes optaram por ocupar as obras não concluídas, para, por conta e risco próprio tentarem concluí-las. Todavia, esta opção não foi unânime, tendo a maioria optado por intentar uma acção judiciária contra a empresa, incluído o ex-futebolista brasileiro Pele.

Entretanto, o ex-jogador, oficialmente, era o garoto-propaganda do negócio.

O problema é que na época do lançamento, quando ele chegou a visitar o país pela primeira vez as expensas da Build, falou como se de investidor se tratasse, e isso levantou suspeitas a seu respeito. "Fico feliz por investir em Angola. Deus sempre me coloca em equipas vencedoras", disse o exjogador na altura.

Sabe-se agora que a empresa também não honrou todos os compromissos com o antigo jogador que, segundo informações, que circulam, tinha quatro unidades por receber do empreendimento, a título de pagamento pela prestação de serviços.

'Pele' nega qualquer sociedade com a Build Angola, afirmando que, "o que eu posso adiantar é que não existe nenhum tipo de sociedade. O que foi feito foi um contrato de cessão de uso da sua imagem para o lançamento desses empreendimentos", esclareceu Paulo Custavo, advogado de do ex- futebolista.

Os investidores também negam má-fé. Segundo eles, uma tentativa de sabotagem de um ex-funcionário insatisfeito terá sido a causa do problema. Werther Mujjali teria alegadamente usado a internet fazendo-se passar por um cliente insatisfeito e com essa atitude terá criado um certo temor para os outros contratantes da construtora.

A empresa avança ainda que, os clientes angolanos teriam deixado de pagar as suas prestações tentando minimizar o prejuízo e, com isso, teriam impedido a conclusão das obras.

Os empresários António Paulo de Azevedo Sodré, João Cualberto Ribeiro Comado Júnior, Paulo Henrique de Freitas Marinho e Ricardo Boer Nemeth, sócios da Build Angola, revelaram que a empresa tem 34,6 milhões de dólares a receber dos clientes e precisa de 23,7 milhões para concluir as casas.

Defesa do Consumidor. Diante da explicação dos brasileiros, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) de Angola comunicou o caso à embaixada brasileira e pediu uma abertura de investigação.

De acordo com fontes próximas ao Inadec, o caso deve ser conduzido à justiça de modo a que os cidadãos vejam os seus direitos reparados .

6.28 Milhares de casas sociais nos municípios cobrem a falta de alojamento dos técnicos

Jornal de Angola

27 de Março de 2012

O vice-ministro do Urbanismo e Construção, Manuel Clemente, lançou ontem, na cidade do Lobito, a primeira pedra do projecto de construção de dez mil fogos habitacionais nos quatro municípios do litoral da província, Lobito, Catumbela, Benguela e Baía Farta.

O projecto prevê a construção de três mil casas nos municípios do Lobito e Benguela e duas mil na Catumbela e Baía Farta, para alojar 60 mil famílias. Após a sua conclusão a oferta habitacional da província fica melhorada.

O vice-governador de Benguela para a área de Projectos e Infra-estruturas, Henrique Calenga, disse que o governo da província assume o compromisso de apoiar, acompanhar e auxiliar para que haja uma boa execução dos trabalhos.

Henrique Calenga admitiu que, à semelhança de outras regiões do país, existem também em Benguela sérios problemas no domínio habitacional e foi em resposta a essa carência que o governo traçou este programa, que vai propiciar oportunidades de negócios às empresas locais e emprego aos jovens.

O vice-governador informou que, ao nível dos municípios do interior, decorrem trabalhos de infra-estruturas dos lotes de terrenos, com vista à construção de 200 fogos habitacionais em cada sede municipal, no âmbito do Programa Nacional de Habitação. "O Governo Provincial de Benguela, associando-se à iniciativa das autoridades centrais, desencadeou um programa cujos trabalhos já estão em curso e que culmina com a construção de 20 habitações nas sedes municipais do interior e dez em cada uma das 29 comunas, para apoiar o alojamento dos quadros e técnicos em serviço em cada uma destas localidades", anunciou o vice-ministro do Urbanismo e Construção.

6.29 Quatro novas centralidades para o Litoral Benguelense

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

O lançamento do projecto habitacional de construção de dez mil casas na província de Benguela vai originar o surgimento de quatro novas centralidades habitacionais no litoral benguelense, informou domingo, no Lobito, o vice-governador provincial, António Calenge.

De acordo com o governante, que falava na cerimónia de lançamento do projecto, as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta vão ver atenuado o problema da falta de residências.

A cidade de Benguela e do

+Lobito vão ter três mil novas casas cada, enquanto as cidades da Baía Farta e Catumbela são contempladas com duas mil residências cada uma.

António Calenge enalteceu o Presidente José Eduardo dos Santos, por ter direccionado o programa habitacional que vai ajudar na melhoria das condições socioeconómicas dos habitantes da província.

Dados disponíveis indicam que, numa primeira fase, o programa habitacional, a nível do litoral da província de Benguela, vai abranger mais de 60 mil cidadãos, além de infra-estruturas sociais, como escolas e centros de saúde, que vão ser erguidos, em função da nova realidade urbanística.

O programa habitacional, de acordo com o vice-governador, abrange ainda os municípios de Ganda, Cubal, Caimbambo, Chogoroi, Balombo e Bocoio, que vão contar, cada um, numa primeira fase, com 200 novas casas.

A construção dirigida, a ser feita através da distribuição de parcelas de terra aos cidadãos que desejem construir casa própria, também faz parte da política do governo para dar habitação digna aos cidadãos.

A cerimónia de lançamento da construção das dez mil casas foi presidida pelo vice-ministro do Urbanismo e Habitação, Manuel Clemente, na presença da vogal da Comissão Executiva da Sonip, a dona da obra, Arnalda Van-Dúnem, do vice-presidente da Citic, empresa construtora chinesa, Lui Guigen, e de outras individualidades nacionais e chinesas.

6.30 Moradores do rio seco com melhores condições

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

As famílias que viviam próximo da vala de drenagem das águas pluviais e residuais do Rio Seco, na zona do Shabá, distrito urbano da Maianga, em Luanda, em condições de habitabilidade difíceis, contam agora com novas moradias no Zango 3, em Viana. O realojamento das 43 famílias, que aconteceu sábado passado, está enquadrado no programa de saneamento da cidade e foi precedido de um inquérito social realizado pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL). Através deste programa mais de 700 famílias foram realojadas em zonas com saneamento básico e maior segurança.

"Não tenho palavras para manifestar a minha alegria." O desabafo de Abílio Francisco revela o sentimento de um chefe de família que nunca perdeu a esperança de criar os filhos numa casa em condições. Abílio, esposa e três filhos estão entre as primeiras 43 famílias que foram retiradas da zona do Shabá e realojadas no Zango 3. Para trás fica o débil saneamento básico, o medo dos estragos das águas das chuvas e exposição às doenças. Os moradores estavam registados e avisados da retirada, o que facilitou o sucesso da operação.

Minutos antes de rumar para o Zango, em conversa com a reportagem do Jornal de Angola, Julião Zongo não disfarçava o receio pelo começo de nova vida. Com mulher e quatro filhos, ao contrário de muitos, testemunhou a demolição da casa que construiu com imenso sacrifício. A estrutura faz agora parte das

recordações. No Zango, recebeu uma casa com maiores dimensões.

Julião Zongo é da província de Malange, de onde saiu por causa da guerra e tinha com o bairro do Shabá uma relação de afinidade. Perto de 27 anos de vivência no bairro.

As amizades, a solidariedade entre vizinhos e o nascimento dos filhos fazem parte de sentimentos e comportamentos que guarda com saudades. "Fomos avisados de que íamos sair daqui, mas o tempo decorrido não ajudou a minimizar a retirada. Algum dia esse momento havia de chegar, porque o nosso bairro estava situado numa área de risco", disse.

Na vala do Rio Seco as obras de reestruturação não param e é visível um número cada vez maior de operários a trabalhar. As construções anárquicas nas redondezas dificultam o seu normal andamento e mais uma vez os funcionários do gabinete Técnico de Gestão e Saneamento de Luanda (GTGSL) desencorajam a população a optar por construções nas proximidades dessas estruturas.

Martiniano Pinto, técnico do gabinete de relações públicas e comunicação da UTGSL, lembra que, à semelhança da vala do Rio Seco, estão identificadas em Luanda e passam por um processo semelhante, entre outras, as valas do Suroca, Cazenga-Cariango e São Pedro. "Estamos com muita frente de trabalho, as chuvas podem cair a qualquer momento e temos a obrigação de assegurar a macrodrenagem da cidade de Luanda", disse.

Ansiedade e receio

Martiniano Pinto admite que se tudo correr como está previsto no programa de saneamento de Luanda, até final do ano não há mais nenhuma construção anárquica a dificultar as obras que ocorrem nas margens do rio cuttanIS" obras que decorrem na vala do Rio Seco. Luísa Fonseca, moradora há 17 anos nas imediações da vala, que juntamente com a família aguarda a sua vez para ser realojada, reconhece que a vida no Shabá transformou-se num perigo para os seus habitantes. A crescente criminalidade e a época chuvosa são apontadas como dois exemplos negativos. "Felizmente, não tem chovido nos últimos meses, porque quando acontece as consequências são devastadoras", disse.

Por ter nascido e sempre ter vivido no Shabá, Luísa está ansiosa em mudar para uma casa com melhores condições de habitabilidade.

Em função da distância da cidade, muitas pessoas transferidas para o Zango Três(3) mostram alguma apreensão. Este aspecto pouco ou nada se faz sentir

em Teresa Francisco. No momento da entrega da chave da casa que agora ocupa irradiava uma alegria indescritível. Por duas vezes, não conteve a emoção e pôs-se aos gritos. "A minha maior preocupação era a existência de uma escola para as crianças darem seguimento aos estudos", realçou Teresa Francisco.

Esperança numa vida melhor

Miguel Inácio e Balbina Inácio viveram no Shabá, local onde nasce-

ram e cresceram e, por isso, compreendem o propósito das autoridades de Luanda em realojá-los na vila do Zango.

"Vivíamos num bairro problemático e com falta de saneamento "básico e apesar da distância estamos conscientes dos benefícios", disse Miguel.

A maior parte das pessoas ouvidas pelo Jornal de Angola durante o realojamento acreditam que a mudança melhora o seu nível de vida. Mário Domingos, 37 anos, também faz parte do grupo das quarenta e três famílias retiradas sábado da margem da vala do Rio Seco. Satisfeito com a casa que recebeu no . quarteirão E2, número 126-B, assegura que a sua vida conheceu uma mudança saudável.

Operário da construção civil, não hesitou em elogiar a qualidade da casa que recebeu e lembrou que o desejo de abandonar o antigo bairro finalmente se concretizou.

A nova casa de Mário tem três quartos, uma sala, cozinha, wc e um vasto corredor. O único reparo feito pelo jovem está ligado ao ineficaz sistema de abastecimento de água potável, "que pode complicar a nossa vida".

A empresa construtora do Zango três reconhece que a situação actual é crítica e o problema está em vias de solução.

Realojamento continua

O processo de demolição das casas próximas das valas de drenagem e posterior realojamento dos proprietários em zonas com melhores condições de habitabilidade continua.

Martiniano Pinto afirma que o processo tem como finalidade desafogar as valas de drenagem e permitir o avanço das obras de reestruturação e reperfilamento destas para assegurar a macrodrenagem da cidade de Luanda.

"O processo de retirada e posterior realojamento não ficapor aqui e neste momento estamos com uma

estimativa de levantamento para realojamento a rondar as quatro mil famílias", afirmou.

Martiniano Pinto considera que as habitações do Zango três possuem infra-estruturas que valorizam as condições dos moradores.

O Jornal de Angola apurou que na generalidade as obras de reperfuração das valas de drenagem da cidade de Luanda tiveram início em 2007 e até agora a intervenção a cargo da Unidade Técnica de Gestão e Saneamento

de 700 famílias.

6.31 Construção de casas arranca na Chibia

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

As primeiras 40 casas de um total de 200, a serem construídas no município da Chibia, no quadro do programa de Fomento habitacional em todos municípios, começam a ser erguidas em princípio de Maio.

A garantia foi dada pela administradora municipal da Chibia, Otilia Noloti, à margem da vista do governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos.

Já foram realizados os concursos públicos e a empreiteira seleccionada trabalha para o começo das obras. Otilia Noloti referiu que decorre até ao dia 31 do corrente mês, loteamento dos terrenos.

Otilia Noloti precisou que estão disponíveis numa primeira fase 60 hectares, a serem ampliados em função das necessidades da exigência do projecto. Na Chibia estão também em curso as obras de construção do bairro social da Juventude. As casas, num total de 40, ficam prontas em Maio.

As habitações estão a ser erguidas numa superfície de 1000 metros quadrados, perfazendo um total de 40.000 metros quadro de espaço total de ocupação.

A área tem ainda quatro ruas no interior do bairro. O projecto vai minimizar a carência de moradias que ainda se vive no município.

O Programa de Combate à Pobreza no município da Chibia garantiu, em 2011, investimentos de 214 milhões de kwanzas em acções sociais. "Com a construção de escolas, postos de saúde e residências para os técnicos, a manutenção de vias terciárias e principalmente a promoção da campanha agropecuária como base da sustentação das comunidades,

foram as áreas que mais atenção mereceram no município", disse.

Para este ano, Otilia Noloti assegurou que as acções são as mesmas: "o pensamento é municipal e as acções são locais. No domínio do combate à pobreza e no melhoramento dos serviços de saúde, o programa é abrangente. O que se faz na sede do município é o que vai ser feito nas diferentes comunas", afirmou.

Otilia Noloti disse que no quadro do Programa de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza, no município, 325 pessoas já aderiram aos programas de fomento do Comércio Rural. O programa já está desenhado.

O quadro estratégico está traçado com o envolvimento do vice-governador provincial da Huíla para o sector Económico, Sérgio da Cunha Velho.

Foi possível mobilizar empresários e outros cidadãos na execução do Programa de Fomento do Comércio Rural.

A produção de cereais de milho, massango e massambala no município da Chibia foi recuperada a 60 por cento, disse Otilia Noloti. Lembrou que os camponeses do município da Chibia empenharam-se no cultivo de cereais na primeira fase da campanha agrícola 2011/2012, mas que devido às chuvas muitas áreas foram destruídas.

Registo de crianças

Os dados de registo de nascimento no município estão a permitir a inserção de muitas crianças no sistema de ensino. Os registos são animadores no município Chibia porque fizeram com que as crianças que não tinham acesso às matrículas e os jovens que não tinham acesso ao emprego e o ensino por falta de documentação, já têm a facilidade de obter o Bilhete de Identidade e outros documentos para a sua inserção ao mercado de emprego.

6.32 Quadros já possuem residência

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente de Benguela disse, ao jornal de Angola, que, o sector que dirige está a construir 20 casas para quadros em todas as sedes municipais.

Além das casas nas sedes municipais, frisou, estão a ser construídas dez em cada sede comunal.

"Temos um plano director-geral para as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, tal como reservas fundiárias e estamos a montar as infra-estruturas", referiu, Zacaria Camwenho, afirmou "urgentemente desenvolver o plano de construção das casas não apenas para os técnicos, mas para a população" e que em 2013 vão ser requalificados os bairros tradicionais da cidade de Benguela.

No primeiro Conselho Consultivo de Construção, realizado em Fevereiro, um dos assuntos debatidos foi a construção de fogos habitacionais em todos os municípios.

6.33 Mais 10 mil casas até 2014

Novo Jornal

30 de Março de 2012

A província de Benguela terá até 2014 mais 10 mil novas casas. A garantia é do director provincial do Urbanismo e Habitação. Zacarias Camwenho disse que o projecto está pensado para dirimir as carências habitacionais que a província apresenta, principalmente quando o objectivo é ajudar os jovens em início de carreira.

As casas serão todas construídas no litoral da província. Do projecto, lançado oficialmente domingo, dia 25, constam mil casas para a Baía Farta, quatro mil para Benguela, dois mil para a Catumbela e três mil a serem erguidas no município do Lobito.

"O prazo de 24 meses é para entrega total dos fogos, mas em Junho de 2013 teremos em nossa posse as primeiras residências", elucidou o titular do Urbanismo e Habitação, garantindo que a Baía-Farta, ao ser contemplada com um número menor de casas, será o primeiro município a testemunhar a conclusão das obras.

Sobre o valor global da empreitada, Zacarias Camwenho desconhece os números, "porque o projecto é de subordinação central", garantindo que nos próximos tempos poderá publicamente revelar o investimento. A construção de 10 mil fogos esta entregue à Site, construtora chinesa, porquanto a linha de crédito para o projecto é igualmente daquele país asiático. Questionado se a totalidade ou parte da obra não deveria ser adjudicada a empreiteiros locais, respondeu que os acordos de financiamento contêm cláusulas que não podem ser alteradas.

"O que acontece é localmente exigirmos à construtora que o fornecimento de determinado material para a construção, como os inertes, seja feita pelas empresas angolanas", finda o director provincial do Urbanismo e Habitação de Benguela.

Construções de casa sociais começa na Chibia

6.34 Ex-moradores do prédio Cuca vivem inseguros

O País

30 de Março de 2012

Transferidos para Viana em Dezembro de 2010, devido ao mau estado em que se apresentava o prédio Cuca, no Quinaxixe, em Luanda, os primeiros inquilinos dos edifícios de 14 andares, localizados logo à entrada da zona habitacional do Zango, sentem-se inseguros, por não possuírem títulos de propriedade das residências que ocupam, apurou O PAÍS no local, Terça-feira, 27.

"Já estamos cansados de viver assim, com medo de sermos despejados novamente a qualquer momento e o mais agravante é que nós não temos nenhum documento que comprova a propriedade das casas onde estamos a viver", desabafou uma moradora de um dos dois edifícios habitados, que pediu para o seu nome não ser citado nesta reportagem, aliás uma condição exigida por todos os habitantes abordados por este jornal.

Vale lembrar que a inquietação dos actuais residentes dos prédios do Zango foi um assunto debatido por eles em Dezembro de 2011, sem aparentes resultados que os satisfizessem, de acordo com os intervenientes deste semanário, que a classificaram como uma preocupação que não teve o devido tratamento.

"Apesar de se ter falado tanto nas reuniões e conversas com os coordenadores do prédio, até hoje não se resolveu nada", disse a moradora, tendo revelado que, por falta da escritura, os gestores do prédio nem estão preocupados com o facto de ela e os seus vizinhos já estarem a viver há mais de um ano, sem pagarem o arrendamento ou outro tipo de imposto.

Para a entrevistada, esta é uma tónica que agrava ainda mais a situação dos inquilinos, já que pode servir de pretexto aos gestores, para a qualquer momento, intentarem uma responsabilização contra a expectativa dos ocupantes.

"O facto de não estarmos a pagar renda nem prestar qualquer outro tipo de quota pedida pela empresa gestora dos imóveis, complica mais a nossa situação, porque nunca se sabe quando é que estes senhores decidem cobrar-nos o arrendamento de quinze meses de uma só vez, a fim de se servirem disso para nos tirarem daqui", queixou -se.

Por isso, a inquilina aproveitou a ocasião para apelar às entidades superiores da SONANGOL IMOBILIÁRIA, de quem afirmou depender o destino e a gestão dos prédios, para olharem pela preocupação das famílias dos ex - moradores do prédio Cuca. Reforçou dizendo que o seu apelo é extensivo à comissão de realojamento que os instalou no Zango, tendo citado o nome do actual Governador de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento, que, na ocasião, os visitou no novo habitat, onde lhes dirigiu algumas palavras de encorajamento para os novos desafios.

O pessoal do quarto, quinto, sétimo e décimo pisos lembrou sobre a entrega de um processo com bilhete de identidade, fotografias e cópia de uma declaração cedida no dia da transferência da Cuca para o Zango, a fim de fazer entender que houve uma intenção inicial de legalizar a situação dos homens do Kinaxixe.

Mas as mesmas fontes informaram que o expediente não passou da mão da comissão de moradores para a da empresa gestora dos edifícios, tendo adiantado que as razões são, até à data, desconhecidas.

Para se perceber o que se passa por parte daqueles que traçam o destino dos referidos imóveis, este jornal envidou esforço para ouvir dirigentes da SONANGOL IMOBILIÁRIA, entretanto, até ao fecho desta edição, não foi bem sucedida.

Chineses cobram serviços dos elevadores

Quando O PAÍS abordou os habitantes dos prédios do Zango, em Dezembro de 2011, eles queixaram -se também sobre o impedimento do acesso aos elevadores dos edifícios por parte dos chineses, que alegavam o facto de as crianças brincarem com esse meio e o de nele transportarem pertences com peso superior ao permitido .

Entretanto, desde Janeiro do ano em curso a utilização dos elevadores passou a ser possível, desde que se preste uma contribuição financeira na ordem dos 500 Kwanzas por cada trajecto.

"O negócio começou em Janeiro, quando eles falaram com uns vizinhos que traziam mobílias e electrodomésticos para lhes darem algum dinheiro, se quisessem subir mais rápido", contou um ocupante do nono andar, que ficou a saber do tráfico a partir dos primeiros usuários.

De lá para cá, sempre que um morador pretender transportar alguma coisa pesada solicita os chineses e estes colocam à disposição os elevadores, ainda sob o seu controlo.

Quem não está muito contente com a actividade são os jovens voluntários que ganhavam a vida por meio do carregamento dos bens dos residentes dos prédios. Os mesmos condenam a actividade dos chineses, ao ponto de a considerarem como um procedimento ilegal.

"Eles abriram isso e acabaram por nos tirar o pão", disse um deles, ironizando que, se o elevador funciona, devia servir normalmente para os moradores e não para fazer dinheiro.

Por causa da obstrução que à empreitada dos chineses criou ao trabalho rentável dos voluntários da cercania, estes viram-se obrigados a enveredar por outros tipos de serviço, como deitar o lixo, limpar as escadas e ajudar a levar as crianças de baixo para cima e vice-versa.

7. TERRA

7.1 O Logro do Fim do Calvário nas Tendas

A Capital

03 de Março de 2012

Os contemplados estão contentes, mas à chegada não deixaram de manifestar a falta de água potável e energia eléctrica. Enquanto isso, mais de uma centena de famílias não foram abrangidas. Ficaram ao relento, enquanto aguardam por um novo cadastramento.

Tudo isto acontece depois da visita efectuada dia 24 de Fevereiro corrente, pelo governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Francisco, aos campos que albergavam os sinistrados, quando se presumiu estarem criadas as condições de evacuação dos ocupantes das tendas, vítimas das enxurradas que se abateram sobre a capital do país, a 22 de Janeiro de 2007.

Para quem ganhou uma casa, o acto de dia 25 de Fevereiro ficará para sempre na história de sua vida, pois, marca assim o fim de penosos cinco anos em peripécias, tais como calor, chuvas e humidade dentro de uma tenda.

Já para quem “lerpou”, o mesmo dia figurará em sua vida como mais um em que a exclusão caiu sobre si. É que enquanto houvesse quem delirasse de alegria, outros houve com muitos motivos para escorrer lágrimas pelo rosto. E porquê. Ao cabo de cinco anos, na hora do realojamento, o seu nome não consta da lista.

Isso mesmo foi o que constatou a reportagem do A Capital ao assistir o processo de transferência dos populares. O campo que em tempos parecia ter poucas famílias, acordou agitado de gente, nomeadamente, os próprios sinistrados e respectivos familiares, populares e responsáveis das comissões de moradores, todos ansiosos por verem terminado o caos aguentado durante anos.

Às 06h00 da manhã, o movimento naquele povoado era caracterizado pela azáfama de cada família na arrumação dos seus pertences, aguardando pela hora dáverdade. No interior das tendas viam-se embrulhos de diversos tamanhos, arcas frigoríficas, camas, geradores, televisores e não só.

Três horas depois ouviam-se as sirenes da caravana dos carros que transportariam a população. Velhos, adultos, jovens e crianças, levantaram-se em alvoroço para receber os governantes, cuja delegação integrava

para além de membros da Administração municipal do Cazengll, alguns membros do Governo Provincial.

Minutos depois chegava uma caravana composta de autocarros, camiões basculantes e máquinas escavadoras.

Dados recolhidos pela nossa reportagem no local davam conta de que havia uma lista actualizada que apenas abrangia 70 famílias, entretanto, cóntrária à antiga, datada de 2007, que previa contemplar um total de cerca de 213 famílias.

Assim que este facto foi tomado público, logo os ânimos dos populares elevaram-se, gerando, de imediato, um grande alvoroço por parte daqueles que viram seus nomes excluídos.

Casas a menos

Piedade Nicolau foi um dos primeiros sinistrados a chegar ao “Campo da Poeira”, como ficou baptizado pelas condições naturais da zona, em 2007.

Para ele, o que estava a acontecer, que considerou de batota, já era previsível.

“Somos cerca de 80 famílias que perderam as casas no sector 08 do Buraco, comuna do Cazenga. Lembro que quando chegamos cá tivemos que capinar e limpar isso tudo. Fomos os primeiros a erguer a primeira tenda. Mas, hoje os nossos nomes não constam da lista!”, deplorou, acrescentando que só abandonaram as tendas porque “já não aguentávamos o calor, a poeira, o frio e a chuva”.

Para além disso, prosseguiu, numa tenda estavam apinhadas quatro a seis famílias o que interferia, e de que maneira, na privacidade dos casais.

“Sentíamo-nos divorciados”, enfatizou Piedade Nicolau, para quem o administrador sabe que há famílias sinistradas que arrendaram casas e que foi por orientação deste que se mudaram para residências arrendadas.

“Fizemos isso para evitar situações caóticas. Aqui chegaram a morrer pessoas por doenças respiratórias. O que estamos a ver hoje já era de se esperar, porque eujá havia dito: algum dia iriam nos passar por traz”, continuou, irado, prometendo que se a situação se mantivesse, “iremos marchar lá do Buraco até à Administração”.

João Manuel da Costa, outro sinistrado do Sector 14 da Zona 17, comuna do Hoji-ya-Henda, também viu seu nome excluído da lista e, como outros na mesma condição, clamava para que se tomassem medidas

tendentes a minimizar o sofrimento de quem já passou cinco anos em tendas.

“Quando chegamos aqui a promessa era de ficarmos apenas uma semana e que depois seríamos evacuados para o Zango ou Panguila. Infelizmente acabamos por passar cá penosos cinco anos”, relatou, esclarecendo que os primeiros que haviam sido retirados do Campo foram para a Sapu-z, mas já na altura, atesta, registaram-se anomalias da parte do coordenador do centro que, alegadamente, vendeu casas à gente estranha em detrimento de quem vive nas tendas.

“Colocaram mais pessoas no sentido de receberem mais casas”, observou. Noutro campo, apelidado de “Terras Perdidas”, localizado junto ao cemitério de Viana, mais de 50 famílias, também não receberam casas. Retiradas do campo e transferidos para o Zango, até à manhã de segunda-feira, 27 estas encontravam-se ao relento com crianças, velhos e diminuídos físicos, tendo lá estado já há dois dias.

Quintinha José mãe de gémeos de apenas dois meses de vida, lamentou o facto de a Comissão do Governo da Província para o Realojamento ter agido com incoerência.

“Sou mãe de gémeos com um parto fresco, os bebés estão com dois meses apenas. Deviam nos deixar nas nossas casotas de chapas, já que as tendas se tinham estragado. Agora, demoliram tudo e o pior é que vieram atirar-nos aqui onde nem há luz, nem água e a dormirmos ao ar livre”, manifestou a jovem mãe.

De recordar que no Zango estão ainda mais de 500 famílias que residiam nas barrocas da extinta lixeira do Golfo desalojados em 2002 e realojados em tendas depois do Zango-4. Estes, clamam pela sua retirada das casas de chapas que construíram depois das tendas se rasgarem. A zona não tem água potável, escolas, luz eléctrica, favorecendo assaltos e violações.

Fala-se em recadastramento

Pressionado pela população o administrador do município do Cazenga, Tany Narciso, esclareceu que a lista nova teria sido feita de tenda em tenda, para confirmar os verdadeiros sinistrados de formas a evitarem-se infiltrados no processo.

“ Fizemos um recadastramento das pessoas que viviam concretamente nas tenda. Apuramos que só eram 70 famílias. Contudo, reconheço que houve pessoas que abandonaram as tendas e foram arrendar casas no interior do bairro”, defendeu-se ao acrescentar que todo o cuidado é pouco nestes processos para evitar os intrusos.

“Aparecem sempre pessoas infiltradas e que querem boicotar o programa do Executivo. Só que todos aquelas que forem apanhadas nestas condições estarão sujeitas à medidas severas”, acautelou.

Para acalmar os ânimos exaltados, quando menos se esperava, chegou o governador da província de Luanda. Serviu-se de um megafone para, em jeito de tranquilizar, enfatizar que todos aqueles que perderam as casas em consequência das chuvas e que já não viviam nas tendas, por optarem por sítios mais seguros, iriam receber, também, casas.

Orientou às mais de 150 famílias que viram suas expectativas goradas no sentido de contactarem as administrações comunais das áreas afectadas, para junto das mesmas efectuarem novo cadastramento.

Na manhã de segunda-feira, 27 a nossa reportagem tentou contactar o administrador comunal do Cazenga para sabermos como havia de ser processado o cadastramento das pessoas que não foram abrangidas, entretanto, informaram-nos que o mesmo estava doente.

Já na Administração municipal, encontramos um grupo de populares concentrados à entrada do gabinete administrador, exigindo explicações sobre a entrega das suas casas.

O administrador saiu do gabinete e foi ao diálogo com eles.

“Temos uma orientação de sua excelência senhor governador, segundo a qual todos aqueles que não foram contemplados poderão receber casas. Mas é preciso organização e, porque também sabemos que há pessoas que incluíram nomes na lista e pagaram dois mil dólares norte-americanos, crianças de 14 anos, que não sabem o que é ter uma casa, cada um tem que se dirigir à sua comuha”, transmitiu Tany Narciso.

Mas houve alegrias

Dona Fausta Vilola foi a primeira a ser contemplada na chamada da lista actualizada. Feliz, saltou de alegria e rogou a Deus pelo que ela considerou de maravilha.

“Graças a Deus o senhor ouviu as nossas preces. Hoje vamos deixar este lugar; abençoa todos aqueles governantes que pensaram e organizaram o local para nos albergar no Zango”, suplicou, recordando que a vida na tenda era uma lástima.

“Aqui praticavam-se violações e roubos. Os donos do bairro falavam mal de nós. Não nos deixavam acarretar água no chafariz à vontade. Vinham deitar o

lixo deles aqui no Campo e nós não podíamos reclamar”, ilustrou.

7.2 Jogo de Inocência Para Com os Irmãos Gorita

O País

09 de Março de 2012

A família desalojada no Maculusso, que vive actualmente numa cabana de pano, chapa e lona com cerca de metro e meio, na rua Ché Guevara, então município de Luanda, na província com o mesmo nome, desde Novembro de 2011, receberam, Sábado, 3, mais uma visita anónima que lhes prometeu o regresso à casa de procedência, ao lado da qual estão alojados.

Trata-se da quarta presença, em menos de três meses, já que a família desalojada foi visitada por uma delegação em Janeiro e por outras duas em Fevereiro do ano em curso, das quais não resultou qualquer solução a seu favor, senão o prolongado silêncio, que vai originando outras presenças do género. Embora alimentem alguma fé no efeito positivo desta última vistoria, os irmãos Gorita não escolleram a sua desconfiança, fruto da maneira como terminaram as buscas anteriores.

“Não é a primeira vez que alguém vem em, nome do administrador, governador ou do Presidente da República e se dispõe a resolver a nossa situação, mas todos eles já não dizem mais nada, depois de saberem da história e das pessoas que nos submeteram ao despejo instaurado por um tribunal que consideramos injusto”, lamentou Heliodoro da Silva, o mais velho dos desalojados, recordando que as três visitas anteriores invocaram-se os nomes de José Tavares e de Bento Bento, administrador municipal e governador de Luanda, respectivamente.

Da conversa que o mais velho dos Gorita teve com o agente do Estado, saltaram à vista a inocência da situação por que passam o entrevistado deste jornal, seus irmãos e alguns sobrinhos por parte dos governantes e a vontade destes de repor a legalidade que ditou o despejo da referida família do Maculusso. “Quando lhe perguntei como se tinha apercebido da real situação por que passamos há mais de três meses, o oficial respondeu dizendo que estava na comitiva presidencial, que passara por ali com destino às imediações da liga Africana de Amizade de Solidariedade para com os Povos (LAASP), para as exéquias fúnebres do nacionalista e militante do MPLA, Diógenes Boavida, e os mais altos mandatários do país viram a cabana, tendo-os orientado, logo a seguir, para se inteirarem da situação, a fim de a

resolverem”, explicou Heliodoro, acrescentando que na base das preocupações dos líderes do Executivo estava a aproximação do período das chuvas, o que, segundo este ouviu do seu interlocutor, poderá tornar a crise dos Gorita numa inquietação da Nação.

Por causa disso, o visitante propôs a Heliodoro da Silva, que revelou na ocasião a sua ocupação de investigador dentro do quadro do pessoal efectivo da Direcção Provincial de Investigação de Luanda (DPIC), para voltarem a errcontrar-se 72 horas depois, portanto na Quarta-feira, 7, dia em que o mais velho dos desalojados diz ter recebido, com bastante agrado, do homem do Governo alguns sinais de que o mesmo e aqueles que o mandataram estavam interessados em chamar a justiça a favor dos Gorita.

“Ele disse-me que seus chefes pediram para nos transmitir calma e acima de tudo muita paciência, porque, se no caminho do processo não constasse um despejo do tribunal, naquele mesmo dia a família desalojada voltaria imediatamente à casa que os viu nascer”, referiu, adiantando que, em tais condições, todo procedimento teia de seguir os trâmites legais e jurídicos até que se encontrem os erros e, consequentemente, os indivíduos envolvidos que fizeram o caso chegar aos contornos actuais.

Com a paciência, que considera de ferro, posta à prova, a julgar pelo tempo de vivência na cabana, Heliodoro ficou a saber, por intermédio do seu interlocutor, que o problema foi encaminhado para o governador da província de Luanda, Bento Bento e para Bento Soito, responsável pela requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga. Entretanto, soube ainda que o representante do Governo para o caso da sua família deverá aguardar pela ordem de seus superiores hierárquicos; para junto com a sua equipa de trabalho começar a solucionar o caso, que os vizinhos dos sinistrados classificam como sendo mais um que se perde aos olhos de todo mundo.

Zango para trás

A nova intervenção parece ter trazido novamente a asperança ao seio dos irmãos Gorita, que já se descontraem de algumas situações menos agradáveis com sorrisos e determinação, algumas vezes advindos de recordações da vida feita na residência condigna, outras das peripécias por que passaram, para que o processo pudesse chamar à atenção de gente importante.

Nomes como os de José Tavares, Rosa Mícolo, directora provincial da habitação e Joanes André, secretário de Estado para a Construção foram, vezes sem conta, trazidos à tona, até mesmo para lembrar a

imposição do então administrador de Luanda de seguir para a zona habitacional do zango, município de Viana.

Vale lembrar que, na altura, José Tavares apresentou a referida proposta com o pretexto de melhor acomodar os Gorita, enquanto decorresse o processo, segundo tinham contado a O PAÍS as vítimas do despejo, que, habituados a histórias do género que acabam em permanência num local temporário, garantiram terem jogado no seguro, ao recusarem a proposta do dirigente.

A solução tinha cobrado aos irmãos Corita uma presença na sede da administração de Luanda, onde, de tempos a tempos, se foram apercebendo do envolvimento de entidades notáveis, como foi o caso do secretário de Estado para a Construção, que teve de minimizar o clima de tensão motivado pela proposta do número um do município mais influente da capital e a recusa dos despejados com a recomendação do caso à Rosa Mícolo, directora provincial da habitação em Luanda, para quem os documentos apresentados provavam a legalidade da família Corita, embora não o tenha declarado na altura da reunião, precisando que se necessitava de tempo para identificar as pessoas que estavam a jogar contra a verdade, recordou Heliodoro Silva.

“Acredito que, depois de tudo isso; deixamos o Zango para trás”, atirou, suspirando de alívio.

O nome do despejo

Entre os órfãos de pai e mãe, hoje relegados para uma cabana adaptada a recursos do meio e da circunstância, o nome da madrasta, Isabel Ricardo José da Cruz, é apontado como causador de toda tragédia.

Importa referir que a primeira esposa de Ernesto João Francisco Gorita ganhou a compra da casa, em tribunal, no ano passado, o que ditou imediatamente o despejo dos irmãos Gorita, em Novembro do mesmo ano, ao ponto de se fixarem ao lado da casa de origem.

Os advogados da família despejada tinham chamado a atenção das entidades de direito para reverem a documentação da casa em posse das vítimas, que provava a legalidade da propriedade da habitação a favor do pai dos sinistrados.

Repetindo a história do duelo com a madrasta, que contaram a O PAÍS em Dezembro de 2011, os Goritas não se importaram de contar que, em 1992, o seu progenitor se habilitou à compra da casa, através da Lei 19/91 do mês de Maio. “Depois de dois anos, concluiu-se a compra com a recepção do Termo de

quitação”, disseram, mostrando os documentos que o provam, para logo a seguir, revelarem que a primeira intenção de Dona Isabel, como é conhecida entre os irmãos Gorita, era a de vender o imóvel e dividir o dinheiro com todos membros da família.

Mas essa proposta nunca foi aceite por parte de seus enteados, que guardavam as recomendações do pai, segundo as quais, a casa serviria a todos os filhos, passando mais tarde para o mais novo de entre eles, no caso, Gilson Gorita, de 21 anos de idade.

A reacção dos irmãos Gorita fez Isabel José Ricardoda Cruz arranjar um advogado, para, na qualidade de primeira mulher, reclamar pela titularidade da residência, uma ambição que terminou com a compra do imóvel, tendo suscitado aos filhos do dono da casa a pergunta como é que uma esposa consegue comprar a casa do seu marido.

Para além da titularidade por compra, algumas versões contadas pela própria em outras publicações davam conta que a mesma tinha sido sobrinha de um indivíduo que trabalhou como mordomo de um colono, tendo herdado a casa deste, passando-a posteriormente para si.

Essa vertente mereceu, na altura, a reprovação de alguns juristas, defendendo que o facto de ter sido empregado de um proprietário, em nenhuma situação conferia o direito de herdar um imóvel, porque, se assim fosse, muitos descendentes de colonos seriam donos de grandes vivendas, localizadas, até no centro da cidade de Luanda.

Advogados tomam novas posições

Contactados por O PAÍS para se debruçarem sobre os novos contornos que vai ganhando o caso Gorita com as novas visitas, os advogados recusaram-se em prestar quaisquer depoimentos, alegando estarem proibidos de falar à imprensa.

Entretanto, este jornal soube de uma fonte muito próxima destes que o procurador encarregue de tratar do processo referente à família despejada se encontra em viagem, uma situação que obrigou os advogados de defesa dos Goritas a tomarem novas posições.

Trata-se de um Aditamento à queixa-crime, que veio em conformidade com a solicitação feita pelos denunciante e lesados no encontro ocorrido na sede da Procuradoria Geral da República a 9 de Novembro de 2011.

Alguns juristas explicaram que o Aditamento é um documento jurídico que acresce insuficiências ou ilegalidades havidas num processo já denunciado.

Vale lembrar que, no penúltimo mês de 2011, os advogados de defesa já haviam concluído que o acórdão da 3ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (TPL) incorrera em dois erros graves. O primeiro tinha a ver com o facto de o próprio Estado ter vendido uma só residência por duas ocasiões e a duas pessoas diferentes, nomeadamente a ErnestoJoão Francisco Gorita, o pai dos desalojados, em 1993, e a Isabel José Ricardo da Cruz, a primeira esposa e madrasta das vítimas do despejo, há menos de ano e meio, o que, no entender dos peritos em matéria de Direito, que invocam a lei em vigor, constitui burla por defraudação.

Já o segundo questionava como era possível o processo, que desembocou no despejo executado dos herdeiros da casa, ter durando menos de sete meses, quando a diligência do expediente implicava a venda, o cadastro do referendo na Conservatória do Registo Predial ou à Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado (CNVPHE) e outros procedimentos que, na ocasião, os defensores preferiram não mencionar.

O Aditamento à queixa-crime que chegou a redacção deste semanário coloca em relevo os documentos emitidos em fraude à lei, nomeadamente o Despacho da CNVPHE que aprova o processo de compra e venda do imóvel, o Guia de pagamento da casa, bem como o Termo de quitação número 158/09, conforme consta no ponto três do referido documento, que deu entrada à Procuradoria Geral da República a 28 de Fevereiro de 2012.

Dirigido ao Procurador da República, a nota coloca os denunciante e lesados a requererem que seja requisitado à Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado o processo que deu origem à compra feita por Isabel Ricardo José da Cruz, citada no ponto um do aditamento como a pessoa sobre quem recai essencialmente a suspeita da prática de actos criminosos denunciados, uma responsabilidade que não põe de parte funcionários colocados na CNVPHE, cuja identificação pode ser aferida através de documentos emitidos em fraude à lei, como faz referência o ponto dois do documento datado de 23 de Fevereiro de 2012.

7.3 A Velha Maka dos Terrenos

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

Dali, a caravana rumou mais para o interior do município, no sentido Norte, para as chamadas «reservas fundiárias do Estado» do Km 30. Num

terreno totalmente agreste, que antigamente serviu para lavras de mandioca, ainda se podem ver diversas construções a invadirem o espaço, entre elas naves para fins comerciais, sem qualquer urbanização, nem preparação do terreno, em altos e baixos, cada uma no seu sentido.

Em meio a pilares a demarcar as reservas fundiárias e tabuletas do GPL a proibir a construção particular naqueles espaços, há centenas de casas já habitadas, umas mais pequenas que as outras, de bloco e cimento e pequenas barracas de chapas de zinco. Sem alinhamento, sem demarcação de ruas, sem definição de espaço, tudo desordenado, uma autêntica confusão. As casas são de construção recente e, a maioria, estão marcadas a tinta vermelha com as iniciais «GPL».

De acordo com Ana Alberto, moradora de uma das barracas de chapa, ao lado da qual o governador parou para conversar com a sua vizinha, também moradora de uma barraca de chapa, mas com diverso material de construção, como burgau, blocos e areia, aglomerados em frente, aquelas inscrições foram ali postas no ano passado, 2011, quando a Administração de Via na começou a demolir as construções, o que despoletara uma briga feia entre os fiscais e a população. «Nós compramos o terreno: há quem comprou aos fiscais e outros compraram aos donos das lavras», explicou a senhora.

Questionada sobre o preço e a legalidade da compra respondeu: «O meu marido comprou o terreno aos fiscais por dois mil dólares e eles passaram um papel. Os preços variam conforme o espaço e a pessoa que vende. Há quem paga muito caro. Os que se dizem donos das lavras também passam papel, porque eles dizem que estes terrenos são de família desde os tempos dos avós e sempre foram lavras que passaram de geração para geração. Mas a Administração disse que esses papéis que temos não valem nada. Depois da confusão do ano passado, disseram-nos que nos vão dar casas em outro lugar, mas até agora não estamos a ver nada».

O governador de Luanda, depois de conversar abertamente com uma moradora, que disse ter adquirido o terreno de um camponês, dono de uma lavra, mas estava tentando enganá-lo, motivo que fez Bento Bento lançar mais algumas piadas. Recebeu queixas de um outro morador, distante de toda a gente para que ninguém ouvisse.

Em seguida, questionou Bento Soito, coordenador do Programa de Realojamento das Populações de Luanda (em situação de risco), que disse não saber como aquelas pessoas apareceram naquela reserva, porque até há bem pouco tempo passara por ali e não

havia nada. Esta sua afirmação foi corroborada pelo administrador do mercado do Trinta. «É verdade, senhor governador, o chefe Soito tem razão. Há dias não havia nada aqui», jurou o homem, enquanto as senhoras aqui referidas diziam que já ali moravam há mais de dois anos.

7.4 Regime Demolidor Desaloja Mais 54 Famílias

Folha 8

10 de Março de 2012

A direcção da Socipesca, capitaneou a brutal acção de despejo, com as máquinas demolidoras, insensíveis ao clamor de crianças, mulheres e velhos, que imploravam pelos seus poucos pertences e ainda a indicação de um tecto condigno, nesta altura do campeonato, em que as crianças começaram o ano lectivo e uma mudança de residência causará sérios transtornos.

Mas esta situação colhe apenas a insensibilidade do regime, por ser a sua imagem de marca, quanto a colocar autóctones pobres ao relento, devido a venda do terreno, quando a maioria está ligada a Empresa Socipesca desde 1975.

SE os trabalhadores nunca foram indemnizados e contavam que a sua fixação no local cobria essa falha, não conseguem perceber, como depois dos cofres receberem a entrada de milhões de dólares, os antigos directores, a maioria ligada ao comité provincial do MPLA, não acautelaram uma solução pacífica e honrada para acomodação destas 54 famílias, que envolvem mais de quinhentas pessoas.

F8 esteve no local e ouviu o lamento das pessoas, cuja porta de saída é o desterro para a tórrida e desértica localidade denominada Somália, situada entre o antigo aeroporto e o deserto, uma zona sem água, luz, transportes, postos de saúde e escolas para receberem as centenas de garotos, que precisam de continuar a estudar. É a típica moda de um governo, cuja característica mais próxima é neocolonial e não democrática, pois trata os negros piores que cães, duvidando-se se os colonos, fariam pior. Basta ver que para alguém sair deste campo de concentração terá de percorrer cerca de 18 quilómetros, o que para os kandengues é muita distância diariamente.

Portanto, estas pessoas juntam-se ao já numeroso exército de esbulhados e discriminados, que vêm ao longo dos anos sofrendo as agruras do deserto, das enxurradas e sem condições humanas. Estão atiradas a sua sorte, enquanto os novos ricos do regime,

visam apenas o lucro e o governo local fala de falta de verbas para apoiar socialmente os mais carentes.

“Tenham pena dos mais velhos e das crianças, partiram as nossas casas sem nos avisar porque? Será que já não somos angolanos?”, interroga o ancião, José Cavonguelua de 78 anos de idade, natura de Caconda e trabalhador daquela empresa desde 1973.

Que as pessoas face as estas políticas se decidam penalizar o regime, nas eleições, este não se preocupa, pois os cidadãos vão ou não votar, os seus boletins, em função da fraude vão a mesma parar nas contas do partido no poder o MPLA.

O administrador do município do Narnibe, Armando Valente disse que os trabalhadores negociaram mal com a entidade patronal, mas o governo local providenciou terrenos para aquela população e os direitos de superfície foram pagos pela entidade patronal.

Armando Valente, garantiu ainda que vai desencadear um processo de averiguações que visa apurar a veracidade sobre o cumprimento ou não dos compromissos assumidos por parte da entidade patronal em relação as 54 famílias. No encontro preliminar em que estiveram frente-a-frente, ou seja o representante da empresa Socipesca, João Cabinda e os antigos trabalhadores, acordaram que a empresa iria atribuir vinte chapas de zinco a cada uma das famílias e um montante em dinheiro, para permitir que cada um dos visados possa erguer a sua residência. Uma típica negociação para os negros, pois fosse com estrangeiros e em nenhum momento colocariam estas condições, que envergonham o próprio programa do MPLA, que tinha um forte pendor social, mas transformou-se em forte pendor monetarista, insensível e corrupto.

“Fomos apanhados com as calças nas mãos”, lamentou o administrador Armando Valente que diz. da parte da Administração e em resposta ao pedido da entidade patronal dirigida ao Governo da Província, procedeu-se ao loteamento de terreno e distribuiu-se as 54 famílias, depois de a entidade patronal ter pago o direito a superfície no valor de 18 milkwanzas cada um dos cinquenta e quatro terrenos de 40/20.

«A Chicoil, por exemplo, quando manifestou a necessidade de construir o Hotel Chik-Chik, entrou em negociações com as famílias que viviam ao redor do hotel Moçamedes, solicitou terreno ao governo da província para a construção de casas para as pessoas, o governo da província fez baixar o despacho e nós cumprimos, distribuímos o terreno solicitado, construíram-se as casas e procedeu a entrega a

população. alvo, mas agora penso que os visados falharam ao negociar», enfatizou, o administrador. João Cabinda, representante da Soci.pesca, empresa que vendeu os terrenos a terceiros e demoliu as casas dos trabalhadores, recusou-se a falar a nossa reportagem.

Soube-se no entanto de fonte segura que um grupo de ex-governantes da província do Namibe, na década 80, ficará com estas instalações, sem contudo terem feito quaisquer benfeitorias. “Algumas pessoas desalojadas trabalham nesta empresa desde 1975, quem afinal olha por nós quando o governo e o MPLA nos empurraram para o deserto, onde só há cobras e lacraus? Pelo menos que criassem lá as mínimas condições”, lamenta Josefina Tchilombo de 61 anos de idade, viúva de antigo pescador, ligado à empresa.

A pequena Francisca Jovita Jambela tem 15 anos de idade estuda a 6ª classe e teme que com esta mudança da Praia Amélia para a localidade denominada Somália, não consiga percorrer 18 quilómetros/dia, a pé. «Além de mim, temos estes colegas alguns com 9 a 11 anos de idade, como é que vamos percorrer todos os dias a pé 18 quilómetros», questionou.

7.5 Família ao Relento por Culpa da Requalificação no Cazenga

Folha 8

10 de Março de 2012

A família em causa era moradora da residência 2666 que se encontrava defronte a Vala do Suroca, no município do Cazenga e tal como outras da zona foi demolida em virtude do Programa de Requalificação do Cazenga.

Após as referidas demolições, os moradores foram transferidos para o Zango III, mas por alguma falha no processo a família de Fernando Miguel Katabe não foi contemplada por supostamente não constar na lista das moradias demolidas. Ou seja, continua no Cazenga, mas ao relento como consequência da demolição da sua residência.

A família em causa conta que foram orientados a remover a mobília pela equipa da Unidade Técnica de Saneamento do GPL e assim fizeram. A residência foi, seguidamente, demolida, mas a foi impedida de subir aos meios de transportes que estavam a transportar os moradores para o Zango. Depois de alguns dias ao relento, a família decidiu ir por meios próprios ao Zango mas sem sucesso.

Desta feita, continua a viver a mesma dificuldade, mas, desta vez, no Zango. “Estou a dormir na rua com a esposa e os sete filhos e nem se prontifica a resolver a minha situação”, desabafou Fernando Katabe. Como consequência da referida situação, reclama, perderam grande parte dos bens como são os casos dos “cadeirões, panelas baldes, lençóis e outros”. O Departamento de Unidade Técnica de Saneamento escusou-se a falar do assunto.

7.6 Ravinas Terão Solução

Semanário Angolense

10 de Março de 2012

Depois de deixar as «reServas fundiárias» do Km 30, o governador deslocou-se à chamada Caop, onde as ravinas serão um dos principais problemas. A caravana do governador ao transitar pelo meio daquele bairro densamente povoado, foi motivo de estupefacção dos moradores que saíram à rua e iam gritando: «Queremos água», «Queremos luz!»

Na área, cerca de duzentas famílias vivem ao redor de uma grande ravina, correndo o risco de verem as suas casas a serem engolidas por ela. Algumas delas já caíram e outras estão na iminência de seguir o mesmo caminho.

Devido à estiagem que o país está a viver, com a falta de chuvas um pouco por todo o lado, principalmente na província de Luanda, a ravina da Caop parece um monstro adormecido. As crianças brincam lá, há diversos caminhos para transitarem de um lado para o outro e até está a servir de depósito de lixo.

Porém, se acontecer uma chuvada, porque é a época delas e Abril aproxima-se, a situação pode derivar para uma tragédia. A ravina já existe há dois anos e o governador prometeu aos moradores uma solução rápida, porque, segundo ele, já há engenheiro a estudarem o problema. «É nossa preocupação resolver isto o mais rápido possível e assim faremos», prometeu.

O trabalho de campo do governador terminou na administração municipal de Viana, onde reuniu com o elenco local e seus acompanhantes para o balanço final da visita.

Realce-se que acompanharam o governador, todos os directores do Governo Provincial de Luanda, assim como o general Farrusco e a comandante da Polícia, comissária Bety.

7.7 Projecto de Urbanização dos Bairros Garante Condições de Vida Condigna

Jornal de Angola

14 de Março de 2012

O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana, Bento Soito, afirmou ontem, em Luanda, que os habitantes do município do Cazenga e dos distritos do Sambizanga e Rangel vão ter melhores condições de vida.

Bento Soito, arquitecto de formação, falava num encontro de apresentação à sociedade do projecto de reconversão urbana do município do Cazenga e do distrito do Sambizanga.

Lançado em 2010 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o projecto de reconversão urbana, segundo Bento Soito, demonstra actualmente sinais visíveis de crescimento.

O plano director contempla a construção de redes de abastecimento de água potável, drenagem de águas residuais, colocação de passeios, rede de iluminação pública e sinalização vertical e horizontal.

O projecto é de reconversão, reabilitação e reestruturação urbana, o que vai permitir a edificação de moradias do tipo T2 e T3 e edifícios de cinco andares.

A construção, acrescentou Bento Soito, obedece aos padrões internacionais modernos, sendo 55 por cento da área destinada à habitação, 30 por cento para as vias públicas e 15 por cento para os equipamentos sociais e espaços verdes.

O antigo vice-governador de Luanda para a área técnica referiu que o gabinete técnico tenciona interagir com os habitantes. A execução final do projecto está a cargo de uma empresa de Singapura denominada Surbana. “As suas estratégias de implementação e o modelo de gestão e manutenção adaptado à nossa sociedade, que é funcional, fazem com que os habitantes se sintam confortáveis”, sublinhou Bento Soito.

Kectar Kulkarni, arquitecto da empresa Surbana, garantiu que os habitantes dos bairros que vão ser reconvertidos vão ter um padrão de vida mais elevado.

“Vamos também construir espaços de lazer, escolas, centros comerciais e outros serviços que vão estar mais próximos dos cidadãos, sem que haja necessidade de se deslocarem de automóveis”, ga-

rantiu o arquitecto. Por sua vez, o administrador do Cazenga, Tani Narciso, alertou que deve existir articulação entre as empresas que vão desenvolver os projectos e as instituições do Estado.

“Temos o exemplo das estradas que foram construídas recentemente e que hoje estão a sofrer alterações, porque estão a condicionar os trabalhos que a EDEL, a EPAL e os serviços de telecomunicações pretendem fazer”, acrescentou o administrador do Cazenga.

Convidado a pronunciar-se sobre o projecto de reconversão urbana, o director do aeroporto de Luanda, Costa Lima, manifestou oposição à construção de prédios em algumas zonas do Cazenga e do Sambizanga, porque, a concretizar-se, pode pôr em perigo a população, porque a área é sobrevoada por aeronaves.

7.8 Querem a Minha Casa

A Capital

17 de Março de 2012

A velha Teresa Pedro, natural de Malange, conta 84 anos de vida. Mora na rua da antiga VIIIª Esquadra da polícia acional, ao Prenda, numa residência herdada de sua mãe há pouco mais de 40 anos.

Entretanto, há dois anos, o sossego dela está a ser perturbado. Tudo porque, para seu espanto, de repente apareceu outra senhora, por sinal, também com o nome de Teresa, a reclamar a titularidade da mesma casa e espaço circundante.

A confusão começou de forma ténue em 2010. Contudo assumiu contornos mais sérios no ano corrente, ao ponto de se registarem actos de violência, protagonizados, alegadamente, pela dona Teresa acabada de aparecer.

“Fui invadida por um grupo de jovens, mandados pela dona Teresa que alega ser a dona da casa. Os jovens chegaram aqui e começaram a partir o anexo que está em construção”, queixou-se a anciã.

Segundo ela o grupo de jovens agressores tirou as chapas, puseram os blocos fora de casa e, como se não bastasse, fotografaram a velha sem se saber para que fins.

“Até ao momento não sei qual será o efeito dessa fotografia”, exclamou a velha Teresa Pedro, para depois acrescentar que quando a invasão começou, ela nem sequer estava em casa.

“Encontrei-os já em plena acção. Recorri à Polícia, mas quando vieram, puseram-se à favor da senhora Teresa. Já não queriam ouvir nada que eu falasse”, deplorou, manifestando-se intrigada quanto as razões que sustentam a pretensão de dona Teresa, tendo em conta que ela, a velha, quando lá chegou só havia lixo e capim que fez questão de remover até estar como se encontra agora.

“Capinei tudo isso. Hoje ela vem dizer que o espaço lhe pertence!”, manh festou, convencida de que tal só pode estar a ser possível, porque a outra Teresa conta com cumplicidade do departamento da Fiscalização da Administração municipal da Maianga.

A velha sustenta a sua convicção baseando-se no facto de, depois de receber uma notificação da Administração municipal da Maianga a solicitar a comparência dela fazendo-se acompanhar do documento comprovativo da titularidade do espaço em litígio, mais a licença da obra do anexo, os agentes da Fiscalização mostraram-se, claramente, cúmplices de dona Teresa.

“Recebi notificação no dia 01 de Março para responder na Administração municipal da Maianga, onde deveria contactar com os senhores Pinto Bunga e Artur Montenegro. Fui e disseram-me' que eu tinha de deixar a casa”, relatou a velha Teresa Pedro, acrescentando que a outra Teresa está segura na expropriação da casa, porque, para além da protecção que a Administração lhe dá, conta com o apoio de um irmão que, alegadamente, está a frente do processo.

“Eu como não tenho ninguém que me defenda e, sabendo que sou velha, por isso é que estão a fazer isso”, lamentou, desesperada Teresa Pedro.

Sente-se injustiçada, porque exhibe um documento que, apesar de antigo, dá-lhe hipóteses de ser sim, dona da residência em litígio. Já a outra Teresa, de acordo com a velha, não possui um só comprovativo da titularidade da mesma e, a Administração sabe disso.

A única testemunha de velha Teresa Pedro, é Luís Joaquim Brás, neto dela, mas que já não vive com a avô. De acordo com ele, este problema remonta bastante tempo, tendo começado em 2010 quando receberam a primeira notificação da Fiscalização da Administração da Maianga.

De lá para cá, a situação tende a ser mais aflitiva a partir do momento em que só neste mês de Março, receberam duas notificações.

“Depois de eles terem invadido a casa da minha avô, começamos a ver que a coisa estava a ficar séria”,

constatou, ao notar que, ainda assim, até ao momento não recorreram a mais outra instância, depois de participarem à polícia que, em seu entender, também não fez nada.

“Simplesmente estão do lado da senhora Teresa”, sublinha Luís Brás, para a seguir enfatizar dizendo que a avô vive lá desde 1970 e que a casa foi deixada pela mãe dela, no caso, pela bisavó de Brás.

“Desde aquela data nunca vimos ninguém a reclamar pelo terreno. Hoje é que ela aparece a dizer que o espaço lhe pertence?”, interroga-se o jovem.

“Exigimos um documento, pelo menos, que comprovasse que ela é, de facto, dona do espaço”, mas a resposta da dona Teresa dizia, simplesmente, que não tinha documento, porque os que tinha haviam-se perdido.

“Então, daí não aceitei falar mais com ela, porque ela mostrava ser uma usurpadora”, mesmo assim, atesta Luís Brás, a senhora não desistiu.

“Voltou outra vez com o seu bando de jovens numa altura em que a velha estava aqui sozinha. Invadiram a casa toda, partiram algumas paredes da nova construção, tiraram toda a vedação de chapa que a velha colocou para fechar o quintal e, fugiram”, testemunhou, acrescentando que foi daí “recorremos à Administração municipal da Maianga”.

“Notamos então, a partir .do comportamento de certos fiscais, que estavam do lado da senhora Teresa, mesmo sem apresentar qualquer documento”, porque, “eles próprios, mesmo assim, passaram um documento que autoriza dona Teresa de vir fazer a construção”.

“Desta vez quando fomos à Administração ela mostrou um papel que a autoriza a construir, mas ela não tem nenhum documento que comprova que este espaço lhe pertence”, afirmou Luís Brás, indignado com a postura cúmplice dos fiscais numa demonstração de puro protecção a um ilegal, no caso, para ele, dona Teresa.

“Como é que se justifica isso se a Administração, enquanto representante do Estado, não se baseia na vertente de documentação para clarificar as coisas, simplesmente, vai a favor da senhora indocumentada?”.

Fiscais são coniventes da situação

Luís Brás acompanha o caso de sua avô com dona Teresa desde os primórdios. Ambas não são tão desconhecidas assim, pois, de acordo com Brás, são vizinhos de bairro. Tanto é que, a avô Teresa chegou

a conhecer a mãe de dona Teresa, entretanto, já falecida.

De acordo com a fonte, dona Teresa, considerada agora “usurpadora do espaço” pelos lesados, já não mora no bairro onde, aliás, possuem uma casa, também, herdada de sua falecida mãe, deixando nela como inquilino seu irmão.

“No princípio, pensávamos que ela era uma doente mental. Mas quando começamos a ver as reclamações constantes da velha demos conta de que era coisa séria”, afirmou, quando dava conta de que “nunca fomos dar participação; ela sempre é que vem incomodar e trás papeis”.

O neto da velha Teresa Pedro confirmou que os documentos na posse da avô precisam, realmente, de ser actualizados já que, “os fiscais disseram que os mesmos são inválidos, porque nós ainda não os renovamos”.

“Eles disseram que, já que os nossos documentos não justificam nem ela (a dona Teresa), também tem documentos, então, a opção seria vender a nossa casa”, revelou o jovem, que no entanto contraria a intenção da Administração dizendo que, “não se justifica uma decisão dessas depois de décadas de titularidade”.

“Se pretendem receber a casa da minha avô, então, indenizem-na e fiquem com todo o sítio. Vamos procurar outro lugar para ela”, assumiu, desesperado, o neto de velha Teresa Pedro.

A velha Teresa Pedro está aflita, por isso, pede que o Governo provincial de Luanda, a organizaçãoda Mulher Angolana, OMA, que intercedamjunto da Administração da Maianga, no sentido de resolverem o litígio que, em boa verdade, não tem razões lógicas para existir, já que, ela tem em sua posse um documento de há anos que lhe dá a titularidade do espaço que ocupa há 40 anos.

Autor da notificação disse que não fala

Depois de recebermos o caso da situação em tratamento, a nossa reportagem procurou; em primeiro lugar, localizar dona Tereza para nos dar a sua versão sobre o caso.

Pelo facto de já não estar a residir no bairro onde está a velha Teresa Pedro e, onde também a primeira tem casa enquanto co-herdeira de seus pais, não nos foi possível.

Ainda assim, sabendo que o irmão da mesma, senhor Zito, alegadamente, pertencente à Força Aérea de Angola, (FAN), é o actual inquilino da casa onde

morou dona Teresa e que, segundo as nossas fontes tem conhecimento da questão, fomos à residência dele no afã de obter seu parecer.

Por ironia do destino, também, não o encontramos.

E não ficamos por aqui. Precisamos e fomos à Administração da Maianga, para igualmente sabermos o parecer da repartição da Fiscalização sobre o assunto. Igualmente, não fomos bem sucedidos, apesar de termos encontrado o senhor Artur Montenegro, um dos mencionados no “Aviso de Notificação” à velha Teresa Pedro, datada de 01 de Março de 2012, como pertencente à área técnica, não obstante ser o assinante da referida notificação.

Paradoxalmente, solicitado a pronunciar-se sobre a questão, Monte negro limitou-se a dizer que não tinha autorização para falar, e que para conseguirmos que o fizesse, tínhamos que pedir autorização mediante o endereço de uma carta à direcção dele.

Envidados estes esforços, nada nos restou senão a publicação do caso, já que, em causa está a inquietude de uma anciã octagenária.

Se na verdade ela está na posse de um documento que data dos tempos dos comissariados, pela idade e a viver sozinha, perante a situação com a qual se depara hoje, competeria a própria Administração, num sentido pedagógico, encaminhar a velha para a área competente e, ajudá-la a actualizar os documento.

Uma atitude destas teria maior impacto do que aquela em que são os fiscais a depreciarem a velha, única possuidora de comprovativo de titularidade, em benefício de outra senhora que, mesmo não tendo um só documento, invadiu a casa da velha e fez desmandos.

7.9 Bento Bento em suposta negociata de terreno

Folha 8

17 de Março de 2012

O governador de Luanda Bento Bento está a ser acusado de se apossar de forma ilícita, através de uma série de expedientes burocráticos, de bens públicos, onde se incluem uma avultada verba em dinheiro que ronda os 18 milhões de dólares e mecanismos velados de coação institucional que lhe permitiram beneficiar dum gigantesco terreno em Icolo e Bengo.

Fontes bem situadas colocadas no coração do GPL afinçaram a este semanário que desde que tomou posse o actual governador de Luanda Bento Bento,

que é também o 10 secretário provincial do partido maioritário na capital enveredou por uma política frenética de se apossar o mais rapidamente de tudo que lhe aprouver com vista a um emiquecimento fácil no mais curto espaço de tempo.

«Ele tem medo das eleições e pensa que após estas será descartado rapidamente e portanto procura acaparar-se de tudo o que puder. No fim de Dezembro de 2011 já tinha desviado cerca de 18 milhões de dólares através de empresas ligadas a si e que alegadamente insinuo! em terem prestado serviços ao GPL. É uma técnica antiga de peculato onde o jogador e o árbitro são o mesmo sujeito. O governo, representado por ele, vende ou presta serviços, a empresas representadas pelo mesmo titular do cargo público. Na maior parte das vezes os tais serviços nem se realizam, mas o Governo paga, o que lesa em milhões o erário público » garantiu-nos a fonte que preferiu o anonimato.

O apetite voraz do nóvel governador de Luanda é tal que em cada município que passa quer possuir terrenos nele como que transformando a capital numa coutada pessoal com o interesse público a ser engolido pelo interesse privado. Catete, localidade do novo município de Icolo e Bengo não escapou à regra com a visita a Icolo e Bengo

a transformar Bento Bento num dos novos fazendeiros daquela região com a aquisição para si de um gigantesco terreno por aquelas bandas.

«O custo é quase zero porque a aquisição é feita no Estado. Aliás, não é compra é ordem. Quando ele chega ao município, manda procurar os melhores terrenos das redondezas e aí daquele administrador que não cumprir ou não escolher um bom terreno pode dizer adeus ao cargo. É uma forma de coacção. Em Icolo e Bengo ele ficou com um terreno que dá acesso ao rio. Primeiro ele, segundo ele, sempre ele, não há espaço para as populações! frizou a nossa fonte.

Segundo as mesmas fontes vindas de Icolo e Bengo, Bento Bento orientou a disponibilização de um grande terreno e quando o administrador local deu a conhecer que o mesmo situava-se fora das proximidades do rio, Bento Bento, zangado, orientou que se arranjasse um outro próximo do rio, o que foi cumprido prontamente e na referida altura, o governador de Luanda, disse que ficaria imediatamente com os dois terrenos.

Descontentamento geral na comissão provincial de redimensionamento empresarial

A passada do antigo dirigente da CUCA que agora catapultou-se a membro do BP do MPLA é tão grande que também visa privatizar para si, a actual sede da Comissão Provincial de Redimensionamento Empresarial, o que tem levantado um clima de críspação com os funcionários da instituição que se encontram estupefactos com o desiderato do governador de Luanda de desaloja-los do seu local de trabalho para tornar a sede da instituição em sua propriedade privada.

«Alguém tem que fazer alguma coisa para travar o apetite deste homem senão quando o País acordar é o caos total em Luanda. Tudo o que é negócio o homem quer meter o bedelho, inclusive até em património do Estado. Estamos na disposição de escrever uma carta ao chefe do Estado e as instâncias superiores do MPLA para que tomem medidas contra a postura arrogante de Bento Bento que está a provocar uma série de obstáculos ao desenvolvimento da cidade, porque ele não respeitava nada e julga-se todo poderoso, por isso todos têm medo até de denunciar as tais práticas!» rematou o nosso interlocutor. Sendo os funcionários o objectivo de Bento Bento é fazer da referida sede seu património pessoal, e vias disso obter rendimentos financeiros.

« Os governantes assim querem resolver os problemas do povo ou os seus próprios problemas», interrogam-se os trabalhadores que também estão agastados com a direcção que seguindo eles nada faz para impedir os atropelos do governador restando mesmo a solução de apelar ao chefe de estado.

Bento Bento é acusado de não ouvir e nem partilhar responsabilidades com os seus vices desvalorizando os seus pontos de vistas e sua colaboração além de ter um elevado défice de visão e de metodologia administrativa.

7.10 Venda Ilegal de Terrenos Soma e Segue no Kifica

Semanário Angolense
17 de Março de 2012

A venda ilegal de terrenos, por parte de elementos ligados à Fiscalização, mesmo em zonas consideradas de risco, tem estado a prosperar na zona do Kifica, um dos bairros mais recentes do município de Belas.

Projectado para auto construção dirigida, o Kifica corte sérios riscos de vir a transformarse num «guetto», a avaliar pela anarquia lá reinante em termos de construção civil.

Apesar das advertências feitas recentemente pelo governador de Luanda, Bento Bento, sobre este assunto, as negociatas de espaços tem estado a gerar conflitos e fazer interesses imobiliários entre os compradores, já que alguns fiscais, movidos pela sede do vil metal, chegam a vender o mesmo terreno a duas ou três interessados.

A ganância pelo dinheiro é de tal sorte que os referidos negociantes não se coíbem também de vender espaços junto a vala de drenagem de águas pluviais.

Depois de se ter estreitado algumas ruas para permitir a construção de casas, este jornal constatou no terreno que algumas ruas foram cortadas com o mesmo objectivo ou seja, para satisfazer interesses imobiliário.

Alguns moradores desse novo bairro estão igualmente preocupados com um muro de vedação no cruzamento de acesso à futura subestação da EDEL, por «constituir um perigo aos automobilistas, pois limita a sua visibilidade».

«Esta obra já tinha sido embargada, tendo o primeiro muro de vedação sido derrubado, mas há poucas semanas, ele foi novamente autorizado a construir. Suspeito que ele tenha subornado alguns fiscais. Só pode!», atira um morador da zona.

7.11 Executivo deve reagir

Semanário Factual

17 à 24 de Março de 2012

ada a requalificação da cidade de Luanda, em curso desde há alguns anos, concretamente logo à paz conquistada em 2002, moradores de distritos da capital estão a ser transferidos para zonas periféricas, depois de serem retirados das áreas de risco.

Esta medida adoptada pelo Executivo foi do agrado dos beneficiários que ganharam habitações com melhores condições.

Esses aglomerados populacionais foram instalados nos Zangas 1,2,3 e 4, em Viana, onde a situação não é de todo agradável, porque a vivência aí é ainda pouco satisfatória.

Isso porque, se os beneficiários saíram das zonas de risco onde construíram habitações precárias, de chapa de zinco, de papelão e de blocos de cimento sem serem rebocados, as novas moradias estão sem água potável e com energia eléctrica irregular.

a que chama a atenção dos interessados nas novas zonas de acolhimento, particularmente nos Zangas, é que os moradores encontraram melhorias visíveis, como asfalto de ruas, mas a água e a electricidade são "pavões", quer dizer, somem quando menos se espera.

Aliás, nenhum morador se sente feliz, porque de manhã cedo tem de calcorrear as ruas dos bairros a fim de encontrar um pouco de água para os seus afazeres, gastando dinheiro quando a rede da EPAL deveria conter água ininterruptamente.

Estranho também é o facto dos novos bairros surgirem sem que as autoridades as visitem posteriormente para saberem se os moradores vivem com todas as condições dignas.

E preciso dizer que os ex-moradores das zonas de risco são também seres humanos e têm de ser tratados com dignidade, pois, deveriam receber casas com água potável, com rede eléctrica e com melhor acabamento, dado que o chão é bruto e sem quintal definido, ficando essa tarefa a cargo do novo inquilino.

Sucede que estes moradores, a maioria sem recursos para se sustentar, acabam por vender as suas casas a alguém de posses, voltando, quase sempre, às antigas zonas onde viviam, na expectativa de conseguirem outras habitações sociais.

Empreiteiros executam obras sem planificação

Desconhece-se se os empreiteiros trabalham sem orientação superior, pois, as casas são entregues antes mesmo de serem construídas infraestruturas sociais, como escolas, hospitais, centros de lazer, arborização e jardinagem, tornando-se os moradores objectos que não adoecem, sem sede, sem comida e sem estudo.

Porque, a serem pessoas, a dignidade só acontece quando são providenciadas infra-estruturas de apoio, uma vez que, sem estas, a existência de bairros perde sentido.

Ademais, os transportes públicos não beneficiam as novas centralidades, mas apenas taxistas e gente sedenta de dinheiro, por estar desempregada ou sem recursos, transportam os moradores para onde eles querem.

Daí que, após a construção, por empreiteiros estrangeiros, de novos bairros ou de edificios para centralidades, o Executivo deveria enviar responsáveis para constatar se todas as condições estariam criadas antes da transferência de moradores de zonas de risco para novas áreas habitacionais.

Aliás, é um paradoxo criar bairros sem infraestruturas sociais e enviar moradores para as casas sem, essa prerrogativa.

E que, sem escolas, sem hospitais, sem lojas de referência e sem jardins, nenhuma urbanidade pode ser considerada, porque viver com dignidade é ter os meios necessários à volta, sempre e quando for preciso.

O que se nota é que parece haver pressa em "despachar" as pessoas para os Zangos, em nome da requalificação de Luanda, sem primeiro se criarem infra-estruturas necessárias, confrontando-se os habitantes com um dilema: onde encontrar água,

energia eléctrica e outros serviços sociais?

Uma nota de realce vai para o governo provincial de Luanda que, através dos seus parceiros de limpeza e saneamento, procede à recolha de lixo nos novos bairros dos Zangos.

Neste capítulo, as queixas dos moradores são nulas, pois, reconhecem que, apesar da falta de água e de energia, a higiene faz morada nas novas centralidades dos Zangos. No entanto, sem que medidas veementes sejam adoptadas pelo Executivo, os Zangos continuarão sem água e com energia eléctrica deficiente, quando se sabe que qualquer projecto habitacional, por si só, não satisfaz o mais interessado, nomeadamente aquele que aprendeu que, sem água não há vida, sem saúde não há povo e que um país se faz com homens e livros, e que a escuridão somente é favorável aos amigos do a

7.12 Famílias residentes em zonas de risco beneficiam de terreno para construção

Jornal de Angola
22 de Março de 2012

Várias famílias que residem em zonas de risco ou próximo das valas de drenagem das águas pluviais, nos arredores da cidade do Sumbe, em breve têm acesso a terrenos nas duas reservas fundiárias identificadas para a construção dirigida de residências, no âmbito do Plano Nacional de Habitação.

O facto foi revelado segunda-feira no Sumbe pelo administrador municipal, Sebastião Daniel Neto, no termo de uma visita inserida no levantamento topográfico e reordenamento das duas áreas identificadas das reservas fundiárias do município, onde está prevista a construção de mil residências.

O administrador disse que as famílias contempladas nas reservas fundiárias são aquelas cujas habitações são demolidas, de forma a facilitar os trabalhos das empresas de construção a quem foram adjudicadas as obras de construção das referidas habitações do modelo T 2 e T 3, independentemente das condições e dimensões da casa que for demolida.

Sebastião Daniel Neto disse que apesar de ter terminado o prazo para aquisição de um terreno numa das reservas fundiárias, os cidadãos interessados numa parcela para construção dirigida devem dirigir um pedido à administração municipal através de um requerimento onde constam todos os dados pessoais, para em fase posterior abrangido.

O administrador mostrou-se insatisfeito com a atitude pouco digna de muitos municípios que continuam a destruir o bem público, fazendo alusão a uma rotura efectuada ilicitamente, na tubagem de distribuição de água potável ao bairro do Chingo.

O responsável apelou aos cidadãos para evitar actos do género, que mancham a imagem do Executivo, que tudo tem feito para minimizar os principais problemas que ainda afectam a população e pediu também aos técnicos do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Instituto Geográfico Cadastral de Angola a serem mais célebres na estruturação deste processo.

A visita, enquadrada na requalificação a que o município está a ser submetido, contou com a presença de uma equipa constituída por técnicos locais do Instituto Nacional de Ordenamento do Território, Instituto Geográfico e Cadastral) Angola e das obras públicas.

7.13 General apodera-se de espaço público

Novo Jornal
23 de Março 2012

Os moradores do largo frei João Cavasee, localizado na Ingombota, por detrás da Igreja Pentecostal do Sétimo Dia estão agastados, com as obras do hotel Katiavala propriedade do general Ledy. O empreendimento está a causar sérios transtornos aos residentes das vivendas e do edifício vizinho que acusam o oficial de apoderar-se de um espaço público para fins lucrativos. Apesar de recusar prestar esclarecimentos sobre as queixas, o proprietário do hotel acabou por soltar um desabafo: "Não sou o único".

Os moradores queixam-se das fossas das residências, que foram bloqueadas; do parque de estacionamento,

que ficou limitado devido ao enorme gerador do hotel; e do fumo do gerador que põe em risco a saúde pública. Denunciam ainda a obstrução de uma das entradas de acesso ao prédio, a construção na lavandaria de um escritório a falta de canalização para as águas e esgotos do hotel, que vão parar à casa dos moradores e aos espaços públicos.

De acordo com os moradores, o general começou a fazer as obras do empreendimento dentro dos limites da sua propriedade, numa área pertencente a duas vivendas que comprou. Com o andar do tempo, foi-se apropriando do espaço, adicionando às obras mais 60 metros do largo onde se encontravam as fossas das sete residências, sem apresentar qualquer documentação. Esta situação, segundo os queixosos, criou sérios problemas na evacuação das águas dos esgotos. "Temos as casas todas entupidas, não sabemos o que fazer", frisou um morador que preferiu o anonimato, salientando que, por conta disto, ele e os vizinhos se viram obrigados a cavar as fossas nos seus quintais.

ESTACIONAMENTO E LAVANDARIA OCUPADOS

Outra grande preocupação prende-se com o facto de o general ter instalado um grande gerador no meio do largo, limitando muito o estacionamento. "Além disso, jorra muito combustível que está a dar cabo do pavimento que nós asfaltamos, e com a agravante de que espalha muito fumo", notam.

"Com ou sem energia da rede pública, o gerador não pára de funcionar", lamentam. Contactado o chefe da fiscalização, Joaquim Maradona, este mostrou-se surpreso com a situação, negando que os moradores tenham apresentado alguma queixa. "Para nós, este caso é novo. Não temos nenhum registo".

Uma das moradoras que também pediu anonimato afirma que já perdeu as esperanças em relação à acção da fiscalização. "Já tentei várias vezes contactar a fiscalização, eles dizem que já fizeram a notificação e disto não pássam", frisou.

O general Ledy recebeu o Novo Jornal, mas recusou pronunciarse sobre o assunto, alegando não estar autorizado a prestar quaisquer declarações à imprensa. Face a alguma insistência, ironizou: "Não sou o único. Há tantas obras deste género na cidade e só vêm ter comigo!"

7.14 Administração do Kilamba Kiaxi embarga obra que Licenciou por suposta pressão

Jornal O País
23 de Março de 2012

A administração do Kilamba Kiaxi embargou uma obra que havia licenciado, por suposta pressão de um dos lados envolvidos num litígio, na rua Teixeira Lopes, no bairro do Neves Bendinha, denuncia a cidadã Fátima Barreiro Jungo.

A cidadã conta que adquiriu há alguns anos uma casa de madeira na rua Teixeira Lopes, com as dimensões de 181.80 metros quadrado, e que a destruiu para construir no mesmo espaço uma residência mas o seu vizinho, que habitualmente encostava os seus carros ao lado da antiga residência, recusa perder o espaço para o novo proprietário. Fátima Jungo explicou que cedeu um espaço suficiente para o vizinho continuar a estacionar, apesar de não ser obrigada a isso pois o terreno é dela, mas este não se contentou com as dimensões do espaço e conseguiu que administração do Kilamba Kiaxi embargasse a sua obra, sem razão aparente. A administração, que licenciou a referida obra através da licença KK 011/2012, passada no dia 23 de Janeiro deste ano, embargou a obra sem ter ouvido a cidadã, diz a mesma. No entanto, no dia 13 de Março de 2012, foram convocados ela e o marido João Andrade Jungo para serem ouvidos pela administração mas o administrador mostrou-se indisponível, evocando que estava em reunião.

A senhora e o marido dizem que o vizinho goza de influência junto da administração, razão porque conseguiu que fosse embargada a obra, mesmo tendo aprovado e legalizado todo processo, incluindo escritura do contrato promessa de constituição de direito superfície"

O PAÍS foi ouvir a administração do Kilamba Kiaxi mas dizem não ter autorização para falar à imprensa, solicitando a seguir uma carta com a exposição do assunto.

7.15 Luiana recebe moradores

Jornal de Angola
28 de Março de 2012

O governo da província do Kuando-Kubango tem já criadas as condições mínimas para, a partir do próximo mês de Maio, dar início ao processo de transferência de centenas de pessoas que vivem nas matas para a nova sede comunal de Luiana que está a

ser reconstituída numa zona que fica a 30 quilómetros da aldeia da Jamba, município do Rivungo.

Na nova sede de Luiana, o governo inaugurou uma escola de três salas, duas casas para albergar os quadros e um posto de saúde com uma enfermaria, área de tratamentos, farmácia e cozinha, empreendimentos que custaram aos cofres do Estado 73 milhões de kwanzas.

A comuna de Luiana tem três furos de captação de água subterrânea, equipados com motores alimentados por placas de energia solar, que bombeiam para tanques de dez mil litros e servem, por gravidade, os chafarizes construídos para abastecer a população.

O director provincial de Energia e Águas, Filipe Sabino, inaugurou também quatro sistemas idênticos na aldeia da Jamba, zona que serviu durante muito tempo de acampamento da UNITA, equipado e mantido pelo regime racista de Pretória. Na localidade, a população passa a dispor de água potável, desde a saída dos sul-africanos.

Executados no período de 30 dias, os projectos enquadram-se no Programa Água para Todos" e custaram aos cofres do Estado 63 milhões de kwanzas. Os empreendimentos fazem parte da estratégia do Executivo que visa melhorar o nível de vida das populações.

O director Filipe Sabino esclareceu que o "Programa Água para Todos" começou a ser executado em 2008, no Kuando-Kubango, e disse que até agora foram já investidos 700 milhões de kwanzas na construção de 89 pequenas estações de captação de água potável, 73 furos de água equipados com bombas e três sistemas convencionais de tratamento e distribuição de elevada capacidade .

Cristina Capapo, administradora comunal de Luiana que superintende também na aldeia da Jamba, disse que a população passou a ter água potável com abundância. Realçou também a construção da escola e do posto médico na sede provisória de Luiana que vai também beneficiar a população da Jamba, porque, argumentou, antes estas infra-estruturas de carácter definitivo não existiam e os serviços de saúde e de educação funcionavam em locais improvisados como casas de pau a pique, debaixo das árvores ou em tendas.

"Trabalhamos no sentido de darmos maior dignidade à nossa população, com a construção de novas infra-estruturas sociais e económicas", disse o responsável.

Os constantes ataques dos elefantes às culturas da população também constam das preocupações da administradora comunal.

7.16 Hospedeira da TAAG vende casa a duas pessoas

Jornal Continente

30 de Março de 2012

O processo, sob o nº 244/10 está engavetado, há mais de seis meses, na 3ª Secção do Tribunal de Luanda, depois de há um ano ter ocorrido a primeira sessão de julgamento.

A história remonta há cinco anos, quando Maria Augusta "Gugu" fechou negócio com a esposa do empresário Henrique Miguel "Riquinho", consubstanciado na venda de uma residência na Sagrada Família, em Luanda e que pertencia a mãe da vendedora.

Na ocasião, a compradora havia adiantado 750 mil dólares, 50% do valor acordado, tendo Maria Augusta passado uma procuração que permitia a nova proprietária habitar já na casa, coisa que esta não fez no momento porque a mesma estava ocupada por cidadãos estrangeiros com as respectivas rendas em dia.

Ao que consta, passado algum tempo, "Gugu" viu-se tentada com uma outra proposta, apresentada por Mário António, uma figura proeminente da direcção do MPLA, que na altura tinha sido apeado da campanha eleitoral daquela formação política, alegadamente, por actos indecorosos.

Mário António duplicou o preço e Maria Augusta não olhou a meios, tendo passado outra procuração ao político. Esperava-se, no entanto, que ela devolvesse, pelo menos o dinheiro à primeira compradora, já que facturou, mesmo que fosse sem juros.

Contrário a isso, a hospedeira da companhia aérea angolana de bandeira pôs-se ao fresco, tendo comprado várias residências, sendo uma com o número 28, no condomínio Ípico, no Benfica, em Luanda.

Consta que, "Gugu" não terá agido sozinha, uma vez que, depois da parte lesada ter recorrido aos órgãos de justiça, mesmo assim o assunto foi mandado para as calendas gregas.

Ao que se sabe é que a burladora conta com a protecção da procuradora Rasgado, esposa do senhor Rasgado da Federação Angolana de Andebol e, quiçá mesmo, de Mário António.

Isto vem a propósito do facto de, mesmo depois de ter sido detida por crime de burla e obrigada a devolver o dinheiro em causa, foi logo libertada, arrogando-se a não devolver os valores. Na altura em que o assunto começou o tomar contornos alarmantes, Maria Augusta contratou os serviços de Inglês Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, tendo este se retirado por ter notado as trapaças da sua cliente, bem como o envolvimento directo de pessoas "estranhas", como é o caso da procuradora Rasgado, que desde as primeiras horas a defendeu com garras, mesmo sabendo que se trata de uma burladora.

O certo é que, não sendo a protecção que a burladora detém, através de pessoas, como a procuradora Rasgado, que deveria ter a missão de fazer cumprir a lei, "Gugu", teria, há muito tempo três cenários: devolver o dinheiro à lesada, com os respectivos juros, entregar uma nova casa ou estar na cadeia.

Tribunal de Luanda faz vista grossa propositadamente

Comenta-se à boca pequena que a procuradora Rasgado terá feito jogos de bastidores no Tribunal Provincial de Luanda, razão porque o processo continua encalhado até agora, apesar das provas evidentes que a lesada possui e apresentadas naquela instituição.

O "stand by" é uma artimanha para dar tempo ao tempo, por forma a que futuramente, o processo transite do fórum criminal para o cível aliviando assim Maria Augusta, que à luz da decisão que o tribunal irá tomar, ela pagará o dinheiro "a la vonte", como dizem os franceses, em parcelas insignificantes.

Caso vergonhoso

Contactado o empresário "Riquinho", a partir do Brasil, onde se encontra em férias, tendo aproveitado a sua estadia para consultas médicas, disse que se trata de um caso já vergonhoso, porquanto, deveria ter sido resolvido há muito tempo, tendo em conta os factos favoráveis à lesada.

Mesmo assim, deu o benefício da dúvida e mantém confiança nas autoridades judiciais, sobretudo a Procuradoria-geral da República.

"Riquinho" manifestou-se, por outro lado, optimista na resolução deste assunto, o mais depressa possível, justificando que nos últimos dias a justiça angolana tem estado a funcionar.

"Acredito também que a hospedeira fez mal os cálculos e que a intenção dela era fazer com que o dinheiro que recebeu no segundo comprador, investir

e arrastar o assunto para cinco ou sete anos para que o processo transite da área criminal para o cível, mas está enganada, porque a justiça vai funcionar", disse o interlocutor, acrescentado que se o caso do empresário americano burlão foi resolvido, este também será, porque a culpa, nos seu entender, não pode morrer solteira.

De acordo com a fonte, a burladora será obrigada a devolver o dinheiro, 750 mil dólares, acrescidos dos respectivos juros de 20%, devido ao tempo que está com os valores monetários, cinco anos.

De recordar que, os nossos esforços para contactarmos a hospedeira da TAAG, visada nesta matéria, foram gorados, porque o seu telemóvel estava desligado.

Não nos foi, igualmente, possível contactar a procuradora Rasgado.

7.17 África Deve Investir Em Reformas No Domínio De Fundiário E Do Crédito

Jornal de Angola
30 de Março de 2012

A África deverá investir numa reforma fundiária para melhorar o acesso das populações à terra, segundo o "Relatório Económico sobre a África de 2012", lançado em Addis Abeba.

Da autoria da Comissão Económica das Nações Unidas para a Africa (CEA) e da União Africana (UA), o relatório observa que, apesar da Africa dispor de 60 por cento das terras aráveis do Mundo, o acesso a terra, nomeadamente pelas mulheres, continua a ser um sério problema e a insegurança na ocupação impede os agricultores de investir o seu trabalho e os seus baixos recursos na tecnologia para melhorar e aumentar a produtividade dos solos disponíveis.

"A necessidade de uma reforma fundiária é reconhecida, mas são raramente tomadas medidas sobre isso. Este problema persiste apesar de países como a Etiópia experimentarem novas práticas de uso dos solos para reduzir a incerteza entre os agricultores", indica aquele relatório económico anual.

Apesar de saudar o exemplo Etíope de certificação fundiária como um meio eficaz de melhorar as práticas de uso dos solos para reduzir a intromissão e melhorar a conservação, os redactores do relatório ressaltam que não existe nenhum modelo universal

único de reforma fundiária que os países devam seguir de forma absoluta.

Os tipos de propriedade fundiária em cada país são determinados por factores históricos e culturais, notando que "nem o velho sistema de propriedade das terras municipais nem a forma moderna de propriedade privada podem resolver de modo adequado o problema da penúria das terras, exacerbado pelo rápido aumento demográfico, por décadas de degradação e pelas novas ameaças das mudanças climáticas".

"O controlo do Estado sobre as terras (exemplo da Etiópia) impede também o investimento e a produtividade, pois os pequenos fazendeiros ficam na incerteza", sublinha o relatório.

Serviços financeiros

Por outro lado, o documento insta os países africanos a instalarem os serviços financeiros nas zonas rurais com vista a facilitar as trocas de bens de serviços e as actividades comerciais em tais áreas.

"A procura de serviços financeiros nas zonas rurais em África é grande, mas os provedores de tais serviços são muito poucos e até inexistentes", indica o relatório que adianta que, nos países onde existem, as instituições de microcrédito têm um alcance fraco devido à insuficiência dos seus capitais, e estão mais voltadas para os empréstimos à população rural do que para a mobilização da poupança desta população, para além de que as garantias exigidas desanimam os candidatos potenciais ..

Os autores do documento dizem que o estatuto de subdesenvolvimento dos bancos rurais constitui um grave obstáculo à poupança e à prestação de serviços financeiros essenciais nas zonas rurais.

Por isso, os governos são aconselhados a alargar a intermediação financeira nas zonas rurais, pela liberalização do sector financeiro e bancário e pelo incentivo à concorrência entre os diversos fornecedores, nomeadamente as cooperativas de poupança e crédito, as associações de poupança e empréstimos e os bancos comerciais nacionais, com vista a promover a competitividade entre os produtores dos meios rurais, aproximando-as dos conceitos mais modernos, e estender os serviços bancários.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Luz Eléctrica Chega à Rádio K. Sul

Novo Jornal
02 de Março de 2012

LUZ ELÉCTRICA chegou finalmente à Emissora Provincial do Kwanza-Sul, órgão afecto à Rádio Nacional de Angola, que conhece um novo dinamismo. Durante anos, a direcção nacional da Rádio desembolsou largos milhões de kwanzas para manter os centros emissores a funcionar com a compra de geradores, combustíveis e lubrificantes que permitiam todos os dias pôr o sinal no ar, através das ondas hertzianas.

Este calvário chegou ao fim há mais de 10 dias quando a direcção de Nelson Luís conseguiu levar a energia da rede ao centro emissor no bairro Brisa Mar. Os próximos desafios passam pela instalação de luz da rede no novo centro emissor, localizado no bairro do Chingo.

A actual direcção mandou construir o muro que circunda todo o centro de maneira a proteger o equipamento ali instalado, uma vez que antes o local servia de pasto para caprinos e suínos e, nalguns casos, como retrete para os populares. Brevemente vai inaugurar o novo edifício, remodelado, que permitirá abandonar os contentores onde ' actualmente funciona a rádio provincial.

Nelson Luís, que já foi director da Rádio Tombwa e da Rádio Namibe, confidenciou ao Novo Jornal que o segredo está na entrega ao trabalho.

Aquele responsável defende a valorização dos recursos humanos. “É preciso colocar o homem certo no lugar certo.”

Actualmente o trabalho da rádio no Kwanza-Sul é feito em contentores, que albergam todo o equipamento, e com um emissor de pouca potência. Apesar disso, o hábito de informar, formar e entreter continua no quotidiano dos kwanzasulinos e não só.

O Kwanza-Sul, ao que se diz por cá, vai ter uma rádio nova e com ele um quadro de pessoal capaz de corresponder às exigências do momento.

Quanto à expansão da Rádio a outros municípios da província a prioridade, segundo o director, recai no município da Cela, rium projecto do governo central.

8.2 Tuberculose Alarma Malanje

Novo Jornal
02 de Março de 2012

O BACILO DE KOCH afecta quase todos os bairros periféricos do município sede de Malanje. O director-geral do Hospital Sanatório local, Manguituka Pedro Chanjé, mostrou-se recentemente preocupado com o índice de doentes que abandonam a terapia nos últimos anos, o que favorece o surgimento de resistências nas bactérias responsáveis pela doença.

Em 2010, a taxa de abandono de pacientes com tuberculose foi de 31.2%. Para contornar a situação, uma estratégia foi equacionada (formação de técnicos dos postos de saúde), com a criação de equipas de busca activa, permitindo em 2011 uma redução para 26%, o que não deixa de ser preocupante para a instituição sem qualquer meio de transporte. “Infelizmente, temos dificuldades, porque os nossos doentes têm que ser acompanhados, tanto aqui como no domicílio”, recordou.

A deserção; de acordo com Manguituka Chanjé, abre caminho à resistência aos tubercostáticos, e “hoje em dia em Angola não há ainda tratamento para os doentes resistentes”. Quando acontece, “é só esperar a morte”, lembrou.

Em 2011, dos seis pacientes de tuberculose resistente, “cinco pereceram e um evadiu-se” do sanatório, desconhecendo-se o seu paradeiro.

A área limítrofe entre os bairros da Maxinde e Cahala ocupa o primeiro lugar no gráfico de zonas endémicas, com o internamento de 48 (pacientes), moradores naquela unidade hospitalar infecto-contagiosa, em 2011. Seguem-se a Catepa (44), Carreira de Tiro (40), Ritondo (26), Canâmbua (20), Vila Matilde 21 e o bairro do Campo de Aviação, com 25 casos.

Várias pessoas infectadas continuam a circular pela cidade de Malanje, sem contudo se preocuparem com os sintomas ou manifestações estranhas no sistema respiratório.

A instituição hospitalar, vocacionada para o tratamento de enfermos com tuberculose e casos associados ao HIV/SIDA, internou no ano transacto 400 pacientes. Em 2010, os dados apontaram para 267 (26 óbitos) e, em 2008, faleceram 38 acamados. “No ano findo, tivemos mais mortes e mais internamentos”, justificou-se.

Os diagnósticos efectuados, nos últimos dois anos, ao nível daquela circunscrição indicam 721 casos de BK+, em 2011, e, em 2010, há o registo de 669, aumento que ameaça a rede sanitária por ser uma bactéria infecciosa. “Cada doente com bacilo de Koch positivo tem a probabilidade de contaminar 18 a 20 indivíduos por ano”, notou.

Manguituka Pedro Chanjé, supondo que existem entre 700 pessoas infectadas e sem o controlo das autoridades sanitárias, considera a imunidade dos “jovens” afectada pelo consumo exagerado de bebidas alcoólicas, o uso de cigarro e a dieta alimentar desregada. Factores que favorecem a contaminação de toda a rede comunitária nos próximos tempos.

O programa de combate à tuberculose treinou enfermeiros que atendem em todos os centros e postos de saúde pacientes com a referida doença. No Hospital Sanatório de Malanje (HSM), está disponível um laboratório de referência, onde são testadas as amostras que conferem o internamento e tratamento ambulatorio.

O stock de reagentes está abastecido para diagnosticar pacientes até Agosto deste ano, garantiu o director, que aconselhou a população a acorrer à instituição quando a tosse atingir duas semanas.

Prevenção contra a doença

O mundo assinala a 24 deste mês a Dia Mundial da Tuberculose. Em Malanje, um cronograma de actividades está a ser materializada desde ontem, dia 1, com a realização de uma palestra na Hospital Sanatório. local co.ncarrida par técnicas e pacientes internados.

A análise da situação epidemiológica da tuberculose e casos associadas ao HIV/SIDA será feita na próxima segunda-feira, dia 5, durante uma mesa redonda, a decarrer na HSM, tema que vai ser apresentada na dia seguinte (terça-feira) às autaridades tradicianais, no salão nobre da Administração Municipal de Malanje.

O director-geral da Hospital Sanatório de Malanje, Manguituka Pedro Chanjé, justificou a encontro com os sobas e regedores, sobre as formas de prevenção, transmissão e tratamento, com a necessidade de estes farnecerem infarmações sobre a localização das pessoas infectadas, dizendo que eles vão pressionar os “parentes e povo da comunidade” a cumprirem com a tratamento.

“Muita gente pensa que a doença é verganhosa, mas tem cura”, reafirmou aquele respansável que encabeça o programa do Dia Mundial da Tuberculose.

Os funcionárias das serviços prisionais e reclusos da cadeia da Camarca de Malanje poderão igualmente participar, no dia 8, no ciclo de palestras sobre a doença que afecta, sobretudo, a população carcerária em vários países do mundo.

A mensagem de combate à tuberculose poderá ser profetizada pelos servos de Deus, nos mercados pelas equipas de sensibilizadores.

8.3 Bairros de Luanda Registam Cortes de Energia Amanhã

Jornal de Angola
03 de Março de 2012

A província de Luanda vai sofrer um corte parcial no fornecimento de, energia eléctrica entre as seis e as 14 horas de amanhã, indica um comunicado da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), chegado ontem ao Jornal de Angola.

A Empresa Nacional de Electricidade explica na nota que o corte parcial se deve ao facto de estar agendada para hoje a manutenção preventiva e correctiva dos sistemas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica à província de Luanda.

As áreas que vão ficar afectadas com o corte parcial, segundo o documento, são Talatona, Benfica e Samba. A ENE, lê-se na nota, apresenta aos consumidores das áreas afectadas as mais sinceras desculpas pelos transtornos que os trabalhos de manutenção possam causar.

8.4 Segunda Central de Electricidade Supera a Capacidade de Capanda

Jornal de Angola
04 de Março de 2012

A segunda central eléctrica em construção na barragem de Cambambe, na província do Kwanza-Norte, pode gerar 700 mw de energia, superando assim a de Capanda, que produz 520, revelou o ministro da Energia e Águas.

João Baptista Borges, que procedia ao balanço da sua visita de dois dias a Malange, precisou que o Conselho de Ministros aprovou o documento que autoriza a contratação do fiscal da obra, uma vez que os trabalhos já estão em curso.

O ministro disse que a energia das barragens de Cambambe e Capanda transita pelas subestações de Viana e Cazenga, que devem instalar novos equipamentos de manobra e de protecção.

“Esses projectos aprovados pelo Conselho de Ministros visam principalmente garantir a melhoria da fiabilidade na exploração destas instalações, com a substituição de equipamentos que estão obsoletos, e melhorar os sistemas de protecção e de comando”, frisou.

Mini-hídricas no Kwanza

João Baptista Borges chefiou uma delegação que trabalhou durante dois dias na província, onde visitou o local escolhido para a instalação do centro de captação do rio Kujji, as infra-estruturas não concluídas da mini-hídrica do rio Kwanza, o centro de captação, tratamento e distribuição de água da Guiné, assim como as subestações eléctricas da Capopa e de Malange. O ministro fez-se acompanhar dos presidentes dos conselhos de administração da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) e do Instituto Regulador do Sector Eléctrico, Fernando Barros e Luís Mourão, respectivamente, assim como do director nacional de Energia e dos gabinetes de Inspeção e das Aguas, Belça da Costa, Diógenes Orcine e Luís Sobrinho. A barragem de Cambambe é o principal fornecedor de electricidade à capital do país. O fornecimento de energia a partir daquele gigante é feito parcialmente, em função das obras de recuperação em curso para melhorar a sua capacidade

8.5 Níveis de Cobertura do Programa Registam Números Consideráveis

Jornal de Angola

04 de Março de 2012

O programa do Executivo “Água para Todos” atinge até ao final do ano, na província do Bié, um nível de cobertura de 80 por cento da população, com a construção de sistemas de captação de água subterrânea, anunciou no Kuito o secretário de Estado para o sector.

Luís Filipe da Silva, que terminou ontem uma visita de dois dias ao Bié, indicou que cerca de 54 por cento da população rural já consome água potável, fruto da execução do programa nos últimos meses.

Na província do Bié, 24 das 30 comunas têm sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável. O secretário de Estado inaugurou na comuna do Cunje dois sistemas de captação, para melhorar o acesso à água pela população. Luís Filipe da Silva, que avaliou naquela província o nível de cobertura do programa, destacou o avanço da sua implementação.

O secretário de Estado reafirmou o empenho do Executivo em garantir água com qualidade a todas as localidades e apelou a uma maior participação da comunidade nas acções do governo local.

O secretário de Estado defendeu a necessidade de implementação, no interior dos municípios e comunas, de programas de formação de técnicos para assegurarem a manutenção dos sistemas de água.

Luís Filipe da Silva anunciou a ampliação do sistema de captação de água do município do Kuito, com a instalação de um dispositivo no rio Cuquema, para reforçar o abastecimento a todas as aldeias.

Durante a sua estada, o secretário de Estado deslocou-se à comuna da Chipeta, onde inaugurou um sistema de captação de água.

Luís Filipe da Silva manteve encontros com administradores municipais, a quem garantiu que o Executivo está empenhado para que as populações rurais beneficiem de água potável. O secretário de Estado apelou aos administradores municipais e comunais para elaborarem projectos que visam a construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, para terem acesso aos recursos do programa nacional. A província do Bié tem 1.794.387 habitantes, segundo dados do governo local divulgado no seu portal. A densidade populacional média dos nove municípios é de 25 habitantes por quilómetro quadrado, registando a máxima de 88 habitantes no Kuito e a mínima de 5 habitantes em Nharea.

Meta ambiciosa

O programa: “Água para Todos”, que teve o seu início em 2007, com um projecto-piloto nas províncias de Cabinda, Uíge, Benguela e Bengo, foi inaugurado na comuna de Cabiri (Bengo), pelo Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, e visa garantir o acesso a água potável a pelo menos 80 por cento da população rural até ao final do ano em curso.

O programa “Água para todos” é uma iniciativa do Governo de Angola, aprovado em Junho de 2007. É coordenado por uma comissão Inter-ministerial composta pelos ministérios da Energia e Aguas (coordenador), da Administração do Território, Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Rural e pelo Secretariado do Conselho de Ministros. A execução do programa é da responsabilidade dos governos provinciais, competindo-lhes indicar as áreas prioritárias onde devem ser executados os projectos.

8.6 Gestão do Lixo de Luanda

Jornal de Angola
05 de Fevereiro de 2012

Aquando da configuração do novo ordenamento político e administrativo da cidade de Luanda, ficou evidente que um dos desafios continua a ser a recolha dos resíduos sólidos. Fazer da recolha, tratamento e gestão do lixo para garantir qualidade de vida das populações e salubridade de Luanda é uma prioridade indispensável.

A cidade capital cresceu muito e, em numerosos casos, de forma desordenada. Uma panorâmica à periferia de Luanda, damos conta que esse crescimento foi um facto e tornaram-se evidentes os desafios no que a recolha de resíduos sólidos diz respeito.

Não há dúvidas de que o desordenamento urbanístico, ainda visível em largas partes de Luanda, representa encargos acrescidos para as operadoras encarregadas de recolherem e tratarem do lixo em Luanda. Mas convenhamos que nem sempre a actividade das operadoras de limpeza, acompanhadas ou não de uma devida supervisão da empresa Elisal, satisfazia as expectativas da edilidade provincial e das populações.

A necessidade de colocar ordem nesta área ganhou ímpeto com a visita do governador de Luanda, Bento Bento, à Elisal, empresa que funciona como concessionária e supervisora das actividades das operadoras de limpeza. Era vital, para constatação "in loco" e melhor coordenação, conhecer os desafios que aquela empresa enfrenta, quais os constrangimentos que vive e como ultrapassá-los. Neste aspecto podemos dizer com satisfação que a visita de Bento Francisco Sebastião Bento foi oportuna, porque o estado de coisas em que se encontra (va) a recolha de lixo em Luanda exigia tomada de medidas. Algumas coisas por lá andavam muito bem, mas numerosas outras careciam de uma redefinição. Uma delas tinha a ver com a elevada dívida que existia para com as operadoras de limpeza, um fardo desproporcional quando comparado com a limpeza da cidade.

Os encargos que a governação de Luanda tinha para com as operadoras quando comparados com o funcionamento, a recolha dos resíduos sólidos desde o casco urbano às zonas periféricas, não eram proporcionais. Não é possível continuar a assistir-se ao estado de coisas no tratamento do lixo em Luanda, sobretudo quando os valores para a cobertura da recolha não correspondem à limpeza.

A suspensão, por tempo indefinido, da direcção da Elisal por parte do Governo da Província representa a ruptura com a situação por que passava a Elisal e, por arrasto, as outras operadoras. Luanda, enquanto capital e a porta de entrada para o nosso país, deve conhecer uma nova fase de gestão do lixo. Luanda deve revelar-se como um espelho cujo reflexo satisfaz os seus munícipes, devendo também aproximar, cativar e atrair quem a ela chega.

O acompanhamento às operadoras por parte da Elisal tem de reflectir a nova dinâmica de governação da urbe, traduzi da numa resposta que satisfaça as populações. A extensão territorial, no quadro do novo ordenamento, pode exigir uma redefinição do número de operadoras ~ um novo desdobramento das mesmas ao longo dos cinco municípios de Luanda. Acreditamos que mais operadoras devem ser licenciadas para cobrir a vasta extensão territorial de Luanda. Nesta empreitada, tudo indica que mais meios para a recolha de lixo, tais como viaturas, pás carregadoras e contentores vão ser necessários para os numerosos bairros de Luanda.

Pensamos que é tempo de ponderar-se a construção de mais aterros sanitários, bem como a edificação de empresas que façam a reciclagem do lixo produzido em Luanda. Não temos dúvidas de que grande parte do lixo produzido na capital pode ser reaproveitado, depois de devidamente reciclado, o que urge reflectir sobretudo nesta fase em que pretendemos diversificar a economia. A possibilidade do produto reciclada servir a muitas indústrias e serviços torna urgente repensar-se a gestão do lixo em Luanda, que ascende a milhares de toneladas por mês.

As populações da capital do país têm também um papel importante a cumprir na efectivação da estratégia da governação para fazer-se uma correcta recolha e tratamento do lixo. As campanhas de sensibilização, aconselhamento e outras práticas exemplares devem continuar a ser disseminadas junto das nossas populações. Compreender que o problema do lixo não é somente da responsabilidade do Governo Provincial, da Elisal e das operadoras, mas igualmente das populações, é fundamental para se forjar uma nova consciência e atitude em relação ao fenómeno.

Como primeiro elo da cadeia de produção do lixo, as populações têm imensas responsabilidades na sua gestão. Pensar o contrário apenas contribui para inviabilizar o trabalho das operadoras que, quando devidamente acompanhadas pela Elisal, sob coordenação do Governo da Província de Luanda, limpam bem a cidade. Gerir o lixo de forma que a cidade de Luanda não fique com os resíduos permanentemente expostos e por recolher é possível.

8.7 Fornecimento Melhora no Município do Cazenga

Jornal de Angola

05 de Março de 2012

As restrições no abastecimento de energia eléctrica ao município do Cazenga estão em vias de serem ultrapassadas com a entrada em funcionamento de duas novas subestações, afirmou em Luanda o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL).

José Manuel Francisco, que fez esta afirmação num encontro entre o governador da província, Bento Bento, e as comissões de moradores do município, garantiu que as subestações eléctricas vão ser construídas este ano.

Uma das subestações vai ser construída no “quintalão” dos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), junto ao mercado Tunga Ngó, e a outra no interior do recinto da F eira Internacional de Luanda (FIL).

Os presidentes das comissões de moradores questionaram as razões dos cortes sucessivos de energia e os atrasos na transferência dos postos de transformação privados para a responsabilidade da EDEL.

O PCA da EDEL reconheceu as falhas no abastecimento de energia no Cazenga e explicou aos moradores a existência de um défice de 30 por cento no fornecimento àquele município.

Sobre a passagem dos postos de transformação privados para a responsabilidade da EDEL, o PCA considerou difícil devido ao seu elevado custo. “A transferência de 150 postos de transformação privados existentes em Luanda para a EDEL teria um custo de 30 milhões de dólares”, esclareceu.

O PCA explicou que o processo passa por negociações entre os proprietários dos postos de transformação e a EDEL, para se estabelecerem um consenso. No município do Cazenga já foram transferidos para a EDEL 13 postos de transformação privados.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), Lionídio Ferreira de Ceita, reconheceu que o desempenho do seu sector preocupa os habitantes do Cazenga.

Consumo de água

O PCA da Epal disse que, até ao mês de Julho, todos os centros de distribuição no município vão estar disponíveis para fornecer água às populações, uma vez que toda a canalização obsoleta vai ser substituída. “Temos dois anos para fazer as ligações. Neste momento, está indefinido o início deste processo, porque a empresa chinesa contratada ainda está a comprar o material e a reabilitar os estaleiros”, explicou.

Lionídio Ferreira de Ceita apelou à população no sentido de denunciar o “garimpo” de água que tem sido uma das causas das restrições no abastecimento.

“O ‘garimpo’ é uma acção maldosa. As pessoas que desviam o curso canalizado da água para fins lucrativos causam muitos danos e impedem o abastecimento às pessoas”, disse o PCA da Epal.

No final do encontro, o governador da província de Luanda exortou os presidentes dos Conselhos de Administração das duas empresas públicas de fornecimento de água e luz a empenharem-se mais para satisfazerem a população.

8.8 Capacidade de Produção de Electricidade Aumenta com Investimentos do Executivo

Jornal de Angola

06 de Março de 2012

A capacidade de produção e distribuição de electricidade em Angola vai crescer nos próximos quatro anos, graças a um investimento de 16,5 mil milhões de dólares americanos, para acompanhar a expansão da procura industrial e residencial.

O investimento foi anunciado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e prevê aumentar a capacidade eléctrica de Angola em 12 por cento, de acordo com o último relatório da Economist Intelligence Unit (EIU).

“Os novos planos parecem estar focados fortemente nas áreas definidas pelo governo para o desenvolvimento industrial (como o município de Viana)” e menos nas áreas periféricas das grandes cidades que foram afectadas pelos recentes cortes de energia, referem os analistas da EIU.

Angola tem a maior taxa de uso de geradores individuais em todo o continente africano, dadas as limitações do fornecimento de electricidade em muitas zonas.

Nos últimos anos têm vindo a ser lançados investimentos para o aumento da capacidade energética, que começarão a dar os seus frutos já este ano, com a expansão da barragem de Capanda prevista para o mês de Julho.

A barragem de Cambambe, na província do Kwanza-Norte, construída em 1958, começou a ser ampliada em 2010 e a sua capacidade será expandida para 700 megawatts, com a construção de uma nova central de produção de electricidade e a elevação da muralha.

O investimento financeiro na modernização da barragem -é suportado por um fundo alimentado com receitas do petróleo, estando também previsto investimento privado, nomeadamente na construção e exploração de mini-hídricas produtoras de electricidade.

O estudo sublinha que uma maior capacidade de electricidade, a preços mais competitivos, pode desencadear investimentos em sectores descritos como grandes consumidores de energia, como a indústria mineira, transformadora, assim como a agro-alimentar.

A EIU salienta a necessidade de investimentos também na modernização da rede de distribuição de electricidade, que é anterior à independência de Angola, em 1975.

De acordo com o Executivo angolano, 12 mil milhões de dólares do investimento previsto até 2016 será absorvido pelo sistema norte de Angola, que compreende as províncias do Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Luanda, Malange, Uíge e Zaire.

O programa prevê a reparação dos sistemas e a sua expansão para que a capacidade instalada possa atingir os cinco mil megawatts, garantindo o fornecimento de energia fiável e regular a todo o país.

Luanda representa 88 por cento do consumo de energia total de Angola e os três projectos de produção de electricidade que servem a capital não chegam para satisfazer as necessidades de abastecimento.

8.9 Governador exige melhor saneamento

Jornal de Angola
9 de Março de 2012

O governador de Luanda mandou os responsáveis do município de Viana melhorarem o saneamento básico, reabilitarem as vias terciárias e construir

obras sociais, durante uma visita que fez na quarta-feira ao município.

Na deslocação que efectuou ao mercado do quilómetro 12, construído há mais de dois anos, Bento Bento defendeu a sua ampliação, com a montagem de mais um piso e a reabilitação de outras áreas. No mercado do quilómetro 28, o administrador, António Domingos, considerou a construção de balneários, pavilhões, alpendres, alargamento das bancadas e das vias que dão acesso ao mercado, como passos significativos do seu pelouro.

Durante a sua visita, o governador considerou a zona da Caope como das mais críticas de Viana, sublinhando que o crescimento da ravina que se estende até ao município de Cacucos constitui um perigo para os habitantes que residem na circunscrição.

Eduarda Minga, de 19 anos, contou que quando chove a vala enche e provoca vítimas mortais. "Antes do surgimento desta vala, havia casas construídas neste espaço, mas com o decorrer do tempo, a terra engoliu todas as residências deste perímetro. Morreu muita gente aqui. Oxalá o governo melhore rapidamente a situação para haver mais tranquilidade entre os habitantes", disse a jovem residente. O administrador de Viana, Zeca Moreno, afirmou que estão lançadas as bases para solucionar os problemas registados pelo governador e a sua execução começa já a partir de dia 12 (segunda-feira). Na próxima quarta-feira, o governador inaugura três escolas na cidade do Kilamba, e a jornada de campo prossegue com mais uma visita ao município de Viana, durante a qual vai abordar problemas relacionados com o abastecimento de água potável, energia eléctrica e recolha do lixo ..

8.10 GPL explica... mas não complica

Jornal o Independente
10 de Março de 2012

Afonso de Antas Miguel, até pouco tempo DG da Elisal, está a ser prejudicado com comentários de personalidades conotada a si, mas que procuram justificar as motivações que lavaram o executivo da província de Luanda a afastá-lo do cargo naquela empresa de saneamento e recolha de lixo.

Negócios revelam compadrio no GPL

Os seus próximos promovem em círculos que lhe são familiarizados, a ideia de que o seu afastamento foi precipitado por ele ter recusado colocar em funcionamento duas empresas de saneamento e

recolha de lixo conotadas a figuras ligadas ao homem forte de Luanda, Bento Francisco Bento.

Em meios com conhecimento do assunto aludem falta de sustentação em tais comentários acrescentando que é o próprio Afonso Antas Miguel que tem duas empresas de recolha de lixo, uma das quais a operar em Cacucaco. Não obstante a isto, acusam-lhe de se ter aproveitado da Elisal para proveito pessoal. Tinha o controle exclusivo das finanças, por intermédio de um familiar seu, identificado por "Keta", colocado como director financeiro daquela empresa pública. A auditoria externa da empresa eram igualmente feitas por uma empresa de consultoria do seu primo "Keta". Em Dezembro do ano passado, o DG da Elisal terá incorrido em práticas de conflito de interesses entre a questão pública e privada. A empresa que por exemplo, distribuiu os cabazes de natal, para os trabalhadores da Elisal, é conotada a sua esposa.

Natural do Huambo, e oriundo da FNLA, Antas Miguel é, em Luanda, um dos quadros mais cotados em matéria de resíduos formado na ex- União Soviética. Esteve no passado como director técnico da Urbana 2000, e mais tarde na Elisal. Contudo, por altura do ex - governador Job Kapapinha, foi afastado por motivações que se desconhece. Com a entrada do então governador, José Maria Ferraz, na liderança da capital do país, Afonso de Antas Miguel foi recuperado para voltar a dirigir a Elisal e a recém criada Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda.

8.11 Novos serviços sociais melhoram nível de vida

Jornal de Angola
10 de Março de 2012

Várias infra-estruturas sociais foram inauguradas, no fim-de-semana, no município de Mussende, com vista a mudar a imagem da localidade e melhorar a prestação de serviços às comunidades.

Na localidade do Quilómetro 40, que acolheu o acto municipal do Dia Internacional da Mulher, a administradora de Mussende, Joaquina Gabriel, procedeu a inauguração de um posto de saúde, construído de raiz. A unidade vai prestar serviços de medicina, pediatria e consultas de pré natal.

O centro de saúde tem um consultório de medicina geral, sala de urgências, sala de consultas pré natal e uma farmácia. A enfermaria tem capacidade para quatro camas e vai atender 4.523 habitantes da aldeia do Quilómetro 40 e de outras nove aldeias vizinhas.

O chefe do centro de saúde, Luciano Adelino, considerou a construção da infra-estrutura um grande ganho para as populações, uma vez que permite um melhor atendimento dos pacientes, que são atendidos por oito enfermeiros.

As principais doenças que assolam a localidade são a malária, diarreias e respiratórias agudas, conjuntivite, gastrite e infecções urinárias.

A par do posto de saúde, a administradora iaugurou igualmente o refeitório para médicos e enfermeiros, com capacidade para 50 utentes. O centro de saúde foi construído em seis meses e vai atender a população local.

8.12 Administração de Malange melhora saneamento básico

Jornal de Angola
15 de Março 2012

O famoso prédio do Gamek, na cidade de Malange, encontra-se, desde o último fim-de-semana, livre do grande foco de lixo que tinha até então e durante vários anos, depois de uma campanha de limpeza levada a cabo pela administração do município.

A remoção dos resíduos contou também com a participação de empresas do ramo da construção civil e de operadoras de limpeza urbana que actuam na sede capital da província. A administradora municipal de Malange, Rosa André Lourenço, referiu que o objectivo primordial da campanha consistia na retirada do amontoado de lixo no edifício conhecido como prédio do Gamek, e desta forma contribuir para o saneamento básico da cidade.

"A campanha visa também pôr fim à cultura de muitos municípios que insistem na deposição de lixo em lugares impróprios e de forma desordeira", disse, reiterando o compromisso de instalar oito contentores no espaço adjacente ao prédio do Gamek para que os moradores possam depositar o lixo.

O coordenador de moradores do referido edifício, Mendes Adão, louvou a iniciativa da administração de Malange e garantiu que esforços vão ser desenvolvidos pelos moradores para deixar o edifício cada vez mais limpo.

No mesmo local, foram destruídas algumas residências que estavam a ser edificadas em áreas de passagem de águas residuais e esgotos, conforme apurou a equipa de reportagem do "Jornal de Angola".

A administradora municipal prometeu, na ocasião, a tomada de medidas disciplinares e rigorosas para que os cidadãos deixem de deitar o lixo em lugares impróprios, e garantirem ambiente sadio aos habitantes locais.

Rosa André informou que antes da realização da referida campanha manteve um encontro com os habitantes e coordenadores das comissões de moradores. Refira-se que a cidade de Malange conhece, nos últimos tempos, grandes avanços no que se refere às acções de limpeza urbana e saneamento básico.

O governo efectuou contratos, alguns destes, por tempo indeterminado, com algumas empresas vocacionadas a estas actividades.

8.13 Governador de Luanda toma medidas para melhorar o fornecimento de luz

Jornal de Angola
15 de Março de 2012

O governador da província de Luanda, Bento Bento, deu ontem instruções aos membros da direcção da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) e da Empresa Pública de Águas (EPAL) para tomarem medidas práticas com o fim de aumentar o fornecimento de energia eléctrica o abastecimento de água aos munícipes de Viana.

Acompanhado de uma equipa técnica, Bento Bento manifestou a sua preocupação face à actual situação e solicitou maior empenho da sua equipa de trabalho para prestar serviços de qualidade à população.

Em declarações à imprensa, a secretária-geral do Governo Provincial de Luanda (GPL), Judite Pereira, disse que o Governo Provincial recebeu garantias por parte da EDEL quanto à criação de condições que visam o aumento da iluminação em Viana, a partir do próximo mês de Abril.

"No domínio da água, foi definido um espaço baldio para a construção de uma subestação de água, mas que neste momento está a ser vedado e conta com um ramal para alimentar os fontanários ali existentes", disse Judite Pereira. A construção de um centro de saúde, uma escola e uma esquadra policial constam dos planos do Governo Provincial de Luanda para proporcionar melhor qualidade de vida e segurança aos habitantes do Bairro Quilómetro 9, em Viana.

A criminalidade constitui uma das queixas mais comuns e Judite Pereira realçou que a Polícia Nacional vai multiplicar as acções de vigilância, particularmente, nos sectores C e D do Bairro do Quilómetro 9.

"A nível dos vários bairros, independentemente da existência de esquadras de construção definitiva, a Polícia Nacional tem colocado esquadras móveis e vão ser tomadas medidas neste sentido", disse Judite Pereira.

A secretária-geral reforçou que a nível do GPL existem projectos elaborados que apenas carecem de execução e outros de elaboração, e reafirmou que no domínio da energia e água os projectos são de execução imediata.

A visita do governador Bento Bento a Viana teve como propósito específico solucionar os problemas de energia eléctrica, água, o nível da criminalidade e a recolha de resíduos sólidos.

O governador de Luanda tem estado a efectuar visitas regulares de campo aos bairros periféricos.

8.14 Governo expande serviços básicos em Quiculungo no Kwanza-Norte

Jornal de Angola
16 de Março de 2012

As condições sociais da população do município de Quiculungo, na província de Kwanza-Norte, estão a conhecer melhorias significativas, nos últimos tempos, frutos dos investimentos feitos pelas autoridades governamentais.

Desde o alcance da paz, em 2002, o governo do Kwanza-Norte tem trabalhado afinadamente com vista a garantir todos os serviços essenciais à população, através da construção e reabilitação de infra-estruturas escolares, sanitárias, comerciais e da melhoria na distribuição de energia eléctrica e água potável.

Nos últimos dias, o governador Henrique André Júnior inaugurou vários empreendimentos, com destaque para três escolas, igual número de unidades sanitárias, dez habitações para os serviços de vacinação, administração do hospital municipal, médicos, enfermeiros e professores.

Os empreendimentos educacionais e sanitários foram inaugurados, nos sectores de Bengueji, Kianvo e aldeias do Zala, Tita e Bonzo. As escolas, com nove salas e 370 carteiras, beneficiam 1,500 alunos da iniciação à sexta classe.

Actualmente, segundo os dados apurados pelo Jornal de Angola, o município de Quiculungo conta com 22 escolas, frequentadas por 4.119 alunos matriculados no presente ano lectivo. As aulas são asseguradas por 204 professores.

O sector da saúde no município ganhou outro alento, com a entrega de novas unidades sanitárias, que

vão garantir a assistência medicamentosa a 8.000 pessoas.

Os postos de saúde possuem consultórios, salas de internamento e de observação e farmácias. Cada centro de saúde tem um corpo clínico composto por um técnico de enfermagem e dois médicos que vão prestar assistência duas vezes por semana.

A execução dos projectos durou de quatro e sete meses, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no seio das comunidades rurais.

O município tem um novo posto da Polícia Nacional, construído de raiz, com caserna, gabinetes do comandante e segundo comandante, duas celas, guarita, refeitório e outras áreas administrativas.

Henrique André Júnior frisou que o governo da província vai continuar a desenvolver acções do género, com o objectivo de tornar as comunidades locais com melhores condições, tendo apelado à preservação dos imóveis para a servidão das sociedades vindouras.

Com uma agricultura de subsistência, Quiculungo tem registado, nos últimos tempos, algumas iniciativas de mecanização realizadas por três tractores adquiridos pela Administração Municipal.

Os principais produtos cultivados são a mandioca, o feijão, batatas, repolho, couve, cenouras, pimenta, banana, inhame e vários tipos de frutas, com destaque para a manga, o abacate e o ananás. A representação local do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas tem sob controlo mais de 100 fazendas de café, sendo que apenas 16 estão em pleno funcionamento.

Quiculungo é um dos municípios mais fortes, em termos de exploração da madeira, possuindo ainda a maior serração da província. Os mais de 12.000 habitantes mantêm-se em comunicação com o resto do país e com o mundo, graças ao sinal da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública de Angola e do Jornal de Angola, que ainda continuam a chegar com um certo atraso, devido à irregularidade dos transportes.

O município conta com serviços de uma única rede de telefonia móvel, mas funciona apenas na vila.

8.15 Bairro do Candombe já tem energia e água

Jornal de Angola
17 de Março de 2012

O bairro do Candombe Novo, na cidade do Uíge, passa a dispor de 20 novos chafarizes e de energia eléctrica, produzida pela barragem hidroeléctrica de Capanda, soube ontem o Jornal de Angola de uma fonte da administração municipal.

Os novos investimentos, inseridos no Programa de Investimentos Públicos, permitiram as ligações domiciliárias, assim como a instalação de diversos postos de iluminação pública no bairro do Candombe Novo, um dos mais populosos da capital da província do Uíge.

Juliana Quiala, moradora do bairro Candombe Novo, satisfeita, disse que com a energia eléctrica e a água ficou para trás o sofrimento desta população, que se via obrigada a percorrer longas distâncias na busca do precioso líquido nos rios ou cacimbas e que estavam sujeitos a contrair certas doenças.

"É uma grande satisfação acarretar a água próximo de casa, sobretudo por se tratar de um produto em condições perfeitas para o nosso consumo", disse.

Paulo Miguel, um dos mais antigos moradores deste bairro que surgiu na década de 90, revelou que sempre acompanhou o sofrimento e o sacrifício da esposa e filhos para conseguirem obter a água, mas notou que nunca perdeu a esperança de ver melhorada a vida de milhares de moradores do Candombe Novo.

O morador destacou o esforço do Executivo na aplicação de projectos para a melhoria das condições de vida das populações, através dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP), de combate à fome e à pobreza e outros que têm permitido a construção de mais escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água potável, fornecimento de energia eléctrica e o fomento da agricultura. "Nos bairros e aldeias já foram construídas muitas salas, permitindo que as crianças estudem em melhores condições. Temos postos de saúde que prestam os primeiros cuidados às populações", salientou Paulo Miguel.

Bundo Mendes, 21 anos de idade, não arriscava no passado andar à noite pelas ruas do bairro por temer assalto dos malfeitores que se aproveitavam da escuridão para realizarem as suas acções maliciosas.

Bundo Mendes conta que agora as ruas estão iluminadas e os moradores também colocaram lâmpadas nos quintais, o que tem permitido maior visibilidade até nos becos, o que faz com que haja pouca possibilidade de os marginais realizarem assaltos. Com a instalação de postos de transformação (PT) foi possível melhorar a rede energética de iluminação pública e domiciliar no bairro Candombe Novo.

Alice Silva, também moradora, valorizou o trabalho feito e afirmou que com este esforço do Executivo a população beneficiada tem de ficar vigilante para os bens serem conservados e preservados.

A jovem lembra o quanto foi difícil viver sem energia eléctrica e sublinha que no passado, para ver televisão, tinha de percorrer um quilómetro até à casa da irmã, no bairro Candombe Velho.

"Hoje, felizmente, já não é necessário ir para lá. Posso ver todos os programas que eu quiser na minha casa. Também já posso conservar na arca peixe, carne, frango e outros legumes", disse satisfeita.

Apelo de Pombolo

O governador provincial do Uíge apelou à população do bairro Candombe Novo a preservarem os equipamentos instalados naquela circunscrição, com vista a permitir que todos beneficiem desses serviços por mais tempo.

Os serviços estão à disposição da população, disse, acrescentando que estes devem ser utilizados de forma racional, cumprindo os pagamentos das tarifas a serem cobradas, para o garante da rentabilização dos investimentos feitos e a consequente manutenção.

"Não é benéfico que o governo e a administração municipal façam investimentos que obrigam à aplicação de grandes valores monetários e depois apareçam pessoas sem escrúpulos a vandalizarem ou estragarem os mesmos. Todos devem comportar-se como verdadeiros fiscais destes bens", apelou.

8.16 As Escuras ENE e EDEL

A Capital

17 de Março de 2012

Já não se sabe de quem é a culpa. Se dos ministros ou, afinal, dos Presidentes de Conselhos de Administração, (PCA) ligados ao fornecimento e à distribuição de energia. O que é verdade é que, pouco tempo depois da exoneração da antiga ministra

Emanuela Bernardett Afonso Vieira Lopes, por causa das debilidades irreparáveis verificadas no fornecimento de electricidade, sobretudo à Luanda, e, durante a quadra natalícia, substituída no cargo pelo então secretário de Estado da Energia, João Baptista Borges, eis que o caos persiste e, desta vez, aparentemente, com alguma acutilância.

A capital do país transformou-se, de um tempo a esta parte, num verdadeiro pandemónio a custa dos geradores de energia espalhados um pouco por todo lado.

É a alternativa encontrada por muitos municípios, mas só os que realmente podem, ante os cusjos com a gasolina.

As empresas responsáveis pela energia trocam desculpas e os argumentos técnicos já não convencem. Se de um lado a Empresa nacional de Energia (ENE), vem com o argumento dos caudais baixos, a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda, (EDEL), diz que a ENE não está a fornecer energia suficiente e que, com o aumento da temperatura climática, o consumo aumentou. Só que, o argumento da EDEL só teria eco se houvesse pouca electricidade. Facto é que, hoje por hoje, falta luz em tudo quanto é canto, um quadro não pouco semelhante àquele em que foi exonerada a antiga titular da área.

Por mais exímio conhecedor do sector que o actual ministro seja, devia ser convidado a fazer mexidas profundas nas duas empresas para que os vícios sejam banidos e a electricidade chegue lá onde é necessária. Começa a parecer triste que muitas ruas da capital são iluminadas pela energia de geradores o que vem destapar a careca da gritante falta de iluminação em estradas que se tornaram perigosas por isso, e apelidadas de “estradas da morte”, ante a multiplicidade de atropelamentos, sobretudo à noite.

Pelo menos, uma voz oficial levantou-se e falou sobre o assunto e a sociedade aguarda pelos resultados. Embom se tenha restringido à Viana, o governador da província de Luanda, Bento Bento, deu nesta quarta-feira, 14 de Março, instruções aos membros da direcção da (EDEL) e da Empresa Pública de Aguas (EPAL) para tomarem medidas práticas com o fim de aumentar o fornecimento de energia eléctrica e o abastecimento de água aos municípios de Viana. Espera-se que a solução seja abrangente. A poluição sonora está em alta.

8.17 Falta De Infra-Estrutura Preocupa Moradores

Semanário Factual
17 a 24 de Março

A reunião decorreu após a visita efectuada pelo governador, nos bairros dos quilómetros 9 e 14, no sentido de constatar os projectos a implementar nas áreas de energia eléctrica e de água potável.

Logo à sua chegada ao município de Viana, concretamente no quilómetro 9-A, o governador foi informado pela população sobre as maiores dificuldades que tem atravessado.

Entre as dificuldades citadas pelos habitantes, destaca-se o abastecimento de água potável. O Factual constatou, junto dos moradores, que o bairro do quilómetro 9- A deixou, há muito, de ter água canalizada e que, para a sua sobrevivência, têm de recorrer à compra nos camiões-cisterna.

Quanto à situação da água, a moradora Maria Gaspar falou ao Factual que o maior problema do bairro quilómetro 9-A se baseia na falta de abastecimento de água potável.

"Nós compramos a bacia de água por 100 Kwanzas, pois as pessoas que têm tanques dizem que o abastecimento pelas cisternas é muito caro".

Camiões-cisterna cobram 20 mil Kwanzas

João Lourenço, proprietário de um tanque de venda de água nos arredores, falou que, "por não termos o abastecimento de água corrente no bairro, recorremos aos camiões-cisterna que cobram cerca de 20 mil Kwanzas".

O director-adjunto para a distribuição da EPAL, Domingos Agostinho, assumiu junto do governador da província e dos moradores que, até o mês de Junho, será construída de raiz uma subestação de abastecimento de água, no bairro do quilómetro 9-A, sector D, tendo o espaço já garantido pela Administração de Viana.

Domingos Agostinho afirmou, igualmente, a prioridade no sentido de abastecer os cidadãos do precioso líquido ser pôr-se em funcionamento os 78 chafarizes existentes no bairro, que há cerca de quatro anos não funcionam.

Segundo o director-adjunto, as áreas dos quilómetros 9,12,14 e a Sapú serão contempladas com este projecto que estará em funcionamento a partir de 15 de Abril.

No que toca ao abastecimento de energia eléctrica e segurança, os moradores levantaram inquietações, tendo em conta os embaraços que têm causado à população. Os mesmos revelaram que a situação ficou pior, depois de a EDEL ter retirado a responsabilidade dos prs ao sector privado.

Em documento apresentado pelos moradores do bairro quilómetro 9-A ao governador Bento Bento, a população alega que, mesmo com a montagem de PTS em várias áreas, algumas zonas continuam às escuras, facto que os faz recorrer, novamente, aos privados.

Homara João, moradora do bairro quilómetro 9A, falou que "temos muitas dificuldades quanto à energia eléctrica. A EDEL não tem cumprido com a sua tarefa; nós, para o contrato, pagamos cerca de 750 dólares, e mensais dois mil e 500 Kwanzas".

O Factual constatou, no local, a inexistências de postos de iluminação pública, o que fomenta a insegurança. Para piorar mais a situação, o bairro não conta com postos da Polícia, situação que os meliantes têm aproveitado para a prática de crimes diversos.

Período nocturno é pior

Segundo relatos dos moradores do bairro quilometro 9- A sector D, momentos antes da chegada do governador à área, uma criança foi violada e, por falta de um posto policial proximidades, o prevaricador meteu-se em fuga.

Para Homara João, isso mostra a ausência de segurança pela qual a população tem passado naquele bairro.

A jovem considerou e a situação é pior no período nocturno devido alta de energia no bairro.

"A partir das 18 horas, o conseguimos mais andar, com medo de ser violada, assaltada e perder haveres", manifestou. Em carteira, já está a construção de raiz de uma esquadra que poderá velar pela segurança a nível do bairro do quilómetro 9-A, delimitada entre o sector A e o F.

Quanto à iluminação pública, a representante da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda falou que não é da responsabilidade da EDEL a colocação de iluminação pública, mas sim do Executivo Provincial.

Com vista a suprir as necessidades da população quanto à iluminação pública, o governador baixou a orientação, para que se implemente o sistema solar de iluminação pública.

Outro "Calcanhar de Aquiles" para os moradores do bairro quilómetro 9- A tem a ver com a falta de hospitais e de escolas.

De acordo com moradores, o único posto médico existente não tem sido capaz de responder à demanda de enfermos.

Ana Gaspar informou ao Pactual que "temos passado muitas dificuldades. Às vezes, temos de arriscar as nossas vidas para ir até a uma unidade hospitalar mais próxima, visto que aqui não temos energia eléctrica nem postos da polícia".

Quanto a esta situação, prevê-se a construção de raiz de um posto médico no bairro, onde possam constar vários serviços.

No que toca a escolas, o bairro regista um índice elevado de crianças fora do sistema escolar, por falta de salas de aulas, e, por este motivo, o Executivo Provincial baixou a orientação para a construção de uma escola-primeira-andar, no sentido de albergar o maior número possível de alunos.

Saneamento básico e Vias de acesso

Durante a visita do governador de Luanda, Bento Sebastião Bento, a caravana passou por muitos sectores do bairro quilómetro 9, onde todos constataram a péssima situação do saneamento básico, bem como das vias de acesso. O lixo e a poeira fazem parte do dia-a-dia dos moradores daquele bairro, pondo-os propensos a contraírem doenças do fórum respiratórios e não só. Conforme constatou o Pactual, a zona torna-se intransitável no tempo chuvoso, o que deixa os moradores preocupados.

"Sentimos a falta de vias de acesso condignas. No tempo de chuva, não conseguimos transitar de um lugar para o outro",

desabafou o morador Mateus Luís. Durante a reunião que manteve com a Comissão dos Moradores do Município de Viana, a Bento Bento foram apresentadas várias preocupações, respondidas, de imediato, pelos directores de departamentos e pelos vice-governadores do seu pelouro. Já para os cidadãos, resta a esperança de que os seus problemas apresentados sejam resolvidos no prazo estabelecido.

8.18 População com carência básicas

Seminário factual

De 17 a 24 de Março

Os moradores do bairro da Malweca, sito nas imediações da MABOR MAMA-ANA, atravessam momentos difíceis pelas diversas carências que os impede de satisfazer as suas necessidades diárias.

O Factual percorreu pela mesma zona, tendo notado que as dificuldades são imensas, sendo mais agravante o centro de saúde ser iluminado com velas e candeeiros a petróleo.

João Mendes, morador do bairro da Malweca, afirmou a falta de luz eléctrica já durar cerca de seis meses, desde que o pessoal da SONEF cortou a energia, alegando a falta de colaboração em termos monetários.

"Até hoje, dependemos dos geradores e das velas. Em contrapartida, somos um povo esquecido. Além da falta de luz, não temos escolas públicas, centros de saúde públicos e profissionais; dependemos das escolas privadas, que são caríssimas. Temos apenas um centro de saúde "Ana Paula", sito na MABOR-EMBONDEIRO e muito distante. Imagina uma crise ou dores agudas de parto, como lá chegar?", indagou-se João Mendes.

Dentro do bairro, o Factual verificou que a água neste bairro não é um problema, pois "estamos bem em termos disso. Somos abençoados, temos mais de sete fontenários que funcionam 24 horas. O que nos preocupa, como mulheres, é o centro de saúde. Temos o centro das Madres - divina providência, mas lá não se faz parto, temos de ir ao centro "Ana Paula", apenas para consultas normais", indicou Joana Firmino, de 45 anos.

A fonte afirmou que "a delinquência também vem a crescer. A natalidade e a mortalidade infantil, bem como gravidez precoce, tendem a aumentar, devido à ausência de luz eléctrica". O Factual procurou pela comissão do bairro, na voz do coordenador João José Gordo, e este afirmou: "Temos água, mais de oito chafarizes que estão em reparação. A água é 24 horas, o saneamento básico também está sob controlo".

Asseverou que "somos esquecidos, a delinquência tornou-se uma profissão e não temos como controlá-la".

João Gordo informou que, "na reunião passada, aconselhámos a comunidade a evitar circular a partir das 19 às 20 horas, devido ao número de delinquentes no bairro".

Este ano, apenas três jovens delinquentes foram queimados pelos moradores, uma opção para acabar com a marginalidade na zona.

A aluna Mary Maquiese deu a conhecer ao Factual que a Polícia não se faz sentir naquela zona, em virtude de chegar sempre tarde e encontrar os corpos já queimados, pessoas feridas, casas destruídas e famílias mortas ou violadas.

8.19 Indicadores são insatisfatórios

Novo Jornal

23 de Março de 2012

O Ministério da Energia e Águas, em alusão ao Dia Mundial da Água celebrado ontem, 22 de Março, considerou como "insatisfatórios alguns dos indicadores de desenvolvimento associados à qualidade de vida em geral". O reconhecimento surgiu na declaração com o tema "Água e Segurança alimentar".

Diz a declaração que o "Governo de Angola tem vindo a adoptar um conjunto de políticas tendentes a garantir a dinamização do processo de reconstrução e revitalização da economia nacional", o combate à fome, à pobreza e a consolidação da unidade e reconciliação nacional.

A evolução positiva de indicadores de desenvolvimento associados à qualidade de vida em Angola, em matéria de "Água e Segurança Alimentar", vem sendo em parte conseguida mediante a implementação do Programa Executivo do Sector das Águas que tem como objectivo estratégico "Assegurar o bem-estar e contribuir para melhorias na saúde pública através de um acesso generalizado a serviços de abastecimento de água adequados e a recolha e tratamento seguro de águas residuais" e do Programa Executivo do Sector Agrário que visa "Promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário, tendo em conta o potencial dos recursos naturais e a competitividade do sector, com maior geração de emprego e renda, de forma a garantir a segurança alimentar, o abastecimento interno e o aproveitamento de oportunidades nos mercados local, regional e internacional".

O dia 22 de Março foi instituído em 1992 como o Dia Mundial da Água pela Organização das Nações Unidas, altura em que também foi adoptada a "Declaração Universal dos Direitos da Água". Anualmente, a Organização das Nações Unidas adopta um lema associado a essa efeméride e para o corrente ano foi adoptado o lema: "Água e Segurança Alimentar".

8.20 Lixo Porta-a-porta em Experiência Piloto

Jornal O PAÍS

23 de Março e 2012

Municípios do Cazenga, em Luanda, mostram-se satisfeitos com o arranque do novo modelo de recolha de lixo porta-a-porta que está a acontecer no município, animada por micro-empresas locais.

Uma reportagem da ANGOP mostra como os moradores da municipalidade acreditam que para o êxito do programa todos devem colaborar com as operadoras, depositando o lixo na hora indicada defronte às suas residências.

O município António Jacinto saúda a iniciativa do programa de recolha de lixo porta a porta e solicita, por outro lado, o apoio da população nesta empreitada para que a comunidade tenha um ambiente saudável e sem doenças. Disse ser uma ideia louvável pela criação de pequenas micro-empresas, visto que antes a recolha de lixo era apenas feita em zonas de fácil acesso.

Maria Sebastião, residente no bairro Tunga-Ngó, considera que a situação do lixo 'na sua área está melhorada e congratula-se com a ideia da administração local e da Elisal.

Sublinhou que quando o carro de recolha não passava, o lixo era levado junto à linha-férrea onde se encontram contentores e muitas pessoas de má fé depositam no chão aolongo da linha de circulação do comboio.

Disse que esta medida vai impedir que as pessoas depositem os resíduos em locais proibidos e impróprios e garantir uma nova imagem e qualidade de vida nas zonas suburbanas.

Já o município Filipe de Assunção, morador da área da FIL (Feira Internacional de Luanda), mostra-se também satisfeito com o programa e espera da população a colaboração devida as operadoras de recolha do lixo no Cazenga.

Disse que a imagem da zona está a melhorar dia após dia, desde que foi lançado a nova estratégia de recolher o lixo porta a porta, porque as pessoas já não têm necessidade de percorrer grandes distâncias.

"Se a população colaborar nesta empreitada, será resolvido na totalidade o problema do lixo na municipalidade", referiu.

Sete micro-empresas de recolha de lixo porta-a-porta entraram em funcionamento no dia 16 de Março do

corrente ano, no município do Cazenga, em Luanda, com a responsabilidade de melhorar a imagem bairros da circunscrição.

O arranque do programa foi possível porque as micro-empresas envolvidas têm disponíveis meios técnicos, materiais, humanos e, de acordo com a ANGOp, parecem organizadas e estruturadas.

Cada micro-empresa possui 45 brigadistas que vão recolher o lixo porta-a-porta nos bairros Santo António, São João, Ilha da Madeira, na comuna do Hojiya-Henda (zona 17). Serão ainda abrangidos os bairros do Curtume, Canivete, Angolano, Terra Vermelha, na comuna do Cazenga Popular (zona 18), enquanto no Tala Hadi (zona 19) serão os bairros do Kalwenda, Grafanil, Agostinho Neto e Vila Flor.

8.21 Obras sem Manutenção São Perda de Dinheiro

Semanário Factual
24 à 30 de Março de 2012

É comum ver-se que a maioria das infra-estruturas em Luanda, depois de serem executadas, são abandonadas, sem que os seus responsáveis sejam chamados à pedra, ou melhor, dediquem atenção à manutenção permanente desses meios.

Pode-se falar de edifícios, mesmo dos recém-inaugurados, como estádios de futebol pelo País, a canalização de água, os cabos de transportação de electricidade, enfim, a tudo quanto sirva o bem público.

É notável, por exemplo, que muitos edifícios por Luanda, incluindo os novos, já carecem de repintura, mas, apesar dessa necessidade, eles parecem velhos atirados à sarjeta, com pó à volta, pois é preciso lembrar que a capital é um local empoeirado.

Quanto às ruas e estradas, é aí em que mais se sente o desinteresse dos empreiteiros que, depois de entregarem as suas obras, se vão embora, vem a chuva e mostra a verdade: as ruas já estão estragadas.

Seria obrigação das empreiteiras voltar ao terreno para reparar os danos, mas o que se vê são as estradas ganharem buracos e ficarem empoeiradas, dificultando o tráfego automóvel e as manobras dos peões.

Nesse caso, dir-se-á que se perdeu dinheiro e tempo, porque responsabilidades não são atribuídas e a manutenção é simplesmente posta de lado.

Quantas zonas de Luanda estão sem água?

Quantas vezes, a EPAL procedeu à revisão da tubagem para verificar se há lixo ou outros dejectos nos tubos de água? E, depois, são os moradores que se vêem privados. Logo, a falta de manutenção é a culpada da ausência do precioso líquido.

O mesmo acontece com a energia eléctrica, quando cabos subterrâneos deixam de fornecer luz porque se queimaram. Isto é um sintoma de falta de manutenção que tem contribuído para os apagões que se verificam de quando em vez nas várias áreas da capital.

Os transportes públicos são essenciais para a locomoção de pessoas, mas também é visível que a falta de manutenção tem feito que muitos autocarros estejam fora de serviço por longo tempo, pondo em alvoroço populações de baixa renda que não podem utilizar os táxis, vulgo candongueiros, pelo valor cobrado.

Portanto, os responsáveis dos vários sectores devem preocupar-se com a manutenção dos meios à sua disposição, porque, caso contrário, o melhor é demitirem-se das suas funções, porque não guardar é não proteger, e o pior é substituir os meios ainda recuperáveis por novos, perdendo-se mais dinheiro pelo pouco tempo de existência dos bens em causa.

Aliás, a manutenção dos meios é uma cultura e só se serve dela quem percebe que o bem público tem de ser preservado, mas tal só acontece quando o interesse supera a vontade ...

8.22 A Recolha De Resíduos Sólidos Urbanos E A Fiscalização (1)

Angolense
24 de Março de 2012

Cumpro à letra, minha promessa da passada semana. O tema é mesmo este, para tratarmos de um conflito técnico de grande interesse para a governação e para os cidadãos da capital interessados na problemática do lixo.

Não entrarei para a liça sem primeiro recorrer às definições. Afinal, o entendimento prévio das normas e conceitos sempre foi condição de sucesso em qualquer debate que se preze útil. O que representa e como se classifica o serviço que a ELISAL presta à nossa cidade? Só pode haver lugar para uma resposta: a ELISAL detém a concessão de um serviço público. E o que é concessão de serviço público? A concessão de serviço público é o contrato pelo qual um certo concessionário se obriga, perante uma entidade pública (no caso seria o GPL), gerir em nome próprio

e sob sua responsabilidade, e ainda em respeito pelo interesse público, por um determinado período de tempo, uma actividade de serviço público (limpeza e saneamento), sendo remunerado directamente pela entidade pública concedente, ou através da totalidade ou parte das receitas geradas pela actividade concedida. Não creio que os juristas me reprovem neste quadro de entendimento e interpretação, pois outra coisa não poderia ser. A ELISAL só pode ser uma concessionária. Uma concessionária para gerir um dado modelo de recolha de resíduos sólidos e garantir a limpeza da cidade e a sua sanidade pública.

É claro que poderá estar a ocorrer alguma sobreposição no quadro operacional, onde a ELISAL eventualmente actue também como operadora (empiteiro e dono da obra em simultâneo, que cumplicidade!) mas esta prática anómala falece perante o regime de contratação pública, que lhe retira mérito e a obriga a manter-se fiel ao espírito legislador da total transparência e da sã concorrência. A ELISAL não pode ser, em homenagem à ética e transparência, um concessionário, um fiscal e um operador, ao mesmo tempo. Julgo que os ventos da transparência na nova ordem governativa me darão razão. E o mecanismo para salpicarmos as dúvidas, seria uma rápida consulta a lei 20/10, diploma de que tanto me gabo nos últimos tempos como uma produção legislativa das mais brilhantes que conheço, aprovadas pela Assembleia Nacional.

Em realidade, não nos basta aprovar tão elucidativas leis e regulamentos, não há melhor consumo que aquele que nutre a pessoa, ao contrário da falsa imaginação que nos faz pensar que basta aprovar, logo saciamos a vontade. O que mais magoa o cidadão, é a dura realidade de saber que produzimos cada vez mais leis de grande alcance transformador e até inovador, mas a sua aplicabilidade quase sempre raia a omissão e a inépcia.

O caso da desvalorização da lei da contratação pública por parte das entidades que gerem os processos de desenvolvimento e de resolução dos problemas do povo, é um caso de verdadeiro desencanto. Mesmo no sector das obras públicas, como sempre refiro neste canto, verificamos uma inaplicabilidade que demora a reduzir no tempo e no espaço territorial: muitos gestores públicos ou a desconhecem ou a ignoram naquilo que ela (a lei) tem de essencial e decisivo para o sucesso das empreitadas de obras. O mesmo infelizmente poderá estar a ocorrer com o processo de recolha de resíduos sólidos.

A meu ver, a ELISAL só terá tranquilidade empresarial quando se decidir, de uma vez por todas, a seguir o caminho traçado pelas leis que regem o

nosso país em matéria de gestão e contratação, não em parte, mas em todo! Incluindo a lei da contratação pública, aprovada a 7 de Setembro do ano 2010 pela Assembleia Nacional. Não duvidem os indecisos e os mais pessimistas. Só com base nos procedimentos e regras estabelecidas nesta lei será possível garantirmos um serviço público bom, uma obra pública boa, ou um fornecimento público bom. E este assunto não é de exclusiva responsabilidade da ELISAL. A responsabilidade é repartida, trata-se de uma decisão que implica um envolvimento ao mais alto nível, dada a natureza do serviço e a sua grandeza comercial.

Perguntar-me-ão porquê a fiscalização é assim tão decisiva. Vide: para que um serviço público seja bom ou uma obra pública seja boa como alego, é necessário que a sua prestação ou realização seja competentemente fiscalizada.

A fiscalização rigorosa, independente, profissionalizada e encarada como um acto de interesse público para defender o Estado, os fundos públicos, a qualidade do trabalho prestado e a durabilidade do mesmo, é de entre todos, o requisito que maiores garantias oferece à entidade concedente ou a um dono de obra pública, para o asertoamento do sucesso total da contratação pública realizada. Lá onde os fundos públicos se depositam para uma prestação de serviço exemplar, deverá existir uma fiscalização séria, idónea e actuante, altamente competente, que domine os verdadeiros princípios e as regras de fiscalização, sob risco de permanentes fracassos se assim não acontecer.

Penetremos então nos meandros da empresa concessionária para aferirmos sobre a sua prestação e concomitante fiscalização. Existe um primeiro conflito com a lei no respeitante ao modelo de fiscalização do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos. Já o afirmei em privado, e repito-o para bem do texto. No meu entender, havendo empresas operadoras actuando no processo como empresas contratadas e sujeitas ao regime jurídico das empreitadas e serviços públicos, o qual estabelece critérios próprios de fiscalização para garantir a defesa inquestionável dos interesses da entidade concedente (GPL), em primeiro lugar, não vejo com bons olhos que a fiscalização do serviço seja realizada pela concessionária (ELISAL). Em segundo lugar, não abduco da tese segundo a qual, fiscalização não é controlo técnico. Fiscalização é, antes de mais, um processo administrativo com um braço técnico de controlo da qualidade, e nunca o contrário. A mania de privilegiar o controlo técnico sobre os demais controlos - do ponto de vista do interesse público mais importantes até como a economia, os prazos, as penalizações e multas legais, as cauções a depositar

ou outras formas de prestação de garantias de boa execução, os seguros a realizar pelos sub-concessionários, a aferição das quantidades, volumes e percursos itinerários, a defesa do meio ambiente e da salubridade etc. são aspectos e critérios que não podem ser relegados a plano inferior sob pena de vermos o processo de recolha como um mero negócio em que o lucro máximo e o menor esforço se tornam numa bandeira para todos os envolvidos, fazendo-nos lembrar uma bandeja de frutos saborosos, onde cada um saca o que melhor lhe sabe à língua e à boca sem resultados satisfatórios para a comunidade, senão para os beneficiários individualmente. Foi para evitar isto que a Assembleia Nacional aprovou a lei 20/10.

A extensão do assunto me levará a abordar o assunto por partes, tal como tem acontecido com outros temas que tenho partilhado nesta página com o público leitor. Eu espero poder continuar nos próximos números, e como sempre, confiante nas melhores contribuições e réplicas construtivas.

8.23 Plano do Saneamento Básico Foi Apresentado em Malanje

Jornal de Angola
26 de Março 2012

O plano director para a edificação das infra-estruturas de abastecimento de água potável e saneamento básico da cidade de Malanje foi apresentado pelas autoridades locais. O projecto, cujo lançamento do concurso público acontece ainda este ano, vai ser executado em duas fases até ao ano 2025 e exprime os resultados de estudos efectuados pela empresa de Consultoria de Engenharia e Ambiente.

Orçadas em 120 milhões de dólares, as obras vão ser executadas em duas fases, a primeira destinada ao sistema de abastecimento de água e a segunda para o saneamento básico. As verbas constam do Programa de Investimentos Públicos (PIB), referentes ao presente exercício económico.

O projecto contempla a construção de um novo sistema de captação, projectada no rio Cuige, cuja capacidade de bombagem é de 1.000 litros por segundo. Ainda no âmbito do plano director das infra-estruturas de água e saneamento básico vai ser reforçado o sistema de captação e tratamento de águas da Guiné, cuja actual capacidade de bombagem é de 4.000 metros cúbicos.

De acordo com informações prestadas pelo chefe de Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento Básico da Direcção Nacional da Energia

e Águas, António Quaresma, consta ainda do projecto a construção de uma conduta, numa extensão de 12 quilómetros que vão ligar ao actual centro de distribuição.

Na da cidade capital da província de Malange vão ser construídas as condutas e redes de distribuição e vão ser instalados sistemas de telecomunicações e armamentos para facilitar as obras das infra-estruturas. O plano director das infra-estruturas de abastecimento de águas de Malanje contempla, igualmente, a construção de dois reservatórios de água nas zonas da Catepa e da Carreira de Tiro. A vice-governadora, Alice Van-Dúnem, disse que o projecto surge como resposta dos esforços do Executivo.

8.24 Valas de drenagem na cidade de Luanda estão a receber um tratamento de limpeza

Jornal de Angola
29 de Março de 2012

As valas de drenagem do distrito urbano da Maianga, em Luanda, estão a beneficiar de limpeza para permitir o rápido escoamento das águas pluviais, com vista a evitar inundações e danos materiais.

Em declarações ontem à Angop, o responsável pelo distrito, Manuel Marta, referiu que as valas do Rio Seco, do Katinton e do Rocha Pinto estão a ser limpas por equipas especializadas, para manter o local sem resíduos, apesar da falta de colaboração de alguns moradores.

Com o objectivo de prevenir também as consequências da chuva, as autoridades distritais da Maianga ordenaram a terraplenagem das ruas, para permitir maior fluidez do trânsito rodoviário.

O distrito urbano da Maianga possui 852.271 habitantes e está distribuído pelas comunas da Maianga (sede), Cassequel, Rocha Pinto e Prenda.

Acção idêntica no Sambizanga

O sistema de saneamento básico das zonas da Lixeira e Boavista, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, vai conhecer melhorias, com a requalificação da vala de drenagem do Suroca. Os trabalhos começaram em 2007 e estão quase concluídos, assegurou à Angop uma fonte do gabinete técnico da administração do Sambizanga.

A obra vai estar concluída quando forem feitos retoques na aplicação das manilhas de betão na zona

da Avenida Ngola Kiluanje e parte da 5ª Avenida, onde existe um lençol de água.

"A Boavista e a Lixeira, além de serem zonas industriais, possuem o maior número de habitantes a nível do Sambizanga, daí a necessidade de constantes intervenções nas estruturas de drenagem", explicou a fonte.

O funcionário do distrito do Sambizanga acrescentou que a solução dos problemas de drenagem passa pela conclusão dos trabalhos de recuperação da vala do Suroca e pela estabilização dos solos na zona da 5ª Avenida.

A vala do Suroca começa na Lagoa de São Pedro e termina na Lagoa Velha, também conhecida por Suroca Velha, nas imediações da Cadeia Central de Luanda.

Para acabar com as inundações nas zonas periféricas de Luanda foi também recuperada a vala da Senado da Câmara, enquanto a do Cariango e outras de pequena dimensão ao longo das vias rodoviárias estão em construção.

Na época chuvosa, por saturação dos solos, a água não é drenada nos bairros periféricos da província de Luanda, como consequência do débil sistema de escoamento, justificando-se a criação de novas valas de drenagem.

8.25 Novas latrinas municipais melhoram higiene pública

Jornal de Angola

30 de Março de 2012

A construção de 18 mil latrinas públicas nos municípios da Huíla está a reduzir a proliferação de doenças provocadas pelo hábito de defecar ao ar livre, declarou ontem, na cidade do Lubango, o director provincial da Energia e Águas.

Abel da Costa disse que as latrinas, construídas com a participação das comunidades, são o resultado da execução, nos últimos três anos, do programa de "combate à defecação ao ar livre", materializado pelo governo provincial em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

As latrinas foram construídas em aldeias, bairros, escolas e outros espaços públicos, com realce para os municípios do Lubango, Matala, Caconda e Caluquembe. O programa assenta no conceito de "saneamento básico liderado pela comunidade" e incentiva as famílias a construírem latrinas para evitar o hábito de defecar a céu aberto.

O governo da Huíla deu instruções aos organismos afectos às obras públicas para a integração de casas de banhos nos projectos de infra-estruturas escolares, hospitalares, desportivas, culturais e outros.

A direcção provincial da Energia e Águas e os parceiros sociais continuam a desenvolver palestras para sensibilizar a população sobre os cuidados a ter com as fezes, para evitar a contaminação de águas e outros produtos através das moscas.

A acção está a consciencializar crianças, jovens e adultos para esta causa e evitar a propagação de doenças e mortes.

Abel da Costa está preocupado com a contaminação dos rios Mukufi e Caculuar pelos habitantes da Lubango, porque a jusante muitas famílias residentes nas margens utilizam esta água para vários fins.

"Este hábito é a principal causa de muitas mortes de crianças e adultos e resulta da ausência de saneamento básico. A defecação ao ar livre e a falta de higiene são causadores de doenças que matam muitas pessoas", disse o director provincial da Energia e Águas.

Seminários locais

A materialização do programa foi antecedida da realização de seminários municipais sobre saneamento e higiene. A ideia é promover uma abordagem sobre saneamento liderado pela comunidade, facilitando o processo participativo e de análise do meio ambiente, para gerar comportamentos e atitudes de mudança quanto à higiene.

Os habitantes definiram os seus planos de acção, com a realização nas respectivas áreas de residência de encontros sobre saneamento e higiene. Lubango acolhe este mês o próximo encontro municipal.

Cada município constituiu uma comissão, com responsabilidades específicas sobre saneamento e higiene. Estes órgãos englobam organizações da sociedade civil, autoridades tradicionais, instituições estatais e outras entidades locais.

As comissões têm a obrigação de produzir informações sobre as medidas básicas de higiene, implementar sistemas de acompanhamento e criar instrumentos de verificação do progresso a nível municipal e comunal.

As administrações municipais assumem compromissos de execução do programa, segundo um documento a que o *Jornal de Angola* teve acesso. As administrações disponibilizam espaços e recursos

para a construção de estaleiros sanitários municipais e a criação de centros de formação e de aprendizagem.

O dossier salienta que as autoridades administrativas locais garantem a definição e execução de mecanismos adequados para aumentar a capacidade dos intervenientes no processo de saneamento e higiene e atingir os objectivos do programa "Huíla, província sem defecação ao ar livre".

As administrações municipais devem, em paralelo com os programas de abastecimento de água, inserir e garantir as acções do saneamento e higiene, enquadrando-os no orçamento municipal.

Os órgãos locais do Estado têm encorajado e apoiado a criação de pequenos sistemas de água e saneamento nas comunidades, através do programa "Água para todos". As administrações públicas concedem incentivos às aldeias, bairros, vilas e localidades mais empenhados no combate à defecação ao ar livre, como forma de motivação e apreciação positiva dos resultados alcançados.

8.26 Viana às escuras

Agora

24 de Março de 2012

No Km 9, em Viana, a população sente-se agastada com a Edel, devido ao 'apagão' que se regista desde o ano passado.

De acordo com as nossas fontes, a Edel instalou um posto de transformação, beneficiando apenas algumas ruas da zona.

"Não compreendemos a razão desta situação. Estamos há muito tempo às escuras, quando as pessoas que residem mais distantes usufruem deste bem público. Não consumimos água fresca, nem congelamos frescos, mas vivemos em Luanda. As autoridades devem respeitar o cidadão", lamentou o morador, José Armando .

8.27 Grandes temas angolanos

Jornal Agora

31 de Março de 2012

As causas que deitaram por terra todas as ambições e decisões do Chefe do Executivo que mais uma vez, está a ser ultrapassado pela direita com informações que se consubstanciam no aumento das oscilações e cortes insustentáveis.

No caso particular da capital que até hoje continua mergulhada nas trevas, esperavam-se melhorias, mas

não se fala da tão propalada instalação das centrais térmicas, embora o desenvolvimento de tais projectos seja um processo demorado, mas nunca irrealizável, os angolanos têm o direito de saber o que esta a ser feito neste sentido.

É imperioso que se estabeleça o contexto de partida e definir as suas características, visto existirem lacunas importantes na oferta eléctrica, com um risco significativo de agravamento da carência a prazo, na medida em que o aumento esperado até 2025 aumentará de forma dramática sobre o sistema.

O Ministério da Energia e Águas (Minea) limita-se a prognosticar realizações em 2016, quando a questão é o hoje de um país que cresce economicamente, mas que a resposta às crescentes necessidades de consumo e abastecimento regular tardam em chegar e se resumem na repetição das mesmas informações.

No horizonte de estabilização, a construção de hidroeléctricas assume-se ainda como um processo longo e complexo, mas para a nossa realidade torna-se mais sustentável, em função das capacidades das bacias hidrográficas classificadas, embora seja fundamental encontrar parceiros fiáveis.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca reúne pressupostos aceitáveis para a sua construção, faltando apenas o lançamento de concursos públicos, uma vez que os projectos básicos e executivos já foram aprovados. Quando for concluída, a barragem produzirá 2067mw, reforçando a disponibilidade e o fornecimento de energia, numa primeira fase, para o Kwanza-Noerte, Kwanza-Sul, Malanje, Uíge e Luanda, permitindo, também, o reforço da interligação do sistema eléctrico norte e centro.

O Minea deve reconhecer que proporcionou maior disponibilidade de energia em 2007 quando produziu 520mw, porém a inoperacionalidade da rede de distribuição e insipiência na sua gestão agravou os problemas.

Não se pode descurar que trouxe outra perspectiva de encarar a problemática eléctrica do país, disponibilizando mais carga para o consumidor. No entanto, a situação ainda não é de todo satisfatória, pois a quantidade e qualidade do produto final não é sentida na sua plenitude e o futuro ainda está cheio de reservas, considerando os atrasos na implementação dos novos projectos.

Uma vez quase ultrapassada a insuficiência de valências que se regista no atraso da conclusão de projectos e redundância de investimentos em curso, com défices financeiros estruturais das empresas públicas, urge a necessidade de se imprimir maior

dinâmica na implementação dos programas delineados.

Esta é uma pesada herança que João Baptista Borges deverá ultrapassar para responder aos desafios do futuro consubstanciando no fornecimento de energia de forma equilibrada para os pólos industriais e novas centralidades.

O desígnio da extensão da electrificação do meio rural deverá obedecer a programas específicos, particularmente o 'Luz para Todos', que numa primeira fase, priorizará as sedes municipais.

O projecto é uma simbiose entre as fontes fotovoltaicas e minihídricas, enquadrada no programa do Executivo para explorar as energias amigas do ambiente, pois, apenas, a partir de 2025 o país poderá ou não apostar na energia nuclear. É outro desafio, tendo em conta os dados estatísticos disponíveis apontarem para cerca de 30% da população ter acesso a energia eléctrica.

O programa 'Luz para Todos' visa fundamentalmente reduzir as carências energéticas e é urna empreitada que facilitará a expansão do fornecimento de electricidade, a todo o território. A iniciativa já consumiu 4 milhões de dólares na fase inicial e está em curso a segunda e a terceira, que permitirá a construção de mais 30 mini-hídricas, ainda este ano .

8.28 Sarjetas transformam-se em contentores

Semanário Factual
31 á 7 de Abril de 2012

Na periferia da província de Luanda, nomeadamente Cazenga, Cacucaco, Viana e !colo e Bengo, as fossas abandonadas são, nas épocas chuvosas, tidas pelos moradores como novos depósitos de lixo, dada a inundação das ruas e dos contentores colocados nas bermas das estradas para o depósito de resíduos sólidos.

Algumas dessas fossas, pertencentes às residências destruídas pelas águas chuvosas, e outras abandonadas pelos seus responsáveis, sobressaem excrementos, facto que periga a vizinhança e os automobilistas que circulam nas ruas terciárias da periferia.

A situação da periferia de Luanda é constatável nos bairros da Boa Esperança, do Catambor, da Vila da Mata, dos Embandeiros, nas barrocas da Boa Vista e em Ngunaha.

Nestes bairros, existem mais de 100 fossas abertas e abandonadas, para o azar dos inocentes, onde muitos moradores depositam quantidades de lixo abusivamente.

Familiares ouvidos pelo Factual, crianças e idosos, têm sido vítimas principais destas fossas abertas.

No dia 26 de Março, duas crianças de nove anos caíram numa fossa abandonada no município do Cazenga, há sete anos. Sem graves ferimentos, os rapazes foram socorridos pelos moradores e conduzidos a um posto médico próximo.

No centro da cidade de Luanda, a realidade prende-se com as acções das vendedeiras ambulantes, vulgo zungueiras, que apinham os passeios com as suas mercadorias, e, nestes espaços, ficam até ao fim da tarde, momento em que recolhem os seus haveres e abandonam o lixo em tudo quanto for canto.

Nas duas últimas semanas, as estradas de acesso ao centro da cidade apresentavam-se apinhadas das águas residuais e de lixo que os esgotos não suportavam. Em contrapartida, os passeios são locais de depósito de lixo de pós-venda das mercadorias das zungueiras.

Estes esgotos, construídos para desanuviar as águas sobre o asfalto, servem de sarjetas para os excrementos das suas crianças, de fraldas utilizadas, de colocação de vasilhas de detergentes e de restos de hortaliças.

Segundo moradores dos edifícios do bairro São Paulo, dos Combatentes, do Kinaxixi e da Mutamba, as consequências dos actos das zungueiras têm atingido as famílias de muitas moradias, pois são estas que têm de responder pelas rachaduras dos pilares e pela imundície deixada pelas vendedoras no rés-da-chão. A fiscalização de Luanda instalou placas de proibição de vendas em certos locais, mas a iniciativa não está a surtir o efeito desejado.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Luzia Inglês e o Aniversário da OMA

Jornal de Angola
02 de Março de 2012

A Organização da Mulher Angolana (OMA) está a comemorar meio século de trabalho ininterrupto ao serviço da, sociedade, desde a luta armada de libertação nacional à defesa da pátria. Luzia Inglês, secretária-geral da organização, em entrevista exclusiva ao *Jornal de Angola* diz que “temos orgulho em sermos a maior organização feminina no país e aquela que se preocupa com os problemas que afectam as mulheres”. A dirigente da OMA recordou a contribuição das mulheres na guerrilha e sobre os dias de hoje, afirmou: “Foi através de sangue, dor e luto que Angola chegou onde chegou. Hoje, temos dez anos de paz, estabilidade e reconciliação nacional. As mulheres sentem-se honradas por participarem de forma profunda neste processo”.

Jornal de Angola – Como surgiu a Organização da Mulher Angolana (OMA)?

Luzia Inglês – A organização surge como proposta do MPLA. O grupo foi constituído primeiramente por mulheres que faziam trabalhos de educação junto dos refugiados, nas fronteiras com os dois Congos. A OMA foi constituída em 1962 e as militantes eram educadas sobre aspectos da política, com o objectivo de inculcar-lhes uma mente mais patriótica.

J A – A educação patriótica teve influência no trabalho político?

LI – Muitas já tinham uma consciência da dupla exploração que sofriam por parte do regime colonial, onde não tinham o direito a estudar, ao trabalho nem voz na sociedade. A par disso, um outro tipo de discriminação criou-se no seio das famílias. Elas deixaram de ter voz, não opinavam e eram simplesmente consideradas como domésticas. JA – Esse foi o motivo da criação da OMA?

LI – Estes e outros motivos fizeram com que as mulheres se organizassem em associações e organizações políticas. A direcção do MPLA sempre reconheceu a força das mulheres. A surgimento da organização assenta no compromisso muito forte e firme em trabalhar no seio das comunidades. E junto dos homens dava o seu contributo para a libertação de Angola.

JA – Os homens aceitaram o enquadramento das mulheres na guerrilha?

LI – Politicamente alguns aceitavam a contribuição das mulheres, porque eram ensinados nos países socialistas sobre a igualdade de género. No nosso movimento, na altura, nunca houve esse impedimento, apesar dos homens acharem que nasceram para ser chefes. Mas já lá vão 50 anos. Muita coisa mudou e a cada etapa surgem melhorias.

JA – As mulheres sofreram mais que os homens durante a luta clandestina?

LI – A mulher tem vindo a sofrer mesmo que o homem desde a guerra colonial. Na luta clandestina muitas mulheres faziam espionagem. Eram portadoras de mensagens e organizavam festas para obterem informações. Muitas chegaram a ser detidas e torturadas. Por vezes eram violadas.

JA – Estiveram muitas mulheres na frente de combate durante a luta armada?

LI – Sim! Muitas entraram jovens, outras grávidas ou com filhos pequenos. Essas não podiam ir para a frente de combate. Ficavam na retaguarda a cuidar das crianças, dos idosos e da alimentação dos homens que estavam na frente. Mas outras tiveram mesmo de se inserir nas fileiras, participavam também no transporte de armas e munições. Faziam treino de autodefesa de igual para igual.

JA – As mulheres são vaidosas, têm mesmo jeito para utilizar armas de fogo?

LI – Naquela altura, mesmo sem abdicar da vaidade, estávamos nas frentes de combate. havia distinção. Homens e mulheres transportavam o material de guerra.

Lembro-me que antes de partirmos para a Frente Leste, homens, mulheres e crianças estavam encarregados de transportar material de guerra. E todos carregávamos as armas de fogo e também as munições necessárias.

JA – Na guerrilha havia muitos namoricos?

LI – Antigamente, as mulheres tinham uma educação de invejar. Não havia nem nunca houve relatos de que o homem é amigo, namorado ou amante. Nem na guerrilha havia esse comportamento. Sempre nos fizemos respeitar. O relacionamento era à base do respeito. No meio de centenas de homens havia sete mulheres. Elas tomavam banho no rio e trocavam de roupa. À sua volta havia homens que viravam as costas sem se afastarem. Era uma estratégia, porque se fossem para longe, podiam espreitar. E se eles

ficassem ali à vista, de costas, tínhamos o controlo da situação.

JA – Na época, muitas mulheres trabalharam nas telecomunicações, foi fácil?

LI – Em Abril de 1975, a maior parte das mulheres decidiu frequentar outros cursos, principalmente o curso de medicina. Mas muitas de nós fizemos o curso de telecomunicações e fomos distribuídas pelo país. E como estávamos em vésperas da independência, fomos preparadas para receber todo o material que os portugueses deixaram.

JA – Depois da independência começou uma nova trajectória na vida da mulher?

LI – Foi através de sangue, dor e luto que Angola chegou onde chegou. Hoje, temos dez anos de paz, estabilidade e reconciliação nacional. As mulheres sentem-se honradas por participarem de forma profunda neste processo.

JA – O que significa para as mulheres os dez anos de paz?

LI – Os dez anos de paz que se vão assinalar no próximo dia 4 de Abril, trouxeram estabilidade ao país. Muitas mulheres também participaram na garantia de integridade territorial e a estabilidade ajudou no sentido de se criarem projectos mais firmes, principalmente para com as camadas mais vulneráveis da sociedade. Hoje já podemos fazer programas e executá-los até nos lugares mais recônditos do país.

JA – Porque ainda existem queixas de exclusão de mulheres de outros partidos?

LI – Nas actividades sociais, não falamos simplesmente para as mulheres do MPLA. Todas as mulheres são angolanas e os benefícios sociais são para todas. Quando fazemos trabalhos de alfabetização, saúde, economia, não há distinção de partido. Somos todas angolanas. O partido tem de continuar a seguir os objectivos pelos quais foi criado, que é de dar o bem-estar ao povo angolano, não importa a quem.

JA – A sociedade está consciencializada sobre o fenómeno?

LI – Temos registado com satisfação e renovadas esperanças o facto da sociedade se mobilizar cada vez mais na luta contra a violência no género, um mal de consequências negativas para o futuro do país. A OMA orgulha-se pelo facto dos centros de aconselhamento jurídico existentes em todo o país,

estarem a desempenhar um papel apaziguador e, sobretudo, conciliador das famílias desavindas.

JÁ – É um desafio a participação e eleição de mais mulheres nas próximas eleições?

LI – A OMA tem uma grande responsabilidade política e os desafios políticos são enormes para as dirigentes, no sentido de melhorar o quadro actual e garantir um maior número de mulheres a votarem nas eleições de 2012 e a serem eleitas.

JA – Como tem sido a participação da OMA no processo de registo eleitoral?

LI – Todas as famílias angolanas devem participar na actualização e registo eleitoral. Temos um grande desafio nos próximos meses. Vamos realizar eleições. Para exercermos este nosso direito cívico temos que actualizar o registo. Os jovens que só agora completaram 18 anos devem fazer o seu registo eleitoral para poderem votar. É um compromisso com a paz e a democracia.

JA – Quais os principais ganhos dos 50 anos da OMA?

LI – Tivemos muitas conquistas que beneficiaram as mulheres e o país. A aprovação da Lei contra a Violência Doméstica, o décimo lugar no mundo com mais mulheres nos órgãos de decisão, várias vitórias no domínio do desporto e a conquista do concurso Miss Universo. Entre as várias actividades políticas, destacam-se ainda o lançamento da campanha especial de adesão de novas militantes. Hoje temos 98.495 militantes. Vamos organizar um colóquio sobre a participação da mulher na sociedade e uma marcha de apoio ao presidente do partido MPLA.

JA – O que significa para a OMA este meio século?

LI – Os 50 anos da fundação colocam a OMA num patamar de grande prestígio a nível nacional e internacional e como uma organização feminina que se preocupa com os problemas que afectam as mulheres. Estes 50 anos de trabalho são também a garantia da continuidade da construção de uma Angola de paz, de democracia e de desenvolvimento. Devemos transformar as actividades alusivas aos 50 anos da OMA em jornadas de reflexão em prol da promoção do patriotismo, de uma verdadeira cultura de paz, de tolerância, de unidade, reconciliação e combate à violência.

JA – A violência doméstica continua a ser uma batalha para a direcção da OMA?

LI – Está é uma das muitas tarefas, neste ano de 2012. Vamos continuar a trabalhar em programas que

visem a divulgação da Lei contra a Violência Doméstica e nas acções de sensibilização sobre a importância de termos famílias estruturadas e felizes. E também vamos exaltar o papel socializador da mulher e a sua valorização no reforço das suas competências.

JA – Qual tem sido a participação da organização no combate à pobreza?

LI – A OMA continua atenta ao analfabetismo, à educação e à promoção da saúde, à formação política e profissional das mulheres e o acesso ao crédito, como forma de combater a pobreza. A contribuição na defesa de uma efectiva emancipação e promoção da mulher, garantindo a igualdade de direitos e de oportunidades, é também nosso meio de actuação na defesa dos interesses das mulheres angolanas.

JÁ – Qual o conselho que deixa às mulheres angolanas na educação dos filhos?

LI – O papel da mulher na construção de uma nova mentalidade na família e na sociedade em geral assenta fundamentalmente na educação. A OMA continua no centro da coesão no seio da família, na preservação dos valores culturais, na defesa de uma nova mentalidade e na construção de uma Angola, onde perdura a paz social e moral.

JA – Que estratégias tem a OMA para o imediato?

LI – O Executivo presta especial atenção à mulher, criando políticas públicas de protecção e promoção, visando uma participação na acção social do Estado. Nós não temos poupado esforços para desenvolver acções de promoção e solidariedade junto das mulheres. Saliento o programa de combate à pobreza, o crédito, o apoio jurídico nos casos de violência e fuga à paternidade.

JA – Quais as maiores conquistas alcançadas nestes 50 anos?

LI – Os avanços sociais conseguidos pelas mulheres ao longo destes 50 anos devem-se ao facto da OMA se ter convertido numa instituição forte, de grande valia política para a sociedade e para o Executivo. E orgulhamo-nos de ser a maior organização feminina no país e aquela que se preocupa com os problemas que afectam as mulheres.

9.2 Ministra Apresenta Programas

Jornal de Angola
04 de Março de 2012

A ministra da Família e Promoção da Mulher lembrou nas Nações Unidas que o Executivo tem políticas e programas para promover a estabilidade e garantir a participação da mulher, em igualdade de circunstâncias, nos órgãos de decisão.

Genoveva Lino, que discursava numa reunião plenária de alto nível sobre experiências nacionais em relação aos progressos registados pelos Estados em matéria de igualdade de género nos órgãos de tomada de decisão, referiu que a conquista da paz permitiu criar um ambiente propício para a execução de políticas de inclusão da mulher.

Os índices de mulheres nos órgãos de decisão em Angola, recordou, passaram de 14 para cerca de 30 por cento no Parlamento e de 11 para 28 por cento no Executivo.

O êxito, disse, deve-se à aposta do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciada nas eleições legislativas de 2008.

A ministra salientou que a luta pela igualdade de género em Angola foi institucionalizada no dia da proclamação da independência nacional, em 11 de Novembro de 1975, em função da batalha empreendida pela Organização da Mulher Angolana (OMA).

Fruto desta batalha, referiu, a OMA conseguiu que a Assembleia do Povo [Parlamento], aprovasse a criação da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Mulher para garantir que o Conselho de Ministros tivesse quem colocasse as questões de género.

9.3 ONU Preocupada Com a Situação das Mulheres Rurais

O País
09 de Março de 2012

A representação das Nações Unidas em Angola publicou uma nota de imprensa em que felicita as mulheres angolanas pelo “Dia Internacional da Mulher”, celebrado no dia 8 deste mês. De acordo com a Coordenadora Residente das Nações Unidas em Angola, Maria do Valle Ribeiro, a data “é uma celebração global das conquistas económicas, políticas e sociais das mulheres” e que “é uma ocasião Rara celebrar a contribuição que as mulheres fizeram

na luta da sociedade pela igualdade, paz e desenvolvimento”.

O tema do Dia Internacional da Mulher deste ano é “Empoderamento das Mulheres Rurais - Fim da Pobreza e Fome”. Numa mensagem sobre a data, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, que esteve recentemente em Angola, afirmou que “a igualdade de género e o empoderamento das mulheres estão a ganhar terreno em todo o mundo”, tendo acrescentado que há mais mulheres a desempenhar funções de Chefes de Estado e de Governo e a proporção de mulheres que desempenham cargos ministeriais é a maior de sempre.

“Apesar desta dinâmica, ainda há um longo caminho a percorrer, antes de podermos dizer que as mulheres e raparigas gozam plenamente dos seus direitos fundamentais, a liberdade e dignidade que lhes é devida desde o berço e que lhes garantem o seu bem-estar. Em nenhuma outra parte isto é tão visível como no mundo rural.

As mulheres e raparigas que vivem nas áreas rurais, a quem este ano é dedicado o Dia Internacional da Mulher, representam um quarto da população global, no entanto, geralmente figuram sempre no fundo da tabela dos Indicadores económicos, políticos e sociais, desde o rendimento à saúde, passando pela educação e participação nos processos de decisão”, acrescentou Ban Ki-Moon.

De acordo com a nota de Imprensa das Nações Unidas, em Angola registaram-se “progressos notáveis” no que toca à igualdade do género e empoderamento das mulheres, realçando que o nosso País está entre os dez países com a maior participação de mulheres nos processos de tomada de decisão e particularmente no parlamento, depois das eleições de 2008.

“No entanto, nas áreas rurais de Angola, os padrões de desigualdade se tornam visíveis, por exemplo, as taxas de alfabetização para as mulheres entre as idades dos 15-24 em áreas rurais é apenas de 40,8%, em comparação a 83% nas áreas urbanas; e partos assistidos por pessoal qualificado nas zonas rurais é de apenas 21%, comparado a 71% nas áreas urbanas”, frisa a fonte que temos vindo a citar.

Finalmente, destaca como “nota especial positiva” a aprovação e entrada em vigor em Angola da Lei Contra a Violência Doméstica, “que assegura uma maior protecção” contra as vítimas deste drama social.

Importa realçar que o Dia Internacional da Mulher, que resultou dos movimentos sindicalistas, na Amé-

rica do Norte e Europa, começou a ser celebrado pelas Nações Unidas no dia 8 de Março de 1975, que foi comemorado como Ano Internacional da Mulher.

Líderes da sociedade civil unem-se contra a violência doméstica

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género (FMJIG) e a Associação Angolana de Mulheres das Carreiras Jurídicas, realizam, no dia 14 de Março deste ano, numa das unidades hoteleiras de Luanda, uma Mesa Redonda sobre o “A Importância da Coordenação de Esforços no Combate a Violência Doméstica”.

A Mesa Redonda, que vai reunir cerca de 30 líderes de organizações da sociedade civil, segundo uma nota de imprensa emitida pelas organizações promotoras do evento, visa promover um debate entre as líderes das organizações que trabalham pela igualdade no género, para gerar uma plataforma comum de luta contra a violência doméstica.

De acordo com a organização do evento participarão também na mesa redonda representantes de organizações da sociedade civil de diversos pontos do País como Malanje, Kwanza-Sul e Cabinda.

“Esta é uma iniciativa impar no que toca ao papel da sociedade civil no combate ao fenómeno da violência doméstica, pois, será a primeira vez que líderes de organizações que lutam pela igualdade no género no País vão sentar-se a mesma mesa, para discutir estratégias comuns de combate ao referido problema”, referem as organizações. Ao que apurámos, no final do evento será produzida uma declaração sobre a questão da igualdade de género no País e o impacto da violência doméstica na sociedade angolana.

Esta actividade se enquadra na campanha “Desafiando o Silêncio: os Meios de Comunicação contra a Violência sobre a Mulher” que visa, por um lado, sensibilizar a sociedade para a participação activa nas acções de combate à violência doméstica e, por outro, aumentar o nível de conhecimento dos jornalistas sobre as causas e consequências, de modo que possam fazer abordagens mais profundas sobre temática.

A violência doméstica é um problema que afecta a sociedade angolana, Dados divulgados pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher revelam que em 2011 foram registadas mais de 2.000 queixas de violência doméstica, sendo que a maior parte das vítimas são mulheres.

9.4 Mulheres jornalistas mobilizadas contra violência

Jornal de Angola
13 de Março de 2012

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género (FMJIG) e a Associação Angolana de Mulheres de Carreira Jurídica realizam amanhã, a partir das 8h30, em Luanda, uma mesa redonda sobre "A Importância da Coordenação de Esforços no Combate à Violência Doméstica".

De acordo com uma nota de imprensa, com a realização da mesa redonda, o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género e a Associação Angolana de Mulheres de Carreira Jurídica pretendem promover um debate entre líderes de organizações que trabalham em prol da igualdade de género, a fim de criarem uma plataforma comum de luta contra a violência doméstica.

Líderes de organizações da sociedade civil das províncias de Malange, Kwanza-Sul e Cabinda também vão participar da mesa redonda. De acordo com a nota, é a primeira vez que líderes de organizações da sociedade civil que lutam pela igualdade de género vão sentar-se à mesma mesa para gizar estratégias comuns de combate à violência doméstica.

A mesa redonda, financiada pela Embaixada da Holanda e a Trocaire, enquadra-se na campanha "Desafiando o Silêncio: os Meios de Comunicação contra a Violência sobre a Mulher" promovida pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género a nível do país, visando sensibilizar a sociedade para a participação activa nas acções de combate à violência doméstica e aumentar o nível de conhecimento dos jornalistas sobre as causas e consequências, de modo a que possam fazer abordagens mais profundas sobre a temática.

A luta contra a violência doméstica tem sido um grande desafio da sociedade angolana, tendo em conta os estragos que a violência tem causado.

9.5 Executivo toma medidas legislativas para erradicar a violência doméstica

Jornal de Angola
15 de Março de 2012

A ministra da Justiça, Guilhermina Prata, garantiu ontem em Luanda que o Executivo está a adoptar

medidas que contribuem para a erradicação da violência doméstica no país.

A ministra falava na abertura de uma mesa redonda sobre a violência doméstica com maior incidência sobre a mulher, a criança e idosos, os elementos mais vulneráveis da sociedade.

Guilhermina Prata afirmou que a violência doméstica perturba as relações familiares. Por isso levou o poder político a apostar na criação progressiva de condições objectivas para o estudo do fenómeno, que tem vindo a contrair os princípios básicos do Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos, a dignidade humana e a igualdade das pessoas.

Guilhermina Prata, que falava no seminário realizado pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género e a Associação de Mulheres das Carreiras Jurídicas, afirmou que o compromisso do poder político em relação à luta contra violência doméstica tem-se materializado em diversos actos normativos. A titular da pasta da Justiça espera que com as iniciativas legislativas em curso, o Estado possa criar condições objectivas para intervir em duas vertentes nesta problemática: na repressão da violência sobre a mulher, através da lei, e na prevenção do flagelo através dos planos de acção.

Guilhermina Prata recordou que a Organizações das Nações Unidas definiu a violência de género como um acto que resulta em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher. E a conferência de Pequim reconheceu que a violência contra as mulheres é um dos problemas que limita as liberdades e os direitos das mulheres como um obstáculo para atingir os objectivos do desenvolvimento, igualdade e paz.

No seminário participaram líderes de organizações da sociedade civil de vários pontos do país como Malange, Kwanza-Sul, e Benguela, e organizações de Luanda como a Associação da Mulher Polícia de Angola (AMPA) e a Plataforma Mulher em Acção.

A presidente da Associação de Mulheres Polícias (AMPA) disse que pretende criar gabinetes e activistas para em parcerias com as esquadras policiais, dar um atendimento aceitável às vítimas da violência doméstica.

A directora para a área de Informação do fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género (FMJIG), Susana Mendes, declarou que a Comunicação Social em Angola não pode ficar de fora porque "o nosso trabalho é de sensibilização, informar, formar, e educar a sociedade".

9.6 Violência é combatida

Jornal de Angola
16 de Março de 2012

A província do Bengo registou no ano passado 210 casos de violência doméstica, revelou ontem a directora local da Família e Promoção da Mulher.

Joana Pinto referiu que a nível daquela província foram realizadas várias actividades de fórum familiar, principalmente palestras que destacavam a fuga à paternidade, abandono de lar, supressão de bens e violência contra as crianças.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher salientou ainda que, no mês de Julho do ano passado, em homenagem à mulher africana, a instituição realizou uma viagem turística à província de Benguela, numa actividade em que participaram 150 mulheres da província do Bengo.

A missão do Bengo serviu para a troca de experiências com as mulheres de Benguela. Joana Pinto sublinhou que o programa radiofónico "Njango", emitido pela emissora local da Rádio Nacional, tem dado um grande contributo para a redução de casos de violência doméstica, uma vez que aborda temas ligados à mulher, competências e prestações familiares, abuso sexual a menores, famílias separadas e outros problemas que afectam a mulher angolana e as famílias.

A directora provincial deu a conhecer que a nível do Bengo, pelo menos 18 por cento dos cargos de direcção e chefia são ocupados por mulheres.

"Não é ainda uma percentagem satisfatória, mas já é um bom começo", disse Joana Pinto, para apelar à luta contra as debilidades em termos de formação, que muitas senhoras ainda apresentam.

Joana Pinto lamentou ainda o facto de muitas mulheres estarem a desempenhar cargos de chefia apenas para que se registre um equilíbrio de género, em vez de conquistarem, na verdade, este espaço pela competência.

A responsável revelou que a partir do mês de Abril a direcção provincial da Família e Promoção da Mulher lança o curso de noivos para Jovens que queiram contrair matrimónio, no sentido de estarem melhor preparados para o casamento.

Joana Pinto referiu que pastores de algumas igrejas e psicólogos podem aconselhar os jovens, assim como têm a possibilidade de frequentar um curso de formação de três meses.

9.7 O Risco dos "Tribunais de Rua"

A Capital
17 de Março de 2012

A imagem de Muammar Kadhafhi ensanguentado e transportado nos braços de soldados rebeldes girou o mundo como símbolo de liberdade. Mas, será mesmo? O saldo da guerra civil que assolou a Líbia, através da qual se derrubou o regime de Kadhafhi, fala por si. Milhares de mortos, entre civis e militares, e um valor incalculável em infra-estruturas destruídas. Regiões antes prosperas transformaram-se em cidades fantasmas, a ameaça de recrudescer da guerra é permanente e, com ela, a privação dos direitos elementares dos cidadãos está na ordem do dia. Angola conhece bem essa realidade destrutiva. E, então, porque não reaprendermos com o mau exemplo Líbio?

Os manifestantes, na Líbia, propuseram-se derrubar Kadhafhi. E conseguiram. Mas prometeram, também, maior liberdade. E essa promessa de liberdade veio com um sentimento mais amplo. Equivalia não apenas ao resgate de todas as liberdades das quais os cidadãos estavam privados durante o regime de Kadhafhi, mas uma repartição mais equilibrada do dinheiro do petróleo que, em suma, significaria uma maior qualidade de vida para todos. Essa promessa, porém, ainda está por cumprir.

a exemplo Líbio vem, a propósito, da carta enviada a várias organizações, nacionais e estrangeiras, a dar conta da intenção de jovens realizarem uma manifestação no passado Sábado, 10. Entre as reivindicações apresentadas como as razões da manifestação figurava uma que mereceu, de mim, alguma atenção demorada: "o derrube do regime de José Eduardo dos Santos".

Pareceu-me estranha e contraditória a carta que li sobre o assunto. Estranha por estarmos num ano em que se perspectiva a realização de eleições gerais. Contraditória porque se os manifestantes defendem, como dizem, a democracia, saberão certamente que a expressão máxima da democracia é a ida às urnas. Se existe, com efeito, essa vontade expressa de acabar com os anos que o actual Presidente da República tem no poder, não existe melhor oportunidade que as eleições. Até ao momento não há indicações contrárias à realização de eleições neste ano, até porque o poder político já se manifestou favorável.

Tem-se, aqui, que embora constitucionalmente permitidas, as manifestações nunca são bem sucedidas quando assumem o carácter de "tribunais de rua". No caso de Susana Inglês, por exemplo, cuja nomeação alegadamente irregular foi um dos motes

para a última tentativa de manifestação, existem no país fóruns próprios onde esses assuntos devem ser tratados, onde as reclamações devem ser apresentadas. A oposição parlamentar, por exemplo, mesmo descontente, tem tentado dar o seu contributo, à sua maneira, mas, em nenhum momento, tendo a rua como o recurso principal mesmo quando se vê depois despida de opções.

As razões para essa ponderação foram, pois, mencionadas num comunicado publicado pela UNITA, a propósito da tentativa de manifestação do dia 10, onde essa organização partidária saúda a coragem dos manifestantes, mas também repudia “nos termos mais enérgicos” a atitude “irreflectida de alguns jovens, eventualmente mal aconselhados, que pretenderam mobilizar presenças através de ameaças e chantagens dirigidas aos partidos políticos e aos seus dirigentes”.

Um pormenor se destacou no comunicado do segundo maior partido político de Angola. Foi quando, a dado passo, se escreveu que “a democracia, mesmo que ainda débil, que se vive hoje em Angola, custou-nos elevado preço pago com muitas vidas de membros determinados, motivados e conscientes das suas responsabilidades”. Os maninhos salientam que “este preço nunca foi por nós cobrado a ninguém”, daí terem alertado, aos jovens manifestantes, de que a Unita “não pode aceitar a repetição destas lamentáveis actuações” que a história, tristemente, documentou.

Está implícito no comunicado da UNITA uma chamada de atenção para o risco dessas manifestações, organizadas um pouco com as emoções sobre a epiderme e, agora, num ano eleitoral, poderem descambar para conflitos graves. Ademais, o incidente de Sábado, em que várias pessoas foram, permitam-me o adjectivo, cobardemente espancadas, entre os quais o secretário-geral do Bloco Democrático, Filomeno Vieira Lopes, constitui-se numa espécie de aviso à navegação. A possibilidade de confrontos entre grupos rivais, uns exigindo a mudança do status quo e, outros, a respectiva manutenção, mostrou-se tão real que a contabilidade aí está, saldando-se em cabeças e braços partidos. Tem razão a UNITA quando chama a atenção para a necessidade de se evitar que situações “mal aconselhadas” descambem para cenários desagradáveis vividos num passado infelizmente recente. E as feridas, ainda por sarar, devem exigir de cada um de nós a responsabilidade de reconhecer que cada lado tem os seus apoiantes, e que podem, e muito bem, ser arregimentados para episódios tristes como aquele do último dia 10 de Março.

Pese o imaturo apadrinhamento da Televisão Pública de Angola (TPA), não se pode aceitar que contra-manifestantes, quais selvagens, se munam de paus e ferros para investir contra os manifestantes, produzindo resultados repugnantes como aqueles testemunhados pela fotografia de um Filomeno Vieira Lopes ensanguentado que, tal como a de Kadhafi, agora circula pela Internet. Ainda bem que no caso angolano, esta vítima de violência ainda esteja aí para contar a experiência pela qual passou.

9.8 Angolanos maos na conciencia

Folha 8

17 de Março de 2012

Não há condições para o exercício livre e democrático, para manifestarmos nossas aspirações e reivindicarmos nossos direitos cívicos inalienáveis. Por isso, não há condições para as eleições. Pois, corremos riscos pior dos que em tempo de guerra! Para um dos internautas:

"A terem lugar, estas eleições, irão apenas legalizar e caucionar este regime ditatorial democrático". Em nenhuma parte do mundo hoje manifestar é crime; em nenhuma Constituição de um Estado dito de Direito e Soberano, existe uma Lei "ARRUAÇA" que pune um cidadão civil, que se apresenta numa manifestação, sem nenhuma pena de galinha na mão sequer; em nenhuma parte do mundo um Estado de Direito mobiliza empresários da juventude expressamente para criar grupos secretos com a missão de espancar ou abater cidadãos que manifestam ou se pronunciam pelos seus direitos e dentro das linhas demarcadas pela Constituição.

Com todo o respeito que temos por uns e outros, retorno aqui o que foi dito: "Se o M / V Bento Kangamba, só por ter um Mar de Dinheiro, considerar o Dr. Filomeno Vieira Lopes e tantos outros da sua estirpe e demais como arruaceiros por manifestarem ordeiramente, então Angola está mesmo foxtrote e entregue a bicharada". O Mais Velho Bento Kangamba tem de fazer tudo para lavar sua imagem e provar que realmente não está por detrás dos colossos encomendados para espalhar o pânico e assassinar cidadãos pacíficos, como é acusado. Os angolanos e o mundo registaram a ocorrência tanto dos últimos dias, como do passado recente e fica muito mal, tanto hoje como para o futuro, confundirem as mãos cheias de dinheiro do grande senhor Bento Kangamba, com as mãos negras do Empresário da Juventude Bento Kangamba, lambuzadas com o sangue de patriotas concidadãos, se assim podemos considerar. Nestes casos, a

responsabilidade é individual, neste caso S/ Excia o PR está bem coberto.

Nos dias de hoje, o direito a vida e a liberdade de existir, colectados nos direitos cívicos, transformaram-se em direitos naturais e inegociáveis. Quem não respeitar, transfigura-se irremediavelmente em irracional. Hoje é patente e ensinam-nos os que sabem: ao se criar um jornal; ao se manifestar; ao se mobilizar uma greve; ao se subscrever uma petição; ao se participar num fórum de cidadania; ao se participar em organizações de bairro; ao se reivindicar o direito de se ser bem informado e actualizado, o indivíduo cumpre simplesmente com o seu dever de cidadão. Ao interditar isso, não são os manifestantes que se transformam em selvagens, sim o Estado que passa a ser arruaceiro e seus acólitos selvagens.

O direito de manifestar é um direito fundamental dos países democráticos e respeitosos dos Direitos do Homem e do Cidadão. A manifestação é um exercício indispensável da vida política e social e um dos mais importantes na defesa dos valores sublimes dos povos livres. Constitui também um meio de pressão junto do poder político instaurado, ao qual são apresentadas as reivindicações. Para além das manifestações de rua, existe a manifestação de trabalhadores organizada por sindicatos, em Angola opacos; manifestação de apoio ou repúdio à uma causa internacional; manifestação de um grupo minoritário, étnico ou militante para se fazer aceite ou que suas especificidades sejam reconhecidas e respeitadas. Mas, é por demais sabido que tudo obedece as leis.

Desde 1935 à escala universal, as bases de regulamentação de seja qual for a manifestação, foram sempre de prevenir confusões e desacatos na ordem pública. Em Angola desde que os cidadãos sempre tentaram se manifestar, cumprindo estrita e rigorosamente as exigências das leis, são as forças da ordem e os grupos clandestinos organizados pelo Governo que iniciaram e incentivaram os massacres contra os pacatos cidadãos e jornalistas da imprensa privada, antes, durante e depois das concentrações. Savimbi, a besta de todos os males, morreu faz 10 anos, quem finalmente o substituiu?

9.9 Polícia Reprimiu Britalmente Os Manifestantes

Folha 8

17 de Março de 2012

Ceguei agora a casa depois de uma jornada muito difícil de combate contra a barbárie nacional. Aparentemente, perdemos em toda a extensão. As

nossas armas eram apenas a fragilidade dos nossos corpos e a vontade firme de ser cidadãos, com direitos.

A manifestação foi convocada e comunicada ao Governo Provincial de Luanda. O BD desde cedo manifestou o seu apoio à manifestação. Sabe-se que na véspera da manifestação um grupo de vândalos ao serviço do regime, raptou Mário Domingos, um dos organizadores e outro assaltou a casa de Casimiro Carbono, tendo ferido três pessoas, em consequência de agressões brutais e destruído todo o material e equipamento de trabalho do grupo organizador da manifestação. Apesar disso, a determinação dos fracos fez com que a manifestação fosse reafirmada e a concentração, hoje, tenham acontecido, as 9 horas. O bando do mal já lá estava. A Polícia Nacional estava espalha pelo percurso anunciado, colocada como se estivesse emboscada. O lumpenato nacional contava pois com o apoio e a cumplicidade da Polícia Nacional que era suposto estar ali para manter a ordem pública, garantir a segurança dos manifestantes e fazer com que a Constituição da República fosse respeitada e não fosse pisoteada por um bando de malfeitores. O que aconteceu não foi nada disto, como teria sido, num país civilizado. Os homens do mal começaram a agredir os manifestantes, de forma inusitadamente violenta, sem mais, nem menos. Traziam barras de ferro e armas de guerra.

Desferiram golpes em todas as direcções e fizeram fogo, de bala real, primeiro para o ar e, depois, em direcção aos manifestantes em fuga. Em alguns dos manifestantes foram particularmente visados e foram perseguidos. Golpe em golpe, feriram o Luaty (levou 6 pontos, na cabeça) o Francisco (cinco pontos, na cabeça, feridas nos braços) o David (ferida na cabeça, orelha parcialmente decepada, hematomas e escoriações diversas) para não falar das pequenas feridas, hematomas e escoriações de tantos outros. O Mário Domingos e Luamba foram presos, e depois soltos porque a nova orientação agora não é a fazer presos mas a de bater só, dizia um dos algozes ao seu colega, quando este ia a passar as algemas ao David. Ainda não eram 10 horas e a situação já era de fuga generalizada dos manifestantes que se refugiaram em casas dos arredores, contando com a solidariedade dos moradores daqueles bairros. Os feridos foram progressivamente levados, pelos seus companheiros, para o e unidades hospitalares da cidade, onde foram tratados. Mas, os grupos de morte continuavam a perseguição aos manifestantes. Não houve condições os de retomar a passeata. Decidiu-se nova concentração já na Praça da Independência. Esta estava cercada por todos os lados pela Polícia Nacional que dispunha de unidades da PIR (Polícia de Intervenção Rápida), brigada canina, polícia

montada e polícia canina. Havia também sinfos e muitos informadores espalhados pelas artérias da cidade, ao longo do percurso da manifestação e nas redondezas da Praça da Independência.

Uma parte dos manifestantes concentrou-se na rua da liga Africana e outra, nas traseiras do Jumbo. Havia também bastantes dispersos por diversas artérias ou a serem perseguidos pelos grupos de repressão.

O grupo da rua da liga Africana dirigiu-se para a rua do Hospital Militar e, em frente a este, estacionou, a tentar recolher informação sobre o ambiente na Praça da Independência, onde estranhamente decorria uma actividade dos escuteiros. Foi nesse momento, cerca das 14h30 que surgiu um grupo de milícias do mal e começaram a agredir o grupo, com particular apetência para o secretário-geral do Bloco Democrático (BD), Francisco Filomeno Vieira Lopes que foi então barbaramente agredido, por 4 meliantes da ditadura que o perseguiram mesmo dentro de uma cantina, onde este se refugiou, provocando-lhe uma ferida profunda na cabeça (três pontos) e um braço partido em dois pontos; um no rádio e outro no cúbito e um dedo também partido. A gravidade das fracturas é tal que vai ter que ser operado para fazer a redução das mesmas. Hoje apenas lhe colocaram umas talas. Isso vai acontecer quinta-feira próxima, depois de fazer um conjunto de exames para preparação da operação. Queriam que ele ficasse hospitalizado mas a família recusou. A sua moral é muito elevada, está bem disposto e determinado no combate, apesar das dores.

Esta acção é imputável directamente a JES que é quem alimenta a violência destes grupos que estão ao seu serviço. O país vive agora debaixo de uma ditadura que se apoia no lumpenato nacional.

O BD vai avaliar a situação, em Luanda e em Benguela, onde há três presos, e depois vai dar uma resposta política a estes actos de barbárie, reafirmando a sua determinação de continuar a resistir activamente, por meios pacíficos. O direito de manifestar está consagrado na Constituição e não vamos desistir dele. A Luta é o caminho da liberdade, Modernidade e Cidadania.

9.10 Vítimas de violência preferem o silêncio para preservarem o ambiente familiar

Jornal de Angola
19 de Março de 2012

O presidente da Associação das Crianças Desamparadas de Angola (ACDA) afirmou, à Angop,

que há mulheres do bairro Malangino, Kilamba Kiaxi, que, para preservarem os lares, recusam denunciar actos de violência dos parceiros.

Adriano Dala garantiu que as vítimas, muitas provenientes de Malange, com medo de serem expulsas de casa e de terem de regressar à província de origem, se remetem ao silêncio. Outras, afirmou, alegam desconhecer onde apresentar queixas, o que origina que "muitos casos de violência doméstica não sejam denunciados".

A ACDA, disse, tem desenvolvido, com o apoio de activistas comunitários, acções de sensibilização sobre "competências familiares".

As igrejas Católica e Adventista do Sétimo Dia, referiu, salientam, nos cultos, a importância da harmonia familiar e do casamento e as responsabilidades dos pais.

O Estado angolano, preocupado com o aumento de casos de violência doméstica, criou uma lei que pune o agressor e dispositivos de defesa da vítima, como a criação de casas de acolhimento. A violência doméstica tornou-se um crime público em Angola. Por este facto, o agressor não precisa de ser denunciado pela vítima. Qualquer pessoa que tenha conhecimento pode apresentar queixa numa esquadra

9.11 Regedores do Mussende denunciam intimidações

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

Autoridades tradicionais do município de Mussende, na província de Kwanza-Sul, estão preocupadas com a atitude de alguns políticos que, nos seus discursos, instigam à violência e ameaçam a estabilidade social.

Sem revelar o nome dos partidos, Graciano Cariata, regedor de Mussende, garantiu que são políticos da oposição, que prometem recorrer à força caso percam as eleições deste ano, o que está a preocupar a população do município.

"Estamos preocupados com a intimidação que alguns políticos levam acabo nos bairros, ameaçando com desacatos e desobediência junto das instituições", disse, sublinhando que "já não é tempo do povo ser violentado em consciência, porque cada um deve votar no partido da sua confiança".

Em declarações ao Jornal de Angola, Graciano Cariata lembrou que o povo de Mussende sofreu as agruras da guerra, que destruiu as infraestruturas sociais, estradas e pontes, semeou a dor, luto e

desuniu as famílias. "Ninguém tem boas recordações do conflito armado", asseverou, apelando aos políticos para assumirem uma atitude de pacificação dos espíritos.

Graciano Cariata reconheceu os esforços do Executivo na construção e recuperação das infra-estruturas sociais e económicas, que estão a proporcionar a livre circulação de pessoas e bens. "Em todas as comunas de Mussende foram construídos postos de saúde e escolas. Além disso, a via que liga Cariango à sede está a ser reparada", indicou, para acrescentar: "tudo isso só é possível com a paz".

No âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, estão a ser construídos, no município do Mussende, 200 casas para a população. Outras 20 casas sociais serão erguidas até Julho deste ano nas comunas de São Lucas, Quienha e na sede do município.

9.12 Cadeia Central De Luanda: Um Campo Minado

A Capital

24 de Março de 2012

O director provincial dos Serviços Prisionais, António Correia Moco, contactado via telefone, confirmou a briga entre os reclusos confinados na ala de máxima segurança.

Revelou que se tratou de um período em que os agentes prisionais transportavam a alimentação para as celas, quando um dos presos desarmou as chaves de um dos agentes para, com elas, abrir as celas.

Sem conseguir levar avante os seus intentos, conta o responsável, "pegou numa tampa da panela onde se transportava a alimentação e arrombou o cadeado da cela, onde estavam os seus comparsas", em número de seis, que decidiram, pouco depois, arrombar mais quatro celas e, então, generalizou-se a briga.

"Devemos considerar a situação como um desacato à ordem por parte de um determinado número de reclusos. É prematuro ainda avançarmos dados, mas está criada uma equipa encarregue de verificar as causas do acto, porque ocorreu numa zona que consideramos de máxima segurança, onde são conduzidos os elementos que se envolvem em actos de indisciplina.

É uma área onde se encontram confinados cerca de 80 homens. "Isto não é normal acontecer, por isso é que estamos preocupados e teremos que averiguar

com bastante profundidade, para se saber o que estará por detrás disto", garantiu.

Questionado se tal situação constitui ou não perigo, por acontecer num período de menos de 90 dias, o responsável minimizou o problema. "Nós, que convivemos com reclusos, não podemos sentirmo-nos preocupados pelo facto de acontecer num período de três meses uma situação idêntica, porque o recluso a qualquer momento pode rebelar-se", minimizou.

E qual é o estado de saúde dos reclusos, quisemos saber. "Há detidos com alguns ferimentos que não podemos considerar graves. Os elementos envolvidos na peleja têm ferimentos nos membros superiores, não atingiram outras regiões do corpo", garantiu.

Os danos são considerados, pelo director, avultados: estragaram camas, cujos ferros foram usados como armas no confronto. Mas, apesar disso, não se registou fuga de presos. "A confusão ocorreu num recinto fechado das celas, pelo que não havia probabilidade de qualquer invasão", adiantou.

9.13 Homicídios e outros terrores

A Capital

24 de Março de 2012

Dois jovens pertencentes ao grupo "Amazónia", foram apresentados, esta semana à imprensa. Tratam-se dos jovens José Manuel, mais conhecido por "Governador", e Lopes Gomes Carlos, o "Siloy", de 27 e 25 anos, respectivamente. Os jovens constavam da lista dos mais procurados pela polícia do município de Viana, acusados de vários crimes, com destaque para os homicídios voluntários, violações, roubos e furtos à mão armada contra residências.

No dia 31 de Janeiro último, por exemplo, segundo confessou Governador no decorrer da sua apresentação pública, matou um homem no bairro da Boa Esperança, quando este se dirigia à casa da sua namorada no bairro Boa Esperança naquele dia. E contou: "não tínhamos dinheiro para o táxi para chegarmos às nossas casas, quando o senhor vinha a circular na sua viatura. Pedimos que parasse, mas ele não obedeceu e continuou a sua marcha. Disparei contra o vidro e atingi-lhe". Antes de ser detido, governador e o seu grupo marginal Amazónia semeavam o terror no município de Cacuaco, com destaque para a zona da Boa Esperança. "Eles diziam que éramos os responsáveis de todas as mortes que ~ aconteciam na zona e acusavam-nos de mentores de todas as confusões", lembra.

E quase sempre era o nome de Governador que aparecia à frente. "Não falavam em nome do grupo, mas sim do meu, já que era muito famoso no bairro", gabou-se. Por sua vez, o jovem Lopes Gomes Carlos, "Siloy", também já a contas com a justiça, com uma extensa lista de actos criminosos, recordou-se, também, do episódio de Janeiro último. "Éramos cinco pessoas que, depois de consumirmos bebida alcoólica, fomos para a estrada principal, no sentido de apanharmos um táxi. Mas, não tínhamos dinheiro e o Governador avisou-nos que estava a entrar na rua um carro e que devíamos fazer alguma coisa para roubarmos o carro", afirmou. E detalhou: "quando o condutor se aproximou, seguimo-lo. O 'Governador' colocou-se

à frente do carro e depois ouvimos um disparo. O carro parou e quando cheguei junto do senhor, ele estava a sangrar muito. Perguntei se ele (Governador) matou ou não o senhor, mas ele garantiu-me que o mesmo não iria morrer, mas que tínhamos que levar o carro", adiantou.

Siloy garante ter persuadido Governador a socorrer o homem ainda ferido, levando-o ao hospital. O condutor conseguiu arrastar-se à casa da namorada, mas não resistiu e acabou por perder a vida.

9.14 Batalha Campal Na Ccl

A capital

24 de Março de 2012

trânsito interrompido, gente por todo lado, fumo branco, irritação na garganta, pessoas ávidas por notícias dos seus entes então detidos

naquela unidade penitenciária. Seis carros repletos de elementos afectos à Polícia de Intervenção Rápida, fortemente armados, além de algumas motorizadas da corpo razão que se achavam na parte exterior daquele recinto prisional.

Visivelmente desesperada, Maria Soares Lourenço, que se apresentou como mãe de um recluso, tinha os olhos fixos para os portões que dão acesso à cadeia. Queria notícias frescas sobre o que se passava no seu interior.

"As casernas sete e seis é que pegaram fogo e os agentes dos serviços prisionais estão a mandar-nos ir ao hospital-prisão do São Paulo, para termos notícias sobre os nossos familiares", afirmaram os familiares, que se encontravam concentrados no lado exterior daCCL.

Na verdade, ninguém fornecia uma informação exacta. Este jornal apurou, de fonte familiar aos

tumultos, que tudo começou, quando, à hora do almoço, os reclusos iniciaram entre si uma violenta batalha campal.

A confusão alastrou-se e atingiu contornos incontroláveis. Os ânimos exaltaram-se, a partir do momento em que um guarda prisional resolveu lançar sobre os contentores um gás que provocou uma forte irritação na garganta. Familiares que se fizeram presentes com a alimentação para os seus familiares que se encontram ali de tidos, viram-se obrigados a sair as pressas, alguns presos caíram inanimados e foram, apressadamente levados ao hospital.

Passados 10 minutos segundo avançou a este jornal ouviram-se três disparos provenientes do interior das celas, sem que, no entanto, fossem informados sobre o que realmente aconteceu.

Isabel Fernandes, por sua vez, também mãe de um recluso, diz ter achado estranho, quando ia a entrar com a comida do filho, o facto de várias pessoas desatarem a correr. Minutos depois, recorda, "vimos fumo a sair das celas, ouvimos disparos, o rosto começou a arder e a garganta ficou bem seca", contou.

"A única informação que nos deram é que alguns prisioneiros feridos foram levados ao hospital, sem, no entanto, dizerem os seus nomes e a que celas pertencem", adiantaram.

Outra mãe que não sabia o que fazer naquele dia é Conceição. "Tivemos a informação de alguém que trabalha na cadeia que estava lá dentro. Disse que houve oito pessoas com ferimentos graves e que foram levados para o hospital", disse.

A confusão iniciou nas casernas seis, sete e oito, segundo disseram, onde se encontram geralmente os presos considerados altamente perigosos.

10. AMBIENTE

10.1 Título Taiwan Compra Petróleo de Angola

Jornal de Angola
01 de Março de 2012

A refinaria de petróleo Taiwan CPC Corp adquiriu, na passada semana, seis milhões de barris de petróleo de Angola, uma decisão que pode estar relacionada com as sanções impostas ao Irão.

No ano passado, Taiwan importou cerca de 30 mil barris por dia de petróleo iraniano, o equivalente a cerca de um milhão de barris por mês.

Um acordo assinado há uma semana envolveu a aquisição de três milhões de barris de petróleo angolano do campo Nemba dois milhões de barris de Cabinda e um milhão de barris do campo Palanca, a serem entregues em Maio.

Informações divulgadas em Londres revelam que a Sonangol vendeu dois milhões de barris do Nemba e um milhão de barris do Palanca à empresa chinesa Unipetec, subsidiária da Sinopec, e também vendeu um milhão de barris do Nemba e um milhão de barris de petróleo de campos situados em Cabinda à norte-americana Conoco.

10.2 Núcleo dos engenheiros do Huambo esta preocupado com a desmatção

Jornal de Angola
1 de Outubro de 2010

Numa palestra realizada na terça-feira, no município do Londuimbali, o engenheiro Anaz Vidro disse que o derrube das árvores pode comprometer as gerações vindouras, com a criação de efeitos negativos na atmosfera.

"Devemos mobilizar a sociedade, nas aldeias, onde a prática de abate de árvores para o fabrico do carvão é maior", afirmou o especialista. Anaz Vidro referiu ser necessária a criação de um elo de ligação entre o núcleo da ordem e as autoridades locais, de modo a que possam participar também no desenvolvimento do município.

Na ocasião, o orador André Njamba aconselhou a população, autoridades tradicionais, educadores e responsáveis de outras instituições sociais para ajudarem a combater o abate indiscriminado de

árvores, tendo em conta as suas consequências no futuro.

Para inverter o quadro, disse, é dever de todos a reposição e o manejo florestal, colocar em prática a legislação protectora, com a criação de reservas florestais, bem como a protecção total e exploração da floresta de I uma maneira racional e controlada. "Devemos tomar medidas exactas para oferecer alternativa aos produtos obtidos pela desflorestação e dar a conhecer a todos o que é a desmatção e as suas consequências", alertou.

O administrador municipal, Evaristo Lucas Ulombe, disse que o abate anárquico de árvores tem sido um problema sério na circunscrição e urge a necessidade de se pôr cobro à actividade. "O aquecimento global deve-se em grande parte às queimadas e abate indiscriminado de árvores. Deve-se encontrar mecanismos para se acabar com essas práticas", disse.

Água mineral" Alto Hama"

o responsável da empresa de enchimento de água mineral "Alto Hama", Hermany Gustavo de Almeida, disse que a unidade fabril entra em funcionamento em Março de 2011 e também vai produzir sumos, na localidade do Alto Hama.

Segundo Hermany Gustavo de Almeida, a fábrica está orçada em , 12 milhões de dólares norte-americanos e tem a capacidade para encher 30 mil garrafas de meio litro por hora, no primeiro ano. "Vamos aumentar o caudal para a captação de mais água e ter maior capacidade produtiva", afirmou.

O projecto engloba engarrafamento e produção de sumos e construção de um hotel com quarenta quartos. Hermany Gusta, de Almeida realçou que a fábrica vai empregar, de Março a Junho, mais de 30 trabalhadores e passa} a 130, no quarto semestre de 2011.

10.3 Pressão humana põe em risco a floresta do Mayombe

Semanario O Factual
2 a 9 de Outubro de 2010

A floresta do Mayombe é uma área restrita de conservação ambiental, como modo de prevenir a degradação da sua biodiversidade.

O abate anárquico de árvores na floresta do Mayombe está a levar os ambientalistas a apelarem para a criação de uma brigada florestal especializada, para combater esta actividade ilegal dos garimpeiros da madeira.

Desta feita, os ambientalistas chamam a atenção para a necessidade de um estudo que apresente a real situação de Angola, quanto à disponibilidade dos recursos florestais, tendo em conta que existem parâmetros estabelecidos internacionalmente para a exploração da madeira, por empresas licenciadas.

"A situação é muito complicada para fiscalizar uma densa floresta", concluiu o ambientalista Salomão Massala, quando interpelado pelo Factual.

Para Massala, o abate ilegal de madeiras exóticas e a subsequente destruição das florestas regressa à ordem do dia.

"Os danos infligidos à floresta do Mayombe pelos seres humanos são já irreversíveis", argumentou o ambientalista.

O seu colega Ricardo Zau adiantou que as consequências da actividade destrutiva dos homens são violentas a nível da floresta do Mayombe.

"A actividade humana tem causado tamanha pressão nas funções naturais do Planeta que a aptidão dos ecosistemas para sustentarem as gerações futuras já não pode ser tomada como garantida", sublinhou.

Entretanto, na floresta de Mayombe os garimpeiros aproveitam a sua grandeza e a fraca capacidade técnica e material dos actuais fiscais para procederem ao corte desordenado de árvores, dizimando este portentoso património natural do norte de Angola.

"Grande parte da madeira abatida pelas empresas licenciadas é exportada através do porto de Ponta Negra, na República baixas", afirmou o madeireiro Ernesto Taty José.

"Os seres humanos alteraram os ecossistemas mais rapidamente nos últimos 50 anos do que em qualquer outra época, o que se ficou a dever, sobretudo, ao aumento de grandes explorações agrícolas, à exploração dos recursos energéticos, à destruição de florestas para comercialização das suas madeiras", acrescentou.

A floresta do Mayombe, como parte do património florestal universal, possui uma diversidade de flora e fauna, bastante rica, mas dramaticamente a madeira se tornou no recurso mais explorado da floresta, sobretudo de forma pirata.

Dados indicam que o pau-preto, o ébano, o pau-ferro e o pau-rosa, são algumas das qualidades mais referenciadas da madeira explorada no Mayombe, onde se podem encontrar árvores que possuem até 50 metros de altura.

A criação da Área de Conservação Transfronteiriça a norte da província de Cabinda (floresta do Mayombe) entre as República do Congo, Angola e RD Congo poderá salvar as perdas de um habitat e espécies muito importantes que ocorrem nessa região caracterizada por terra densa húmida, onde se encontra sem dúvida uma grande quantidade e variedade de espécies da flora e da fauna.

O economista Domingos Lwmbi diz que o papel das florestas como grande reserva genética, como fonte de novos produtos florestais e como habitat natural de milhões de diferentes espécies vegetais e animais, tem sido negligenciado.

"A protecção da biodiversidade angolana deve concentrar-se sobretudo em medidas "in situ", alocando-se recursos humanos e financeiros adequados para a preservação deste património nacional", frisou.

Exploração de madeira aquém das expectativas

O aproveitamento do potencial madeireiro dos recursos florestais, estimado em 26.000 m³/ano da floresta natural deve respeitar o princípio da sustentabilidade.

Actualmente a exploração da madeira em Cabinda não chega aos 10 mil metros cúbicos por ano, um valor bastante insignificante, atendendo às potencialidades existentes, o que significa que a floresta continua praticamente virgem.

A actividade de exploração florestal na província de Cabinda, neste momento, concentra-se em Buco-Zau e em Belize.

No município de Cabinda, esta actividade está suspensa devido à grande exploração que sofreu durante o período colonial, de modo a recuperar as zonas despidas de coberto florestal.

Segundo as autoridades de Cabinda, os actuais Índices de produção estão muito abaixo do potencial de produção e não são capazes de satisfazer o mercado nacional, fazendo com que a indústria de construção seja obrigada a importar madeira para suas actividades.

"As áreas sob exploração florestal não têm um plano de manejo, já que o acesso ao recurso é feito através da emissão de licenças anuais, o que permite que a exploração seja selectiva", afirmou o economista Tomas Sabu.

Segundo ele, o requerente abate as espécies que mais lhe interessa, fazendo com que haja maior incidência sobre determinadas espécies em

detrimento ou causando pouca valorização de um grande número de espécies madeiráveis que abundam nas florestas mas que actualmente estão fora do mercado.

Actualmente o Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF) está a estudar a possibilidade de passar da emissão das licenças anuais para as concessões, o que permitiria uma melhor gestão dos recursos num espaço temporal maior, mas tal decisão requer uma base legal para ser implementada.

"Esta é uma das várias razões que justificam a elaboração de uma nova base legal para promover o desenvolvimento florestal no país", acrescentou o economista.

Características da floresta do Mayombe

A floresta do Mayombe possui 290 mil hectares de floresta tropical, onde existem árvores com mais de 50 metros de altura. As principais qualidades de madeira existentes nesta floresta são o pau-preto, o ébano, o sândalo africano, o pau-raro e o pau-ferro.

Nesta floresta existe também uma fauna diversificada com chimpanzés, gorilas, elefantes e aves raras.

O Mayombe ocupa uma área de 650 quilómetros quadrados e localiza-se no meridiano 12 15 com paralelo 4 20. É limitada a norte pelo Congo Brazzaville, a leste pelo rio Lualaba, a oeste pelo rio Inhuca e a sul com a confluência dos rios Inhuca com o rio Lualaba.

A floresta é húmida com nevoeiro e abriga um espantoso número de espécies de madeiras de grande qualidade, tornando a sua exploração a segunda maior riqueza da província de Cabinda, depois do petróleo.

10.4 Agricultura itinerante pode ameaçar florestas

Jornal de Angola

8 de Março de 2012

O engenheiro florestal Simão Zau, director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) em Cabinda, alertou segunda-feira em Cabinda sobre o impacto negativo da agricultura itinerante na floresta do Maiombe.

Simão Zau disse que a maior preocupação da instituição na província de Cabinda tem a ver com a forma como os camponeses fazem uso da floresta, devastando largos espaços sem possibilidade de regeneração das plantas.

Conforme sustentou, os camponeses já não esperam seis meses para alargar as áreas de produção. "Derubam cada vez mais árvores, arrancando as raízes, a ponto de não haver possibilidade de auto-germinação, o que constitui o maior perigo que a floresta enfrenta, em comparação com a actividade das empresas madeireiras", sustentou.

O engenheiro receia que a situação se agrave com a cedência de créditos aos camponeses, no quadro dos esforços do Executivo de combate à fome e à pobreza, o que, certamente, aumenta a sua capacidade de devastação e, em função disso, o exercício de uma maior pressão sobre a floresta.

No município de Bucu Zau, exemplificou, o IDF controla pelo menos 40 mil famílias camponesas e, de acordo com a instituição, cada família trabalha, em média, um quarto de hectare por ano.

"Ou seja, um hectare para quatro famílias, perfazendo um ritmo de devastação da floresta de dez mil hectares por ano", afirmou.

Por essa razão, o responsável defende a adopção de medidas tendentes a inverter o quadro, com o fomento de novas técnicas agrícolas no seio das comunidades rurais e a fixação dos camponeses em espaços previamente definidos, optando-se, doravante, pelo estabelecimento de fronteiras entre as áreas agrícolas e de exploração florestal, para que os camponeses não avancem em zonas que devem ser preservadas da devastação.

Dentre as técnicas agrícolas a serem privilegiadas no seio das comunidades rurais, Simão Zau apontou a agro-silvicultura ou a agroflorestal e o reforço da fiscalização. Indicou ainda que, a par do garimpo da madeira, a exploração florestal autorizada e orientada, de momento, não suscita preocupação em Cabinda, porque, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), a exploração florestal contribui com apenas quatro por cento na destruição da floresta, enquanto a agricultura o faz em 64 por cento.

10.5 Título Juventude Ecológica Preocupada Com a Situação

O País

09 de Março de 2012

O estado em que se encontra a Zona Verde do Alvalade e outros espaços do género em Luanda preocupa a Juventude Ecológica de Angola (JEA), que, segundo o seu porta-voz, tem acompanhado a situação. "É preciso um projecto de manutenção das

zonas verdes, porque são importantes espaços, que ajudam na manutenção da qualidade do ambiente e servem à população como espaços de lazer”, realçou a fonte citada.

Há cerca de dois anos, segundo o ecologista começaram obras na Zona Verde do Alvalade, o que fez crescer a esperança de que seria reabilitada, contudo, os trabalhos pararam e a degradação é cada vez maior. “Não temos informação sobre os planos para a área e seria importante que fossem tornados públicos”, realçou.

Quanto ao futuro das amplas áreas verdes de Luanda, José Silva realça que deverão ser totalmente reabilitadas, com a criação de espaços para plantação de novas árvores, e que as entradas nos locais controlados em toda a extensão por fiscais, para facilitar a sua conservação. “Em caso de intervenção deve se evitar criar muitos espaços comerciais, porque podem descaracterizar a área”, alertou.

A educação ambiental deverá também ser levada em conta, com a contribuição de educadores ambientais, para combater comportamentos errados por parte de visitantes como deitar lixo no chão ou destruir a relva. “Temos um problema de inconsciência e cultura de impunidade, que deve ser combatida”, frisou ainda José Silva. O ambientalista chamou atenção para o impacto das

zonas verdes para a qualidade do ambiente das cidades, tendo em conta que as árvores absorvem o dióxido de carbono do ar e libertam oxigénio. “Pelo seu importante papel, estes espaços devem ser conservados”, acrescentou.

Para ajudar no processo, José Silva realça que seria importante que as empresas que estão a erguer estruturas a volta das zonas verdes apoiassem na sua preservação, como forma de compensar a sociedade pelos danos causados tendo em conta o impacto ambiental dos projetos que estão a ser implementados.

10.6 Zonas Verdes Abandonadas

O País

09 de Março de 2012

A medida que avançamos pela Zona Verde do Alvalade é visível o abandono a que está voltada. As árvores que antes coloriam o local de verde têm as folhas amareladas. Em meio ao lixo e cães vadios, crianças e jovens passeavam pelo local. Restos de troncos queimados denotavam o abate de árvores, que, segundo uma moradora de rua que estava na zona, são usadas para fazer lenha.

Adilson, 24 anos, que estava no local a fazer exercícios fisi-cos, lamentou o estado em que se encontra o espaço. “Temos poucas zonas verdes em Luanda, é triste que esteja tudo assim, completamente abandonado, sem ninguém para proteger”, reclamou.

Receoso, Adilson contou - nos que mudou a sua rotina. Passou a frequentar o local apenas à tarde, porque de noite, devido à escuridão, teme pela sua segurança. “A maior parte dos postes de iluminação estão destruídos, tenho ouvido relatos de assaltos, então, tenho receio”, afirmou, acrescentando que o Governo precisa fazer algo, urgentemente, para “salvar a zona verde”.

Quem também está preocupado com a segurança no local é um dos moradores de uma das casas cujas janelas dão para a zona verde. Segundo o mesmo, que preferiu o anonimato com receio de represálias, durante a noite, meliantes circulam livremente pelo espaço e, inclusive, atacam os transeuntes. “Como não há guardas e está tudo escuro, eles aproveitam-se”, reclamou, acrescentando que deveria haver um policiamento regular em todo o espaço.

O morador diz-se ainda decepcionado porque ao adquirir o imóvel fê-lo na expectativa de morar numa zona rodeado de árvores e com um ambiente saudável, o que não acontece neste momento. “Para mim, este espaço já não é digno de ter o nome que tem, basta olhar para o estado das árvores e o lixo espalhado pelo chão”, frisou.

Para além da questão da segurança, o facto de uma ampla zona verde estar em risco preocupa quem visita o local, como o estudante Joel Ndele, 32 anos. Ele alerta que um espaço com árvores é importante para manter a qualidade do ar e que também é benéfico para as pessoas poderem passar momentos de lazer. “Temos poucos espaços, em Luanda, onde podemos descansar um pouco com a família, por isso, esta zona deveria ser preservada. A situação não pode continuar como está”, referiu.

Diante da situação, os populares pedem a intervenção urgente do Governo, no sentido de inverter o quadro e devolver a beleza e segurança à área.

Já na Zona Verde do Miramar a situação se repete. Lixo, folhas amareladas espalhadas pelo chão e moradores de rua tomaram conta do local. “Durante o dia há, inclusive, jovens que ficam aqui a drogar -se e há casos em que fazem assaltos e fogem para aqui”, explicou uma senhora que frequenta o local para fazer exercícios físicos.

“Esta é uma área muito grande, poderia ser reabilitada para podermos passear com as nossas

famílias, fazer exercícios físicos, mas, de momento está subaproveitada”, lamentou a mesma fonte.

O abandono a que está voltada a Zona Verde do Miramar levou a que moradores de rua ocupassem espaços, cobertos com panos verdes, onde dormem. “Um amigo meu veio para aqui e, como também não tenho família e nem casa, decidi ficar aqui”, explicou um dos jovens que encontramos no local.

Contacto o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), do Governo Provincial de Luanda, uma Fonte da referida instituição informou-nos que foi feito, no ano passado, um estudo da situação da Zona Verde do Alvalade e que foi remetida uma proposta, ao Executivo, para a sua total remodelação. “Continuamos a espera que seja aprovada, para a sua execução”, realçou.

Sem avançar valores, a referida fonte avançou apenas que serão necessários milhões de dólares para reabilitar as zonas verdes da área urbana de Luanda, mas fez questão de realçar que esta é uma prioridade dada a importância dos espaços para a qualidade de vida dos cidadãos.

10.7 Universidade Kimpa Vita Constroi Jardim Botânico

Jornal de Angola
12 de Março de 2012

Especialistas alemães iniciaram as acções de estruturação de um jardim botânico no bairro Qui-mosso, próximo do espaço onde está a ser erguido o edifício da Escola Superior Politécnica da Universidade Kimpa Vita, a cinco quilómetros da cidade do Uíge.

Christoph Neinhuis, director do Instituto de Botânica da Universidade Técnica de Dresden, disse que a criação do jardim botânico vai permitir, numa primeira fase, efectuar estudos, agrupar e preservar milhares de espécies num espaço de mais de 100 hectares.

"A criação deste espaço vai permitir que comecemos a descobrir muitas plantas e animais existentes na biodiversidade angolana que até agora são desconhecidas. Com as pesquisas que vamos efectuar na fauna local, vamos levar estes saberes aos terapeutas locais com vista à utilização correcta das plantas", referiu.

O reitor da Universidade Kimpa Vita, Carlos Diacanamua, destacou a importância da criação do jardim botânico e reconheceu que é uma tarefa difícil, sobretudo em relação ao processo de descoberta e

agrupamento de diferentes espécies florestais, marinhas e animais.

"A biodiversidade apresenta até agora um campo fértil de investigação. A criação do jardim botânico é um facto inédito para a Universidade Kimpa Vita e para o país, tendo em conta que pretendemos transformá-lo num espaço de investigação para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, aos quais também solicitamos que sejam desenvolvidas acções de formação de quadros para o sector da Educação", referiu.

Maio r divulgação

A vice-governadora para o sector Político e Social, Maria Fernando da Silva, esclareceu que descobrir plantas ou voltar a plantá-las contribui para um clima salutar, admitindo que se todos nos esforçarmos na realização de acções que visam a redução da desmatamento e a degradação das florestas, "podemos ajudar a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa".

Uma estruturação perfeita de projectos relacionados à biodiversidade pode, disse a vice-governadora, promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades e proporcionar melhorias no modo de vida das populações, através da diversificação da agricultura, protecção dos solos, de recursos hídricos, na criação de novos empregos e no uso e venda de recursos florestais.

A Universidade Kimpa Vila realiza de 13 a 15 deste mês de Março, no Uíge, as suas jornadas científicas subordinadas ao tema "O papel das cooperativas e energias sustentáveis na redução da pobreza", em alusão à abertura do ano académico em curso no país.

Os debates científicos visam contribuir para a divulgação e aplicação de métodos de produção e soluções tecnológicas e ecológicamente equilibradas para a protecção do ambiente despertar as comunidades, em particular, e a sociedade em geral sobre a importância das cooperativas no desenvolvimento e redução da pobreza em Angola. as jornadas científicas têm ainda como objectivo de promover a participação das comunidades sobre tudo a estudantil na execução das políticas do executivo que visam combater a pobreza, incentivando as populações para uma actuação responsável como parte integrante da política socioeconómica e ambiental no país, sobretudo nas circunstâncias geográficas da sétima região acadé que compreende as províncias do Uíge e e kwanza-norte.

Comunicações científicas

Os trabalhos temáticos apresentados vão ser classificados de acordo com os conteúdos, alcance dos objectivos, técnicas de apresentação, inovação e criatividade do tema em questão. Segundo o regulamento das jornadas científicas da Universidade Kimpa Vita, os trabalhos apresentados pelos candidatos devem obedecer à descrição de um título, nome do autor e co-autor, introdução, justificativa, objectivos, metodologias, resultados e palavras-chave.

As jornadas científicas da Universidade Kimpa Vita têm a participação de docentes universitários e do ensino médio, membros do Governo Provincial, gestores de empresas públicas e privadas, membros da sociedade civil e especialistas estrangeiros.

10.8 Industria Salineira É Abandonada

Semanário factual

17 a 24 de Março de 2012

A destruição pela chuva do centro de formação de pescas “CEFOPECA” em 2007, está, igualmente, na origem do abandono pelo sector de pescas da administração do Cacuaco, pois constitui o baluarte da formação de salineiros e dos pescadores profissional em Luanda.

As empresas que concentravam grandes quantidades de salinos não refinados transformaram-se em oficinas de mecânica, centros de artes marciais, esconderijos de meliantes para a venda e uso de estupefacientes e prostituição à luz do dia. Algumas destas empresas salgavam e embalam grandes quantidades de peixe e outras punham iodo no sal e enviavam para diferentes mercados da África Austral. Em contrapartida, todas ressentiram a falência por falta de apoios, de meios técnicos de última geração e de destruição de barcos e das salinas.

Segundo uma fonte da administração local, esta situação fez empobrecer e arruinar a indústria de sal, atirando centenas de famílias para o desemprego, sem indemnizações nem justificativas ao público consumidor do produto doméstico.

Habitantes descontentes Daniel Deodato, de 53 anos, antigo funcionário sénior das salinas, é pai de nove filhos e avô de cinco netos. Afirmou ao Factual sentir-se abandonado pelo Sector das Pescas e, actualmente, dedicar-se à venda de Caporroto, bebida alcoólica derivada da cana-de-açúcar, no bairro dos Pescadores.

Os moradores mostram-se descontentes com a situação e consideram que a antiga parcela de

evaporação das águas salgadas, há mais de 16 anos, está a ser vendida pela Administração de Cacuaco às empresas privadas e a terceiros.

O Factual constatou, ao longo do perímetro do espaço, que constituíam as antigas salinas de Cacuaco e verificou a existência de sinaléticas, expressando ocupações legais e, por outro, a instalação de micro-empresas de água potável, fábricas de blocos e um centro cultural infanto-juvenil.

Perante este problema, estão cerca de 30 famílias que perderam a propriedade das suas lavras.

Por falta de documentação legal, estes camponeses culpam a administração local de os retirar as parcelas de terra coercivamente e sem indemnizações, pelo que pedem a quem de direito, a fim de os ajudar.

As salinas onde se extraíam as águas-mães do magnésio, do bromo e do potássio e, posteriormente, a sua refinação nas antigas empresas localizadas no vila dos pescadores, nos arredores da orla marítima do município de Cacuaco, estão completamente destruídas e abandonadas.

Segundo a Administração Municipal de Cacuaco, as parcelas que compreendiam as antigas salinas estão reservadas para projectos sociais, como instituições de ensino superior, parques infantis, infra-estruturas administrativas e empresas de médio e grande porte.

Sobre o futuro da antiga escola de pescas destituída há cinco anos pela chuva, que, por sinal, contribuiu bastante para a formação dos jovens salineiros, a administração informou existirem projectos de resgate, mas, por enquanto, as instalações administrativas terem sido transferidas para o município do Caze

10.9 Título Populares que viviam próximo de valas receberam novas habitações no Zango

Jornal de Angola

18 de Março de 2012

Cinquenta e três famílias que viviam próximo das valas de drenagem das águas pluviais e residuais do Rio Seco e do Suroca, nos distritos da Maianga e do Sambizanga, em Luanda, foram ontem realojadas em novas habitações na vila do Zango 3, em Viana. O realojamento foi precedido de um inquérito social, no âmbito do programa de saneamento da cidade.

Em declarações à imprensa, o técnico do gabinete de relações públicas e comunicação da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL),

Martiniano Pinto, esclareceu que o processo permite desafogar as valas de drenagem.

Martiniano Pinto disse que as novas habitações possuem infra-estruturas que valorizam as condições dos moradores realojados e acrescentou que as construções no Zango 3 têm mais qualidade.

"O processo de retirada e posterior realojamento não fica por aqui e neste momento estamos com uma estimativa de levantamento para realojamento a rondar as quatro mil famílias", afirmou .

Mudança de vida

Mário Domingos está entre os beneficiários do grupo de famílias que deixaram as imediações da vala do Rio Seco, na zona do Shabá. Satisfeito com a nova casa, reconheceu que as suas condições de vida melhoraram. Operário da construção civil, Mário Domingos elogiou a configuração das habitações e a qualidade da construção. Apenas fez um reparo sobre os problemas de distribuição de água no Zango 3.

Martiniano Pinto lamenta a situação, mas adianta que o problema está em vias de solução.

As obras de reperfilamento das valas de drenagem da cidade de Luanda tiveram início em 2007 e até agora a intervenção a cargo da UTGSL permitiu realojar mais de 700 famílias.

10.10 Ministros da CPLP reunidos em Luanda

Jornal de Angola
18 de Março de 2012

Os ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vão analisar em Luanda, esta quarta-feira, as oportunidades e desafios de desenvolvimento sustentável dos Estados membros.

Antecedida de um encontro técnico de peritos, a reunião ministerial acontece no quadro dos preparativos da participação dos países da CPLP na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável- Rio+ 20 - a decorrer de 20 a 22 de Junho do corrente ano, no Rio de Janeiro, Brasil.

Os participantes abordam a gestão adequada dos oceanos e recursos marinhos, segurança alimentar, desastres e calamidades naturais, floresta e biodiversidade.

A água como factor de desenvolvimento, energia e ambiente, degradação dos solos e desertificação, produção e consumo sustentável, governação ambiental e alterações climáticas são temas da reunião. O encontro vai permitir o fortalecimento da cooperação entre a comunidade no domínio do ambiente e da estratégia para o processo preparatório e durante a cimeira Rio +20.

No final, será aprovada e assinada a Declaração de Luanda, contendo as conclusões e recomendações do encontro, a ser orientado pela ministra angolana do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, pelo facto do país ocupar a presidência da CPLP.

No final, deve ser aprovado e assinado a declaração de Luanda, documento onde constará as conclusões e recomendações do evento ministerial, a ser orientado pela ministra angolana do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, pelo facto do país estar a assumir a presidência da CPLP, antecedida por Portugal, a 23 de Julho de 2010.

Além das delegações ministeriais da CPLP, participam nesta reunião uma delegação ministerial da Guiné Equatorial, na qualidade de observador, membros do governo, parlamentares e corpo diplomático acreditado em Angola, uma Comissão Multi-sectorial para o Ambiente, directores nacionais e Organizações Não-Governamentais ambientais.

É a segunda vez que Angola acolhe um encontro de ministros da CPLP, depois do encontro realizado

no ano passado em que os Estados membros analisaram os avanços no domínio ambiental.

Na reunião de Luanda os ministros do Ambiente aprovaram um plano de acção para promover a caba] implementação da Plataforma de Cooperação da CPLP no próximo biénio:

Os Estados membros decidiram aprimorar o sistema efectivo de informação das acções em curso nas diversas áreas temáticas através do estabelecimento da rede de comunicação entre os pontos focais e aborar os Termos de Referência da Coordenação da Área.

10.11 Título Ministros Traçam Estratégia Comum Para A Conferência Sobre O Ambiente

Jornal De Angola
20 de Março de 2012

Os ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) concertam hoje, em Luanda, estratégias do sector para apresentar à conferência Rio+20 sobre desenvolvimento sustentável e economia verde, a realizar em Junho próximo, no Rio de Janeiro.

Ontem, à chegada, 11 ministra do Ambiente de Portugal, Assunção Cristas, disse que vai aproveitar a sua presença em Angola para aprofundar a cooperação bilateral: "estamos a preparar um trabalho conjunto com outros países membros da CPLP, para ser apresentado à Conferência Rio+20 e deste modo vamos poder ter uma posição, tal como a que já tivemos em Joanesburgo", disse.

A ministra portuguesa admitiu que a seca resultante das alterações climáticas é uma das questões a ser analisada no encontro de ministros da CPLP, que vão igualmente abordar matérias ligadas à agricultura nos países membros. Angola assumiu a presidência da CPLP, sucedendo a Portugal, a 23 de Julho de 2010, durante a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Além das delegações ministeriais da CPLP participam na reunião uma delegação ministerial da Guiné Equatorial, na qualidade de observador, membros do Executivo, deputados e membros do corpo diplomático acreditado em Angola. Durante os dois dias devem ser analisadas as possibilidades de cooperação entre os Estados membros, oportunidades e desafios de desenvolvimento sustentável dos países membro da comunidade. A reunião termina esta quinta-feira. As Nações Unidas já estão a receber sugestões e contribuições de países, grupos regionais, organizações internacionais e da sociedade civil, a fim de elaborar o documento base para Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável-a Rio+20.

10.12 Sector florestal do país é mal explorado

Jornal de Angola
20 de Março de 2012

O vice-ministro para os Recursos Florestais, André Mota, considerou ontem, em Luanda, que o sector florestal é pouco explorado pelos empresários nacionais, em termos de investigação e ganhos.

André Mota fez esta afirmação durante uma conferência de imprensa realizada em alusão ao Dia Mundial da Floresta, que se assinala amanhã ..

Nâ ocasião, o vice-ministro disse ser necessário investir mais neste sector. "Infelizmente, a nossa população ainda não entende correctamente a verdadeira importância das florestas, do bem que elas trazem para a vida humana, daí que façam uma gestão muito abusiva deste recurso", sublinhou.

Novas tecnologias

André Mota referiu que, para haver uma melhor exploração dos recursos florestais, é preciso "estarmos devidamente equipados com as novas tecnologias, porque este é um recurso que rende bem e precisamos estar bem munidos e equilibrados para explorar".

Relativamente às queimadas, o vice-ministro revelou que está em curso um estudo conjunto com o Ministério do Ambiente, no senti-

do de se encontrarem soluções para acabar com este grave problema. O Governo aprovou recentemente a política nacional das florestas, para reger de forma sustentável este recurso. Também aprovou a política de reabilitação da indústria para a transformação de madeira, no sentido de tornar a sua exploração mais eficaz. André Mota reconheceu que o número de fiscais florestais é insuficiente. Por isso, o Ministério de tutela está a trabalhar com a Polícia Nacional para reforçar a vigilância. O Executivo angolano gasta aproximadamente mais de dois milhões de dólares americanos na

protecção das florestas. O dia Mundial da Arvore, ou dia Mundial da Floresta, assinala-se a 21 de Março. A comemoração oficial teve lugar pela primeira vez no estado norte-americano do Nebraska, em 1872. Desde então a data tem sido assinalada anualmente em vários países do mundo.

10.13 Falta de chuva na província condiciona aulas no Instituto

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

A falta de chuvas na região do Uíge tem tido reflexos negativos, não só na vida dos agricultores, mas também na formação de técnicos para o sector agrícola. O Jornal de Angola apurou que a ausência de chuvas levou ao cancelamento das aulas práticas no Instituto Médio Agrário do Negage (IMAN).

Segundo Alves Fernandes, subdirector pedagógico, os sete hectares preparados pelos alunos do curso de Gestão Agrícola não podem ser semeados, porque os solos ficaram áridos.

O IMAN tem 428 alunos matriculados nos cursos de Produção Vegetal, Produção Animal, Recursos Florestais e Gestão Agrícola, ministrados por 55 professores angolanos e cubanos.

Recentemente, o instituto recebeu novos meios de ensino e equipamentos técnicos. "O laboratório, de informática está agora melhor apetrechado com alguns componentes que faltavam e recebemos também do Governo duas máquinas agrícolas com as respectivas alfaias para apoiar e melhorar as aulas práticas", disse Alves Fernandes.

O subdirector pedagógico disse que o orçamento do IMAN é insuficiente para manter todas as actividades curriculares e extra-curriculares. Alves Fernandes declarou que o dinheiro que o instituto recebe não chega para suportar os gastos em alimentação para os professores e os alunos provenientes das províncias de Luanda, Huambo e Malange, que vivem em regime de internato.

"Muitas vezes somos obrigados a reunir com os encarregados de educação para encontrarmos uma saída. Outro problema prende-se com a rede eléctrica. Vivemos de fontes alternativas. Quando há falhas, tudo fica paralisado, sobretudo os laboratórios que dependem da energia para funcionar. Por essa razão, apelamos a quem de direito para averiguar esta situação", declarou.

Alves Fernandes lamentou que os jovens do Uíge tenham deixado de se interessar por cursos agrícolas, em detrimento de outros, como os de administração e gestão, contabilidade, pedagogia, enfermagem, ciências humanas, biológicas e jurídicas.

"Só aparecem na instituição em momentos de desespero, quando se debatem com a falta de vagas nas diferentes escolas", sublinhou.

10.14 Famílias sem tecto devido ao mau tempo

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

A forte chuva, que caiu, no domingo de madrugada, no sector de Quifucussa, comuna de Mufuma, deixou 18 famílias sem tecto.

O administradorcomunal de Mufuma disse que a chuva, acompanhada de vento forte, além das] 8

casas, destruiu igrejas e duas escolas e provocou a fractura de uma perna de uma menor de Quifucussa.

Diogo Costa afirmou que, devido à seca, que durava há dois meses, está comprometida, na comuna, a colheita da primeira época agrícola. A excepção da mandioca que tem resistido, referiu, a estiagem afectou principalmente as culturas de jingtiba e cie feijão.

habitações e o derrube de árvores. Os bairros mais afectados são os do Cauango, Kitonhi, Kimaria, Mubungo, Mufuma e Kijoão Mendes. Segundo dados da Administração Municipal do Dánde, sete casas ficaram completamente destruídas, enquanto as restantes ficaram sem tecto. O bairro Kijoão Mendes foi o mais afectado, com 36 casas sem tecto.

Francisco Sebastião Adão, da Administração Municipal, garantiu que estão a ser feitos esforços junto da Assistência e Reinserção Social e dos Bombeiros, para apoiar as vítimas. Dado o elevado número de casas afectadas. Administração Municipal não consegue dar resposta aos sinistrados, pois é difícil o acesso a várias zonas afectadas. Francisco Adão deu a conhecer a realização de uma reunião de emergência, marcada para o dia de ontem, com os membros dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, para avaliar os estragos e tomar medidas. Arua principal do Caxito e algumas vias secundárias ficaram intransitáveis devido à queda de árvores, em consequência dos fortes ventos. Nos bairros mais afectados, as casas são rudimentares, feitas à base de adobes e pau a pique. E muitas estavam por baixo de árvores velhas. Para os agricultores as chuvas são bem-vindas, pois representam o estígio perança em colheitas abundantes. Mas Feliciano José, moradora no bairro Cauango, a chuva foi uma desgraça, pois perdeu quase tudo.

Revelou à nossa reportagem que teve de passar as primeiras horas de domingo ao relento com os seus filhos, pois a forte ventania levou as chapas do tecto. Feliciano José é a única que garante o sustento da família, daí que deposita esperança nas autoridades municipais para a ajudarem a cobrir a sua casa.

s-Illoradores das zonas

afectadas perderam, para além das casas, produtos alimentares perecíveis, electrodomésticos, colchões, . lo iças e dinheiro.

Enquanto continuar a chover, as pessoas que vivem próximo dos diques de protecção do rio, vão continuar sob ameaça de perderem os seus hâveres.

O município do Dande, com sede na cidade do Caxito, debate-se ainda com sérios problemas no que

toca ao saneamento básico. Tem 6.529 quilómetros quadrados e de 83 mil habitantes, Aos poucos está a ganhar infra-estruturas sociais básicas. E constituída actualmente pelas comunas de Barra do Dande, Caxito, Mabubas, QuicaboeÚcua.

10.15 Chuvas Fortes Destrõem Casa No Caxito

Jornal de Angola
21 de Março de 2012

As chuvas e fortes ventos que se abateram sobre a cidade do Caxito causaram a destruição de 121 habitações e o derrube de árvores. Os bairros mais afectados são os do Cauango, Kitonhi, Kimaria, Mubungo, Mufuma e Kijoão Mendes. Segundo dados da Administração Municipal do Dánde, sete casas ficaram completamente destruídas, enquanto as restantes ficaram sem tecto. O bairro Kijoão Mendes foi o mais afectado, com 36 casas sem tecto.

Francisco Sebastião Adão, da Administração Municipal, garantiu que estão a ser feitos esforços junto da Assistência e Reinserção Social e dos Bombeiros, para apoiar as vítimas. Dado o elevado número de casas afectadas. Administração Municipal não consegue dar resposta aos sinistrados, pois é difícil o acesso a várias zonas afectadas. Francisco Adão deu a conhecer a realização de uma reunião de emergência, marcada para o dia de ontem, com os membros dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, para avaliar os estragos e tomar medidas. Arua principal do Caxito e algumas vias secundárias ficaram intransitáveis devido à queda de árvores, em consequência dos fortes ventos. Nos bairros mais afectados, as casas são rudimentares, feitas à base de adobes e pau a pique. E muitas estavam por baixo de árvores velhas. Para os agricultores as chuvas são bem-vindas, pois representam o .. stiação perança em colheitas abundantes. Mas Feliciano José, moradora no bairro Cauango, a chuva foi uma desgraça, pois perdeu quase tudo.

Revelou à nossa reportagem que teve de passar as primeiras horas de domingo ao relento com os seus filhos, pois a forte ventania levou as chapas do tecto. Feliciano José é a única que garante o sustento da família, daí que deposita esperança nas autoridades municipais para a ajudarem a cobrir a sua casa.

s-Illoradores das zonas

afectadas perderam, para além das casas, produtos alimentares perecíveis, electrodomésticos, colchões, . lo iças e dinheiro.

Enquanto continuar a chover, as pessoas que vivem próximo dos diques de protecção do rio, vão continuar sob ameaça de perderem os seus hâveres.

O município do Dande, com sede na cidade do Caxito, debate-se ainda com sérios problemas no que toca ao saneamento básico. Tem 6.529 quilómetros quadrados e de 83 mil habitantes, Aos poucos está a ganhar infra-estruturas sociais básicas. E constituída actualmente pelas comunas de Barra do Dande, Caxito, Mabubas, QuicaboeÚcua.

10.16 Programa de Cabinda Prevê Boa Colheita

Jornal de Angola
23 de Março de 2012

As colheitas do presente ano agrícola, em Cabinda, apesar da estiagem; podem superar as da época anterior, em que foram colhidas 570 toneladas de produtos diversos, afirmou à Angop, o secretário provincial da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

João Luemba lembrou que o governo provincial adquiriu adubos e alfaias e reequipou a brigada de mecanização agrícola, que, também deve receber, ainda este ano, tractores e outros instrumentos de trabalho para camponeses e empresários.

A falta de chuvas, disse, prejudicou parte da cultura de milho e de jinguba, mas não afectou a mandioca e outras plantações que resistem bem à seca.

Os prejuízos, garantiu, não são tão alarmantes como nas províncias que vivem exclusivamente de oleaginosas.

O secretário provincial declarou que a estiagem deste ano deve alertar as pessoas para a importância das motobombas e de outros equipamentos de rega durante calamidades naturais.

“No século XXI deve-se estar preparado para fazer agricultura com ou sem chuva”, disse e sublinhou que Cabinda se está a tornar auto-suficiente em mandioca, feijão macunde, jinguba, banana, batatadoce, inhame e taró e hortaliça, que constituem a base da alimentação e principal fonte de rendimento da população. O secretário provincial disse acreditar no aumento dos níveis de produção, tendo em conta a abertura das vias secundárias e terciárias e o clima de paz, que contribuem para o regresso das pessoas às áreas de origem.

As atenções do governo provincial, reafirmou, estão também viradas para a criação uma rede de

comercialização que, a par da promoção periódica de feiras agro-pecuárias, assegure o escoamento regular dos produtos.

A campanha agrícola deste ano previa 35 hectares de terra cultivada com o envolvimento de 34 mil famílias camponesas enquadradas no Programa Especial de Desenvolvimento Rural (PEDR) do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), com prioridade para as culturas de mandioca, banana, batadoce, batata rena, inhame e taró, jinguba e hortaliça.

O secretário provincial recordou que a província vive um problema devido inoperância, há mais de dois anos, da brigada de mecanização agrícola, que obriga que a lavoura e a preparação de terras sejam feitas manualmente.

10.17 Acesso à Baixa da Cidade Mais Díficil

Jornal de Angola
23 de Março de 2012

Os moradores dos bairros junto à estrada do Cacucaco passam por dificuldades nos dias de chuva, principalmente para chegarem ao centro da cidade. As dificuldades aumentaram nas artérias não asfaltadas e com buracos que dão acesso à estrada principal. O calvário dos que passam pela via da Petrangol até São Paulo ou ao Porto de Luanda, começa na zona do Ngoma, onde os trabalhos de reabilitação da via decorrem.

As estradas que saem dos bairros dos Ossos, Pedreira, São Pedro da Barra e Porto Pesqueiro desembocam na via que passa pela cadeia de Luanda. Nos dias sem chuva, passar por ali é um autêntico inferno. Os engarrafamentos e a poeira são os principais factores de preocupação dos passageiros e até dos agentes reguladores de trânsito.

Na zona da cadeia de Luanda, os problemas para peões e automobilistas continuam. Mas tudo fica ainda mais complicado nos dias de chuva.

A madrugada de ontem foi de chuva. Eliminou a poeira e trouxe a lama, os engarrafamentos e as dificuldades. O pior cenário foi na via que liga a rotunda da Boavista ao Porto Comercial.

Na estrada do Cacucaco os camiões provocam engarrafamentos. A Avenida Ngola Kiluange está interrompida por causa das obras de reabilitação.

Mas mais do que olhar para o sofrimento das populações e de quem passa por ali para chegar ao centro de Luanda, é necessário ver os frutos que a via

trás para a província e para a economia nacional. É imperioso que as obras que estão em curso sejam aceleradas.

As equipas de trabalho deviam acelerar os trabalhos na Petrangol, na zona da cadeia de Luanda e na rotunda da Boavista para que as vias comecem a funcionar sem problemas. Só assim fica mais fácil chegar ao centro da cidade sem sacrifícios. Mesmo nos dias de chuva.

10.18 Angola no top 5 do Ambiente mundial

Jornal O País
23 de Março de 2012

Angola foi classificada entre os cinco países com melhor desempenho económico e ambiental num novo índice - Eco2 Index - construído por investigadores canadianos do UBC Fisheries Centre e da Global Footprint Network. Os resultados foram apresentados na reunião anual da American Association for the Advancement of Science (AAAS), no final de Fevereiro.

Os outros melhores países são a Bolívia, Narrubia, Paraguai e Argentina. Os cinco países pior classificados são os Emirados Arabes Unidos, a Coreia do Sul, Israel, Kuwait e Singapura.

Segundo a Ministra Fátima Jardim, "esta posição de Angola, num universo de cerca de 150 Países à escala mundial, vem confirmar o excelente trabalho que todos estamos a realizar para um Ambiente mais puro e sadio. Só com o esforço de todos, num quadro de democracia, poderemos educar ambientalmente os cidadãos, cumprindo assim os objectivos internacionalmente assumidos pelo nosso país. Esta classificação de Angola é disso prova bem evidente".

Este novo ranking Eco2 Index envolve 150 países e, na sua construção, os investigadores usaram dados recolhidos entre 1997 e 2007. Os dados económicos são provenientes do Banco Mundial e têm em conta déficits financeiros, a dívida pública e o produto interno bruto; os dados ecológicos provêm da Global Footprint Network e medem o consumo de recursos e os desperdícios produzidos por cada país em comparação com sua capacidade, expressa em recursos localmente disponíveis como terras agrícolas e energia.

O aumento crescente da população mundial, misturado com ameaça das mudanças climáticas e os crescentes problemas financeiros, foram as principais razões que levaram os investigadores da University of

British Columbia a medir a "saúde" de 150 países de todo o Mundo. Tendo em conta a segurança económica e ecológica, os países de maior rendimento ficaram classificados entre os menos saudáveis. Muitos países de África e da América do Sul ficaram bem posicionados, oferecendo às gerações futuras maior segurança financeira, comida, água e energia.

10.19 Chuva intensa arrasa aldeia de Kifukussa

Novo Jornal

23 de Março de 20

Uma criança ficou com um dos membros inferiores partido em consequência da chuva e ventos fortes que arrasaram sexta-feira, dia 16, uma aldeia de Kifukussa, comuna de Kiwaba-Nzaji, mais de 100 quilómetros a norte da cidade de Malanje.

Segundo o administrador da referida localidade, Diogo Celestino da Costa, a tempestade deixou 18 famílias sem casa e descampou tectos a igual número de residências, a duas escolas e a uma igreja.

"As famílias pedem o apoio e nós, na qualidade de servidores públicos, temos a tarefa de passar esta informação a quem de direito para acudir a essas famílias", afirmou em declarações à rádio estatal local.

Depois de vários meses de estiagem, choveu em quase toda a extensão da província de Malanje, entre a madrugada e cerca das 10h00 de terça-feira, dia 20. A precipitação atingiu com intensidade os municípios de Malanje, Cacuso, Caculama, Calandula, Cangandala, Kiwaba-Nzaji, Luquembo e Kambundi-Katembo. O secretariado executivo da Comissão Provincial de Protecção Civil, segundo o seu porta-voz, Miguel Bernardo, apresentará um balanço sobre a situação nos próximos dias.

O administrador municipal de Calandula, Manuel Campos, que falava ao telefone, garantiu que o reaparecimento da chuva trouxe um sorriso aos camponeses. "Nesta época, depois de uma grande estiagem desde Dezembro, as chuvas são bem-vindas, porque as culturas e os créditos de campanha que foram" feitos pelos camponeses ficaram ameaçados".

Segundo Manuel Campos, os beneficiários em Calandula, 85 quilómetros a norte da sede provincial, não conseguiram devolver os valores ao banco, o que estava a criar constrangimentos para o êxito da campanha agrícola em curso. "As torneiras agora

abriram para os camponeses, pensamos que durante dois dias", notou.

A 240 quilómetros a sul daquela capital, no município do Luquembo, o administrador Joaquim António Marta referiu que, se continuar a chover com a mesma regularidade, a situação alimentar poderá melhorar em breve com os recursos piscatórios que o rio Jombo oferece. "Choveu toda à noite. Neste momento está um quadro de chuva, creio que dentro de pouco tempo vai continuar a chover. As populações estão satisfeitas, porque sempre que chove há peixe. Temos dificuldades em ter peixe na sede do município e creio que nos próximos dias já teremos este problema, mais ou menos, resolvido", agradeceu.

Para o responsável de Cacuso, Furtado Azevedo, a segunda época da campanha já não será recuperada na totalidade. "Deveria iniciar-se um pouco mais cedo. Agora a produção vai, talvez, ligar-se ao cultivo de feijão. Se continuar a chover, teremos batata-doce de Cacuso".

A recuperação da produção agrícola naquela região é o maior anseio das autoridades administrativas, dos agricultores e camponeses com o retorno das precipitações, mas infelizmente, alegam, estas fazem-se acompanhar de fortes rajadas de ventos, um aspecto menos positivo.

10.20 Zonas verdes de Luanda votadas ao abandono

O Independente

24 de Março de 2012

A educação ambiental é um dado a levar em conta, com bastante serenidade, com a contribuição de educadores ambientais, para combater comportamentos errados por parte de munícipes em relação ao destino que dão aos resíduos sólidos produzidos nas residências ou mesmo na via pública.

Esta educação deverá ser também acompanhada com programas exequíveis do governo ligados ao meio ambiente e à preservação da natureza, numa altura em que se verifica, neste campo problemas de inconsciência e cultura de impunidade, que devera ser combatido

Neste edição, e em alusão ao Dia Mundial da Árvore e Floresta, que se assinalou no passado dia 21, chamamos a atenção para o impacto das zonas verdes na qualidade do ambiente das cidades, tendo em conta que as árvores absorvem o dióxido de carbono do ar e libertam oxigénio.

Os nossos alvos foram as antigas zonas verdes do Miramar e Alvalade hoje voltadas ao abandono.

A medida que a nossa reportagem avançava pela antiga Zona Verde do Alvalade era visível o abandono a que esta voltado o local. As árvores que antes «vestiam» o espaço de verde têm hoje as folhas amareladas.

No meio o amontoado de lixo e cães vadios, crianças e jovens passeavam pelo local. Restos de troncos queimados denotavam o abate de árvores que, segundo um/morador de rua que estava na zona, são usadas para fazer lenha.

Mendes Jamba, de 30 anos, que estava no local a fazer exercícios físicos, lamentou o estado em que se encontra o espaço. " Temos poucas zonas verdes em Luanda, é triste que esteja tudo assim, completamente abandonado, sem ninguém para proteger", reclamou.

Meio receoso, Joana dos santos contou-nos que mudou a sua rotina. Passava frequentemente no local até ao fim da tarde, vindo do local de trabalho, lá pelos lados do Zé Pirão a partir de sua residência localizada no Catambor. Usava a mesma rota no regresso à casa.

Hoje Joana evita passar pelo local a qualquer hora do dia temendo pela sua segurança. «A maior parte dos postes de iluminação estão destruídos, tenho ouvido relatos de assaltos, então, tenho medo», diz, acrescentando que o governo provincial precisa, com máxima urgência, fazer algo para «salvar a zona verde».

Quem também está preocupado com a segurança no local é um dos moradores de uma das casas cujas janelas dão para zona verde. Segundo o mesmo, que preferiu não se identificar, com o receio de represálias, durante a noite, meliantes circulam livremente pelo espaço e, inclusive, atacam os transeuntes. «Como não há guardas e está tudo escuro, eles aproveitam-se», denuncia, já reclamando por policiamento regular em todo espaço.

O morador diz-se ainda decepcionado porque ao adquirir o imóvel fê-lo na expectativa de morar numa zona rodeada de árvores e com ambiente saudável. O que não é. «Para mim este espaço já não é digno de ter o nome que tem, basta olhar para o estado das árvores e o lixo espalhado pelo chão», lamenta.

Diante a situação, os moradores dos arredores clamam da intervenção do GPL, no sentido de intervir o quadro e devolver a beleza e segurança da área. Situação idêntica vive a zona verde do Miramar, igualmente área nobre da cidade capital. Ali também encontramos lixo, folhas ressequidas espalhadas pelo

chão e como se não bastasse os moradores de rua assumiram o controlo da zona.

Durante o dia, aparecem jovens a drogarem-se e sobe o efeito de drogas fazem assaltos e fogem pela zona a fora, explicou um cidadão que frequenta o local para exercício físico.

«Esta é uma área muito grande, poderá ser reabilitada para podermos passear com as nossas famílias, fazer exercício ou estudar, mas de momento, a área está a ser aproveitada para fins que não são salutares», diz.

O abandono a que está votada a Zona Verde do Miramar levou a que moradores de rua ocupassem espaços, com cobertores ou panos onde dormem. «Eu vivo aqui porque não tenho família, nem casa e só por esta razão acabei por ficar aqui com o meu amigo», explica um adolescente.

Fontes do gabinete do planeamento do Governo Provincial de Luanda (GPL) dão conta que já foi feito, a cerca de dois anos, um estudo da situação da zona do Alvalade e que foi

Submetida uma proposta ao Executivo, para a devida actualização. O documento até hoje aguarda por aprovação.

Quanto ao futuro das amplas áreas verdes de Luanda, nota-se a criação de espaços para a plantação de novas árvores no local, ~ que as entradas nos locais controlados em toda extensão para facilitar a sua conservação, como o viveiro de coqueiros na Barra do kwanza.

10.21 Arborização em Luanda: A inércia que se faz Sentir

Semanário Factual

24 à 31 de Março de 2012

Criar cidades, vilas, povoações, até aldeias, é uma necessidade dos homens para viverem em comunidade, dada à interacção própria no relacionamento dos seres.

Sendo assim, foi preciso criar infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, rede bancária, jardinagem e outros serviços de atendimento ao cidadão.

Sucedem que no meio de tudo isto, uma questão primordial é dotar as localidades de arborização, tornando-as verdes a fim de proporcionarem o ar puro que se respira.

Que dizer de cidades como Paris, Londres, Washington, Berna, Madrid ou Helsínquia, com milhares

de habitantes ávidos de ar se não fossem rodeados de árvores, as mais altaneiras possíveis, dando não só beleza mas também ar puro, numa altura em que os efeitos de estufa se fazem sentir com grande intensidade, arrastando consigo tempestades ou outros fenómenos que, como é óbvio, fogem ao controlo humano.

Não é por acaso que a Bíblia fala do Jardim do Éden, uma terra paradisíaca onde as árvores eram diversas, incluindo frutíferas.

Mas nota-se que no tempo de Adão e Eva não havia biliões de seres humanos, quer dizer que quanto maior o aglomerado maior deve ser a arborização, para uma simbiose saudável entre estes e a natureza.

No entanto, é notável que muitos países dão pouca importância à arborização das suas cidades, melhor dizendo, destroem florestas para criar novos centros populacionais e, em contrapartida, se esquecem de voltar a plantar árvores onde antes faziam parte da floresta.

Por isso, nunca é demais abordar a questão da plantação de árvores, que são a vida da natureza para a vivência do Homem.

Além disso, é sabido que a ausência de árvores traz consigo a desertificação que já é uma realidade em muitos países, nomeadamente os africanos.

E a cultura de plantação de árvores é pouco incentivada, fazendo com que grandes espaços permaneçam sem utilidade prática, quando podiam ser preparados para feitura de jardins, algo tão precioso para as pessoas.

Luanda, a maior cidade de Angola, é o reflexo da ausência de árvores, pese o facto de algumas ruas da baixa serem ladeadas por árvores, não tantas quanto as precisas.

Mesmo assim, pode-se dizer que na maioria da cidade de Luanda as árvores são inexistentes, tanto para abrigar pedestres quando o sol está no seu apogeu, como para tonificar o ar que, como se sabe, a cada dia vem perdendo qualidade em função do tráfego automóvel e a libertação de dióxido de carbono dos escapes das viaturas.

Ora, é natural que a preocupação deveria ser mesmo a arborização de toda a cidade de Luanda, dada à sua extensão geográfica e demográfica. Luanda deve ter pelo menos seis milhões de habitantes, sem contar com a circulação de pessoas que entram e saem diariamente da capital.

Um olhar atento faz ver que novas centralidades todos os dias em Luanda, mas, estranhamente, nenhuma delas contempla arborização, pese o facto de terem arruamentos asfaltados, nem jardinagem, sendo aglomerados onde o sol bate, escurece a pele das pessoas porque não há uma sombra protectora.

Veja-se o crescimento dos Zangos: Algumas árvores existiam na região mas, com a construção de aglomerados, a questão da arborização foi esbatida para dar lugar a casas. E hoje, o que se observa é: O sol tórrido cai sobre os moradores, que não encontram uma sombra para descansar, e a solução é caminhar, transpirar até à casa onde o calor aumenta, porque também ela não tem à volta qualquer planta para purificar o ar.

Pouca gente se dá conta que o ar de Luanda está envenenado pelo excesso de viaturas, as mortes por doenças pulmonares são cada vez em maior número, quando a solução passa mesmo pela plantação exaustiva de árvores.

Algumas zonas de Luanda tidas como pulmões da capital, como a zona verde, no Alvalade, a floresta do Kinaxixi e dos Coqueiros, foram importantes para purificação do ar. Alguns projectos estão em curso para sua reabilitação dessas áreas, mas são uma gota do Oceano, dado que as zonas habitacionais criadas recentemente estão despidas de arvoredo, quando as mesmas não têm hospitais onde recorrerem em caso de uma enfermidade devido ao calor sufocante.

O pior é ver crianças calcorrearem grandes distâncias, ao saírem da escola, sem que vislumbrem uma árvore onde descansarem por um tempo e sentirem frescor à sua volta.

Portanto, para que Luanda possa crescer sadiamente, os empreiteiros, ao apresentarem os seus projectos habitacionais, devem incluir o verde, de modo a que as novas centralidades tenham jardins e zonas arborizadas, quiçá, pequenas florestas onde estudantes possam conhecer o meio que os rodeia, com a certeza de que o seu futuro será diferente, como o Jardim do Éden.

10.22 A Inércia Que Se Faz Sentir...

Factual

24 de Março de 2012

Criar cidades, vilas, povoações, até aldeias, é uma necessidade dos homens para viverem em comunidade, dada à interacção própria no relacionamento dos seres.

Sendo assim, foi preciso criar infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, rede bancária, jardinagem e outros serviços de atendimento ao cidadão.

Sucedem que no meio de tudo isto, uma questão primordial é dotar as localidades de arborização, tornando-as verdes a fim de proporcionarem o ar puro que se respira.

Que dizer de cidades como Paris, Londres, Washington, Berna, Madrid ou Helsínquia, com milhares de habitantes ávidos de ar se não fossem rodeados de árvores, as mais altas possíveis, dando não só beleza mas também ar puro, numa altura em que os efeitos de estufa se fazem sentir com grande intensidade, arrastando consigo tempestades ou outros fenómenos que, como é óbvio, fogem ao controlo humano.

Não é por acaso que a Bíblia fala do Jardim do Éden, uma terra paradisíaca onde as árvores eram diversas, incluindo frutíferas.

Mas nota-se que no tempo de Adão e Eva não havia bilhões de seres humanos, quer dizer que quanto maior o aglomerado maior deve ser a arborização, para uma simbiose saudável entre estes e a natureza.

No entanto, é notável que muitos países dão pouca importância à arborização das suas cidades, melhor dizendo, destroem florestas para criar novos centros populacionais e, em contrapartida, se esquecem de voltar a plantar árvores onde antes faziam parte da floresta.

Por isso, nunca é demais abordar a questão da plantação de árvores, que são a vida da natureza para a vivência do Homem.

Além disso, é sabido que a ausência de árvores traz consigo a desertificação que já é uma realidade em muitos países, nomeadamente os africanos.

E a cultura de plantação de árvores é pouco incentivada, fazendo com que grandes espaços permaneçam sem utilidade prática, quando podiam ser preparados para feitura de jardins, algo tão precioso para as pessoas.

Luanda, a maior cidade de Angola, é o reflexo da ausência de árvores, pese o facto de algumas ruas da baixa serem ladeadas por árvores, não tantas quanto as precisas.

Mesmo assim, pode-se dizer que na maioria da cidade de Luanda as árvores são inexistentes, tanto para abrigar pedestres quando o sol está no seu apogeu, como para tonificar o ar que, como se sabe, a cada dia vem perdendo qualidade em função do tráfego

automóvel e a libertação de dióxido de carbono dos escapes das viaturas.

Ora, é natural que a preocupação deveria ser mesmo a arborização de toda a cidade de Luanda, dada à sua extensão geográfica e demográfica. Luanda deve ter pelo menos seis milhões de habitantes, sem contar com a circulação de pessoas que entram e saem diariamente da capital.

Um olhar atento faz ver que novas centralidades todos os dias em Luanda, mas, estranhamente, nenhuma delas contempla arborização, pese o facto de terem arruamentos asfaltados, nem jardinagem, sendo aglomerados onde o sol bate, escurece a pele das pessoas porque não há uma sombra protectora.

Veja-se o crescimento dos Zangos: Algumas árvores existiam na região mas, com a construção de aglomerados, a questão da arborização foi esbatida para dar lugar a casas. E hoje, o que se observa é: O sol tórrido cai sobre os moradores, que não encontram uma sombra para descansar, e a solução é

até à casa onde o calor aumenta, porque também ela não tem à volta qualquer planta para purificar o ar.

Pouca gente se dá conta que o ar de Luanda está envenenado pelo excesso de viaturas, as mortes por doenças pulmonares são cada vez em maior número, quando a solução passa mesmo pela plantação exaustiva de árvores.

Algumas zonas de Luanda tidas como pulmões da capital, como a zona verde, no Alvalade, a floresta do Kinaxixi e dos Coqueiros, foram importantes para purificação do ar. Alguns projectos estão em curso para sua reabilitação dessas áreas, mas são uma gota do Oceano, dado que as zonas habitacionais criadas recentemente estão despidas de arvoredo, quando as mesmas não têm hospitais onde recorrerem em caso de uma enfermidade devido ao calor sufocante.

O pior é ver crianças calcorrearem grandes distâncias, ao saírem da escola, sem que vislumbrem uma árvore onde descansarem por um tempo e sentirem frescor à sua volta.

Portanto, para que Luanda possa crescer sadiamente, os empreiteiros, ao apresentarem os seus projectos habitacionais, devem incluir o verde, de modo a que as novas centralidades tenham jardins

e zonas arborizadas, quiçá, pequenas florestas onde estudantes possam conhecer o meio que os rodeia, com a certeza de que o seu futuro será diferente, como o Jardim do Éden.

10.23 Milhares de árvores plantadas na província

Jornal de Angola

29 de Março de 2012

Mais de 30.000 árvores, entre eucaliptos, casuarinas, pinheiros e cedros, vão ser plantadas, durante este ano, em várias localidades da província do Huambo, anunciou "ontem o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Andrade Baú referiu que os municípios do Londuimbali, Caála e Ecuinha, a comuna de Cumbila e o sector de Cambiote, nos arredores da cidade do Huambo, vão ser as zonas beneficiadas.

O projecto começou no ano passado, no município do Bailundo. Este ano, o programa chega ao Londuimbali, numa extensão de 30.000 hectares, e na Caála, com a 'plantação' de 2.500 espécies, no Centro de Multiplicação de Suínos, além de 500 árvores, na Ecuinha.

O objectivo deste programa de plantação de árvores, disse o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, é actuar nas áreas mais exploradas, com vista à reposição da cintura verde.

Andrade Baú disse que, para além da campanha de plantação de árvores, o Instituto de Desenvolvimento Florestal distribuiu, este ano, 20.000 plantas aos agricultores, fazendeiros e a Organizações Não Governamentais. Está ainda prevista a arborização da Sacahala, arredores da cidade do Huambo, numa parceria com a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, no âmbito do programa "Março Mulher", por ser uma das áreas mais atingidas pela exploração ilegal de madeira.

Exploração anárquica

O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal salientou que as 'campanhas vão prosseguir, também, nas áreas do Sanguengue, no município do Catchiungo e no perímetro florestal do Mundundu, no Ucuma.

Nestas localidades, a direcção do Instituto de Desenvolvimento Florestal está preocupada com a exploração anárquica das florestas, sem o consentimento do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), entidade responsável pela área. A floresta natural do Huambo está a ser danificada por causa do corte de árvores para o fabrico de carvão, principalmente ao longo das vias de acesso às outras províncias. Andrade Baú avisa que "toda a pessoa que precisar de explorar determinada

área florestal deve fazê-lo, no quadro da Lei, a começar pela sua legalização nas administrações municipais e na direcção provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal".

Pediui às autoridades tradicionais e membros da sociedade civil para passarem a mensagem à população sobre a importância da preservação das florestas e a sua importância como património da sociedade.

10.24 Chuva cria embaraço em Luanda

Semanário Continente

30 de Março de 2012

Como tem sido hábito, as zonas consideradas mais críticas durante a estação chuvosa, nomeadamente os municípios do Cazenga, Cacucaco, Rangel e Viana, não deixam de apresentar dificuldades aos seus munícipes.

No bairro Nelito Soares e Marçal, ambos distritos do Rangel, muitas ruas ficaram inundadas e intransitáveis. Para tornar possível a circulação das pessoas, os moradores colocaram travessias.

O mesmo cenário se constatou no Cazenga, concretamente nos arredores do mercado Asa Branca, onde algumas ruas e residências sofreram pequenas inundações devido às chuvas.

Os moradores daquela zona têm sabido contornar a situação, criando barreiras para que as águas das ruas não invadam as suas casas.

A questão do saneamento básico é também outra preocupação dos luandenses, a sua ausência torna-se bastante crítica nessa época. As empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos não têm capacidade para conter a situação.

Esta situação está a ser favorável para o surgimento de doenças endémicas, com maior incidência às doenças respiratórias, paludismo e diarreias agudas.

Segundo peritos da saúde, estas doenças precisam de cuidados redobrados para a sua prevenção, sobretudo quando se está em plena época chuvosa.

"Mas este ano tudo mostra que o impacto da chuva não será enorme como o do ano passado, em que as enxuradas provocaram danos materiais e vítimas mortais", comentou um taxista que fazia referência às últimas chuvas que caíram recentemente em Luanda.

O interlocutor compara que nos anos anteriores o mau estado das vias de acesso era a principal dor de

cabeça, já que as mesmas se encontravam em obras. "Agora é quase coisa do passado", acrescentou.

Taxistas aproveitam para facturar

O mau estado das principais vias de comunicação, adicionado à chuva, é uma das oportunidades que os taxistas aproveitam para facturar, sob o olhar silencioso das autoridades.

Para além de encurtarem as rotas, sobem a tarifa da corrida, de 100 para 200 kwanzas.

Os táxis que fazem a rota Kikolo/ Cuca e vice-versa, são acusados de serem os que mais especulam, subdividindo este trajecto em três paragens, o que obriga aos passageiros a desembolsarem o triplo. Para quem pretende atingir a zona do São Paulo, no total deve gastar 400 kwanzas.

Os taxistas justificam o mau estado em que se encontra a rua Ngola Kiluanje e pelos embaraços que as obras em curso naquela via têm causado ao trânsito rodoviário.

O troço Luanda/Viana também não foge à regra, segundo apuramos os troços compreendem, Viana/Estalagem, Estalagem/Grafanil, Grafanil/Frescangol e Frescangol/Congolenses e por fim Congolenses/1º de Maio, que no fim deste todo processo o cliente gasta até 500 Kwanzas. Rodrigues Faustino, morador do bairro Textang 11, comuna do Kikolo, lamenta e diz não suportar as despesas. O interlocutor advoga a reparação das vias, com a maior urgência possível para se acabar com o sofrimento da população, uma vez que se adinham dias piores.

Por outro lado, a reportagem do CONTINENTE apurou que, em virtude da chuva que caiu nos últimos dias em Luanda, no troço que liga Kikolo/ Estalagem, os passageiros fazem-no de camiões e carrinhas com tracções, uma vez que o mesmo está bastante degradado por ser de terra batida em toda sua extensão.

Os utentes da via Ngola Kiluanje lamentaram o facto de se retomarem as obras apenas em épocas de chuvas, o que tem estado a criar sérios transtornos.

10.25 Adivinha-se boa colheita agrícola

Semanário Factual

31 à 7 de Março de 2012

Após três meses de ausência de chuva, a camponesa Maria Chivela teme como pagar o crédito agrícola que recebeu de um banco privado.

"A culpa não é nossa, o Executivo tem de encontrar mecanismo para intervir junto dos bancos", afirmou ao Factual Matos Neves, marido da Maria Chivela, camponês nos arredores da cidade do Kuito.

Apesar de já estar a chover, a província do Bié enfrentou seca que coloca em causa a segurança alimentar.

Mesmo que chova até ao mês de Maio, o rendimento será fraco", explica uma outra camponesa, Antónia Ngueve.

No seguimento de três meses sem chuva, a situação tornou-se cada vez mais preocupante, sendo que a maioria da população angolana vive da agricultura de subsistência, prevendo-se um cenário muito complicado este ano, em termos da campanha agrícola.

O Executivo local já tomou providências, no sentido de reforçar a reserva alimentar", deu a conhecer um engenheiro agrónomo, segundo o qual a questão da segurança alimentar reveste-se de maior importância, devido a uma considerável dependência de importações de bens alimentícios.

Consequências já estão a ser sentidas pelas populações

"O problema da seca no Bié representa uma ameaça à segurança alimentar das populações", segundo as autoridades daquela província.

Para o agrónomo Samuel Chende, a seca, além de ser um problema climático, é uma situação que gera dificuldades sociais às pessoas que habitam na região afectada.

Com a falta de água, torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais. Desta forma, a seca provoca a falta de recursos económicos, gerando fome e miséria", acrescentou ao Factual a fonte.

O Factual apurou que, na província do Bié, as autoridades locais começaram, nos últimos dois anos, por executar diversos programas produtivos, com vista a reactivar e a relançar os sectores da agricultura e do desenvolvimento rural, das pescas, da pecuária e do ambiente, visando o aumento da produção de bens e de serviços na região.

No sector agrário, iniciou um programa de fomento, com vista ao relançamento das capacidades produtivas da província.

Este programa destina-se a reunir os factores de produção e os inerentes à produção agro-pecuária e organizar os serviços de comercialização.

A direcção local relançou culturas básicas, como o feijão, o milho, a mandioca e a batata-doce, tendo em conta o facto de as próprias comunidades camponesas possuírem sementes de qualidade. Começou-se com o relançamento das culturas de arroz, do trigo, do girassol, do café arábica, da soja e da fruticultura que, no passado, ficaram inactivas por consequência do conflito.

Estão em curso acções, visando fazer o repovoamento de efectivos de bovinos, caprinos, aves e ou-

tros animais, pelo facto de a maioria das espécies ter sido dizimada pelo conflito armado.

Neste sector, está-se a trabalhar, igualmente, no melhoramento animal para se fazer a inseminação artificial e a concepção de unidades zoo-sanitárias que compreendem mangas de vacinação, habitação dos técnicos, tanques banheiros e farmácia veterinária.

Há em funcionamento no Bié um programa de fomento avícola que permitirá o crescimento do efectivo animal e a constituição de uma fonte alternativa de rendimento familiar.

A agricultura tem merecido maior atenção por ser actividade que ajuda no combate à pobreza .

Há interesse dos grandes e pequenos produtores, fazendeiros e criadores de gado, de desenvolver os seus projectos, com o apoio dos bancos comerciais, através do crédito bancário, daí que mereça atenção por ser uma actividade que ajude no combate à fome e à pobreza.

A província necessita de pequenas indústrias transformadoras, como, por exemplo, de massa tomate, de descasque de arroz, de frutas diversas e de outros que vão impulsionar os camponeses a aumentar a sua produção.

Os produtos agrícolas do Bié são, geralmente, comercializados nas regiões do Huambo, de Luanda, de Benguela, do Kuando- Kubando e do Moxico.

Os agricultores continuam a precisar de fertilizantes, de sementes e de instrumentos de trabalho (catanas, limas, pulverizadores, gado de tracção, alfaias, entre outros), no sentido de aumentar a produtividade a nível da região.

Refira-se que a UNACA, na província do Bié, conta, actualmente, com oito mil e 302 associações de camponeses e duas mil e 43 cooperativas.

Mais de cinco mil e 663 camponeses da província do Bié beneficiaram do Crédito Agrícola de Campanha nos últimos tempos, programa do Executivo Angolano que visa o combate à fome e à pobreza.

Os camponeses, através do Crédito Agrícola de Campanha, têm adquirido, no mercado local, sementes, fertilizantes, gado de tracção animal, entre outros meios de trabalho.

Também estão garantidas as sementes, fertilizantes, meios de produção e financeiros, para que a campanha agrícola 2011/12 na província decorra sem sobressaltos.

O Crédito Agrícola de Campanha tem tido sucesso em todo o Bié, graças à pronta-intervenção do Banco de Poupança e Crédito (BPC), do Banco de Comércio e Indústria (BCI), do BAI Micro finanças e o do Banco SoL.

Camponeses têm de proteger o ambiente

O Executivo do Bié está preocupado com o aumento indiscriminado de abate das árvores, essencialmente para o fabrico de carvão, bem como o uso de lenhas no seio das populações da região.

O corte desordenado de árvores, na província, está a tomar já rumos alarmantes, e a acção deve-se ao nível de pobreza por parte da população.

As autoridades defendem que a Direcção da Agricultura sensibilize os produtores de carvão, os camponeses e a sociedade em geral, para mudar de consciência, acerca da responsabilidade a ter com as florestas e a fauna.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) traçou o programa de combate à desertificação, em que serão plantadas mais de um milhão de árvores anualmente, a nível da província do Bié.

10.26 População deve reflectir na preservação da floresta

Jornal de Angola

24 de Março de 2012

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cunene, Abel Alcino Zamba, alertou ontem a população em Ondjiva a reflectir mais em acções de preser-

vação das florestas para a salvaguarda do ecossistema.

Numa cerimónia alusiva ao Dia Mundial da Floresta, Abel Zamba sublinhou que as constantes queimadas,

o abate indiscriminado de árvores para o fabrico de carvão e lenha contribuem bastante para a degradação das florestas na região.

"A devastação das florestas na província está a atingir níveis alarmantes e pedimos, por isso, à população a dar mais atenção ao ecossistema, por constituir um valioso recurso natural, renovável e gerador de múltiplos serviços e bens para a economia, ambiente e qualidade de "vida dos cidadãos", adiantou.

O director frisou que o Ministério do Ambiente, através IDF, está a desenvolver, desde o ano de 2009, um programa de combate à desertificação no litoral e no Cunene, com a criação de viveiros em todas as sedes municipais, em colaboração com as autoridades locais que aplicam políticas florestais nas suas áreas de jurisdição.

O responsável do IDF no Cunene recordou que com o Dia Mundial da Floresta pretende-se contribuir para a sensibilização da sociedade acerca da importância da árvore e dos espaços florestais.

10.27 Angola nos cinco melhores desempenhos num novo índice económico e ambiental

O independente

24 de Março de 2012

Angola foi classificada entre os cinco países com melhor desempenho económico e ambiental num novo índice – Eco2 Índice - construído por investigadores canadianos do UBC Fisheries Centre e da Global Footprint Network. Os resultados foram apresentados na reunião anual da American Association for the Advancement of Science (AAAS), no final de Fevereiro. Os outros melhores países são a Bolívia, Namíbia, Paraguai e Argentina. Os cinco países pior classificados são os Emirados Árabes Unidos, a Coreia do Sul, Israel, Kuwait e Singapura.

Segundo a Ministra Fátima Jardim, "esta posição de Angola, num universo de cerca de 150 Países à escala mundial, vem confirmar o excelente trabalho que todos estamos a realizar para um Ambiente mais puro e sadio. Só com o esforço de todos, num quadro de democracia da Nação, poderemos educar ambientalmente os cidadãos, cumprindo assim os objectivos internacionalmente assumidos pelo nosso País. Esta classificação de Angola é disso prova bem evidente", conclui a titular da pasta do Ambiente. Este novo ranking ECO2- Índice envolve 150 países e, na sua construção, os investigadores usaram dados recolhidos entre 1997 e 2007. Os dados económicos são provenientes do The World Bank têm em conta

os défices financeiros, a dívida pública e o produto interno bruto; os dados ecológicos provêm da Global Footprint Network e medem o consumo de recursos e as desperdícios produzidos por cada país em comparação com sua capacidade, expressa em recursos localmente disponíveis tais como terras agrícolas e energia.

O aumento crescente da população mundial, misturado com a ameaça das mudanças climáticas e os crescentes problemas financeiros, foram as principais razões que levaram os investigadores da University of British Columbia a medir a "saúde" de 150 países de todo o Mundo. Tendo em conta a segurança económica e ecológica, os países de maior rendimento ficaram classificados entre os menos saudáveis. Muitos países da África e da América do Sul ficaram bem posicionados, oferecendo às gerações futuras maior segurança financeira, comida, água e energia.

"Nós ouvimos diariamente nas notícias que os países estão a sofrer com os problemas financeiros," diz Rashid Sumaila, director do UBC Fisheries Centre, "mas isto é apenas metade da história. Acumular défices ecológicos é tão preocupante como acumular défices financeiros ambos têm consequências para as futuras gerações".

Globalmente ao longo da década, o índice demonstra que os dados baixam progressivamente, devido aos crescentes défices ecológicos em muitos países.

De acordo com a classificação deste Ec02 Índice, muitos países de elevado rendimento, como o Japão, os Estados Unidos da América, vários países europeus e do Médio Oriente rico em petróleo, apresentamos piores desempenhos - principalmente devido aos elevados défices ecológicos.

10.28 Chuva devolve a alegria aos campos de Paranhos

Jornal de Angola

24 de Março de 2012

Agricultores da região agrícola de Paranhos manifestam-se bastante satisfeitos com as chuvas que caíram na região de Caxito, na província do Bengo, nos últimos três dias.

Ontem, foi possível constatar o trabalho de limpeza dos campos já cultivados e a alegria estampada nos rostos dos camponeses. Para Domingos Fernando, que pratica a agricultura familiar, o início das chuvas é bem-vindo, uma vez que garante as condições

necessárias para as sementeiras do milho, beringela e gimboa.

O agricultor revelou que estão já a ser feita a preparação da terra para o próximo período agrícola, que pode ser aberto entre os meses de Julho e Agosto.

Domingos Fernando disse que a falta de chuvas provocou grandes prejuízos às culturas do milho e da banana. Amadeu Chipoco, agricultor há mais de 10 anos, sublinhou a qualidade dos solos da região, mas adiantou que a falta de chuvas atrasou as sementeiras.

"Estamos a preparar a terra para depois colocar as sementes de repolho, tomate, pimento; beringela e milho, em grande escala, tendo em conta que o terreno é fértil para o cultivo desses produtos", garantiu.

O agricultor Armando Pedro manifestou-se satisfeito pelas chuvas dos últimos três dias, mas lamentou o facto de o perímetro agrícola estar sem energia eléctrica há mais de um mês, o que impede o funcionamento da electrobomba para fazer a rega dos campos quando há falta de chuva.

Neste momento, a maioria dos agricultores da vila dos Paranhos está a fazer a colheita de grandes quantidades da beringela, gindungo, tomate e gimboa, produtos que são comercializados nos principais mercados de Caxito e Luanda.

A zona agrícola dos Paranhos foi criada pelo governo, com vista a acolher e reintegrar socialmente os ex-militares, que foram desmobilizados orpo do desmobilizados nos processos de paz de Bicesse e Lusaka.

A região conta com uma área residencial, escola, serviços de saúde e um sistema de energia solar, o primeiro do género no país, oferecido pela British Petroleum em Junho de 2004, no âmbito de um acordo rubricado com o Ministério da Energia e Águas.

As autoridades da província do Bengo estão empenhadas em acções de combate à pobreza, através da construção de infra-estruturas escolares, sanitárias, estradas, mercados e habitações sociais.

10.29 Comuna Do Cumbilavive Falta De Chuva

Jornal de Angola
31 de Março de 2012

A falta de chuvas que se regista desde o Início da campanha agrícola deste ano na comuna da Cumbila, município do Londuimball, província do Huambo, preocupa as autoridades locais.

O administrador da comuna, Afonso Sambongue, disse ao Jornal de Angola que a maioria das plantações de batata rena, milho, feijão e hortícolas secou, na primeira época da campanha, por insuficiência das chuvas. Mais de 15 toneladas de sementes de produtos diversos perderam-se. A maioria dos camponeses adquiriu as sementes no quadro do crédito de campanha agrícola. "Temos certeza que os camponeses se empenharam no cultivo dos seus produtos a contar com o reembolso, mas a falta de chuvas fez com que muitas das plantações não germinassem, e das que germinaram muitas secaram, por falta de água", disse.

Aproveitando os fertilizantes já colocados nos terrenos, os camponeses semearam feijão da segunda época, mas este acabou por secar também. Como alternativa, os camponeses foram encorajados

a cultivar bata rena, feijão, mandioca e batata-doce nas zonas húmidas das baixas dos rios.

A comuna da Cumbila tem nove associações de camponeses, sendo seis nas Ombalas e três na sede da localidade, onde está concentrada a maioria da população, estimada em 11.232 habitantes, distribuídos em 38 aldeias. Após uma visita de constatação dos técnicos da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA), as autoridades locais decidiram estabelecer uma moratória no reembolso dos créditos.

Mariana Nangueve, camponesa há oito (8) anos, diz que a situação é preocupante, mas mostrou-se satisfeita com a decisão tomada pela administração comunal, em estabelecer uma moratória para o reembolso do crédito. "Estamos a prever fome, porque todos os cultivos secaram. Como é que vamos pagar o que devemos ao Estado, se nem mesmo para comer temos", questionou-se, acrescentando que, tal como ela, a maioria dos trabalhadores procura formas para enfrentar a situação.

Anfonso Tchitungu, 43 anos, camponês, afirma que este ano as coisas pioraram, quase nada sobrou das sementes que utilizaram para a campanha. "A situação está complicada, não sabemos como va-

mos sobreviver", afirmou. A comuna possui uma muito reduzida actividade comercial, os poucos agentes comerciais que existem na vila têm dificuldades em adquirir os produtos e bens de primeira necessidade, devido ao mau estado de algumas vias .

Mas o administrador da comuna, Afonso Sambongue, garantiu que existe já um programa estruturado para melhorar as vias e a reabilitação de algumas infra-estruturas degradadas na sede da vila e arredores. A vila conta com nove lojas, que comercializam alguns produtos, como sal, sabão, óleo alimentar, arroz e massa. Devido ao desabamento da ponte que liga a Estrada Nacional à comuna, o fornecimento de produtos decaiu. Os agentes comerciais enfrentam dificuldades em transportar os produtos da vila do Londuimbali para a sede da comuna e muitos camponeses não se conseguem deslocar para levar os produtos aos mercados urbanos.

Antes, a circulação era feita em menos de uma hora. Agora, com o desabamento da ponte, esta é feita em mais de duas horas, passando pela vila da comuna de Galanga.

A circulação de pessoas e bens entre a comuna de Cumbila e a sede do município de Londuimbali foi cortada há pouco mais de 15 dias, em consequência do desabamento da ponte sobre o rio Cuvômbua, provocada por um camião basculante carregado de brita, que servia as obras da construção de uma escola na sede da comuna.

O administrador Afonso Sambongue afirmou ao Jornal de Angola que o motorista foi negligente, porque, mesmo sabendo que o peso transportava no camião era, muito superior à capacidade da ponte, insistiu em atravessar com a carga, o que provocou o desabamento da estrutura.

A comuna da Cumbila tem um centro e um posto de saúde. Dispõe de oito técnicos, entre enfermeiros e trabalhadores auxiliares. Outro posto de saúde funciona fora da sede, numa comunidade de maior concentração populacional, com três enfermeiros.

De acordo com o administrador local, está prevista a construção de novos postos de saúde e a ampliação do centro de saúde comunal, obras que arrancam em breve.

O centro de saúde da vila possui uma ambulância para facilitar a evacuação de doentes para a sede do município do Londuimbali. Para a cobertura sanitária são necessários mais três postos de saúde e enfermeiros. As doenças mais frequentes na área são

a malária, pneumonia, doenças diarreicas agudas e complicações durante e pós-parto. No sector da Educação, foram matriculados no presente ano lectivo 3.235 alunos da iniciação à 9ª classe. A comuna conta com 104 professores, distribuídos por 12 escolas, sendo cinco de construção definitiva. As demais são comunitárias e de construção rudimentar. Afonso Sambongue adiantou que existem ainda aldeias distantes das localidades onde não há Título Artigo.

